

PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

“Ponte Internacional sobre o rio Sever e acessibilidades”



COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Património Cultural, I. P.

Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Administração Regional de Saúde do Alentejo

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Instituto Superior de Agronomia / Centro de Ecologia Aplicada "Prof. Baeta Neves"

Página intencionalmente deixada em branco

i

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO.....	2
3. OBJETIVOS, JUSTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO PROJETO	3
3.1.1. Objetivos e Justificação do Projeto	3
3.1.2. Localização do Projeto	3
3.1.3. Constituição geral do Projeto	4
3.1.4. Trabalhos de construção civil.....	5
3.1.5. Recuperação paisagística de áreas intervencionadas.....	5
3.1.6. Fase de exploração	5
4. ANÁLISE ESPECÍFICA.....	5
4.1.1. Geologia, Geomorfologia e Recursos Minerais.....	6
4.1.2. Recursos Hídricos.....	8
4.1.3. Socioeconomia	20
4.1.4. Solos e uso do solo.....	21
4.1.5. Ordenamento do território	23
4.1.6. Qualidade do Ar	25
4.1.7. Paisagem	28
4.1.8. Património Cultural.....	33
4.1.9. Sistemas ecológicos	35
4.1.10. Ambiente sonoro	45
4.1.11. Saúde humana	52
4.1.12. Alterações climáticas	53
5. SÍNTESE DOS PARECERES DAS ENTIDADES EXTERNAS.....	55
6. RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA	55
7. RESULTADOS DA CONSULTA Transfronteiriça	62
8. CONCLUSÃO	63
9. CONDICIONANTES, ELEMENTOS A APRESENTAR, MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO, MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO E PLANOS DE MONITORIZAÇÃO.....	68

Página intencionalmente deixada em branco

iii

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o parecer final do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) do projeto da “Ponte Internacional sobre o rio Sever e acessibilidades”, que se encontra em fase de projeto de execução, sendo emitido pela Comissão de Avaliação (CA) ao abrigo do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação.

Dando cumprimento ao regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA), a Câmara Municipal de Nisa, enquanto promotor e licenciador do projeto, submeteu o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) e os projetos de execução do projeto na Plataforma do SILiAmb – Sistema Integrado de Licenciamento de Ambiente (processo PL20230531005249).

Este procedimento de AIA teve início a 09 de junho de 2023, data em que o processo foi submetido na plataforma Siliamb.

O projeto em causa encontra-se sujeito a procedimento de AIA, de acordo com o definido nas disposições da alínea a), do n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro (na sua redação atual), estando abrangido pelo limiar definindo para a tipologia prevista no Anexo I, n.º 7, Alínea c):

7.c) Construção de estradas reservadas exclusivamente ao tráfego motorizado, com pelo menos 10 km de troço contínuo.

Assim, através do ofício n.º S039514-202306-DAIA.DAP, de 16/06/2023, a APA, I.P., nomeou, ao abrigo do artigo 14.º do mesmo diploma, e em conformidade com o n.º 2 do artigo 9.º, uma Comissão de Avaliação (CA) constituída pelas seguintes entidades: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo), Património Cultural, IP (PC, IP), Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P. (ARS Alentejo), Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF), Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) e Centro de Ecologia Aplicada Prof. Baeta Neves do Instituto Superior de Agronomia (ISA/CEABN).

1

Os representantes nomeados pelas entidades acima referidas, para integrar a CA, são os seguintes:

- APA/DAIA/DAP – Dr. João Clemente
- APA/DCOM - Eng.ª Cristina Sobrinho
- APA/ARH Tejo e Oeste – Eng.ª Carina Ramos
- APA/DClima – Eng.ª Patrícia Gama
- FEUP – Professora Cecília Rocha
- PC, IP – Doutor João Marques e Doutor Adolfo Martins
- LNEG - Doutora Rita Caldeira
- CCDR Alentejo – Dr. Pedro Coelho
- ARS Alentejo – Dr.ª Maria Miguel Valente
- ICNF – Dr. Nuno Sequeira
- ISA/CEABN - Arq.ª Pais. Rita Herédia e Arq.ª Pais. Cátia Miguel

O EIA objeto da presente análise foi elaborado pela empresa TRIFÓLIO – ESTUDOS E PROJECTOS AMBIENTAIS E PAISAGÍSTICOS, LDA, sendo que a especialidade do Projeto Rodoviário foi da responsabilidade da empresa RIPÓRTICO, ENGENHARIA, entre janeiro e maio de 2023 e consolidado em sede de Aditamento ao EIA em dezembro de 2023.

O estudo é composto pelos seguintes volumes:

- I – Resumo não técnico;
- II – Relatório Síntese;
- III - Peças desenhadas;
- IV – Anexos técnicos;
- V – Projeto de integração paisagística;
- VI – Impactos transfronteizos;
- VII – Diretiva Quadro da água;
- VIII – Elementos para a obtenção de declaração de utilidade pública.

Por solicitação da CA, foi ainda apresentada a seguinte documentação:

- EIA consolidado, datado de dezembro de 2023;
- Resposta em Audiência Prévia (AP), datado de abril de 2024;
- Resposta complementar à AP, datada de abril de 2024;
- Resposta complementar à AP, datada de maio de 2024.

O EIA foi acompanhado pelos respetivos projetos de execução.

Pretende-se com este Parecer, apresentar todos os aspetos que se consideram relevantes na avaliação efetuada, de forma a poder fundamentar e apoiar, superiormente, a tomada de decisão quanto ao projeto em causa.

2

2. PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

A metodologia adotada pela CA para a avaliação do EIA e respetivo projeto da “Ponte Internacional sobre o rio Sever e acessibilidades”, foi a seguinte:

- Instrução do processo de AIA e nomeação da CA.
- Realização de uma reunião no dia 27 de junho de 2023, com o proponente e consultores, para apresentação do projeto e do respetivo EIA à Comissão de Avaliação.
- Análise da conformidade do EIA, com solicitação de elementos adicionais. Esta informação foi apresentada a 22 de dezembro de 2023.
- Declaração de desconformidade do EIA e Abertura de Audiência Prévia dos interessados a 10 de janeiro de 2024.
- Apresentação de alegações a 01 de abril de 2024.
- Apresentação complementar de alegações a 26 de abril de 2024.
- Apresentação complementar de alegações a 09 de maio de 2024.
- Análise das alegações e declaração de conformidade do EIA a 10 de julho de 2024.
- Pedido de consulta transfronteiriça, ao reino de Espanha, a 18 de julho de 2024.
- Adenda ao pedido de consulta transfronteiriça, ao reino de Espanha, a 30 de agosto de 2024.
- Abertura de um período de Consulta Pública, de 22 de julho a 02 de setembro de 2024.

- Visita ao local do projeto, efetuada no dia 09 de setembro de 2024, tendo estado presentes representantes da CA (APA, ICNF, CCDR Alentejo, LNEG e PC, IP), do proponente e da empresa que elaborou o EIA.
- Resposta da consulta efetuada ao Reino de Espanha, de 26 de novembro de 2024.
- Análise técnica do EIA e respetivos aditamentos, bem como consulta dos elementos do projeto de execução, com o objetivo de avaliar os impactos do projeto e a possibilidade de os mesmos serem minimizados/compensados.

A apreciação dos fatores ambientais foi efetuada tendo por base os pareceres emitidos pelas entidades que constituem a CA e pareceres externos solicitados.

- Seleção dos fatores ambientais fundamentais tendo em consideração as características do projeto e da respetiva área de implantação.
- Realização de reuniões de trabalho, visando a verificação da conformidade do EIA, bem como a integração no Parecer da CA das diferentes análises sectoriais e específicas, e ainda os resultados da Consulta Pública, para além da discussão das seguintes temáticas principais: objetivos do projeto, caracterização da situação existente, identificação e avaliação dos impactos, medidas de minimização e planos de monitorização.
- Elaboração do Parecer Final da CA, com a seguinte estrutura: 1. Introdução, 2. Procedimento de avaliação, 3. Antecedentes, 4. Descrição do projeto, 5. Análise específica do EIA, 6. Síntese dos pareceres das entidades externas, 7. Resultados da Consulta Pública, 8. Conclusão, 9. Elementos a apresentar, medidas de minimização, medidas de compensação e planos de monitorização.

3

3. OBJETIVOS, JUSTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO PROJETO

A informação apresentada neste capítulo foi fundamentalmente retirada dos elementos apresentados no âmbito do procedimento de AIA.

3.1.1. OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO

A ligação entre as localidades de Cedillo e Montalvão faz-se através das vias de comunicação existentes (em Portugal EN359, EN18, EN246, EN246-1; em Espanha N-521 e EX-374 e EX-375). Ou, opcionalmente, pela barragem, durante os fins de semana, em que o coroamento da barragem é aberto (pelo concessionário) ao tráfego condicionado de automóveis ligeiros e motociclos.

Apesar de geograficamente a distância entre Cedillo e Montalvão ser pequena, a distância atual a percorrer entre os dois núcleos urbanos é de 98km.

O projeto da ponte internacional sobre o rio Sever e acessibilidades pretende beneficiar a região do Alentejo e da Estremadura Espanhola, valorizando os territórios do Interior e concorrendo para a coesão territorial e transfronteiriça, com impactos positivos na dinamização cultural, social e económica, de cooperação e emprego nos dois lados da fronteira. Este investimento vai permitir uma redução de 85 km na ligação entre Montalvão, no concelho de Nisa, e Cedillo que se encontram delimitadas pelo rio Sever, ficando ligados entre si por uma distância de 15 km.

3.1.2. LOCALIZAÇÃO DO PROJETO

O projeto da Ponte Internacional sobre o rio Sever e acessibilidades localiza-se no distrito de Portalegre, concelho de Nisa e freguesia de Montalvão.

O projeto em estudo intercepta a Zona Especial de Conservação (ZEC) São Mamede (PTCON0007), classificada ao abrigo do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), estruturado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro.

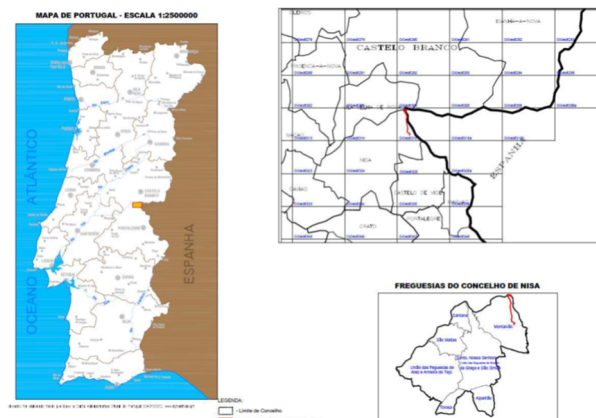


Figura 1. Enquadramento administrativo do projeto (Fonte: EIA)

3.1.3. CONSTITUIÇÃO GERAL DO PROJETO

O projeto prevê a implementação de uma via com uma extensão total de 10,083 km incluindo o desenvolvimento em Portugal e Espanha.

Grande parte do projeto será a reabilitação da EM1139, numa extensão de 8,80km. Propõe-se ainda a abertura de um novo corredor, situado no lado português, de aproximadamente 850m de extensão junto à barragem.

Para além da reabilitação da via existente, foi considerado o alargamento da faixa de rodagem para 7m (3,50m por sentido) e criação de via adicional de lentos, para utilização do tráfego de veículos pesados, que hoje não tem acesso a esta travessia ao longo da EM1139. A fluidez de circulação adotada na via de acessibilidade foi prolongada à obra de arte.

A ponte proposta desenvolve-se numa extensão aproximada de 155.5m. Do lado de Espanha a via possui uma extensão de 600m até encontrar a via existente EX-375.



Figura 2. Projeto da Ponte Internacional sobre o rio Sever e acessibilidades (Fonte: EIA)

3.1.4. TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Prevê-se que o projeto seja construído em 12 a 18 meses. Não se prevê a desativação da via a curto, médio ou longo prazo (50 anos). As obras de construção civil consistirão no seguinte:

- Instalação do estaleiro de apoio à obra;
- Manutenção do funcionamento do estaleiro;
- Terraplanagens;
- Obras de drenagem;
- Obras de pavimentação;
- Obras acessórias e de sinalização;
- Obras de arte especiais (ponte sobre o rio Sever);
- Desmontagem do estaleiro e limpeza de obra.

3.1.5. RECUPERAÇÃO PAISAGÍSTICA DE ÁREAS INTERVENCIONADAS

Após a conclusão dos trabalhos de construção civil, deverá ocorrer a concretização de um plano de recuperação paisagística das áreas intervencionadas, visando promover a recuperação da vegetação natural (vegetação autóctone) e o revestimento dos solos.

3.1.6. FASE DE EXPLORAÇÃO

O período de exploração do projeto estima-se que seja de muito longo prazo, não tendo uma duração estimada. As operações levadas a cabo durante a operação do projeto serão as de manutenção da infraestrutura, de forma a prevenir eventuais situações que coloquem em risco a segurança dos utentes, assegurar a regular limpeza e desobstrução dos órgãos de drenagem, bem como a manutenção adequada do separador de hidrocarbonetos.

4. ANÁLISE ESPECÍFICA

No EIA, os impactos do projeto foram avaliados para os seguintes fatores ambientais: Geologia, geomorfologia e Recursos Minerais, Solos; Recursos hídricos; Biodiversidade; Socioeconomia e Saúde humana; Ordenamento do território; Condicionantes e usos do solo; Património Cultural; Paisagem, Alterações Climáticas e Ambiente sonoro.

Atendendo às características do projeto e local de implantação, às informações contidas no EIA, na informação complementar ao EIA (solicitada pela CA), nos elementos do projeto e ainda noutras recolhidas durante o procedimento de avaliação, foi possível identificar, decorrente da avaliação efetuada pela CA, os aspetos mais relevantes que seguidamente se evidenciam.

4.1.1. GEOLOGIA, GEOMORFOLOGIA E RECURSOS MINERAIS

4.1.1.1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

Geomorfologia e geologia

A área onde se insere o projeto em estudo é caracterizada por uma geologia inteiramente marcada por um dos grandes domínios tectono-estratigráficos de Portugal – o Maciço Hespérico, nomeadamente a unidade de Bordo Sudoeste, pertencente à Zona Centro Ibérica de Portugal Continental, que se caracteriza por unidades do Neoproterozoico Superior/Câmbrico Inferior com estreita afinidade com a Zona de Ossa-Morena.

O clima e a tectónica tiveram influência determinante na evolução morfológica do Maciço Hespérico. Segundo o EIA, com base na cartografia geológica mais atual (Folha 28-B Nisa da Carta Geológica de Portugal, à escala 1:50.000 e folhas 4 e 6, à escala 1:200.000) e no reconhecimento geológico de superfície realizado, bem como na bibliografia existente, verifica-se que a região em estudo se desenvolve num substrato geológico, essencialmente constituído por rochas do Complexo Xisto Grauváquico e séries metamórficas derivadas xistentas pré-Ordovícicas e ainda areias siltosas a siltes arenosos de tons acastanhados.

No Quaternário a atividade da falha do Ponsul está patente na diferença de altitudes entre terraços imediatamente a jusante das cristas do Ródão (terraço T3 a 124 m em Vilas Ruivas e a 121 m no Arneiro).

Os depósitos aluvionares ocorrem principalmente nos leitos de ribeiras existentes, correspondendo a solos finos, lodosos, de cor cinza-escuro a castanho cuja espessura não ultrapassa os 2,0 m. Inserem-se ainda no rio Sever, ocupando o seu leito, cuja espessura não é possível assegurar com os dados disponíveis.

O EIA indica que junto ao rio Sever é expectável a ocorrência de depósitos de terraços, embora não cartografados.

O relatório síntese considera ainda que os estudos geotécnicos realizados assinalam que os materiais podem ser facilmente escavados, sendo que as geometrias dos taludes de escavação devem respeitar inclinações do tipo 2/3 (V/H).

No entanto, com o aumento da profundidade os materiais passam a demonstrar características gradualmente mais resistentes, pelo que será necessário o recurso a ripper / martelo demolidor, com os taludes a serem regidos por inclinações 1/1 (V/H).

O horizonte mais profundo caracteriza-se por valores superiores a 1.600 m/s, exigindo o uso de explosivos para o seu desmonte.

Movimentos de terras

O Balanço de movimentação de terras indica que na Alternativa 1, os volumes de escavação foram estimados em 202.982,00 m³ e que os volumes de aterro, calculados em 29.008,00 m³, são inferiores na alternativa 2.

Assim, haverá sempre excesso de terras e, conseqüentemente, a necessidade de as movimentar para depósitos definitivos. A localização destes depósitos não está definida no EIA, devendo ser apresentada antes do início da empreitada, caso o projeto seja aprovado.

Inclinação de Taludes

Para os taludes de aterro, tendo em conta as características dos materiais a reutilizar na sua construção, o EIA preconiza inclinações na ordem dos 1:1,5 (V:H), sem banquetas.

Neotectónica e Sismicidade

Os dois principais tipos de sismos podem ser:

- Interplacas ou globais (ação sísmica Tipo 1);
- Intraplacas ou locais (ação sísmica Tipo 2).

Segundo o zonamento proposto na NP EN 1998-1:2010, as ações sísmicas associadas a este tipo de sismicidade (tipo 1) são pouco importantes na região em causa, inserindo-se esta na transição da zona sísmica 1.6 para 1.5.

Para este tipo de sismos do Tipo 1 (Interplacas), como são os casos do grande sismo de 1755 e do sismo de 1969, verifica-se que as intensidades registadas na região não ultrapassam o grau V, da escala de Mercalli modificada.

Para a ação sísmica do tipo 2 (Intraplacas), a região enquadra-se na zona sísmica 2.4, de acordo com o Eurocódigo 8 (NP EN 1998-1-1:2010).

Destaca-se a falha (ativa) do Ponsul, com cerca de 120 km e direção NE-SW a ENE-WSW, que é intersetada por parte da área em estudo. Esta falha tem capacidade para gerar um sismo máximo de magnitude 6,75 a 7,25 (Dias, R. et al., 1989).

Assim, pode considerar-se que a região em estudo está localizada numa zona de sismicidade baixa a moderada.

Património Geológico

Não há registo de identificação de qualquer geossítio na região em causa.

Na possibilidade de, durante a execução da obra, poderem ocorrer elementos geológicos que suscitem interesse e que mereçam ser preservados e estudados, deverão ser acauteladas as medidas necessárias para a sua preservação.

Neste caso, deverá ser imediatamente participado às autoridades locais, bem como ao LNEG, por forma a avaliar o impacto que a obra possa causar.

Refira-se que, a algumas dezenas de quilómetros a NE da área em estudo, são conhecidos 3 geossítios (Gargantas epigénicas do rio Ponsul, afloramento de Devesa-Falha do Ponsul e corte geológico Ordovícico de Monfortinho e a falha do Ponsul) relacionados com a falha do Ponsul que, como referido anteriormente, interseta a área em estudo.

Recursos Geológicos

Segundo o EIA, na área definida para o projeto é conhecida uma ocorrência de ouro sensivelmente a cerca de 100 m para oeste do km 1+750 do traçado, tendo sido encontrados, neste local, teores em ouro até 0,29 g/m³ nas cascalheiras com intercalações argilo-arenosas do Pliocénico aí existentes.

No entanto, a área de implantação do projeto não intercepta qualquer área sujeita a contrato de concessão de prospeção e pesquisa de recursos minerais, identificados no portal da DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia.

4.1.1.2. AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Na área de intervenção do projeto e sua envolvente, atendendo à base de dados de geossítios do LNEG, não existem registos de áreas com valor geológico e/ou geomorfológico suscetíveis de serem diretamente afetadas.

No entanto, esperam-se algumas alterações da morfologia do terreno resultantes de movimentações de terras, bem como impactos relacionados com o aumento de suscetibilidade à erosão, tais como as ações de desmatamento, compactação dos terrenos e alterações da superfície topográfica atual relacionadas com implantação de estaleiros, a abertura e/ou utilização de acessos provisórios e com a construção das infraestruturas associadas ao projeto, que poderão potenciar fenómenos de erosão e de alteração na drenagem superficial durante a fase de construção.

Instabilidade de taludes de escavação/aterros (fases de construção, exploração) – impacto relacionado com o risco de ocorrência de instabilidade nos taludes e nas vertentes, nomeadamente a resultante de escavações e aterros decorrentes da fase de construção.

No referente a recursos hidrogeológicos não foram identificados condicionamentos, à exceção dos furos de captação de água da base de dados do LNEG (inventário de 1991).

4.1.1.3. CONCLUSÃO

Face ao exposto, considera-se estarem reunidas as condições para emissão de parecer favorável, condicionado ao cumprimento das disposições contidas no final deste parecer.

8

4.1.2. RECURSOS HÍDRICOS

4.1.2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME DE PROTEÇÃO DAS ALBUFEIRAS DE ÁGUAS PÚBLICAS DE SERVIÇO PÚBLICO, DECRETO-LEI N.º 107/2009

Este Decreto-Lei tem como objetivo principal a proteção e valorização dos recursos hídricos associados às albufeiras de águas públicas, bem como do respetivo território envolvente, numa faixa que corresponde à zona terrestre de proteção com a largura de 500 m, como regra geral, dentro da qual coexiste atualmente uma zona reservada com uma largura de 100 m.

A Albufeira de Cedilho encontra-se classificada como albufeira de águas públicas de serviço público, com estatuto de classificação “protegida” nos termos da Portaria n.º 522/2009, de 15 de maio.

Na ausência de um plano de ordenamento de albufeiras de águas públicas (POAAP), como é o caso da albufeira de Cedilho, aplica-se às albufeiras de águas públicas de serviço público e respetivas zonas de proteção, o regime de utilização consagrado no referido decreto-lei, que define um conjunto de atividades interditas e condicionadas, por se entender que tais atividades são aquelas que mais contribuem para a degradação dos recursos hídricos.

Conforme referido no EIA, “... conclui-se que face à localização do Projeto, nomeadamente entre o km 8+567, até ao km 9+450 e da travessia da Ponte sobre o Rio Sever, o traçado intersesta a zona reservada da zona terrestre de proteção da albufeira de águas públicas - Cedillo, considerando o seu afastamento entre 20 m a 30 m (em planta) do plano de água da Albufeira de Cedillo (particularmente entre o km 8+750 a km 9+425).”, conforme se pode verificar na imagem infra.

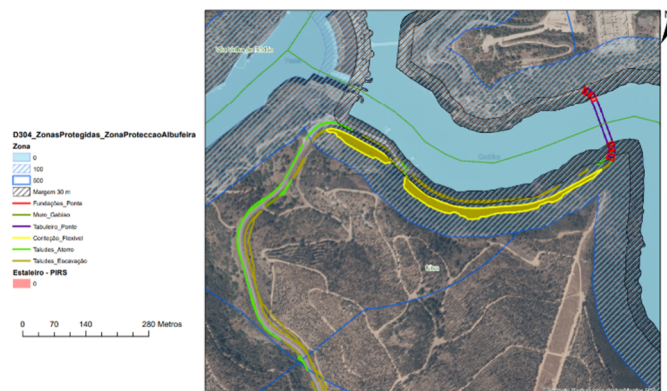


Figura 3. Localização do projeto e interferência do mesmo com a zona reservada

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Tendo presente a interferência do traçado com a zona reservada da zona terrestre de proteção da albufeira de Cedillo, foi apresentada no EIA a análise de uma eventual alteração do traçado do projeto em análise, com afastamento de 100 m da margem do rio, tendo o mesmo concluído que “... tecnicamente e financeiramente não é viável a execução deste traçado, devidos aos enormes volumes de escavação. A opção a utilizar seria a execução de um túnel, o que traria custos elevadíssimos inviabilizando a sua construção. Ambientalmente, não é possível com esta solução integrar a obra de tal modo que as “feridas” causadas pela escavação tenham o menor impacto possível.”

O EIA refere ainda “... a impossibilidade técnica de solução alternativa ao traçado em Projeto de Execução para a materialização da travessia do Rio Sever, tendo ainda presente adicionalmente os seguintes condicionalismos: Condições orográficas das margens do Rio Sever, Condicionantes técnicas - presença de infraestruturas de diversas tipologias na margem espanhola – Subestação, Linhas de Muita Alta Tensão, Barragem de Cedillo (distância à barragem e órgãos de segurança determinados pela Entidade Concessionária – IBERDROLA) e financeiras – agravamento substancial do custo.

Assim, e perante a demonstração dos elementos técnicos presentes, será de considerar a presente solução de traçado, como a única admissível para a travessia do Rio Sever...”. É ainda mencionada a pré-existência de uma acessibilidade terrestre (atualmente trilho – percurso pedestre) nas margens do Rio Sever, que se sobrepõe com o atual traçado do Projeto de Execução, outrora utilizado na ligação entre os Povoados de Cedillo e Montalvão.

Importa referir que o projeto em avaliação, pretende assegurar, designadamente:

- A reposição da ligação transfronteiriça histórica entre Portugal e Espanha, conectando duas povoações com ligações intrínsecas no seu desenvolvimento social e económico e no contexto histórico – Montalvão e Cedillo (e há muito reclamada);
- A utilização e requalificação de estradas (EM1139 em Portugal e ligação à EX-375 existente em Espanha) e a pré-existência de uma acessibilidade terrestre (atualmente trilho – percurso pedestre) nas margens do Rio Sever, que se sobrepõe com o atual traçado do Projeto de Execução, outrora utilizado na ligação entre os Povoados referidos;
- A distância de segurança de 500 m à barragem e órgãos de segurança, estabelecida pela Entidade Concessionária – IBERDROLA.

Não obstante o mencionado, atendendo ao disposto no regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público em vigor (Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio), à informação vetorial

disponibilizada - relativa a Fundações e Tabuleiro da ponte, Muro de Gabião, Contenção Flexível, Taludes de Aterro e Escavações e Estaleiro - bem como à demarcação da albufeira de Cedillo e respetivas zonas de proteção, tem a referir-se:

- Estão previstas ações em zona reservada que contrariam o disposto no Artigo 21.º - Atividades interditas na zona reservada da zona terrestre de proteção das albufeiras de águas públicas - do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, nomeadamente:
 - As obras de construção;
 - A realização de aterros ou escavações.
- A abertura de novas vias de comunicação ou de acesso sobre as margens (30m) ou a ampliação das vias existentes sobre as margens;
- No Art. 22º são excecionadas as situações em que as referidas ações podem ser permitidas mediante autorização da APA, das quais se refere a seguinte:
 - Obras de construção ou montagem de infraestruturas de apoio à utilização da albufeira de águas públicas.

Neste contexto, entendendo-se que a ponte e acessos são essenciais/indispensáveis para a construção e utilização de infraestruturas de apoio à utilização da albufeira, porque para além da transposição entre margens, terá utilizações diversas entre as quais benefícios para as atividades secundárias a desenvolver, pesca lúdica, profissional, navegação permitindo o transporte de embarcações, atividades turísticas (sejam de navegação no rio ou outras), desde que em cumprimento do disposto no regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público em vigor, poderá encontrar-se enquadramento para as ações previstas.

10

4.1.2.2. ENQUADRAMENTO DO PROJETO NO ARTIGO 4.7 DA DIRETIVA QUADRO DA ÁGUA (DQA) E AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Considerando os elementos remetidos, nomeadamente, o Relatório Síntese (dezembro 2023) refere-se que o mesmo apresenta incorreções, designadamente:

- A informação apresentada no Capítulo 4.1.3 Qualidade biológica da massa de água (albufeira) contraria a informação que é apresentada no capítulo “. 4.7.1.2 Hidrografia - Linhas de Água Superficiais”:
 - Consultado o documento Fichas de Massa de Água | Volume II. Maio | 2023 do PGRH 3º ciclo de planeamento, é dito que a massa de água PT05TEJ0894 Albufeira Monte Fidalgo (Cedillo) é uma albufeira do tipo “Curso Principal”. Aliás desde o 1º ciclo de planeamento que a massa de água PT05TEJ0894 Albufeira Monte Fidalgo (Cedillo) é uma albufeira do tipo “Curso Principal”, pelo que não se compreende que seja dito no EIA que a massa de água PT05TEJ0894 Albufeira Monte Fidalgo (Cedillo) é uma albufeira do tipo “Sul”. Em consequência toda a discussão que aparece no Capítulo 4.1.3 Qualidade biológica da massa de água (albufeira) está errada porque se refere a albufeiras do tipo “Sul”, pelo que a mesma não foi considerada na análise.
- Questiona-se o motivo para o “Quadro 4.99 – Parâmetros físico-químicos na estação 16L/02C (RH superficiais)” apresentar células vazias a propósito dos “Critérios para a Classificação das Massas de Água” (nota devia ser dito “albufeira curso principal”).

Na legenda deste Quadro é dito “Nota 4: A Parte A do Anexo II do Decreto-Lei n.º 218/2015 estabelece valores para o cádmio e compostos de cádmio, que variam em função de cinco classes

de dureza da água. Por se desconhecer o valor da dureza da água da Albufeira de Monte Fidalgo não é possível estabelecer um valor de referência para este parâmetro”. Ora os dados que foram disponibilizados pela APA para o EIA em apreço incluem este parâmetro.

- O “Quadro 4.100 – Parâmetros físico-químicos no ponto 325/26 - Póvoa e Meadas - Poço da Ameixoeira” tem os cabeçalhos errados. Por outro lado, falta o NQA-Limiar (mg/l) para os Nitratos.”

No que se refere ao VOLUME VII – DIRETIVA QUADRO DE ÁGUA. VERIFICAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DA NOVA AÇÃO/ATIVIDADE NO ARTIGO 4.7. Março de 2024 há a referir o seguinte:

- É dito que “No caso das albufeiras de tipo sul o parâmetro biológico de avaliação do estado é o fitoplâncton, tal como indicado no quadro anterior, sendo o indicador apenas a concentração de clorofila a (mg/m³). Com base nos dados disponibilizados pela APA-ARH, entre 2017 e 2022”, ora o documento “Critérios para a Classificação do Estado das Massas de Água Superficiais – Rios e Albufeiras” (INAG, 2009), foi substituído pelo documento “Critérios para a Classificação das Massas de Água”, publicado 2021, pelo que não se concorda com a análise apresentada nas páginas 80 e 81.
- É dito que “Relativamente aos parâmetros físico-químicos, no quadro seguinte apresentam-se as variações de parâmetros físico-químicos na estação da Albufeira de Monte Fidalgo. Os dados analisados correspondem ao período correspondido entre 2018 e 2022 e foram fornecidos pela APA/ARH. Da sua análise, é possível verificar que os parâmetros estão conformes com a legislação em vigor, incluindo os parâmetros responsáveis pela classificação inferior a bom, referidos no PGRH (Parte 5. Objetivos. Anexo I – Sistematização dos objetivos ambientais por massa de água)”, ficando por esclarecer quais são os critérios de classificação utilizados e se a Parte 5 se refere ao 3º ciclo de planeamento.
- “Para a avaliação do potencial ecológico de massas de água fortemente modificadas, os elementos de qualidade a considerar são aqueles que caracterizam as massas de água naturais que mais se lhes assemelham, que no caso das albufeiras são os “Lagos”, sendo que no documento no VOL IV_AT_EIA_PIRS são considerados os elementos hidromorfológicos para categoria “Rios”, a saber regime hidrológico, condições morfológicas, continuidade do rio.
De acordo com o Anexo V da DQA os elementos hidromorfológicos de suporte dos elementos biológicos para os “Lagos” são o regime hidrológico, que inclui os caudais e condições de escoamento, o tempo de residência e a ligação a massas de águas subterrâneas), as condições morfológicas que incluem a variação da profundidade, quantidade, estrutura e substrato do leito e a estrutura das margens, pelo que, face ao exposto, não se concorda com a análise apresentada na página VOL IV_AT_EIA_PIRS.
Face ao exposto o “Quadro 2.16 – Caracterização da massa de água superficial Albufeira Monte Fidalgo (Cedillo) PT05TEJ0894” não está correto no que se refere aos elementos hidromorfológicos. O mesmo se aplica aos outros quadros relativos às albufeiras de Fratel e Cedillo.
- O documento em análise conclui “A nova ação/atividade (Ponte Internacional sobre o Rio Sever) não afetará o potencial ecológico e o estado químico das massas de água intercetadas pelo projeto (Albufeira de Fratel, Ribeira de Ficalho e, em particular a Albufeira Monte Fidalgo e o Maciço Antigo Indiferenciado da bacia do Tejo), não conduzindo à degradação da qualidade da água face à situação atual”, ora o que está em causa é o estado ecológico e químico massa de água Ribeira de Ficalho, o potencial ecológico e o estado químico das massas de água Albufeira de Fratel e

¹https://apambiente.pt/sites/default/files/_Agua/DRH/ParticipacaoPublica/PGRH/2022-2027/3_Fase/PGRH_3_SistemasClassificacao.pdf

Albufeira de Cedillo, o estado químico e quantitativo da massa de água Maciço Antigo Indiferenciado da bacia do Tejo, pelo que não se concorda com estas afirmações.

No entanto, e apesar das incorreções acima identificadas, tendo em conta a informação remetida e o facto da ponte ser em arco de betão armado, sem construção de pilares com fundações no leito do rio, conclui-se que o Projeto proposto não irá afetar o estado (potencial ecológico e o estado químico) da massa de água de superfície PT05TEJ0894A Albufeira Monte Fidalgo (Cedillo) ou das zonas protegidas que dela dependem, assim como o estado quantitativo e o estado químico da massa de água subterrânea PTA0X1RH5 Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo, ou das zonas protegidas que dela dependem. Também não são exatáveis alterações físicas das massas de água PT05TEJ0900A Ribeira de Ficalho e PT05TEJ0913A Albufeira do Fratel, em cujas bacias de drenagem se desenvolve o projeto, ou afetado do seu estado.

4.1.2.3. RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS

4.1.2.4. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

A área do projeto, intersesta a massa de água Maciço Antigo Indiferenciado da bacia do Tejo (PTA0X1RH5). De acordo com a folha 28-B da Carta Geológica de Portugal, à escala 1:50 000, em toda a área, as rochas aflorantes são xistos e grauvaques do Silúrico.

Estas litologias constituem-se em rochas duras e cristalinas e por este motivo, os aquíferos presentes são do tipo fraturado, devido à descompressão do maciço.

A sua aptidão hidrogeológica é fraca a média, no entanto, os recursos hídricos subterrâneos desempenham um papel importante para o abastecimento da população e para a agricultura.

A circulação da água é, na maioria dos casos, relativamente subsuperficial condicionada pela espessura da camada de alteração e pela rede de fraturas resultantes da descompressão dos maciços.

O fluxo é condicionado pela topografia e dá-se em direção às linhas de água locais.

Quanto ao estado da massa de água, esta apresenta um estado global Bom (PGRH-3.ºCiclo de Planeamento). No entanto, os níveis piezométricos da massa de água subterrânea apresentaram tendência de descida e os estados quantitativo e químico foram considerados em “Risco”.

Quanto à vulnerabilidade da massa de água, esta foi avaliada como intermédia, segundo o índice DRASTIC. Foi apresentado um inventário dos pontos de água subterrânea existentes na envolvente da área do projeto.

Da análise dos dados anteriormente apresentados, verifica-se que a maior parte das captações de água subterrânea inventariadas são furos verticais e estes distam pelo menos 80 m dos elementos construtivos do projeto, nomeadamente da estrada já existente, a EM1139, de ligação de Montalvão à nova ponte, que irá ser beneficiada no âmbito deste projeto.

A única exceção é a captação identificada como ID9, furo vertical localizado a 9 m para nascente daquela via. Os trabalhos previstos na proximidade desta captação referem-se à beneficiação da estrada (fresagem, novo pavimento e talude de aterro de dimensões reduzidas, aproximadamente 70 cm de largura).

Num inventário posterior, referente a captações subsuperficiais (por meio de Lagoa/charca ou poço), assinaladas na cartografia militar, foram identificadas mais nove captações, as quais distam, no máximo, 15 m da estrada municipal EM1139 e outras quatro a mais de 15 m de distância da estrada.

4.1.2.5. AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Fase de Construção

Nesta fase os impactes identificados, mais relevantes, são:

Impermeabilização dos solos e afetação da recarga. Dado estarmos na presença de elementos construtivos lineares (beneficiação da EM 1139, já existente) e pouco profundos considera-se que os

impactes na recarga dos aquíferos serão reduzidos ou quase nulos.

Na construção dos pilares e apoios da ponte, elementos pontuais em relação à dimensão das áreas de recarga dos aquíferos, considera-se também que os impactes na recarga dos aquíferos serão reduzidos ou quase nulos.

Afetação do nível freático. As escavações para a realização dos trabalhos de beneficiação da via rodoviária serão pouco profundas e por isso, considera-se pouco provável a interseção do nível freático.

Este impacte apenas será provável nos trabalhos de escavação e construção dos pilares e apoios da ponte. Nestas escavações a profundidade atingirá os 7,0-8,5 m, podendo atingir os 15,7 m, podendo eventualmente interseccionar o nível freático. No entanto, caso ocorra, esta afetação será pontual e por isso

Considera-se que os impactes serão temporários, localizados, minimizáveis e pouco significativos na quantidade e qualidade das águas subterrâneas.

Afetação da qualidade das águas subterrâneas em geral. Os trabalhos de beneficiação da estrada, com as operações de escavação e de pavimentação com alcatrão, poderão causar impactes na qualidade da água subterrânea, resultantes de eventuais derrames de óleos, combustíveis e de alcatrão (substância derivada do petróleo).

Estes impactes serão negativos, localizados, minimizáveis, de magnitude variável, incertos e pouco significativos se forem implementadas as medidas de contenção de derrames descritas abaixo neste parecer.

Afetação de captações de água particulares. Tal como descrito, existem algumas captações por meio de poços e de lagoas/charcas que distam menos de quinze metros da estrada a beneficiar.

As captações assinaladas nas figuras 4.179 a 4.185 do EIA poderão ser afetadas na qualidade das suas águas por eventuais derrames de óleos, combustíveis ou alcatrão.

Assumem particular importância as charcas destinadas ao abeberamento animal, pelas consequências negativas na saúde pública que a contaminação das suas águas poderá causar.

Considera-se que os impactes na qualidade das suas águas serão negativos, temporários (porque as obras serão de curta duração), minimizáveis, localizados, de magnitude reduzida e pouco significativos desde que implementadas medidas de minimização de prevenção e de contenção de derrames.

Neste aspeto em particular propõe-se a seguinte medida: Construção/instalação de muretes em alvenaria ou em betão na berma da estrada e com um comprimento suficiente para que possam impedir a chegada dos derrames às captações particulares por meio de poço ou de charca e que distem 15 m ou menos da berma da estrada.

Fase de exploração

Na fase de exploração são expectáveis impactes negativos nas águas subterrâneas, resultantes das escorrências da via na qualidade das águas das captações subterrâneas próximas, que já ocorrem atualmente.

Considera-se que estes impactes serão negativos, mas pouco significativos se forem implementadas as medidas de minimização e contenção de derrames, descritas adiante neste parecer.

4.1.2.6. RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS

4.1.2.7. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

A área de implantação do projeto localiza-se na Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste.

A área de projeto intersesta as seguintes massas de água (MA) superficial: Albufeira Monte Fidalgo (Cedillo) (PT05TEJ0894), Albufeira do Fratel (PT05TEJ0913A) e Ribeira de Ficalho (PT05TEJ0900A) (uma pequena área).

No que respeita à qualidade das MA superficial, acima mencionadas, de acordo com o Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) – 3.º Ciclo, o “Estado Global” da Albufeira Monte Fidalgo (Cedillo) e da Albufeira do Fratel é classificado de “Inferior a Bom” e o da Ribeira de Ficalho é classificado de “Bom e superior”.

Tendo em conta o extrato da Carta Militar, constata-se que na área do projeto encontram-se presentes vários cursos de água, sendo o Rio Sever o principal. Importa referir que se verifica a interferência do projeto com vários cursos de água e respetivo Domínio Público Hídrico (DPH).

No que respeita à estrada a beneficiar/executar, o traçado interceta vários cursos de água, que, segundo o EIA, estas linhas de água apresentam carácter torrencial, e encontra-se prevista a execução/substituição de várias PH por forma ao restabelecimento das mesmas, tendo o dimensionamento hidráulico sido verificado para um período de retorno de 100 anos. Encontra-se prevista a instalação de tapetes de enrocamento para dissipação de energia a jusante das PH's.

De referir que no caso da requalificação da EM1139, uma vez que se verificará o alargamento pontual da plataforma da via em estudo, grande parte dos órgãos de drenagem longitudinal ficarão obsoletos, pelo que se prevê a implantação de novos órgãos de drenagem longitudinal.

14

De salientar a intersecção do traçado com linhas de água classificadas na REN, nomeadamente ao Km 5+500 e entre o km 7+000 e o km 8+150 (a linha de água corre paralelamente ao traçado), situação tratada no ponto 7 do presente parecer.

Em relação à ponte a executar, conforme já descrito, a construção da mesma será feita sem pilares no leito do rio, sendo a ponte em arco com dois encontros em cada margem, verificando-se a interferência com o DPH, nomeadamente, no atravessamento do rio Sever e na implantação do maciço de fundação da ponte.

O sistema de drenagem será desenvolvido por forma a encaminhar as águas primeiramente para o separador de hidrocarbonetos e apenas subsequentemente para a linha de água.

4.1.2.8. AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Fase de construção

Na execução do projeto a ocorrência dos principais impactes concentra-se durante a fase de construção, dado que é na fase de obra que ocorrem as maiores intervenções, nomeadamente, desmatamento, decapagem da terra vegetal, movimentação de terras (escavações e aterros), execução das fundações da ponte, bem como a montagem de estaleiro e a movimentação de máquinas.

Nesta fase, os impactes na qualidade da água estarão, sobretudo, associados às ações de desmatamento, decapagem do solo e movimentação de terras, intervenções que irão ocorrer na envolvente das linhas de água e que poderão originar arrastamento de sólidos suspensos para as mesmas e conduzir ao seu

assoreamento e aumento da turbidez, alterando a sua qualidade. A maioria dos cursos de água na área de estudo assume carácter torrencial, no entanto, de destacar a potencial afetação da linha de água classificada na REN que corre paralelamente ao traçado, aproximadamente entre o km 7+000 e o km 8+150, e do rio Sever, sobre o qual será construída a ponte, e junto ao qual ocorrerão grandes movimentações de terra, pois embora não se preveja a colocação de pilares no leito rio, serão executadas obras nas margens, nomeadamente as resultantes da implantação dos maciços de fundação com 12x7x12 m³, totalizando uma área de implantação de 168 m², a execução da via no final do traçado (que ligará à ponte) e dos muros de contenção.

Considera-se que este impacte é negativo, temporário e pouco significativo, atendendo a que as intervenções a executar incidem maioritariamente sobre uma estrada já existente (requalificação da EM1139), à regeneração da vegetação e à implementação das medidas de minimização propostas no EIA, bem como à implementação do PRIP.

De referir que o impacte nas comunidades de algas e no estado ecológico foi analisada ao nível do descritor da “Biodiversidade”.

A movimentação de terras, compactação de terrenos e a impermeabilização do solo, modificam as condições naturais de infiltração, podendo provocar a alteração da drenagem natural do terreno.

No caso da estrada, a maior extensão a intervir prende-se com a requalificação da EM1139. A execução do novo traçado tem cerca de 850m de extensão, junto à barragem de Cedilho. No caso da construção da nova ponte internacional sobre o Rio Sever, conforme já descrito, a construção da mesma será feita sem pilares no leito do rio, sendo a ponte em arco com dois encontros em cada margem.

O EIA apresenta um plano de drenagem a implementar, quer para a estrada quer para a ponte, descrito anteriormente.

Considera-se que este impacte é negativo e pouco significativo, tendo em conta o plano de drenagem a implementar, a regeneração da vegetação e a implementação das medidas de minimização propostas no EIA, bem como a implementação do PRIP.

Conforme mencionado, na área de estudo do projeto estão presentes cursos de água, sujeitos ao Domínio Público Hídrico (DPH), verificando-se a interseção do traçado da via com linhas de água e respetivo DPH. Está prevista a implantação de órgãos de drenagem pluvial, como passagens hidráulicas (PH).

Refira-se ainda a interferência da ponte com o DPH, nomeadamente, pelo atravessamento do rio Sever e pela implantação do maciço de fundação da ponte.

Assim, e embora a execução do projeto origine alterações no escoamento, considera-se que se adotarem medidas que salvaguardem as referidas linhas de água e sistemas de drenagem adequadamente dimensionados, o impacte será negativo pouco significativo.

De referir que todas as intervenções em domínio hídrico carecem de Título de Utilização de Recursos Hídricos (TURH) por parte da APA/ARHTO.

Nas zonas de estaleiro e nas zonas de maior movimentação de veículos afetos à obra, poderão ocorrer derrames acidentais, suscetíveis de contaminar os solos e os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, os quais deverão ser imediatamente contidos. Esta eventual ocorrência constitui um impacte negativo, dependendo a sua significância da quantidade e natureza das substâncias envolvidas no derrame, bem como do local e da celeridade na implementação das medidas corretivas adequadas.

No que respeita à instalação dos estaleiros, e apesar de ainda não ser apresentada a localização definitiva dos mesmos, esta provocará temporariamente a compactação dos solos, reduzindo a infiltração e fazendo aumentar o escoamento superficial, sendo este impacte negativo pouco significativo, pois apenas uma

pequena área de solo será impermeabilizada, e reversível, dado estar previsto o seu posterior desmantelamento e restituição das condições iniciais/recuperação das áreas afetadas.

Salienta-se que para além das condicionantes identificadas no EIA, nomeadamente, o respeito pela faixa de servidão do domínio hídrico, para a instalação do estaleiro, a localização do mesmo deve ser definida acautelando o maior afastamento possível a linhas de água, de forma a evitar eventuais escorrências superficiais para as mesmas e, consequentemente, o arrastamento de sólidos em suspensão e/ou de outros contaminantes presentes na área do estaleiro.

Para as águas residuais resultantes das operações de construção civil como é o caso da lavagem das betoneiras e respetivos acessórios, no EIA é indicado que “Na eventualidade de utilização de betoneiras na obra, a deposição das águas produzidas por estas deve ser efetuada em local específico revestido com geotêxtil, para que estas sejam removidas e encaminhadas para operador licenciado.”. De acrescentar que a bacia de retenção a executar deverá ser impermeabilizada e devidamente dimensionada, a qual não pode ocupar a faixa de servidão do domínio hídrico. Assim, e caso seja adotada a solução indicada no presente parecer considera-se que o impacto negativo será pouco significativo.

Em relação às águas residuais domésticas é referido no EIA que serão utilizadas instalações sanitárias amovíveis (Wc químicos) pelo que, desde que efetuada a correta gestão e encaminhamento dos efluentes domésticos, não é expectável a ocorrência de impactes nos recursos hídricos.

Fase de exploração

Nesta fase, os impactes das infraestruturas rodoviárias estão, maioritariamente, associados à circulação rodoviária e às escorrências da plataforma, o que poderá originar consequências na qualidade dos recursos hídricos.

O EIA indica que as alterações da qualidade da água resultam da poluição “crónica”, que está diretamente relacionada com o normal funcionamento da via rodoviária e associada à passagem dos veículos e à degradação dos materiais rodoviários, e, também, da ocorrência de acidentes na rodovia, dos quais podem resultar derrames de substâncias tóxicas.

Para avaliar a poluição “crónica” das linhas de águas derivada do tráfego rodoviário na nova via, o EIA refere que foram efetuadas simulações através do modelo Driver & Tasker (1990), adaptado para o território nacional (LNEC, 2004), sendo referido que de acordo com a modelação efetuada, não é expectável que a exploração da infraestrutura rodoviária altere significativamente a qualidade da água superficial.

Importa, no entanto, referir que a APA/ARHTO tinha indicado que, “Na modelação apresentada para a avaliação de impactes na qualidade da água devido ao tráfego rodoviário devem ser considerados os valores de precipitação estimados para um cenário de alterações climáticas, que constam da PGRH 2022-2027 (Parte 4 – Cenários prospetivos).”, sendo que da análise do “Volume IV. Anexos Técnicos. Dezembro de 2023”, não está claro se na modelação realizada foram tidos em conta os “cenários de alterações climáticas, que constam da PGRH 2022-2027 (Parte 4 – Cenários prospetivos)”. Caso os mesmos não tenham sido considerados, não é apresentada a justificação para essa opção. Note-se que em cenário de alterações climáticas é expectável um agravamento dos fenómenos extremos, nomeadamente precipitação.

Quanto à drenagem da ponte é proposta a recolha das águas pluviais e encaminhamento para tratamento, designadamente separador de hidrocarbonetos. De referir que, não é ainda apresentado o dimensionamento do separador em função da área a drenar e do escoamento gerado, e que a descarga de acordo com o EIA será efetuada “...sendo posteriormente escoada a água, previamente filtrada, pelo

talude em direção ao rio Sever...”, pelo que se deduz não estar prevista qualquer proteção ou encaminhamento da descarga o que deve acontecer. Esta situação pode ser corrigida em sede de submissão do pedido do respetivo TURH.

Relativamente à poluição accidental, as consequências e os impactos ambientais são variáveis e diferenciados, dependendo da natureza e da quantidade da substância derramada, mas também do recurso suscetível de ser contaminado. Segundo o EIA “... Caso se verifique a “produção” de águas contaminadas, estas terão que sofrer um tratamento prévio, antes do seu encaminhamento para linhas de água e/ou solo. Desta forma, deverão as Entidades Municipais com responsabilidade na área da Proteção Civil e Socorro, estabelecer os cenários de mitigação e minimização de contaminação de linhas de água e/ou solo no caso de derrame de substâncias poluentes. Não sendo previsível e admissível que as águas contaminadas sejam encaminhadas para o sistema de drenagem existente, deverá verificar-se uma articulação das mencionadas Entidades com as Águas do Alto Alentejo – Empresa Intermunicipal, por forma a serem estabelecidos os princípios de gestão e encaminhamento das águas residuais produzidas no incidente/acidente ocorrido.”.

A produção de efluentes encontra-se relacionada com as águas potencialmente contaminadas, resultantes da circulação rodoviária e da ocorrência de acidentes. Desde que corretamente implementado o projeto de drenagem da ponte, no que ao separador de hidrocarbonetos diz respeito e aplicadas as medidas eficazes na recolha/encaminhamento/tratamento das águas contaminadas resultantes da ocorrência de acidentes, considera-se que os impactos gerados nos recursos hídricos superficiais são negativos pouco significativos.

Assim, não é expectável que a exploração da infraestrutura rodoviária altere significativamente a qualidade da água superficial, classificando-se, no EIA, o impacto de negativo pouco significativo. Atendendo aos resultados apresentados no EIA, ao plano de drenagem a implementar, bem como, às medidas a adotar em caso de acidente, concorda-se com a classificação apresentada.

17

No que respeita aos aspetos quantitativos, a implementação do projeto origina o aumento da impermeabilização do solo e consequente redução da infiltração e aumento no escoamento superficial, classificando-se o impacto como negativo, permanente, mas pouco significativo, atendendo a que o aumento de área impermeabilizada não é significativo. Segundo o EIA, “A construção da ponte não prevê a execução de pilares do leito da albufeira, pelo que não é expectável que o projeto altere os caudais, as condições de escoamento, assim como não fará variar em profundidade a massa de água, nem alterará a estrutura e substrato do leito. Apenas a estrutura das margens poderá ser afetada, embora de forma pouco significativa, uma vez que o projeto prevê a execução das obras nas margens, nomeadamente resultantes da implantação dos maciços de fundação com 12x7x12 m² totalizando uma área de implantação de 168 m².”

Nesta fase, os consumos de água prendem-se com a lavagem do pavimento, nomeadamente em caso da ocorrência de acidente, não sendo estimado o volume de água a consumir nem a origem da mesma. No entanto, é expectável tratar-se de consumos pontuais, pelo que se considera que estas atividades podem originar um impacto nulo.

Assim, e atendendo aos resultados apresentados no EIA, ao plano de drenagem a implementar, com as alterações necessárias a incrementar em sede de obtenção de TURH, à implementação do programa de monitorização e à adoção das medidas de minimização, nomeadamente em caso de acidente, concorda-se com a classificação de “impacte negativo pouco significativo”.

Fase de desativação

Em caso de ser ponderada a desativação do projeto, considera-se que os impactos resultantes são

semelhantes aos indicados para a fase de construção.

4.1.2.9. RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)

No que se refere à afetação de áreas da REN, verifica-se a interseção da área de estudo com solos integrados na mesma. As tipologias da REN afetadas pelo projeto são: Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo (AEREHS), Cursos de água e respetivos leitos e margens (CALM), Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, com os respetivos leitos, margens e faixas de proteção (ALMFP). De acordo com o EIA, serão afetados 73.806 m² da REN, corresponde a aproximadamente 72% da área total de intervenção do projeto, conforme quadro infra.

Categorias da REN	Interseção com o Projeto	Afetação de áreas REN (m ²)		% de afetação de áreas REN relativa à área total de intervenção do projeto
		Parcial	Total	
Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica	Km 3+917 ao km 8+075	43 535	46 094	44,8
	Km 8+448 ao km 8+640	2 559		
Áreas de elevado risco de erosão hídrica + Áreas de instabilidade de vertentes	Km 8+075 ao km 8+448	6 109	8 367	8,13
	Km 8+630 ao km 8+640	73		
	Km 8+630 ao km 8+725	2 185		
Áreas de elevado risco de erosão hídrica + Áreas de instabilidade de vertentes + Albufeiras - Faixa de proteção	Km 8+725 ao km 8+800	2 071	8 625	8,38
	km 9+100 ao km 9+225	2 913		
	Km 9+225 ao km 9+400	3 641		
Áreas de elevado risco de erosão hídrica + Áreas de instabilidade de vertentes + Albufeiras - Faixa de proteção + Margens dos Cursos de Água	Km 8+725 ao km 8+800	372	10 636	10,34
	Km 8+800 ao km 9+100	9 162		
	Km 9+100 ao km 9+225	670		
	Km 9+400 ao km 9+431 (encontro da Ponte – margem portuguesa)	432		
Albufeira	Km 9+431 ao km 9+500 (afetação resultante da implantação do maciço de fundação da Ponte)	84	84	0,08
Total		73 806		71,74

Figura 4. Quantificação da área da REN afetada pelo projeto Fonte: EIA

O EIA classifica os impactos do projeto na REN de negativos significativos, classificação com a qual se concorda, atendendo a que existe afetação efetiva e elevada de áreas da REN.

No âmbito do RJREN o presente projeto não se enquadra em nenhum dos Usos listados no Anexo II do Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, na atual redação, sendo referido no EIA “... que a ocupação de áreas REN poderá ser efetuada através da figura do Reconhecimento de Ações de Relevante Interesse Público (Artigo 21.º - Ações de Relevante interesse público, do suprarreferido decreto-lei)...”, tendo sido apresentado no EIA “... versão preliminar dos elementos com o enquadramento para a obtenção de Declaração de Imprescindível Utilidade Pública, a ser submetido pelo Município de Nisa, após a conclusão do presente Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental” (VOLUME VIII – ELEMENTOS PARA OBTENÇÃO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA”).

Atendendo ao exposto, e uma vez que o projeto não se enquadra em nenhum dos Usos listados no Anexo II (a que se refere o artigo 20.º) do Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, a ocupação de áreas REN poderá ser efetuada através da figura do Reconhecimento de Ações de Relevante Interesse Público (Artigo 21.º - Ações de Relevante interesse público, do suprarreferido decreto-lei), conforme proposto no EIA.

4.1.2.10. PARECER DO GABINETE DE SEGURANÇA DE BARRAGENS (GSB)

Ainda no âmbito dos Recursos Hídricos, foi recebido um parecer, por parte do Gabinete de Segurança de Barragens (GSB), na sequência da receção da “Nota Verbal 7.8/3.5, de 9 de dezembro”, emitido pelo “Ministerio de Asuntos Exteriores, Unión Europea y Cooperación”, no âmbito dos contactos desenvolvidos entre Portugal e o Reino de Espanha relativos à construção da ponte internacional do rio Sever, no seguimento da consulta transfronteiriça.

O referido documento resulta da troca de informação técnica realizada entre os dois países, entre os anos de 2023 e 2024, a qual fundamentou a tomada de posição agora expressa pelo reino de Espanha. E importa, pois, a apreciação do ponto de vista da sua implicação na segurança da barragem de Cedillo.

Ressalta ao longo do processo de AIA em curso, a situação dos potenciais efeitos da construção da nova ponte sobre o rio Sever no comportamento da barragem de Cedillo. Esta situação ficou acentuada, desde a primeira hora, devido à especial preocupação que se coloca perante a circunstância da utilização de explosivos nos trabalhos de construção da nova ponte.

Em resultado daquela preocupação, foram desenvolvidos no âmbito do AIA, estudos específicos com vista a caracterizar a influência da utilização de explosivos na construção da ponte sobre a barragem de Cedillo, os quais fundamentaram o parecer favorável das autoridades de Espanha relativamente à implantação proposta para a nova ponte.

O GSB, concorda no essencial com o sentido dos pareceres emitidos, não obstante, sublinha a especial sensibilidade desta matéria, afigurando-se relevante elencar os aspetos a seguir indicados.

A questão da influência no estado de conservação e comportamento das barragens devido à ocorrência de vibrações em consequência da utilização de cargas explosivas em áreas localizadas nas proximidades daquelas infraestruturas hidráulicas é assunto que em Portugal tem sido abordado com o maior cuidado. Neste contexto interessa registar a frequente mobilização do Laboratório Nacional de Engenharia Civil no acompanhamento de obras onde ocorre esta tipologia de situações.

O especial cuidado de que se reveste o acompanhamento destas obras, tem colocado em evidência a incerteza dos efeitos associados à sua realização, nomeadamente face à necessidade de consideração dos seguintes fatores:

- Limitações inerentes à caracterização geotécnica dos maciços, onde as metodologias de avaliação e de amostragem podem conter representatividade variável em função dos recursos que é possível alocar e da realidade existente no subsolo;
- Mobilização de recursos técnicos e humanos bastante especializada e exigente;
- Dependência da eficácia das equipas de fiscalização no cumprimento dos pressupostos de projeto.

Do exposto resulta que a avaliação de obras associadas à utilização de explosivos e a monitorização seu efeito nas condições de conservação e comportamento de barragens localizadas nas suas proximidades, constitui uma tarefa complexa e exigente, à qual está associado um fator de incerteza cujo efeito nem sempre é possível de avaliar à partida.

Importa neste contexto considerar os estudos realizados pela empresa MONITAR para a avaliação dos efeitos da utilização dos explosivos na construção da ponte de Sever sobre a barragem de Cedillo e assinalar os seguintes aspetos:

- Extrato do Ponto 3: “Tendo em conta a zona onde o Projeto se insere, assim como a localização onde deverão ocorrer detonações (pK 8+700 ao pK 9+400), verifica-se que o recetor mais próximo é a barragem de Cedillo”;
- Extrato do Ponto 6: “Através da análise da Tabela 7 é possível verificar que entre o pK 8+700 e o pK 8+750 só devem ser utilizadas quantidades muito reduzidas de explosivo (máximo de 2 kg no pK 8+750 e máximo de 3 kg no pK 8+700), sendo que à medida que a distância em relação à barragem aumenta, a carga a utilizar pode ser aumentada até um total de 1230 Kg no pK 9+400.

O exposto, correspondendo a uma situação expectável, coloca em evidência a progressividade expressiva do efeito da utilização das cargas explosivas com a proximidade das obras da nova ponte sobre o rio Sever relativamente à localização da barragem de Cedillo. Em particular, interessa registar que a ordem de grandeza da relação entre a admissibilidade das cargas explosivas em zonas de maior proximidade da barragem (cerca do pK 8+750) e a zona de implantação proposta para a nova ponte (cerca do perfil pK 9+400) é de aproximadamente 600 vezes.

Considera-se assim, emitir as seguintes recomendações:

1. Atenta a perspetiva das responsabilidades internacionais associadas à construção da nova ponte internacional do rio Sever, considera-se recomendável a construção daquela obra com a implantação proposta no projeto submetido a apreciação de AIA.
2. Face à natureza das obras a realizar para a construção da ponte sobre o rio Sever, propõe-se que seja promovida a contratação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil com vista a assegurar o acompanhamento especializado dos trabalhos da empreitada do ponto de vista da utilização de explosivos e seus potenciais efeitos na barragem de Cedillo.

20

4.1.2.11. CONCLUSÃO

Tendo em consideração a informação disponível e o acima exposto, considera-se que pode ser emitido parecer favorável, condicionado às disposições contidas no capítulo final deste parecer.

4.1.3. SOCIOECONOMIA

4.1.3.1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

No que respeita ao âmbito sociodemográfico, foram identificadas, na caracterização do ambiente afetado pelo projeto, as principais temáticas dessa matéria, que se prendem com a evolução demográfica e suas condicionantes, bem como com o grau de envelhecimento da população residente.

Não foram identificadas incorreções ou incongruências que possam distorcer o sentido das análises propostas.

No âmbito da economia, foram abordados alguns dos indicadores habituais para este tipo de estudo, recorrendo a informação estatística produzida pelas fontes oficiais – o INE, utilizando dados com grande atualização e estrutura, que permitem avaliar o enquadramento regional da informação relativa ao concelho onde se integra o projeto - Nisa.

Foi avaliada a estrutura das empresas, o pessoal ao serviço e a riqueza criada (VAB) no concelho de Nisa e seu enquadramento regional, bem como foi apresentada e analisada a composição dos Trabalhadores por Conta de Outrem, por setores da atividade e sexo.

4.1.3.2. AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Fase de Construção

Durante a fase de construção, verificar-se-á a afetação da circulação rodoviária e a alteração temporária dos padrões de mobilidade, quer da população, quer da mobilidade associada às atividades económicas, aumentando a circulação de veículos pesados e maquinaria, que se entendem como impactes negativos, temporários e reversíveis.

Prevê-se um aumento da empregabilidade e a dinamização, ainda que temporária, do comércio e dos serviços locais, tanto no que se relaciona com a presença dos trabalhadores, como com as matérias-primas e serviços associados à obra, que se entendem como impactes positivos.

Fase de exploração

Na fase de exploração, os impactes positivos estão associados à melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade ao nível regional e concelhio, nomeadamente o incremento das condições de circulação, por promover melhores condições na EM1139 através da sua beneficiação e da construção de uma nova travessia sobre o rio Sever.

Como efeito cumulativo, associa-se a exploração da via à melhoria das condições de segurança e circulação, acessibilidades e dinamização socioeconómica.

4.1.3.3. CONCLUSÃO

Tendo em consideração a informação disponível e o acima exposto, considera-se que pode ser emitido parecer favorável, condicionado às disposições contidas no capítulo final deste parecer.

21

4.1.4. SOLOS E USO DO SOLO

4.1.4.1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

O uso do solo predominante é florestal, sendo a classe dominante a floresta de Eucalipto, existindo algumas manchas de floresta autóctone, na sua maioria, florestas de sobreiro e uma pequena mancha de floresta de azinheira.

Os territórios artificializados têm pouca expressão, ocorrendo as classes *Tecido Edificado predominantemente horizontal*, *Tecido edificado descontínuo esperso* e *Infraestruturas de energia renovável*.

As áreas agrícolas ocorrem fundamentalmente em redor da povoação de Montalvão, predominando os olivais.

Verificam-se, também, áreas de pastagem, culturas temporárias de sequeiro e regadio, superfícies agroflorestais de sobreiro e de azinheira e, ainda, massas de água superficiais.

Ao longo do traçado da Estrada Municipal 1139 (EM1139), A variação na ocupação dos terrenos é pequena. No troço inicial, da rotunda da N359 até o PK 1+900, observa-se a existência da maioria das edificações junto ao traçado. De seguida, verifica-se uma zona de montado (sobreiro e azinho). Logo após, observa-se uma extensa área predominantemente composta por floresta constituída por vegetação arbustiva e herbácea e eucalipto, que se prolonga até à barragem de Cedillo em território português.

A área em estudo consiste num mosaico de ocupações de solo, predominantemente florestais, intercaladas por matos, áreas agrícolas e áreas de pastagem.

4.1.4.2. AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Fase de Construção

Durante a fase de construção, os impactes nos usos do solo decorrem sobretudo das necessárias movimentações de terra e trabalhos de desarborização, desmatção e decapagem.

Verifica-se que na beneficiação da EM1139, uma vez que as intervenções previstas ocorrem essencialmente nas via e taludes existentes, a afetação do solo será maioritariamente nas classes de florestas de eucalipto (4,36 ha), matos (2,64 ha) e olival (1,00 ha).

Em termos percentuais, a afetação das classes de ocupação do solo pelo projeto será de 42,67% em florestas de Eucalipto, 25,67% em matos, 10,56% em áreas de agricultura, 8,87% em floresta de Sobreiro, 8,73% em pastagens, 0,72% em territórios artificializados e 0,19% em superfície agroflorestal de Sobreiro.

Na área prospetada foram identificadas um total de 335 azinheiras (94 adultas e 241 jovens) e 758 sobreiros (206 adultos e 552 jovens). A grande maioria das árvores identificadas encontram-se sãs, com exceção de 15 indivíduos de sobreiro decrépitos e 2 sobreiros mortos.

Aferiu-se a presença de cinco manchas de povoamento de sobreiro/azinheira, correspondendo a uma área total de 4,72 ha, que integram 465 dos indivíduos identificados (170 azinheiras e 295 sobreiros). Prevê-se a necessidade de abate de 259 indivíduos para a requalificação da via em projeto.

No que diz respeito ao novo troço de via em área de azinhal foi feita uma estimativa com base no que é possível observar da base do talude, tendo sido possível estimar uma aproximação de 230 azinheiras/ha. Tendo em conta a afetação de uma área de cerca de 1,66 ha na zona não acessível, prevê-se a necessidade de abate de 382 azinheiras na área não acessível em consequência da implantação do talude para o novo troço de via.

Em síntese, contabiliza-se o abate de 450 azinheiras e de 191 sobreiros, pelo que, nos termos do art.º 3 do Decreto-Lei nº 169/2001 de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho, foi desenvolvido o Projeto de medidas de compensação.

Os impactes expectáveis serão negativos, diretos, certos, permanentes e reversíveis. Os impactes serão confinados à intervenção do projeto e minimizáveis, considerando-se como pouco significativos.

Fase de exploração

Na fase de exploração não se verificam impactes adicionais aos anteriormente descritos, uma vez que as intervenções que alteram a tipologia de ocupação do solo atual já terão ocorrido na fase de construção.

Fase de desativação

A fase de desativação será caracterizada pela desativação e reabilitação das infraestruturas em exploração. Os impactes expectáveis serão positivos e pouco significativos.

4.1.4.3. CONCLUSÃO

Tendo em consideração a informação disponível e o acima exposto, considera-se que pode ser emitido parecer favorável, condicionado às disposições contidas no capítulo final deste parecer.

4.1.5. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Relativamente ao Plano Diretor Municipal de Nisa (PDMN): verifica-se incompatibilidade do projeto para as seguintes classes de uso do solo:

- Espaços Agrícolas (art.º 25º- Objetivos, art.º 26º- Ocupações e utilizações interditas, art.º 28º- Intervenções e utilizações condicionadas (condicionada abertura de vias de comunicação em RN2000), art.º 33º- Ocupações e utilizações interditas);
- Espaços Florestais (art.º 37º- Identificação, art.º 38º- Ocupações e utilizações interditas, art.º 39º- Intervenções e utilizações condicionadas (condicionada abertura de vias de comunicação em RN2000));
- Espaços Naturais (art.º 52º- Identificação, art.º 53º- Ocupações e utilizações interditas, Art.º 54º – Ocupações e utilizações condicionadas (condicionada abertura de vias de comunicação em RN2000), art.º 58º- Ocupações e utilizações interditas, art.º 59º- Ocupações e utilizações condicionadas (condicionada abertura de vias de comunicação em RN2000));
- Solo Urbano (art.º 79º- Disposições gerais, art.º 83º- Identificação, art.º 84º – Ocupações e Utilizações, art.º 85º- Regime de Edificabilidade);
- Estrutura Ecológica Municipal (art.º 15º- Identificação).

A compatibilidade do projeto poderá ser admissível após revisão do PDMN e com a obtenção da declaração de “utilidade pública e projetos de relevante e sustentável interesse para a economia local”.

Nos casos de infraestruturas públicas, nomeadamente rodoviárias, ferroviárias, portuárias, aeroportuárias, de abastecimento de água ou de saneamento, sujeitas a Avaliação de Impacte Ambiental, a Declaração de Impacte Ambiental favorável ou favorável condicionada, equivale ao reconhecimento do interesse público da ação.

Reserva Ecológica Nacional (REN): o projeto afeta 7,38 ha de áreas de REN (áreas de instabilidade de vertentes; Áreas de elevado risco de erosão; Cursos de água e respetivos leitos e margens – leito de curso de água: albufeira – faixa de proteção; albufeira (afetação resultante da implantação dos maciços de fundação da ponte).

O projeto não se enquadra em nenhum dos Usos listados no Anexo II (a que se refere o artigo 20.º) do Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro; assim, a ocupação de áreas REN poderá ser efetuada através da figura do Reconhecimento de Ações de Relevante Interesse Público (Artigo 21.º - Ações de Relevante interesse público, do suprarreferido decreto-lei).

Reserva Agrícola Nacional (RAN): são afetados pelo projeto 0,5494 ha de áreas da RAN. Nas áreas da RAN são excecionalmente permitidas utilizações não agrícolas, consideradas compatíveis com os objetivos de proteção da atividade agrícola, mediante parecer prévio vinculativo ou comunicação prévia à entidade regional da RAN territorialmente competente. Os pareceres favoráveis só poderão ser concedidos quando estejam em causa, sem que haja alternativa viável fora da RAN, uma ou mais das situações referidas nas alíneas do nº 1 do Art.º 22º do Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 199/2015, de 16 de setembro. A utilização não agrícola de solos da RAN, carece sempre de prévio parecer das Entidades Regionais da Reserva Agrícola Nacional (ERRAN), junto das quais poderá ser instruído o processo de pedido de utilização não agrícola de solos da RAN.

Regime de Proteção de Albufeiras de Águas Públicas: o concelho de Nisa não tem definidos Planos de Ordenamento das Albufeiras de Águas Públicas (POAAP), aplicando-se a lei geral em vigor. A albufeira de Cedillo encontra-se classificada como Albufeira de Utilização Protegida.

Proteção do Sobreiro e Azinheira: é identificado um impacto negativo significativo, pela afetação de 3,54 ha de povoamento de sobreiros e azinheiras, correspondendo a uma estimativa de cerca de 400 exemplares afetados em povoamento. Prevê-se ainda a necessidade de abate de 30 azinheiras e 10 sobreiros isolados O abate de sobreiros em povoamento é interdito, exceto para cortes sanitários ou

situações muito específicas, entre as quais se incluem projetos que obtenham a declaração prévia de “utilidade pública e projetos de relevante e sustentável interesse para a economia local.

Regime de proteção do olival: são afetados 1,02 ha de povoamento de oliveiras. Deverá ser apresentado junto da CCDRA, IP a Declaração de Utilidade Pública, no caso de enquadramento na alínea j) do art.º 2º do diploma legal aplicável.

Domínio Hídrico: verifica-se a interferência com Domínio Público Hídrico, nomeadamente com o atravessamento do rio Sever e da Albufeira de Monte Fidalgo, e verifica-se, também, a interferência com Domínio Hídrico, correspondente às restantes linhas de água não navegáveis, nem fluviáveis presentes na área de estudo (REN). É necessária instrução de pedido de utilização dos recursos hídricos à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

4.1.5.1. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Ao nível da avaliação de impactes e medidas de minimização importa referir:

- **Plano Rodoviário Nacional** – O projeto em estudo será desenvolvido em toda a extensão da EM1139, não fazendo esta estrada atualmente parte da Rede Rodoviária Nacional;
- **PROF-ALT** – o projeto em causa encontra-se localizado em Áreas Classificadas, Áreas florestais sensíveis em áreas de corredores Ecológicos;
- **Plano Regional de Ordenamento do Alentejo (PROTA)** – o projeto enquadra-se como fator fundamental na Estratégia de Integração Territorial e Abertura ao Exterior;
- Verifica-se que uma parte significativa (400 azinheiras) das quercíneas afetadas pelo projeto é avaliada com recurso a uma estimativa, por alegada inacessibilidade das áreas afetadas. Torna-se necessário proceder à validação deste valor, de modo a adequar as medidas de compensação.
- Identificam-se os seguintes impactes negativos significativos, na fase de construção, ao nível do Ordenamento do Território e Condicionantes ao Uso do Solo:
 - PROF-ALT;
 - Classes de ordenamento do PDMN, incluindo Habitats da rede Natura 2000;
 - Condicionantes do PDMN, nomeadamente Povoamento de Oliveiras, Povoamento de Sobreiros e Azinheiras e Faixa de proteção de Albufeiras, REN e Domínio Hídrico;
- Identificam-se os seguintes impactes positivos significativos, na fase de construção, ao nível do Ordenamento do Território e Condicionantes ao Uso do Solo:
 - PROTA;
 - Gestão dos IGT por melhoria das condições de estrada existente (EM1139)

24

Não se preveem impactes cumulativos no fator Ordenamento do Território.

Relativamente ao local de implementação do estaleiro e acessos, o ofício da Câmara municipal de Nisa (CMN) com a referência 1458, de 05/08/2024, propõe uma área (1,5 ha) que se localiza fora da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) de Nisa, inserida em área do Sítio da Rede Natura “STo Mamede”, na freguesia de Montalvão, concelho de Nisa. Esta área proposta encontra-se em espaço contíguo à execução da obra no CM 1139, sem nenhuma interferência na criação de acessos.

No que concerne a admissibilidade do depósito definitivo dos solos excedentários (173.97 m³), verifica-se que se mantém a indefinição dos locais selecionados para o efeito e dos respetivos acessos, bem como a não avaliação do impacto da futura solução proposta. No entanto, e por estes solos excedentários constituírem um “Resíduo de Construção e Demolição” (RCD), previamente ao início da empreitada

deverá ser apresentada, para aprovação da Autoridade de AIA, a solução para depósito dos referidos resíduos, integrada no Plano de Prevenção e Gestão de RCD.

Considera-se que o EIA é suficiente no que respeita a medida(s) de integração na Economia Circular da região, que pretendem contemplar aspetos como a diminuição de utilização de materiais não renováveis e não biodegradáveis, diminuição da utilização de energia de base fóssil e de resíduos produzidos, mas que é necessário definir as métricas adequadas de forma a avaliar a eficácia das pretensões apresentadas na medida 23 para a Componente Social (pág. 774 do RS), e em todas as fases do projeto, incluindo a fase de desativação. Assim, previamente ao início da obra, deverá ser apresentada para aprovação da AAIA um Documento a especificar como será implementado preconizado na referida medida.

4.1.5.1. CONCLUSÃO

Tendo em consideração a informação disponível e o acima exposto, considera-se que pode ser emitido parecer favorável, condicionado às disposições contidas no capítulo final deste parecer.

4.1.6. QUALIDADE DO AR

4.1.6.1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

Para a caracterização da qualidade do ar na situação atual, o proponente apresentou os dados disponíveis em <https://qualar.apambiente.pt/>, sendo efetuada uma análise de âmbito regional e local.

Foram utilizados os dados da estação de monitorização da Qualidade do Ar mais representativa e próxima do projeto - Estação do “Fundão”, que dista aproximadamente 60 km, direção norte, relativamente ao final do traçado.

O índice da qualidade do ar para esta estação apresentou para o ano de 2022 a classificação de “Muito Bom”.

Relativamente aos recetores sensíveis próximos do projeto, identificaram-se habitações ao longo da estrada municipal EM1139, e são apresentados na tabela 1:

Recetores	Localização dos Recetores face ao traçado
1	85 m SE do km 0+000
2	225 m a NO do km 0+175
3	80 m Oeste do km 1+275
4	20 m Oeste do km 1+450
5	45 m Oeste do km 4+300
6	90 m Este do km 5+900

Tabela 1- Recetores sensíveis (Qualidade do Ar) na proximidade do projeto (Fonte EIA)

Segundo o EIA, os recetores 1 e 2 estão associados à localidade de Montalvão, os restantes são habitações isoladas.

Evolução da situação atual a ausência do projeto

O estudo considera que, na ausência do projeto, não ocorreriam alterações significativas na área em estudo, dado o pequeno aumento previsto do TMDA (Tráfego Médio Diário Anual) expetável, pelo que o Índice de Qualidade do Ar se manteria com a classificação de “Muito Bom”.

4.1.6.2. AVALIAÇÃO DE IMPACTES NA QUALIDADE DO AR

Fase de Construção

Durante esta fase, prevê-se que ocorram impactes negativos na qualidade do ar local, com origem nas seguintes atividades de construção:

- Movimentação de terras, circulação e operação de veículos, máquinas e equipamentos afetos à obra, no local de trabalho e nas vias de acesso;
- Pavimentação.

Os impactes decorrentes desta fase classificam-se como negativos, indiretos, prováveis, temporários e pouco significativos, tendo em conta o reduzido número de recetores sensíveis, e a distância destes relativamente ao traçado. Deverão ser adotadas medidas de minimização, procedendo-se ao humedecimento dos locais por aspersão, sempre que necessário.

Fase de exploração

Os impactes previstos na qualidade do ar para a fase de exploração foram estimados com base no modelo matemático de dispersão de poluentes atmosféricos - CALINE 4 [modelo desenvolvido pelo California Department of Transportation (CALTRANS)]. O modelo utilizado permite estimar a concentração de poluentes até uma distância de aproximadamente 500 metros do eixo da rodovia, com base nos dados de entrada fornecidos, nomeadamente, o volume de tráfego, fatores de emissão, condições meteorológicas e topografia local. O modelo possibilita a determinação de concentrações médias horárias e médias de 8 horas.

Os dados de tráfego indicados no âmbito do projeto são referentes ao TMD (Tráfego Médio Diário), tendo os mesmos sido convertidos para TMH (Tráfego Medio Horário) para estes poderem ser introduzidos no modelo. Considerou-se que o tráfego diurno corresponde a 13 horas (período que ocorre entre as 7 e as 20 horas). Assim, tendo em conta o suprarreferido, estimaram-se os dados apresentados na tabela 2.

Anos	Veículos / dia / 2 sentidos	
	Perspetiva Otimista	TMH - Diurno
2025	300	23
2035	375	29

Fonte: Memória Descritiva do Projeto de Execução – P3 Pavimentação

Tabela 2- TMH relativo ao período diurno – Perspetiva Otimista (Fonte EIA)

Na aplicação do modelo CALINE 4 foram considerados 20 troços e, para cada troço, foram especificadas as coordenadas de localização (x,z). Considerou-se uma distância máxima de localização dos recetores de 250 metros a partir do eixo da via. A tabela 3 apresenta os recetores identificados e a respetiva localização dos mesmos, face ao traçado em estudo.

Foram realizadas simulações para o ano de 2035 (cenário otimista) para os poluentes: CO, NO₂ e Partículas em suspensão, por forma a obter valores comparáveis com a legislação; as simulações das concentrações

de CO e NO₂ foram efetuadas para uma média de 8 horas e 1 hora, respetivamente. No que diz respeito as concentrações de PM₁₀, estas foram simuladas para médias horárias devido à impossibilidade de simulação de médias diárias.

Analisando a Tabela 4, verifica-se que, em todos os cenários simulados, os valores obtidos estão abaixo dos valores legislados. Assim, os impactes relacionados com o incremento do tráfego rodoviário na fase de exploração são negativos, indiretos/secundários, pouco prováveis, ocasionais/sazonais e reversíveis, sensibilidade ambiental reduzida e minimizáveis. Assim, considera-se o impacte como pouco significativo.

Recetor	Localização (km)	Distância ao Traçado (m)	Orientação
R1	0+000	85	SE
R2	0+175	225	NO
R3	1+275	80	Oeste
R4	1+450	20	Oeste
R5	4+300	45	Oeste
R6	5+900	90	Este

Nota: Os recetores 1 e 2 estão associados à localidade de Montalvão os restantes são habitações isoladas.

Tabela 3 - Localização dos recetores na proximidade do traçado (Fonte EIA)

Recetores	CO (mg/m ³)			NO ₂ µg/m ³			PM ₁₀ µg/m ³		
	CT	CD	VL diário (10 mg/m ³)	CT	CD	VL diário (200 µg/m ³)	CT	CD	VL diário (50 µg/m ³)
1	0,05	0,05	Cumpre	12,75	12,75	Cumpre	6,8	7,1	Cumpre
2	0,05	0,05	Cumpre	12,75	12,75	Cumpre	6,7	6,8	Cumpre
3	0,05	0,05	Cumpre	12,75	12,75	Cumpre	6,7	6,8	Cumpre
4	0,05	0,05	Cumpre	12,75	12,75	Cumpre	6,7	6,9	Cumpre
5	0,05	0,05	Cumpre	12,75	12,75	Cumpre	7,1	7,2	Cumpre
6	0,05	0,05	Cumpre	12,75	12,75	Cumpre	6,7	6,9	Cumpre

CT – Cenário Típico. CD – Cenário Desfavorável
Valores Limites: Decreto-Lei n.º 102/2010 – Proteção da Saúde Humana
Indicam-se os valores da concentração de referência dos poluentes na área em estudo, quando os valores estimados no modelo foram igual a 0. Foram utilizados os valores disponibilizados no QualAR referente à região Centro (Estação do “Fundão”), para os parâmetros NO₂ e PM₁₀. Para o CO, e uma vez que este valor não está disponível nesta estação, utilizaram-se os dados da Estação de “Monte Velho”.

Tabela 4 - Concentrações poluentes (µg/m³) obtidas no modelo de simulação – 2035 (Fonte EIA)

Fase de desativação

Durante esta fase os impactes são similares aos gerados durante a fase de construção, dado que as ações geradoras de impactes serão semelhantes. Durante as operações de retirada dos elementos físicos existentes, haverá emissões de poeiras, resultando em impactes muito localizados, negativos, indiretos/secundários, prováveis, temporários, ocasionais/sazonais e reversíveis, sensibilidade ambiental reduzida (tendo em conta o número de recetores sensíveis na proximidade do traçado e a distância dos mesmos ao traçado), não confinados, mas localizados e minimizáveis. Assim, considera-se o impacte como pouco significativo.

4.1.6.3. CONCLUSÃO

Tendo em consideração a informação disponível e o acima exposto, considera-se que pode ser emitido parecer favorável, condicionado às disposições contidas no capítulo final deste parecer.

4.1.7. PAISAGEM

4.1.7.1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

Análise Estrutural e Funcional da Paisagem

A descrição e caracterização da paisagem incidiu sobre as componentes natural e humana, analisando a fisiografia, morfologia, ocupação do solo, e identificando as unidades e respetivas subunidades de paisagem. A Área de Estudo da Paisagem, com cerca de 8.074 ha, engloba a área de projeto e a sua envolvente num raio de 3 km, delimitado a partir do eixo definido pelo projeto.

De acordo com o Estudo “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental” de Cancela d'Abreu et al (2004), a Área de Estudo da Paisagem insere-se no Grupo de Unidades de Paisagem G – Beira Interior, tendo sido efetuada uma caracterização das três Unidades de Paisagem (UP) abrangidas.

- Grupo G – Beira Interior;
- UP 53. Beira Baixa – Tejo Internacional;
- UP 54. Tejo Superior e Internacional;
- UP 55. Terras de Nisa.

A delimitação das Subunidades de Paisagem (SUP) teve por base a identificação de agregações territoriais de características homogêneas relacionadas com fatores morfológicos e antrópicos, e abrangeu parte do território espanhol. Desta forma foram identificadas 5 subunidades, nomeadamente Matos de Nisa (1), Vale do Sever (2), Matos de Cedillo (3), Vale do Tejo Superior (4), e Extremo da Beira Inferior (5).

A análise da Carta P01 permitiu constatar que o projeto se desenvolve maioritariamente na subunidade Matos de Nisa, no traçado existente da EM 1139, e com a aproximação à barragem de Cedillo, intersecta as subunidades Vale de Sever e Vale do Tejo Superior.

Análise visual da Paisagem

A análise cénica da Paisagem abrange os seguintes parâmetros: Qualidade Visual, Capacidade de Absorção Visual e Sensibilidade Visual. A área de estudo, cerca de 8 074 ha (buffer de 3 km), define-se da seguinte forma:

- Qualidade Visual da Paisagem – a área de estudo apresenta na sua maioria uma qualidade média (28,14 %) a elevada (26,24 %), seguida das classes baixa (23,72 %), muito baixa (11,15 %) e muito elevada (10,76 %). Estes resultados corroboram a delimitação e caracterização das subunidades de paisagem identificadas, quer pela crescente descaracterização da paisagem, associada às florestas de produção (eucalipto), quer pela existência de infraestruturas de produção e transporte de energia renovável, que contrasta com a presença do rio Sever e da pequena área de vegetação autóctone que ainda se encontra no seu vale. A análise da Carta P04 – Qualidade Visual e do Quadro 4.119 permite constatar que as unidades de paisagem onde o traçado do projeto se insere apresentam qualidade média a elevada.
- Capacidade de Absorção Visual da Paisagem – a área de estudo apresenta na sua maioria muito elevada capacidade de absorção (51,27 %), seguida da classe elevada (26,45 %), enquanto a classe média apresenta um valor pouco significativo (14 %), e as classes baixa e muito baixa valores residuais (6,46 % e 2,18 %, respetivamente). Analisando a área do traçado do projeto e o Quadro 4.121, constata-se que as subunidades Matos de Nisa, Vale do Sever e Vale do Tejo Superior

apresentam uma capacidade de absorção visual média a elevada. Considera-se que a aproximação à barragem de Cedillo e a morfologia do terreno irá condicionar a visibilidade sobre o projeto, tendo em conta a informação constante nas Cartas P02a, P02b e P05 (Hipsometria, Declives e Capacidade de Absorção, respetivamente) e presente no estudo: Os valores mais baixos de intervisibilidade aos quais corresponde uma maior capacidade de absorção visual de novos impactes sobre a paisagem situam-se nas zonas de vale, como acontece nas zonas mais baixas das SUP do vale do rio Tejo ou do vale do rio Sever, uma vez que a menor altitude e o relevo rugoso envolvente, muitas vezes encaixado, destas áreas dificultam a ocorrência de planos de grande abertura visual para o observador.

- Sensibilidade Visual – a conjugação dos parâmetros qualidade visual e capacidade de absorção visual resulta, na sua maioria, numa área de sensibilidade visual baixa (46,95 %), seguida das classes média e muito baixa (22,64 % e 22,58 %, respetivamente), enquanto as restantes classes apresentam valores residuais (elevada com 6,78 % e muito elevada com 1,04 %). As áreas com maior sensibilidade visual ocorrem em zonas que apresentam maior qualidade visual e menor capacidade de absorção visual face a novas intrusões visuais, e que ocorre pontualmente ao longo do traçado da EM 1139, sendo que na aproximação à barragem de Cedillo a sensibilidade visual começa a diminuir, apresentando sensibilidade baixa a muito baixa, conforme análise da Carta P06.

Em sede de Aditamento foi solicitada a apresentação do registo fotográfico dos pontos notáveis de apropriação visual nas subunidades identificadas, permitindo complementar a descrição da situação de referência; e a simulação da travessia sobre o rio Sever, de forma a compreender o potencial impacte visual desta infraestrutura.



Figura 5 – Simulação da ponte sobre o rio Sever (Fonte: EIA)

4.1.7.2. AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Os principais impactes gerados pelo projeto são negativos e resultam da realização das intervenções necessárias para a execução do reperfilamento e repavimentação de um troço da EM 1139 e da construção de novos troços da EM 1139 e da EX-375 para ligação à nova travessia sobre o rio Sever (impactes estruturais e funcionais), assim como a sua intrusão visual no território, que pode ser atenuada consoante a fisiografia, a modelação do terreno e o uso e ocupação do solo.

Os impactos estruturais e funcionais estão relacionados com alterações ao nível da morfologia do terreno e afetação do coberto vegetal, que de forma indireta se associam a impactos de natureza visual.

A análise e avaliação dos impactos visuais aborda a delimitação da visibilidade do projeto, através do cálculo da bacia visual e da identificação dos valores de referência da paisagem afetados, contemplando a avaliação da magnitude e a significância do impacto visual, cuja metodologia se encontra anexada no presente EIA.

Fase de Construção

Impactes Estruturais e Funcionais

Os impactos estruturais e funcionais estão associados a alterações de uso e ocupação do solo e morfologia do terreno, e circunscritos à área de intervenção da beneficiação dos troços da EM 1139 e EX-375, da implantação dos novos troços a construir e respetivas obras de contenção, e travessia sobre o rio Sever, assim como as restantes áreas de apoio à frente de obra.

Analisando a informação constante no estudo verifica-se que as alterações resultantes das ações de construção necessárias para a execução do projeto mais significativas a muito significativas, relacionadas com desmatamento, desflorestação e alteração da morfologia do terreno, ocorrem aproximadamente entre os km 6+200 e km 9+400.

▪ Desmatamento e Desflorestação

Relativamente a ações de desmatamento e desflorestação, nomeadamente na pág. 662 do RS refere-se o seguinte: *"(...) considera-se que as mesmas são pouco significativas a significativas na generalidade do traçado a ser beneficiado, uma vez que este é, na sua maioria, coincidente com o uso rodoviário existente. Assinala-se, no entanto, que no traçado da EM1139 a ser beneficiado, a intervenção ocorre em zonas cujas margens da estrada se encontram ladeadas por áreas de sobre e azinho, como sucede a Norte e nordeste de Montalvão, pelo que importa salvaguardar os exemplares arbóreos destas espécies que, na análise efetuada, muitas vezes parecem sobrepor-se ao limite da área de intervenção disponibilizado pela equipa projetista, de forma a impedir que estes sejam desnecessariamente afetados pela área de expansão do eixo rodoviário e das respetivas bermas. (...).*

30

Os dados complementares ao estudo referem, para o troço existente e a requalificar, a necessidade de abate de 259 exemplares de quercíneas (68 azinheiras e 191 sobreiros), pelo que se considera que esta ação de desflorestação se traduz num impacto negativo, muito significativo.

Em relação ao troço a construir, discorda-se da seguinte alegação: *"Na zona de extensão/aproximação do traçado em direção à travessia sobre o rio Sever a implantação do projeto implica, sobretudo, a desmatamento das encostas. Sendo que a sua ocupação corresponde a uma alteração significativa da ocupação atual e consequente quebra de qualidade visual nesta área da AIV".* Considera-se que a aproximação do traçado em direção ao rio Sever, antes de se iniciar a travessia sobre o rio, implica a desflorestação e a perda do habitat 9340, o que se traduz num impacto negativo, de elevada magnitude e muito significativo, e desta forma representa a maior e mais gravosa alteração estrutural e funcional de todo o projeto, tendo em conta a estimativa de abate de 230 azinheiras/ha, numa área de cerca de 1,66 ha, o que perfaz um total de 382 exemplares.

- Impacte negativo, direto, certo, local, permanente, irreversível, de reduzida (desmatamento) a elevada (desflorestação no troço a requalificar) a muito elevada (desflorestação no troço a construir) magnitude, e pouco significativo (desmatamento) a significativo (desflorestação no troço a requalificar) a muito significativo (desflorestação no troço a construir).

▪ Alteração da morfologia do terreno

A Carta P10 apresenta o impacto estrutural da execução de escavações e regularização de taludes, que foi classificado de acordo o grau de alteração, calculada através da diferença entre a cota do terreno e a rasante proposta, tendo sido atribuídas 3 classes: pouco significativo (< 3 m), significativo (< 6 m), muito significativo (≥ 6 m). A análise da carta permite constatar que os impactos negativos mais significativos far-se-ão sentir com a aproximação à barragem e ao rio Sever, dada a necessidade da implantação de novos troços e respetivas obras de contenção.

- Impacte negativo, direto, certo, local, temporário (áreas de frente de obra e estaleiros) a permanente (área de implantação do eixo rodoviário), reversível (áreas de frente de obra e estaleiros) a irreversível (áreas de alteração acentuada da morfologia do terreno e), de reduzida (km 0+000 a km 6+200) a moderada (km 6+200 0 a km 6+800) a elevada (km 6+800 a km 8+700) a muito elevada (km 8+700 a km 9+400) magnitude, e pouco significativo (km 0+000 a km 6+200) a significativo (km 6+200 0 km 8+000) a muito significativo (km 8+000 e km 9+400).

Impactes Visuais

Os impactos visuais decorrem da intrusão visual causada pela presença de elementos estranhos na paisagem (p.e. maquinaria pesada, estaleiros, materiais de construção, circulação de veículos afetos à obra), ações de construção relacionadas com a criação de acessibilidades, terraplanagens, obras de contenção, obras de arte e pavimentação, e por consequência a formação de poeiras; que se expressa num impacto visual designado por “Desordem Visual” e que leva à diminuição temporária da qualidade visual cénica e/ou ecológica.

Analisado a área de estudo da Paisagem e as respetivas Subunidades da Paisagem (SUP) identificadas, constata-se que as mesmas apresentam uma potencial visibilidade para o projeto de cerca de 27 % (aprox. 2 196 ha da área total de 8 074 ha), sendo as subunidades Vale do Tejo Superior (SUP 4) e Vale do Sever (SUP 2) as mais afetadas, com cerca de 36,03 % e 35,92 %, respetivamente.

31

A análise do Quadro 6.31, que quantifica a afetação dos valores de referência da paisagem pela visibilidade do projeto, permite aferir que o impacto visual irá incidir maioritariamente em áreas de média e elevada qualidade visual (cerca de 16 % da área de estudo), no entanto as áreas de muito elevada qualidade visual representam um valor significativo (cerca de 4,79 % da área de estudo, sendo a terceira classe mais afetada). Em termos de sensibilidade visual, destaca-se a afetação, na sua maioria, de áreas de baixa a média sensibilidade visual (cerca de 19 % da área de estudo).

O estudo aborda ainda a magnitude e a significância do impacto visual do projeto, considerando que o impacto visual ocorre maioritariamente nas classes muito baixa a baixa magnitude (16,33 % e 6,38 %, respetivamente), e a ocorrência de áreas classificadas de maior magnitude ocorrem de forma localizada, em particular na aproximação à área de implantação da travessia. Em termos de significância, os valores apresentados são semelhantes, sendo as classes baixa e muito baixa as mais representativas (14,59 % e 7,36 %, respetivamente).

Relativamente à magnitude e significância do impacto visual nas subunidades de paisagem, a maior magnitude é respeitante às classes elevada a muito elevada, e irá ser sentida no Vale do Tejo Superior (SUP 4), mas também nos Matos de Nisa (SUP 1), no Vale do Sever (SUP 2), conforme Quadro 6.33 e Carta P08. A significância apresenta resultados semelhantes, com exceção da subunidade Vale do Sever (SUP 2) que não apresenta valores para a classe muito elevada, demonstrando que os impactos nesta subunidade assumem menor significado, conforme Quadro 6.36 e Carta P09.

Quanto a Observadores Permanentes, tendo em conta a informação constante na Cartas P07 (Bacia de Visibilidade do Projeto) e a interpretação da carta militar e ortofotomapas, a povoação mais afetada é Montalvão e algumas habitações isoladas ao longo do traçado, assim como os observadores temporários que pretendam usufruir do Rio Sever.

Deve também ser tida em consideração os observadores permanentes situados em território espanhol, pelo que se considera a afetação de parte do complexo habitacional (potencialmente habitado) junto da EX-374 e dos observadores temporários que pretendem usufruir do rio Tejo, dada a existência de atrações turísticas neste território.

- Impacte negativo, indireto, certo, imediato, local, permanente, reversível, de reduzida (observadores permanentes e temporários situados a mais de 2 000 m) a elevada (observadores permanentes e temporários situados até 500 m) magnitude, e pouco significativo (observadores permanentes situados entre 1 000 m a 2 000 m e > 2 000 m) a significativo (observadores permanentes e temporários situados entre 500 m a 1 000 m) a muito significativo (observadores permanentes e temporários situados até 500m).

A realização de uma simulação da ponte sobre o rio Sever permite aferir o potencial impacte visual gerado pela construção desta infraestrutura na Paisagem, mais precisamente na subunidade Vale do Sever, que a par da infraestrutura da barragem de Cedillo, irá acentuar a descaracterização deste local. As figuras apresentadas são, no entanto, omissas em relação à alteração do relevo de forma a ser possível aceder e implantar o novo troço e esta obra de arte.

Fase de Exploração

Na Fase de Exploração permanece a imposição visual do projeto e todos os impactes associados à sua implantação na área de estudo, de magnitude e significância variável consoante a presença de outros elementos exógenos junto dos observadores permanentes, promovendo a artificialização e degradação visual da paisagem.

Relativamente aos observadores permanentes, os impactes identificados na Fase de Construção fazem-se sentir de forma permanente, especialmente os observadores permanentes situados na povoação de Montalvão até 500 m do traçado, contribuindo para a degradação da qualidade cénica da paisagem.

Impacte negativo, indireto, certo, imediato, local, permanente, irreversível, de reduzida a elevada (observadores permanentes e temporários situados até 500 m e áreas de elevada qualidade visual) magnitude, e pouco significativo a muito significativo (observadores permanentes e temporários situados até 500 m e áreas de elevada qualidade visual).

Impactes Cumulativos

Consideram-se como sendo geradores de impactes cumulativos o desenvolvimento e a existência de Projetos na Área de Estudo, de igual ou diferente tipologia, que contribuam para a alteração estrutural, funcional e visual da Paisagem, e que se fazem sentir devido à sobreposição visual, espacial e temporal.

Na perspetiva da Paisagem, é referido no estudo a existência de infraestruturas de produção e transporte de energia, mais precisamente a barragem de Cedillo e as linhas de muita alta tensão, acresce ainda, através de fotointerpretação, a presença da subestação de Cedillo em território espanhol.

A elevada artificialização já existente no local da barragem de Cedillo e a conjugação com a visibilidade do projeto em análise promove um impacte cumulativo negativo e muito significativo, conforme Carta P12b, que se fará sentir maioritariamente nas subunidades de paisagem Vale do Sever (SUP 2) e Vale do Tejo Superior (SUP 4).

4.1.7.3. CONCLUSÃO

Face ao exposto, considera-se que pode ser emitido parecer favorável, condicionado às disposições

contidas no final deste parecer.

4.1.8. PATRIMÓNIO CULTURAL

4.1.8.1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

Vertente terrestre

De acordo com o EIA, para a caracterização do Património (Componente Terrestre) foi realizado um levantamento bibliográfico (ex-DRCN - Direção Regional Cultura do Alentejo, Câmara Municipal Nisa e estudos anteriormente já realizados na área em estudo), cartográfico e de campo, de modo a caracterizar o património existente na zona do projeto.

Os dados recolhidos foram posteriormente relocados no terreno. O trabalho de campo consistiu numa batida sistemática de forma zigzagante e paralela com malha apertada do terreno da área de incidência direta correspondente à área de projeto e na área de incidência indireta correspondente à área envolvente à área de projeto (400 m de diâmetro com o centro no eixo da via), apoiada por cartografia em formato papel, e na georreferenciação com GPS.

O Relatório dos Trabalhos Arqueólogos realizado no âmbito da Componente Terrestre, consta do ANEXO TÉCNICO 3 – PATRIMÓNIO do VOLUME IV – ANEXOS TÉCNICOS do EIA.

Apresenta um designado enquadramento Histórico – Arqueológico, identificando a «origem da primitiva localidade que veio a designar-se como Montalvão» que foi sede de Município até dezembro de 1836.

Neste estudo foram identificadas quinze Ocorrências Patrimoniais (OP):

- Seis OP de caráter etnográfico;
- Nove OP de caráter arqueológico.

No ANEXO 3.1.2 do VOLUME IV – ANEXOS TÉCNICOS do EIA constam as fichas pormenorizadas e completas para cada Ocorrência Patrimonial inventariada. No DESENHO N.º 08-A, incluído no VOLUME III – PEÇAS DESENHADAS, constam as Ocorrências Patrimoniais (escala 1/25 000) e DESENHO N.º 26 constam as Ocorrências Patrimoniais (escala 1/1 000), bem como no ANEXO 3.1.2 do VOLUME IV – ANEXOS TÉCNICOS do EIA.

33

Nº	Designação	Localização Face ao Projeto
OP1	Via romana Tejo – Ammaia - Merida	Área de incidência indireta e área de incidência direta. Ao Pk 0+000 e entre os pk 1+500 e Pk 2+000 localiza-se por baixo da EM1139
OP2	Dourados 1 / Douradas	Área de incidência direta do pk 4+300 localiza-se por baixo da EM1139
OP3	Nave do Padre Santo	Área de incidência indireta a 76m Este do pk 6+000
OP4	Caminho da Foz	Área de incidência indireta a 53m Nordeste do pk 6+500
OP5	Muro da Porta	Área de incidência indireta a 10m a Este do pk 4+150
OP6	Feijó 1	Área de incidência indireta a 56m Nordeste do pk 6+550
OP7	Feijó 2	Área de incidência indireta a 30m Nordeste do pk 6+540
OP8	Feijó 3	Área de incidência indireta a 38m Oeste do pk 6+950
OP9	Feijó 4	Área de incidência indireta a 21m Oeste do pk 6+960
OP10	Monte da Foz	Área de incidência indireta a 40m Este do pk 7+100
OP11	Naves	Área de incidência indireta a 168m Este do pk 3+755
OP12	Vermelha	Área de incidência indireta a 135m Este do pk 7+050
OP13	Ofélia 1	Área de incidência indireta a 162m Este do pk 8+075
OP14	Ofélia 2	Área de incidência indireta a 171m Sul do pk 8+975
OP15	Tapada da Eira das Bezerras	Área de incidência indireta a 166m Oeste do pk 6+975

Tabela 5 - Localização das Ocorrências Patrimoniais identificadas face às componentes do projeto (Fonte: EIA)

Destacam-se as seguintes ocorrências face à sua distância ao projeto (menos de 50 m) e ao respetivo valor patrimonial, destacando-se que as OP1 e OP2 encontram-se dentro da área de incidência direta do Projeto.

A OP1, Via romana Tejo – Ammaia – Merida, não foi localizada durante os trabalhos de prospeção.

As OP2, Dourados 1 / Douradas, e OP3, Nave do Padre Santo, correspondem a duas antas que se encontram Em Vias de Classificação no âmbito do «Megalitismo Alentejano», conforme Anúncio n.º 17/2023, DR, 2.ª série, n.º 31, de 13-02-2023.

A primeira anta de Dourados foi identificada por F. Henriques e J. Caninas cerca dos anos 80 do século XX, que os autores descrevem como "câmara sem acentuação de cabeceira nem vestígios de corredor". Importa distinguir este sepulcro do segundo dos "Dourados", indicado por F. Henriques e J. Caninas como estando "totalmente destruído". Durante os trabalhos de prospeção para a elaboração do EIA não foram encontrados vestígios do sítio arqueológico nem materiais arqueológicos.

Quanto à anta de Nave do Padre Santo, esta corresponde a um monumento com "câmara poligonal" com os esteios cortados pela base, identificada e publicada pelos G. e V. Leisner em 1959. Foi relocada por J. Oliveira em 1985, no âmbito da avaliação do estado das antas da "Necrópole Megalítica do Sever", já transformada em "pequeno abrigo para animais". Na fase de prospeção não foi possível aceder ao terreno e realizar a prospeção.

Anta do Caminho da Foz, OP4, corresponde igualmente a um monumento referenciado pelos Leisner em 1959 e encontrar-se-á destruído. De acordo com o EIA, durante os trabalhos de prospeção não foram encontrados vestígios do sítio arqueológico nem materiais arqueológicos. Já a OP5, Muro da Porta, elemento etnográfico contemporâneo correspondente a ruínas de construção de pedra seca de forma quadrangular, de cerca de 5 m por 6 m.

São igualmente ocorrências etnográficas contemporâneas as OP7, Feijó 2, OP8, Feijó 3, OP9, Feijó 4 e OP10, Monte da Foz.

As OP1 e OP2 encontram-se dentro da área de incidência direta do Projeto.

34

Vertente náutica e subaquática

No que se refere à vertente náutica e subaquática foi dado cumprimento no que respeita aos elementos previstos no ponto 5 da Circular Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Avaliação de Impacte Ambiental, de 29.03.2023, tendo sido integrada a informação produzida no âmbito dos trabalhos arqueológicos realizados em meio submerso e misto.

Foi efetuada prospeção subaquática orientada da superfície. Na totalidade da área espanhola, e na maioria da zona da sapata na margem portuguesa, foi executado na zona por intermédio de equipamento de mergulho. Foi executada a limpeza por meios manuais de todas as lajes.

Não foi localizada nenhuma ocorrência patrimonial ou património móvel de índole arqueológica na área de incidência direta.

Nas imediações da área de incidência direta encontra-se uma provável arte rupestre vertical composta por grupos de picotagem semi-verticais. Encontra-se na área de incidência indireta dos pilares da ponte na margem espanhola.

4.1.8.2. AVALIAÇÃO DE IMPACTES

O EIA identifica impactes diretos certos para as OP1 e OP2, sendo muito provável que esta última se encontre totalmente destruída, face até à respetiva localização ao eixo da via existente e em exploração, podendo encontra-se nesta mesma situação a primeira. Identifica ainda possíveis impactes OIP5, OIP8, OIP9 e OIP10, apesar destas se encontrarem na área de incidência indireta do projeto.

O EIA preconiza como medida de minimização geral a «prospeção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos», bem como o acompanhamento de obra.

Para a OP1 propõe a «realização de 5 sondagens arqueológicas na berma da estrada de 2,00mx2,00m, de forma a aferir a possibilidade da existência de vestígios arqueológicos destruídos pela construção da estrada».

Na OP2 preconiza «a realização de 4 sondagens arqueológicas na berma da estrada de 2,00mx2,00m, de forma a aferir a possibilidade da existência de vestígios arqueológicos destruídos pela construção da estrada».

Para as remanescentes OP3, OP4, OP6, OP7, OP8, OP9, OP10, OP11, OP12, OP13, OP14 e OP15 preconiza: «Sinalização e vedação com recurso a fita sinalizadora da Ocorrência Patrimonial quando aplicável com afetação indireta para que não sofra nenhum tipo de afetação direta pela circulação de pessoas e maquinaria. É ainda recomendado o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo».

Considera-se que na generalidade as medidas de minimização preconizadas pelo EIA são as adequadas, devendo sofrer alguns ajustes e ser complementadas por outras.

Vertente náutica e subaquática

O EIA identifica impactes diretos irreversíveis «em património arqueológico náutico e subaquático e relativo a arte rupestre, apenas no caso de se confirmar a arte e se a ensecadeira de apoio aos trabalhos alcançar o local da possível gravura» (p. 83 do Relatório de Trabalhos Arqueológicos).

Esta ocorrência requer avaliação por especialista em arte rupestre pré-histórica em fase prévia aos trabalhos de construção e aplicação de medidas preventivas quanto à respetiva conservação *in situ*.

4.1.8.3. CONCLUSÃO

Face ao exposto, considera-se que pode ser emitido parecer favorável, condicionado às disposições contidas no final deste parecer.

35

4.1.9. SISTEMAS ECOLÓGICOS

4.1.9.1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

A área do projeto sobrepõe-se integralmente com a Zona Especial de Conservação (ZEC) de São Mamede (PTCON0007), a qual se inclui no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), estruturado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro.

Na sua envolvente, considerando um raio de 15 km, foram ainda identificadas as seguintes áreas classificadas e/ou sensíveis:

- Parque Natural do Tejo Internacional, cujo limite dista cerca de 140 m a norte do extremo norte da área em estudo;
- Área Importante para as Aves (IBA) do Tejo Internacional (PT013), igualmente a cerca de 140 m a norte do extremo norte da área em estudo;
- Zona de Proteção Especial (ZPE) do Tejo Internacional (PTZPE0042), situada a 1,2 km a nordeste;
- Parque Natural da Serra de S. Mamede, a 3,5 km a sudeste da área em estudo;
- Monumento Natural das Portas de Rodão, a cerca de 10 km a oeste da área de estudo;
- IBA Portas de Rodão e Vale Mourão (PT037), que dista 10,9 km a oeste da área em estudo;
- ZEC Nisa/Lage de Prata (PTCON0044), a cerca de 9,0 km.



Figura 6 - Enquadramento da área de estudo em áreas classificadas e/ou sensíveis (Fonte: EIA)

A caracterização da flora e vegetação na área de estudo foi realizada, no âmbito do EIA, com recurso a consulta bibliográfica e prospeções de campo. As visitas de campo foram realizadas a 27 de junho de 2022 (campanha de verão), a 18 de março de 2023 (campanha de primavera), 20 a 24 de novembro de 2023 (campanha de outono), 22 a 25 de janeiro de 2024 (campanha de inverno) e 1 a 5 de abril de 2024 (campanha de primavera).

O EIA refere que de acordo com a cartografia de habitats fornecida pelo ICNF, são potenciais na área de estudo os seguintes Habitats de Interesse Comunitário, listados no Anexo I do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro:

- 5330 – Matos termomediterrânicos pré-desérticos;
- 6220* – Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea*;
- 6310 – Montados de *Quercus* spp. de folha perene;
- 9340 – Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*.

Aquando dos trabalhos de campo do EIA, o proponente confirmou a presença de quatro Habitats de Interesse Comunitário na área de estudo, nomeadamente os seguintes:

- 3110 – Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas das planícies arenosas (*Littorelletalia uniflorae*);
- 5330 – Matos termomediterrânicos pré-desérticos;
- 6310 – Montados de *Quercus* spp. de folha perene;
- 9340 – Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*.

O EIA verificou também que cerca de 17% da área de estudo se encontra ocupada por Habitats de Interesse Comunitário, sendo o Habitat 6310 o mais bem representado, ocupando 9% da área, seguindo-se o mosaico de habitats 9340+5330, que ocupa cerca de 8% da área, e por fim o Habitat menos representativo, com menos de 0,5% de ocupação, é o Habitat 3110, presente apenas numa pequena charca.

Habitat	Área (ha)	%
3110	0,01	0,01
6310	9,40	9,16
9340+5330	7,82	7,62
Total	17,23	16,79

Tabela 5 - Áreas ocupadas pelos Habitats de interesse Comunitário na área de estudo (Fonte: EIA)

O EIA refere também que o elenco florístico para a área de estudo engloba 336 espécies de flora, distribuídas por 73 famílias e que durante as visitas de campo foi possível confirmar a presença de 129 espécies (campanha de primavera/verão e campanha de inverno), 150 espécies (campanha de outono) e 163 espécies (campanha de primavera) de 2024. Refere também que de entre as espécies elencadas para a área de estudo destacam-se 21 espécies RELAPE (Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção), distribuídas por 11 famílias e correspondendo a cerca de 6,2% do elenco florístico. De entre as espécies RELAPE contam-se nove endemismos ibéricos e dois endemismos lusitanos (*Centaurea alba subsp. strepens* e *Iris xiphium var. lusitanica*). Duas das espécies RELAPE constam do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho (sobreiro [*Quercus suber*] e azinheira [*Quercus rotundifolia*]). Uma das espécies RELAPE (*Narcissus triandrus*) está englobada no Anexos IV do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro; e outras duas espécies estão listadas no Anexo V do mesmo Decreto-Lei (*Ruscus aculeatus* e *Iris xiphium var. lusitanica*).

O EIA refere ainda que cinco das espécies elencadas se encontram incluídas no Decreto-Lei n.º 114/90, de 5 de abril, que transcreve a Convenção CITES, todas pertencentes à família *Orchidaceae*. Das espécies elencadas para a área de estudo apenas duas se encontram ameaçadas, de acordo com a Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental: *Centaurea alba subsp. strepens* classificada como “Em perigo”, e *Bufonia macropetala* classificada como “Vulnerável” (Carapeto et al., 2020). A presença de cinco espécies RELAPE foi confirmada na área de estudo: sobreiro, azinheira, narcisos-bravos (*Narcissus triandrus*), *Genista hystrix* e erva-língua (*Serapias lingua*).

Em relação à caracterização de espécies de fauna na área de estudo, o EIA refere que esta foi realizada com recurso a consulta bibliográfica e prospeção em campo. As visitas de campo foram realizadas a 27 de junho de 2022 (campanha de verão), a 18 de março de 2023 (campanha de primavera), 20 a 24 de novembro de 2023 (campanha de outono), 22 a 25 de janeiro de 2024 (campanha de inverno) e 1 a 5 de abril de 2024 (campanha de primavera).

Os trabalhos de caracterização de fauna piscícola foram inicialmente realizados com recurso a pesquisa bibliográfica, tendo sido realizada a campanha de caracterização da fauna piscícola (Ictiofauna) nos dias 11 e 12 de abril, com recurso à realização de pescas elétricas a partir de barco, em dois transectos com cerca de 100 m cada ao longo de cada uma das margens, assim como amostragens com redes de emalhar bentónicas colocadas em dois locais: um junto ao paredão da barragem de Cedilho e outro a montante da zona de implantação do projeto.

Assim, foram elencadas para a área de estudo 12 espécies de anfíbios, distribuídas por seis famílias, sendo *Salamandridae* a mais representativa, com quatro espécies. Aquando do trabalho de campo foi possível confirmar a presença de rã-verde (*Pelophylax perezi*) nas campanhas de Verão/Primavera e Primavera. Na campanha de Primavera de 2024 foi ainda identificada a espécie tritão-marmorado (*Triturus marmoratus*). Nas campanhas de Outono e Inverno não foram observados anfíbios nem répteis, sendo que para tal contribuíram as temperaturas baixas registadas nestas campanhas.

Relativamente ao grupo dos répteis, foram elencadas para a área de estudo 16 espécies de répteis, distribuídas por oito famílias, sendo as famílias Colubridae e Lacertidae as mais representativas com quatro espécies cada. Aquando do trabalho de campo foi possível confirmar a presença de lagartixa-do-mato-comum (*Psammodromus algirus*) e cágado-mediterrânico (*Mauremys leprosa*) numa charca junto

de Montalvão. Na campanha de Primavera de 2024 foi ainda observada a lagartixa-do-mato (*Psammotromus algirus*) e a osga (*Tarentola mauritanica*).

De acordo com a Cartografia de Manual de apoio à análise de projectos relativos à instalação de linhas aéreas de distribuição e transporte de energia eléctrica (ICNB, 2010; ICNF, 2019), a área de estudo sobrepõe-se parcialmente com áreas críticas para aves de rapina, que corresponde a um buffer de 5 km em torno de locais de nidificação de espécies ameaçadas e, para outras aves, correspondente ao vale do rio Sever, considerado como zona de alimentação de cegonha-preta.

No que se refere à mamofauna, o EIA refere que o elenco para a área de estudo engloba 16 espécies de mamíferos, distribuídas por 10 famílias, e que aquando do trabalho de campo nas campanhas de Verão/Primavera foi possível confirmar a presença de raposa (*Vulpes vulpes*) e lontra (*Lutra lutra*), ambas detetadas pela presença de dejetos. Na campanha de outono verificou-se apenas a presença de dejetos de raposa, sendo de referir que na área de estudo é comum a presença de gado, sobretudo ovino, o que dificulta a deteção de vestígios de mamíferos selvagens. Na campanha de inverno foi detetada a presença de raposa e lontra, e ainda a presença de coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*) através de dejetos. Na campanha de campo da primavera de 2024 foi confirmada a presença de raposa, javali e lontra, por deteção de dejetos.

O EIA refere que o elenco da mamofauna conta com seis espécies com estatuto de conservação desfavorável: lince-ibérico (*Lynx pardinus*) classificado como “Críticamente em Perigo”; gato-bravo (*Felis silvestris*), morcego-rato-grande (*Myotis myotis*), morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*), morcego-de-ferradura-pequeno (*Rhinolophus hipposideros*) e rato de Cabrera (*Microtus cabrerae*), com estatuto “Vulnerável” (Cabral et al., 2006).

O EIA refere também que a presença de lince-ibérico na área em estudo encontra-se identificada recentemente para uma das quadrículas UTM 10x10 km onde a área de estudo se insere, pelos dados do Atlas dos Mamíferos (Becantel et al., 2019), para o período entre 2000 e 2018 e, como tal, considera a presença da espécie na área em estudo. O mesmo foi verificado para o gato-bravo, em que os dados mais recentes do Atlas dos Mamíferos indicam a presença recente da espécie em duas quadrículas UTM 10x10 km onde a área de estudo se insere. No que se refere às espécies de morcegos com estatuto de ameaça, considera possível a sua presença na área de estudo, uma vez que os biótopos presentes são favoráveis enquanto áreas de caça.

Em relação ao grupo das aves, o EIA refere que o elenco avifaunístico para a área de estudo engloba 116 espécies, pertencentes a 44 famílias e que as famílias de aves mais bem representadas são *Accipitridae* e *Muscicapidae*, com 11 e 10 espécies cada. No decorrer do trabalho de campo nas campanhas de Primavera/Verão foi possível confirmar a presença de 19 espécies de aves, nenhuma delas com estatuto de conservação desfavorável. No âmbito dos pontos de escuta e observação foram identificadas 15 espécies de aves. Destaca-se a abundância de andorinha-dos-beirais, tendo sido a espécie observada em maior abundância durante o trabalho de campo.

No decorrer do trabalho de campo, durante a campanha de Outono, nos pontos de escuta e observação foram identificadas 26 espécies de aves. Foram registados um total de 215 contactos com aves, sendo o tentilhão (*Fringilla coelebs*) e a andorinha-das-rochas (*Ptyonoprogne rupestris*) as espécies das quais se registou maior número de contactos, respetivamente, 43 e 30 contactos.

No decorrer do trabalho de campo da campanha de Inverno, nos pontos de escuta e observação foram identificadas 31 espécies de aves. Foram registados um total de 162 contactos com aves, sendo a andorinha-dos-beirais (*Delichon urbicum*) e o pardal (*Passer domesticus*) as espécies das quais se registou maior número de contactos, respetivamente, 50 e 12 contactos. Destaca-se a observação da petinha-ribeirinha (*Anthus spinoletta*), espécie cuja população migradora reprodutora têm estatuto “Em perigo”, embora no presente caso tenha sido observado apenas um indivíduo invernante, sendo que a população invernante tem estatuto de “Pouco preocupante”.

Aquando dos trabalhos de campo na Primavera (2024) foi possível confirmar a presença de 25 espécies de aves na área de estudo, a partir dos pontos de escuta. Foram registados 104 contactos com aves, sendo a andorinha-das-rochas (*Ptyonoprogne rupestris*) e a andorinha-dos-beirais (*Delichon urbicum*) as espécies mais comuns, com 23 e 20 contactos, respetivamente. É de referir que as espécies observadas se encontram classificadas com estatuto de “Pouco preocupante”.

Nos pontos de observação direcionados para aves de rapina e outras planadoras foram identificadas nas campanhas de Primavera/Verão 4 espécies de aves: grifo (*Gyps fulvus*), milhafre-preto (*Milvus migrans*), peneireiro (*Falco tinnunculus*) e corvo-marinho (*Phalacrocorax carbo*). O grifo foi a espécie observada com maior frequência no terreno, tendo todos os movimentos sido registados na zona do paredão da barragem de Cedillo, onde existe uma zona de dormitório/nidificação. As restantes espécies – milhafre-preto, peneireiro e corvo-marinho – foram igualmente observadas na mesma zona.

Nos pontos de observação de aves de rapina e outras planadoras, foram observadas durante a campanha de Outono 6 espécies, sendo o grifo a mais abundante com 212 contactos devido à presença de uma colónia de grifos junto da barragem de Cedillo. Nos pontos de observação de aves de rapina e outras planadoras, foram observadas durante a campanha de Inverno foram observadas cinco espécies, sendo o corvo-marinho a mais abundante, com 21 observações. O grifo foi a segunda espécie mais comum, com 15 observações, associadas maioritariamente à colónia de grifos junto da barragem de Cedillo.

Quanto à campanha de Primavera (2024), foram observadas sete espécies de aves de rapina ou planadoras, tendo sido observadas um total de 37 indivíduos. O grifo foi a espécie mais comum, com 25 indivíduos observados, associadas maioritariamente à colónia de grifos junto da barragem de Cedillo. De entre as espécies observadas destaca-se o abutre-preto (*Aegypius monachus*) classificado como “Criticamente em perigo”, a águia-real (*Aquila chrysaetos*) classificada como “Em perigo”, o milhafre-real (*Milvus milvus*) cuja população invernante se encontra classificada como “Vulnerável”, e a cegonha-preta (*Ciconia nigra*) classificada como “Vulnerável”, de acordo com o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral et al., 2004).

39

No que se refere às espécies de morcegos com estatuto de ameaça, considera-se possível a sua presença na área de estudo, uma vez que os biótopos presentes são favoráveis enquanto áreas de caça. De acordo com a Cartografia de Manual de apoio à análise de projectos relativos à instalação de linhas aéreas de distribuição e transporte de energia eléctrica (ICNB, 2010), a área de estudo não se sobrepõe com *buffers* de proteção de abrigos de importância nacional, regional e/ou local conhecidos.

Relativamente ao grupo dos peixes de água doce, o EIA refere que para a área de estudo foram elencadas 16 espécies de peixes, pertencentes a sete famílias, sendo que oito das espécies elencadas constituem endemismos ibéricos. Refere ainda que quatro das espécies apresentam estatuto de conservação desfavorável, nomeadamente a boga-de-boca-arqueada (*Iberochondrostoma lemmingii*), o escalo-do-sul (*Squalius pyrenaicus*) e a cumba (*Luciobarbus comizo*), classificadas como “Em Perigo”, e o bordalo (*Tropidophoxinellus alburnoides*) com estatuto “Vulnerável” (Cabral et al., 2006). Refere também que a campanha de caracterização da fauna piscícola (Ictiofauna) da área de estudo foi efetuada com recurso a redes de emalhar e pesca elétrica nas margens e que do ponto de vista das condições meteorológicas, todas as amostragens foram realizadas dentro dos intervalos aceitáveis que garantiam a realização dos trabalhos de modo eficiente, mas que em nenhuma das metodologias adotadas, foram efetuadas capturas de exemplares piscícolas, provavelmente devido à pressão causada pela existência de espécies exóticas, tanto ao nível de flora (azolla), como a nível de fauna (siluro) e não só (confirmou-se a existência de Lagostim-vermelho-do-Louisiana, *Procambarus clarkii*), podem ajudar a explicar a ausência de espécies autóctones.

4.1.9.2. AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Fase de construção

Flora, fauna e habitats

Segundo o EIA, durante a fase de construção, prevê-se que os impactos sobre a flora, vegetação e habitats sejam decorrentes das atividades que promovem a sua destruição, nomeadamente a desarborização, desmatção, decapagem e movimentações de terra e que as ações irão conduzir também à destruição de espécimes de flora. Relativamente à reabilitação da EM1139, verifica-se que as intervenções previstas ocorrem essencialmente ao nível da via e taludes existentes, afetando essencialmente áreas artificializadas (10,8 ha) correspondentes à via existente e bermas. O EIA considera que os impactos decorrentes destas intervenções são de sensibilidade ambiental moderada, dada a extensão da via.

No que diz respeito ao novo corredor a construir, ainda no lado português, de aproximadamente 850 m de extensão junto à barragem, é referido que a remoção da vegetação na zona da área do projeto conduzir à impactos negativos, cuja significância é aumentada por ocorrer numa zona ocupada por azinhal, que corresponde ao habitat 9340 (1,03 ha).

O EIA verifica que serão afetados pelo projeto dois Habitats de Interesse Comunitário: o 6310, correspondente às áreas de montado, e o 9340, correspondente às áreas de azinhal. O Habitat 6310 será afetado essencialmente de forma marginal pelo alargamento da via existente (0,58 ha de afetação) e o Habitat 9340 será afetado pelo novo troço de via numa área de cerca de 1,03ha. O EIA refere também que, no que diz respeito à integridade dos habitats na área da ZEC São Mamede, a afetação do Habitat 6310 corresponde a cerca de 0,003% da sua ocupação total na ZEC e que a afetação do habitat 9340 corresponde à afetação de apenas 0,095% da sua ocupação total na ZEC.

Refere-se, contudo, que de acordo com a nova cartografia do Plano de Gestão da ZEC de São Mamede e com a visita técnica ao local, ocorre, numa parte considerável do referido novo troço de via de aproximadamente 850 m de extensão a construir junto à barragem de Cedilho, não só o Habitat de Interesse Comunitário 9340 – Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*, mas também o Habitat de Interesse Comunitário 5330 – Matos termomediterrânicos pré-desérticos, pelo que também este último tipo de Habitat de Interesse Comunitário será afetado pela construção do troço da via a construir junto à barragem de Cedilho.



Figura 7 - Área ocupada pelos Habitats de interesse Comunitário 9340 e 5330 no novo troço de via a construir junto à barragem de Cedilho (Fonte: ICNF / proponente)

O EIA refere também que as ações de terraplanagem, movimentações de terra, circulação de máquinas e outros veículos irão ser responsáveis pela suspensão de poeiras, produção de gases de combustão e de

outras substâncias poluentes. As ações referidas poderão ainda contribuir para a deterioração da qualidade do solo e das águas, através do derramamento accidental de substâncias potencialmente poluentes ou tóxicas. Refere igualmente que se preveem, ainda, impactes de carácter indireto, comuns a todas as intervenções, que poderão conduzir à degradação das comunidades florísticas devido a alterações fisiológicas induzidas por diferentes fatores.

Relativamente à fauna, o EIA refere que os impactes previstos sobre a fauna decorrentes da execução deste projeto, nomeadamente as ações de limpeza e desmatagem resultam na destruição do coberto vegetal e na exclusão das espécies, pelo menos temporária, da área do projeto. A desmatagem conduzirá à perturbação, incluindo ruído e vibrações, resultando num efeito de exclusão da fauna, sobretudo de aves e nomeadamente sobre a colónia de grifos localizado na proximidade da barragem de Cedillo (particularmente neste caso nos movimentos das aves de rapina e planadoras na zona envolvente), diminuindo a diversidade faunística.

O EIA considera que o aumento dos níveis de perturbação resultará também na degradação dos habitats presentes na envolvente da área de intervenção, e que a circulação de maquinaria e veículos pesados levará ainda ao aumento do risco de atropelamento, sobretudo sobre espécies com menor mobilidade, como anfíbios, répteis e micromamíferos. Considera igualmente que a reabilitação da rodovia existente não terá impactes ao nível da destruição de biótopos, uma vez que serão afetadas áreas atualmente artificializadas.

Fase de exploração

Durante a fase de exploração, o EIA refere que não se preveem impactes diretos sobre a flora e vegetação, exceção feita à gestão dos povoamentos de eucaliptos (*Eucalyptus globulus*) que ocorrem marginalmente à atual EM1139, e a correção pontual da faixa de gestão combustível secundária.

Ainda neste âmbito, refere também o EIA que os impactes que se verificam nesta fase estão, na sua maioria, relacionados com a circulação de veículos na rodovia, sendo que estes impactes já existem atualmente. Com a circulação ocorre deposição de poeiras e poluentes resultantes da degradação do asfalto, assim como derramamento de óleos lubrificantes, combustíveis e outras substâncias potencialmente tóxicas sobre o solo, que quando lixiviados, alteram as características químicas do solo podendo induzir alterações fisiológicas nas plantas, e consequentemente nos habitats e na fauna.

O EIA refere igualmente que na fase de exploração não se preveem impactes na qualidade da água da albufeira. Uma vez que não existem pilares no leito do rio, mas apenas nas margens e numa área circunscrita de 168 m², não prevê que existam alterações à dinâmica hídrica que afete a qualidade da água; é referido que o tabuleiro da ponte irá direcionar as águas para um separador de hidrocarbonetos, de forma a rejeitar as águas pluviais no rio já sem esses poluentes.

Relativamente à fauna, com o funcionamento da infraestrutura rodoviária o EIA prevê um aumento dos níveis de perturbação que, como referido para a fase anterior, resultará na degradação dos habitats das espécies presentes na envolvente. Considera também que o aumento do tráfego nesta área levará ao aumento do risco de atropelamento, sobretudo sobre espécies com menor mobilidade, como anfíbios, répteis e micromamíferos, prevendo que estes impactes, sobretudo sobre as espécies de anfíbios, incidam maioritariamente no novo corredor de via junto ao rio.

Fase de desativação

Relativamente a esta fase, o EIA considera que poderá ocorrer um impacto positivo decorrente da desocupação das áreas onde se localizava a infraestrutura, e a devolução do solo ao seu uso atual, promovendo a naturalização e recuperação da biodiversidade local, sendo que, contudo, aquando das atividades de desmantelamento, prevê-se a ocorrência de impactes semelhantes aos das atividades de construção.

Avaliação dos impactes do projeto de acordo com o Artigo 6.º da Diretiva Habitats

Foram avaliadas as implicações do projeto sobre a Zona Especial de Conservação (ZEC) de São Mamede (PTCON0007), sendo aplicadas as obrigações decorrentes das disposições do artigo 6.º da Diretiva Habitats, não só pelas autoridades e as agências nacionais dos Estados-Membros e dos países candidatos,

mas também por promotores, consultores, gestores dos sítios, etc., conforme referido no documento guia.

Assim, após análise ambiental no contexto da afetação da biodiversidade em áreas da Natura 2000, nomeadamente da ZEC de São Mamede, o EIA sintetiza os resultados obtidos numa matriz de deteção de efeitos significativos, que conclui que o projeto é suscetível de ter impacte significativo nesta ZEC.

Designação do projeto	Ponte Internacional sobre o rio Sever e acessibilidades
Designação do sítio Natura 2000	ZEC São Mamede
Descrição do projeto	Requalificação da via existente e construção de um troço novo de travessia do rio Sever
O Projeto é diretamente relacionado com a gestão do sítio ou necessário para essa gestão?	Não
Avaliação da importância dos efeitos	
Descrever de que modo o projeto é suscetível de afetar o sítio Natura 2000	Destruição de dois habitats de interesse comunitário (6310 e 9340) e aumento do risco de atropelamento
Explicar por que esses efeitos não são considerados significativos	Ambos os efeitos acima referidos são suscetíveis de provocar impactes significativos
Conclusões: O projeto é suscetível de ter impacte significativo na ZEC São Mamede	

Tabela 6 - Matriz de deteção de efeitos significativos (Fonte: EIA)

De realçar que, ainda assim, esta avaliação não leva em conta outros prováveis impactes negativos do projeto nos valores naturais da ZEC de São Mamede, tais como a exclusão da área do projeto de espécies com estatuto de conservação desfavorável, em concreto de espécies do grupo dos mamíferos e das aves, ou o risco acrescido de colisão de veículos com espécies do grupo das aves. De realçar, também, que no âmbito deste ponto, não foram estudadas alternativas viáveis ao projeto apresentado, e que pudessem acarretar um menor impacte negativo nos valores naturais da ZEC de São Mamede, sendo que a alternativa estudada é mais negativa do que aquela que é proposta no âmbito do EIA.

42

Impactes cumulativos

O EIA realiza apenas uma breve alusão a este ponto da avaliação de impactes, referindo que de acordo com os dados de Projeto, os principais impactes cumulativos a registar na área envolvente, estarão associados ao aumento da perturbação humana, associado à movimentação veículos na nova rodovia. Refere que, embora com um intervalo de segurança alargado, os impactes cumulativos estimados apontam para que os impactes ecológicos sejam negativos para as comunidades ecológicas durante a fase de exploração. Ainda assim, considera que são os mesmos minimizáveis, sendo por isso pouco significativos.

Plano de Monitorização

O EIA refere que na fase de exploração do projeto deverá ser implementada a monitorização da fauna terrestre para avaliação dos impactes diretos da rodovia sobre este grupo, nomeadamente atropelamentos, devendo ser alvo de monitorização os seguintes parâmetros:

- Número de indivíduos atropelados por espécie e por quilómetro;
- Espécies atropeladas e seu estatuto de ameaça.

Assim, a monitorização deve compreender os três primeiros anos na fase de exploração, sendo a avaliação da mortalidade feita quinzenalmente.

Projeto de Mitigação de Habitat

Por forma a mitigar e minimizar a avaliação da importância dos efeitos, está prevista a aplicação de medidas de compensação pela destruição/afetação dos habitats 6310 e 9340, que consistem na execução de um Projeto de Mitigação de Habitat protocolado e desenvolvido entre o Município de Nisa e o Instituto Politécnico de Portalegre, para efeitos de restauro do ecossistema/habitat 9340 “*Florestas de Quercus ilex e Quercus rotundifolia*”, em local designado pela CM Nisa, numa área prevista de 2,95 ha na proximidade do Rio Sever.

O Projeto de Mitigação de Habitat, foi desenvolvido com o objetivo de garantir as condições necessárias ao estabelecimento e restauro do ecossistema/habitat 9340 "*Florestas de Quercus ilex e Quercus rotundifolia*", considerando todas as operações necessárias à sua instalação - abate de árvores, destocamento de toijas, preparação do terreno (desmatação seletiva, gradagem e ripagem), e plantação - bem como os trabalhos de monitoração da eficácia das medidas de mitigação implementadas ao longo de um período de 15 anos.

O EIA refere que foi o mesmo projeto desenvolvido por um conjunto relevante de especialistas na matéria, coordenados pelo Instituto Politécnico de Portalegre e com a colaboração de técnicos da Universidade de Évora e Universidad de Extremadura e neste sentido, considera que o Projeto de mitigação de habitat apresentado, permitirá o restauro do ecossistema/habitat 9340 "*Florestas de Quercus ilex e Quercus rotundifolia*" de forma sustentável com uma distribuição adequada de plantas, com um aspeto natural e que acima de tudo será o garante da compensação da perda de biodiversidade que será provocada pela implementação do Projeto de Execução da Ponte Internacional sobre o Rio Sever e Acessibilidades.

Povoamentos florestais

4.1.9.3. CARATERIZAÇÃO DA COMPONENTE FLORESTAL

O levantamento, caraterização dos sobreiros e azinheiras e delimitação das áreas de povoamento para a reabilitação da via foi efetuado de acordo com a metodologia do ICNF.

No que diz respeito ao novo troço de via em área de azinhal, uma vez que a área é inacessível, o levantamento e caracterização das árvores (dados dendométricos, como o PAP (perímetro à altura do peito), altura das árvores, etc.) é apresentado por estimativa.

A estimativa foi efetuada por contagem a partir da base do talude de quadrados de 2x2 m, uma vez que que consideraram que não seria possível visualizar a partir da base do talude para lá de 2 m. Foram contados um máximo de 8 quadrados e feita a média dos mesmos e extrapolado para 1 ha de forma a obter a densidade de azinheiras. Consideraram que as azinheiras têm entre 2 e 3 m, e um PAP entre 0,62 e 0,75 m, ou seja, que a maioria das azinheiras presentes sejam adultas.

De acordo com a informação disponível, na área prospetada foram identificadas um total de 335 azinheiras (94 adultas e 241 jovens) e 758 sobreiros (206 adultos e 552 jovens). A grande maioria das árvores identificadas encontram-se sãs, com exceção de 15 indivíduos de sobreiros decrépitos e 2 sobreiros mortos.

Foi aferida a presença de cinco polígonos de povoamento de sobreiro/azinheira, correspondendo a uma área total de 4,72 ha. Sendo que 465 dos indivíduos identificados se encontrem em povoamento (170 azinheiras e 295 sobreiros). Sendo que se prevê a afetação de 1,267 ha de povoamento pelas atividades de recuperação da via existente.

Prevê-se a necessidade de abate de 259 indivíduos para a requalificação da via em projeto: 68 azinheiras (19 adultos e 49 jovens) e 191 sobreiros (46 adultos e 145 jovens). Sendo que 80 indivíduos se encontram em povoamento: 29 azinheiras (7 adultos e 22 jovens) e 51 sobreiros (6 adultos e 45 jovens).

No que diz respeito ao novo troço de via em área de azinhal, uma vez que a área de azinhal é inacessível não foi possível fazer uma contagem exata do número de árvores, tendo sido feita uma estimativa com base no que foi possível observar da base do talude, tendo sido possível estimar uma aproximação de 230 azinheiras/ha. Tendo em conta a afetação de uma área de cerca de 1,03 ha na zona não acessível, prevê-se a necessidade de abate de 237 azinheiras na área não acessível em consequência da implantação do talude para o novo troço de via.

Para a concretização do projeto, será necessário proceder ao abate de:

- 305 azinheiras (19 adultos e 286 jovens), sendo que 266 constituem áreas de povoamento e 39 são isoladas;
- 191 sobreiros (46 adultos e 145 jovens), sendo que 51 constituem áreas de povoamento e 140 são isolados;

O que perfaz uma área total de povoamento de sobreiros /azinheiras de 2,297 ha.

No que diz respeito à afetação indireta, esta será:

- 105 azinheiras (68 adultos e 37 jovens), sendo que 75 constituem áreas de povoamento e 30 são isoladas;
- 148 sobreiros (56 adultos e 92 jovens), sendo que 71 constituem áreas de povoamento e 77 são isolados;

Relativamente à existência de outros povoamentos florestais que não sobreiros e azinheiras, verifica-se que os mesmos são referentes a eucaliptos (*Eucalyptus globulus*) e ocorrem marginalmente à atual EM1139, predominantemente na faixa de gestão combustível secundária. É apresentado o quadro seguinte com a caracterização desses povoamentos Florestais.

km	Espécie	Área (ha)	Densidade	Atura média (Hm) (m)	Diâmetro médio à altura de peito DAPm (cm)	Idade (anos)	Rotação (média – anos)
Km 2+322 – km 2+630 (LE)	<i>Eucalyptus globulus</i>	1.013	0	0	0	Corte recente	10
Km 2+684 – km 3+125 (LD)	<i>Eucalyptus globulus</i>	1.384	800	15	15 a 20	8	10
Km 2+645 – km 3+470 (LE)	<i>Eucalyptus globulus</i>	2.645	800	15	15 a 20	8	10
Km 3+433 – km 4+265 (LE)	<i>Eucalyptus globulus</i>	2.435	800	11	15 a 20	8	10
Km 4+498 – km 4+815 (LE)	<i>Eucalyptus globulus</i>	0.871	1300	11	15 a 20	8	10
Km 4+576 – km 4+659 (LD)	<i>Eucalyptus globulus</i>	0.340	0	0	0	Corte recente	10
Km 6+182 – km 8+175 (LD)	<i>Eucalyptus globulus</i>	6.433	0	0	0	Corte recente	10
Km 6+184 – km 7+565 (LE)	<i>Eucalyptus globulus</i>	3.386	0	0	0	Corte recente	10
Km 8+175 – km 8+530 (LD)	<i>Eucalyptus globulus</i>	0.664	1300	9	10	7	10
Km 8+538 – km 8+720 (LD)	<i>Eucalyptus globulus</i>	0.260	800	9	10	7	10

Nota – LE (lado esquerdo da EM113) / LD (lado direito da EM1139)

Tabela 7 – Caracterização de Povoamentos Florestais (Fonte: EIA)

Respeitante à estimativa de produção, uma vez que os povoamentos foram recentemente cortados, não foi possível aferir esta informação. No âmbito da implementação do projeto, prevê-se o abate de 0,26 ha de eucaliptal.

Não se verificou a regeneração natural de sobreiros / azinheiras nos povoamentos florestais identificados. De modo a compensar o abate de sobreiros / azinheiras, o proponente apresentou um Plano de Compensação Florestal (ver localização na figura seguinte), sendo que este prevê a arborização de uma faixa de gestão de combustível com 4,11 ha, com sobreiros e azinheiras. Desta forma, este permite a compensação de 3,28 ha de abate de povoamento de sobreiros / azinheira, valor de área acima do que está previsto legalmente.

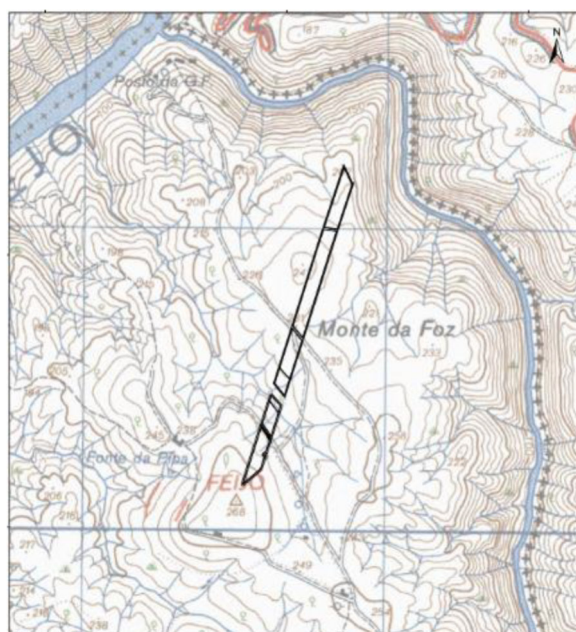


Figura 8 – Localização do projeto de compensação de sobreiros / azinheiras (Fonte EIA).

4.1.9.4. AVALIAÇÃO DE IMPACTES DA COMPONENTE FLORESTAL

Os impactes na componente florestal ocorrem na fase de construção devido desmatção e desflorestação da área de intervenção do projeto.

Tal como já foi referido, está perspetivado que ocorra o abate de 2,297 ha de povoamento de sobreiros / azinheiras e 179 sobreiros / azinheiras isoladas.

Uma vez que o sobreiro /azinheira é protegido e face ao abate / afetação necessária, apenas será possível ultrapassar os impactes do projeto, caso o mesmo venha a ser considerado de Empreendimento de Imprescindível Utilidade Pública, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, na sua atual redação e que os impactes sejam compensados, tal como o diploma assim o prevê.

Neste sentido perspetiva-se que os impactes sejam negativos, permanentes, certos, reversíveis, diretos, locais, pouco significativos nos povoamentos de eucalipto e muito significativos no que diz respeito aos povoamentos de sobreiros / azinheiras.

4.1.9.5. CONCLUSÃO

Face ao exposto, considera-se que pode ser emitido parecer favorável, condicionado às disposições contidas no final deste parecer.

4.1.10. AMBIENTE SONORO

Os elementos apresentados inicialmente pelo proponente consideraram-se insuficientemente esclarecedores, pelo que, posteriormente, foi apresentado um aditamento que incluía a informação que o proponente considerou adequada.

Foi apresentado um estudo de vibrações independente e não integrado no RS do EIA como fator ambiental específico. No entanto, a informação relevante para a fase de construção consta do Anexo Técnico 5 – Parte 5.2: Estudo de Vibrações.

Todos os esclarecimentos apresentados pelo proponente em sede de aditamento, conjuntamente com a informação fornecida no corpo do EIA foram considerados na presente avaliação.

Como enquadramento legal foi enunciado o Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro).

É referido que os recetores sensíveis potencialmente mais afetados pelo ruído que se encontram ao longo deste traçado estão localizados no concelho de Nisa. Este município tem Classificação Acústica de Zonas aprovadas, estando a área em questão classificada como Zona Mista. Assim, ao longo desta via deverão ser cumpridos os valores limite de exposição indicados no artigo 11º do RGR para Zonas Mistas, ou seja:

- $L_{den} \leq 65 \text{ dB(A)}$ e $L_n \leq 55 \text{ dB(A)}$.

Em relação às operações de construção (Atividades Ruidosas Temporárias), segundo o artigo 14º do RGR, é proibido que se realizem na proximidade de:

- Edifícios de habitação, aos sábados, domingos e feriados e nos dias úteis entre as 20 e as 8 horas;
- Escolas, durante o respetivo horário de funcionamento;
- Hospitais ou estabelecimentos similares.

O proponente coloca a possibilidade de pedido da LER, no entanto, atendendo ao contexto territorial do início do traçado (até ao km 1+500), determina-se o cumprimento integral do regime horário estabelecido pelo artigo 14º do RGR, em termos de período de ocorrência das operações de construção, não se entendendo como admissível, nos termos do RGR, a possibilidade de invocar circunstâncias excecionais para pedido da LER. Nos troços remanescentes, poderá ser solicitada a LER.

4.1.10.1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

Segundo o proponente, a envolvente do traçado da EM1139, com exceção da parte inicial junto à povoação de Montalvão, é caracterizada por campos agrícolas ou cobertos por matos, sem recetores sensíveis. Na envolvente do local previsto para a construção da ponte não existem recetores sensíveis, tanto no território português como espanhol caracterizado por campos cobertos por matos. Na localidade de Montalvão os recetores sensíveis mais próximos do traçado correspondem a habitações unifamiliares (1 e 2 pisos), em meio semiurbano, localizadas na envolvente do atual traçado da EM1139, com tráfego muito esporádico.

A caracterização do ambiente sonoro, em 3 pontos selecionados na envolvente do traçado, retrata a situação em 2023, uma vez que as medições foram realizadas nos dias 20, 21, 23 e 24 de março de 2023. No Quadro 1 apresenta-se uma síntese dos resultados incluídos no EIA. Consta-se que foram identificadas como fontes de ruído significativas o tráfego rodoviário local, a atividade humana em meio semiurbano e a natureza.

Quadro 1 – Síntese dos resultados da caracterização da situação existente (Fonte: EIA).

Ponto 1 – Montalvão km0-km0+225 (39°35'33.57"N; 7°31'30.62"W)	Ponto 2 – km1+175 (39°35'56.22"N; 7°31'43.82"W)	Ponto 3 – Santo André km1+250 (39°35'58.96"N; 7°31'51.34"W)
		
Moradias unifamiliares, com 2 pisos, em meio periurbano, na berma da EM1139, entre o Km 0+000 e o km 0+225.	Moradia unifamiliar isolada, com 1 piso, à face da EM1139, ao Km1+175.	Moradias unifamiliares, com 1 e 2 pisos, dispersas em meio semiurbano, a 25 m da EM1139, ao Km 1+250.
Fontes de ruído significativas: Tráfego local muito esporádico e natureza.	Fontes de ruído significativas: Tráfego local muito esporádico e natureza.	Fontes de ruído significativas: Tráfego local muito esporádico e natureza.
L _d ≈ 54 dB(A) L _e ≈ 49 dB(A) L _n ≈ 46 dB(A)	L _d ≈ 47 dB(A) L _e ≈ 44 dB(A) L _n ≈ 42 dB(A)	L _d ≈ 48 dB(A) L _e ≈ 46 dB(A) L _n ≈ 43 dB(A)
L_{den} ≈ 55 dB(A); L_n ≈ 46 dB(A)	L_{den} ≈ 50 dB(A); L_n ≈ 42 dB(A)	L_{den} ≈ 51 dB(A); L_n ≈ 43 dB(A)

De acordo com os resultados das medições, atualmente, verifica-se o cumprimento dos valores limite de exposição aplicáveis para zonas mistas.

Quanto à *evolução da situação de referência na ausência do projeto*, o proponente refere que a área de intervenção e a envolvente dos recetores sensíveis se inserem em zonas residenciais consolidadas, campos agrícolas ou cobertos por matos, e apresenta uma ocupação e uso do solo relativamente consolidada, pelo que é previsível que, no futuro, não só venha a apresentar o mesmo tipo de ocupação, como os níveis sonoros futuros não sofrerão grandes alterações.

4.1.10.2. AVALIAÇÃO DE IMPACTES

No EIA e respetivo aditamento são apresentadas as ações geradoras de impacte, tanto para a fase de construção, como de exploração. Como expectável, não está prevista a desativação deste projeto, embora se refira que, a ocorrer, serão equivalentes aos da fase de construção.

Critérios de avaliação

O cumprimento do RGR está subjacente à avaliação deste fator ambiental. Neste contexto, em fase de exploração, é sempre de esperar o cumprimento dos valores limite de exposição (art.11º) para Zonas mistas:

- $L_{den} \leq 65 \text{ dB(A)}$ e $L_n \leq 55 \text{ dB(A)}$.

Genericamente, considera-se que os critérios utilizados para a avaliação de impactes são os comumente usados em avaliações similares.

Fase de construção

São elencadas as atividades de construção que potencialmente induzirão impactes, destacando a utilização de maquinaria, circulação de camiões e operações de escavação.

Foi efetuada a avaliação de impactes correspondente a esta fase, tendo o proponente estimado os níveis sonoros associados à reabilitação da via existente e à construção da nova via no acesso à barragem de Cedillo.

No quadro 6.25 do RS do EIA constam os resultados obtidos, podendo-se antecipar o cumprimento dos valores limite de exposição aplicáveis – zona mista [$L_{den} \leq 65 \text{ dB(A)}$ e $L_n \leq 55 \text{ dB(A)}$], mesmo nesta fase transitória.

O proponente conclui que:

“Assim, durante a fase de construção, com atividade apenas no período diurno, perspectiva-se que na envolvente das rodovias por onde passe, o ambiente sonoro decorrente cumpra os valores limite de exposição aplicáveis e que o impacte associado seja pouco significativo.”

Em relação à solicitação de uma LER, considera-se que não existem motivos para ser solicitada na zona urbana e – nessas circunstâncias, as atividades de construção apenas poderão decorrer em período diurno e em dias úteis. Fora das áreas urbanizadas e longe dos recetores sensíveis (entendendo-se longe, um afastamento superior a 1km) poderá ser estendido o período de construção.

Fase de Exploração

Para a fase de exploração, e no que se refere à estimativa do nível de ruído proveniente da futura via, foi determinado o nível sonoro médio de longa duração, gerado pela circulação do tráfego rodoviário. O programa utilizado foi o CadnaA, com o modelo de cálculo CNOSSOS e as variáveis indicadas no quadro 6.26 do RS do EIA.

Para a situação decorrente do projeto, na modelação da rodovia foi considerada uma camada de desgaste do pavimento com maior emissão de ruído:

- Camada de desgaste betuminosa da plena via, rotundas e restabelecimentos AC 14 SURF 35/50 (BB) (sem atenuação sonora) - tipo de pavimento CNOSSOS – CNS_01.

Foi considerada a velocidade de circulação de base da 90 km/h, condicionada à sinalização vertical prevista. Nas áreas urbanas foi adotada uma velocidade de 50 km/h.

O tráfego considerado foi indicado no quadro 6.27 da reedição do EIA e é transcrito no **Erro! A origem da referência não foi encontrada..**

Quadro 2 – Tráfego médio horário anual considerado na avaliação. (Fonte: EIA)

ESTRADA	TMDA			PESADOS			TMDA
	[7-20[	[20-23[	[23-7[	[7-20[	[20-23[	[23-7[	
Ponte Internacional sobre o Rio Sever e Acessibilidades	Ano 2025						
	240	48	32	15	3	2	320
	Ano 2035						
	300	60	40	19	4	3	400
	Ano 2045						
	375	75	50	24	5	4	500

No âmbito da avaliação dos potenciais impactes no ambiente sonoro foi estimado o ruído particular ao longo do traçado (desenhos 17 e 18 das peças desenhadas) e, para os recetores sensíveis mais próximos. na fachada e piso mais desfavoráveis, são apresentados os níveis de ruído particular e de ruído ambiente (quadro 6.28) que se sintetizam no Quadro 33.

Quadro 3 – Níveis de ruído ambiente nos recetores avaliados. (Fonte: EIA)

Recetores / Ponto medição	Ruído de Referência [dB(A)]				Ruído Particular 2045 [dB(A)]				Ruído Ambiente 2045 [dB(A)]				Emergência Sonora [dB(A)]		
	L _d	L _e	L _n	L _{den}	L _d	L _e	L _n	L _{den}	L _d	L _e	L _n	L _{den}	L _d	L _e	L _n
R01/Ponto 1	54	49	46	55	49	47	42	51	55	51	47	56	1	2	1
R02/Ponto 1	54	49	46	55	51	49	44	53	56	52	48	57	2	3	2
R03/Ponto 1	54	49	46	55	41	39	34	43	54	49	46	55	0	0	0
R04/Ponto 1	54	49	46	55	51	49	44	53	56	52	48	57	2	3	2
R05/Ponto 1	54	49	46	55	50	49	44	52	55	52	48	56	1	3	2
R06/Ponto 1	54	49	46	55	45	44	39	47	55	50	47	56	1	1	1
R07/Ponto 1	54	49	46	55	40	38	34	42	54	49	46	55	0	0	0
R08/Ponto 2	47	44	42	50	48	46	41	50	51	48	45	53	4	4	3
R09/Ponto 3	48	46	43	51	48	46	41	50	51	49	45	53	3	3	2
R10/Ponto 3	48	46	43	51	49	47	42	51	52	50	46	54	4	4	3

De acordo com os resultados apresentados é de esperar o cumprimento dos valores limite de exposição aplicáveis – zona mista (alínea a), número 1, artigo 11.º do RGR), e o cumprimento da Regra de Boa Prática da Agência Portuguesa do Ambiente.

4.1.10.3. VIBRAÇÕES

Enquadramento legal e normativo

O proponente adotou como critério de avaliação do dano patrimonial a NP2074:2015.

Tipo de estrutura	Valor limite	V _{max} (pico)		
		f ≤ 10 Hz	10 < f ≤ 40 Hz	f > 40 Hz
Estruturas Sensíveis (edificações antigas ou com revestimentos cerâmicos colados com argamassa, chaminés, torres, monumentos, infraestruturas de transporte, escolas e hospitais ¹ , habitações ou escritórios com relação altura/menor dimensão da base > 2)	1.5 mm/s	3		6
Estruturas correntes (habitações ou escritórios com relação altura/menor dimensão da base ≤ 2)	3	6		12
Estruturas reforçadas (edifícios industriais recentes, em betão armado ou com elementos estruturais de natureza metálica)	6	12		40

Quadro 4 – Dano patrimonial (Fonte: EIA)

Caracterização do ambiente afetado

O proponente refere que a localização onde deverão ocorrer detonações se situa entre o km 8+700 e o km 9+400. Nesta extensão a estrutura mais próxima suscetível de sofrer influência da utilização de explosivos é a barragem de Cedillo. O ponto mais próximo da barragem fica a cerca de 5 metros da zona do Projeto (junto ao km 8+750 e a extremidade oposta situa-se a cerca de 400 m. A cerca de 580 m a NW do km 8+750 situa-se um recetor isolado e, a cerca de 300 m a N/NE, a presença de outras estruturas (ver Figura 99).

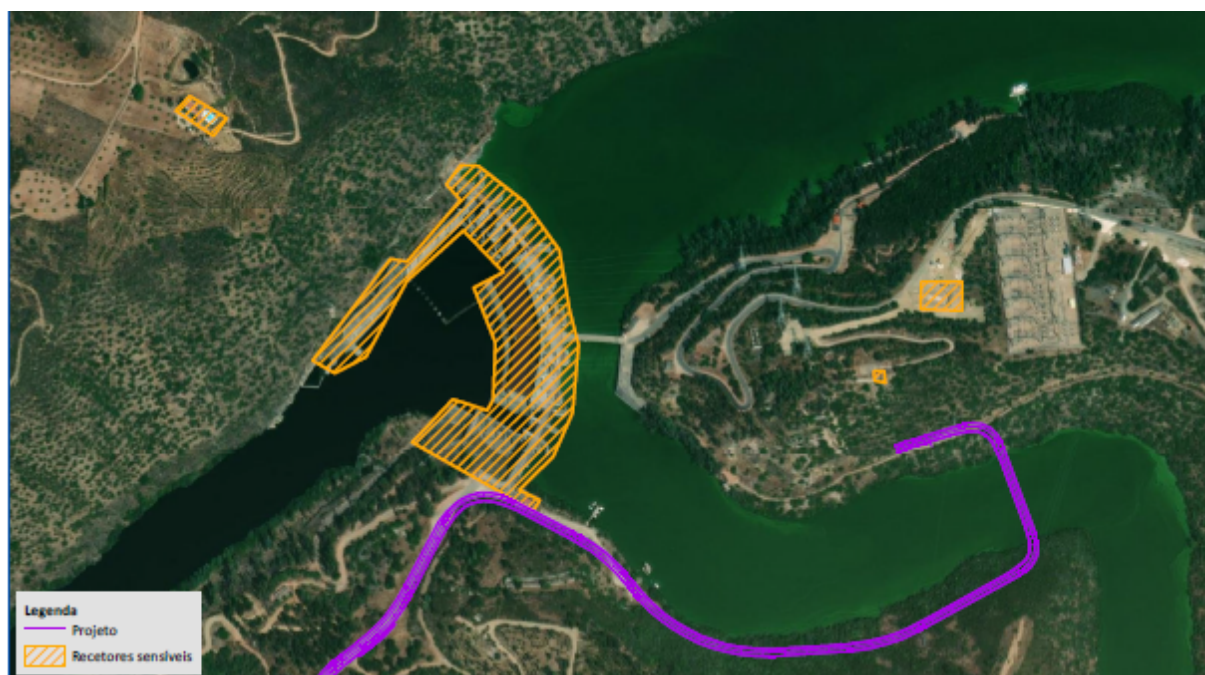


Figura 9 - Localização dos recetores sensíveis na envolvente do Projeto. (Fonte EIA)

Na zona da barragem de Cedillo, as atuais fontes de vibrações estão associadas à laboração da própria barragem, não se verificando qualquer outro tipo de fonte de vibração de origem natural ou antropogénica. Foi efetuada uma campanha de medição de vibrações a 16 de novembro de 2023, em 4 localizações na barragem de Cedillo (diferentes posições e pisos) que se podem observar na Figura 1010 e Tabela 7. Nos períodos analisados verificou-se que, em todos os locais de medição, não foram detetados eventos vibráteis superiores ao limite de deteção definido no sismógrafo (0,50 mm/s).



Figura 10 – Posições de medição de vibrações na barragem de Cedillo. (Fonte: EIA)

LOCAL DE MEDIÇÃO	MUNICÍPIO	LOCALIZAÇÃO	TIPO DE ESTRUTURA (NP 2074:2015)	DISTÂNCIA HORIZONTAL APROXIMADA AO PROJETO (m)	POSIÇÃO DA ESTRUTURA RELATIVAMENTE AO PROJETO
V1	Cedillo	Barragem de Cedillo - Exterior - Piso 6	Reforçada	5	Norte
V2		Barragem de Cedillo - Exterior - Piso 6		180	Norte
V3		Barragem de Cedillo - Interior - Piso 3 Serviços Auxiliares		130	Norte
V4		Barragem de Cedillo - Interior - Piso 2 Quadro de controlo/galeria de visita		65	Norte

Tabela 7 – Caracterização dos locais de medição. (Fonte: EIA)

Nota: a classificação do tipo de estrutura, segundo a NP 2074:2015, deverá ser como *estrutura sensível* – dadas as repercussões que os eventuais danos numa estrutura com esta natureza podem assumir.

50

4.1.10.4. AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Critérios de avaliação

Como mencionado previamente, a barragem de Cedillo deverá ser considerada como um tipo de estrutura sensível, segundo a NP2074:2015. Nessas circunstâncias os limites a observar durante a utilização de explosivos para desmonte dos maciços rochosos serão:

Tipo de estrutura	Valor limite NP 2074:2015	V _{max} (pico)		
		f ≤ 10 Hz	10 < f ≤ 40 Hz	f > 40 Hz
Estruturas Sensíveis		1.5 mm/s	3	6

Tabela 8 – Valor limite para utilização de explosivos. (Fonte: EIA)

Fase de construção

Como tem vindo a ser mencionado, as atividades de construção que potencialmente induzirão maiores níveis de vibração e como tal maiores impactes, serão as operações de escavação e, em particular, as que venham a recorrer à utilização de explosivos.

Para estimativa da velocidade de pico resultante dos desmontes a fogo, o proponente recorreu à Lei de Johnson (1971) e a dados conhecidos das constantes dependentes das características das rochas, do tipo de explosivo e da técnica de desmonte (tabela 5 do Anexo Temático 5 – parte 5.2 – Estudo de Vibrações, EIA, 2024).

Tendo considerado que na área de projeto ocorrem xistos grauvaques, o proponente adotou as mesmas do xisto grauvaque do Barroso, por ausência de informação específica no local. Em relação ao tipo de estrutura,

foi considerado que a barragem de Cedillo era um tipo de estrutura reforçada. No entanto e como já referido anteriormente, dadas as potenciais consequências de algum dano estrutural, esta construção deverá ser considerada como um tipo de estrutura sensível. Os resultados obtidos estão apresentados no Quadro 55, no qual se salienta nas células coloridas a verde a quantidade máxima admissível de explosivo, para cada uma das posições.

Quadro 5 - Velocidade de vibração prevista nos locais mais próximos de um determinado PK tendo em conta a carga de explosivo admissível para o tipo de estruturas sensíveis

PK	PM MAIS PRÓXIMO	DISTÂNCIA (m)	XISTO GRAUVAQUE (BARROSO)		XISTO GRAUVAQUE (BARROSO) Resultados incluídos no EIA	
			Quantidade de explosivo admissível (KG)	V _{MAXPICO} PREVISTO Estrutura Sensível (mm/s)	Quantidade de explosivo (KG)	V _{MAXPICO} PREVISTO Estrutura Reforçada (mm/s)
8+700	V1	30	0,64	1,5	3	6
8+750	V1	25	0,44	1,5	2	6
8+800	V1	80	4	1,5	24	6
8+850	V1	125	10	1,5	58	6
8+900	V1	180	22	1,5	121	6
8+950	V1	220	30	1,5	180	6
9+000	V1	270	50	1,5	271	6
9+050	V1	330	75	1,5	405	6
9+100	V1	370	95	1,5	509	6
9+150	V1	400	110	1,5	595	6
9+200	V4	445	140	1,5	737	6
9+250	V4	480	160	1,5	857	6
9+300	V4	510	185	1,5	968	6
9+350	V4	540	205	1,5	1085	6
9+400	V4	575	235	1,5	1230	6

51

No Quadro 66 apresentam-se os níveis de vibração esperados e as quantidades de explosivo que podem ser utilizadas em função das distâncias às estruturas sensíveis e correntes mais próximas, usando-se o menor valor de peso de explosivo.

Quadro 6 - Vibrações de pico expectáveis em função de diferentes cargas e distâncias

a	D	25	30	80	125	180	220	270	330	370	400	445	480	510	540	575
659	Q															
b	0,44	1,5	1,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0,84	0,64	2,0	1,5	0,3	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
c	4	9,5	7,0	1,3	0,6	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
-1,68	10	20,4	15,0	2,9	1,4	0,7	0,5	0,4	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
	22	39,6	29,2	5,6	2,7	1,4	1,0	0,7	0,5	0,4	0,4	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2
	30	51,4	37,9	7,3	3,4	1,9	1,3	0,9	0,7	0,6	0,5	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3
	50	79,0	58,1	11,2	5,3	2,9	2,0	1,4	1,0	0,9	0,7	0,6	0,6	0,5	0,5	0,4
	75	111,0	81,7	15,7	7,4	4,0	2,9	2,0	1,5	1,2	1,1	0,9	0,8	0,7	0,6	0,6
	95	135,4	99,7	19,2	9,1	4,9	3,5	2,5	1,8	1,5	1,3	1,1	0,9	0,9	0,8	0,7
	110	153,1	112,7	21,7	10,3	5,6	4,0	2,8	2,0	1,7	1,5	1,2	1,1	1,0	0,9	0,8
	140	187,5	138,1	26,6	12,6	6,8	4,9	3,4	2,5	2,0	1,8	1,5	1,3	1,2	1,1	1,0
	160	209,8	154,4	29,7	14,0	7,6	5,4	3,9	2,7	2,3	2,0	1,7	1,5	1,3	1,2	1,1
	185	237,0	174,5	33,6	15,9	8,6	6,1	4,4	3,1	2,6	2,2	1,9	1,7	1,5	1,4	1,2
	205	258,4	190,2	36,6	17,3	9,4	6,7	4,7	3,4	2,8	2,5	2,0	1,8	1,6	1,5	1,3
	235	289,8	213,3	41,1	19,4	10,5	7,5	5,3	3,8	3,1	2,7	2,3	2,0	1,8	1,7	1,5

Nestas circunstâncias, desde que sejam cumpridas as quantidades máximas de explosivo indicadas no Quadro 55, que se monitorizem os níveis de vibração na barragem de Cedillo, se avisem os principais

intervenientes e interessados e se realizem a preparação da detonação e a detonação propriamente dita em período diurno e em dias úteis, pode-se antecipar a ocorrência de impactes negativos, temporários e previsivelmente pouco significativos.

Erro! A origem da referência não foi encontrada. Erro! A origem da referência não foi encontrada. **Fase de Exploração**

Para a fase de exploração, não se antecipa a ocorrência de vibrações induzidas pelo projeto na barragem de Cedillo ou noutras estruturas existentes.

4.1.10.5. IMPACTES CUMULATIVOS

Concorda-se com a interpretação do proponente de que, *“À data da elaboração do presente estudo não são conhecidos projetos concretos localizados na envolvente do projeto em avaliação, que possam vir a influenciar significativamente o ambiente sonoro futuro, pelo que não são expectáveis impactes cumulativos”*.

4.1.10.6. CONCLUSÃO

Face ao exposto, considera-se estarem reunidas as condições para emissão de parecer favorável, condicionado ao cumprimento das disposições contidas no final deste parecer.

52

4.1.11. SAÚDE HUMANA

4.1.11.1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

O estudo de impacte ambiental apresenta uma caracterização sumária do perfil de saúde da população da área de intervenção e influência do projeto, assim como das estruturas de cuidados de saúde existentes.

Refere os principais indicadores sociodemográficos, de morbilidade e fatores ambientais determinantes de saúde.

4.1.11.2. AVALIAÇÃO DE IMPACTES

O fator Saúde Humana pode ser influenciado pelos impactes associados a outros fatores analisados na EIA, nomeadamente: clima, Alterações Climáticas e Qualidade do Ar; Recursos Hídricos; Socio-economia e Ambiente Sonoro. Na fase de construção haverá um aumento da emissão de poeiras e do nível do ruído, no entanto os impactes na qualidade do ar e no ambiente sonoro não terão efeitos negativos significativos junto das populações. No projeto não é expectável a existência de impactes negativos para a saúde humana e das populações. Na fase de desativação, surgem os mesmos impactes negativos para a saúde humana. Estes impactes são pouco significativos, temporários e reversíveis, visto que as populações mais próximas têm distancia razoável ao local. Como impactes positivos para a saúde humana e das populações, destacam-se o aumento temporário de postos de trabalho, estímulo à economia local, mais acessibilidades e vias de comunicação entre os dois países contribuindo para a economia e cultura dos

dois povos. Não é exetável a existência de impactes negativos na resposta de cuidados de saúde à população.

4.1.11.3. CONCLUSÃO

Face ao exposto, considera-se estarem reunidas as condições para emissão de parecer favorável, condicionado ao cumprimento das disposições contidas no final deste parecer.

4.1.12. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

4.1.12.1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

O EIA enquadra o projeto nos instrumentos de política climática nacional, bem como, inclui claramente e de forma estruturada as vertentes de mitigação e de adaptação às alterações climáticas, respetivos impactes e vulnerabilidades esperadas, e consequentes medidas de minimização e de adaptação.

A este respeito, foram devidamente enquadrados os principais e mais recentes instrumentos de referência estratégica que concretizam as orientações nacionais em matéria de políticas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas, nomeadamente o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), bem como a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA 2020) e o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC). Adicionalmente, o EIA faz igualmente referência à Lei de Bases do Clima, Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, com entrada em vigor a 1 de fevereiro 2022.

De âmbito regional é feita referência à Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas do Alentejo (ERAACA).

Importa ainda referir a recente publicação do Roteiro de Adaptação às Alterações Climáticas - Avaliação da vulnerabilidade do território português às alterações climáticas no século XXI (RNA 2100), que pretende definir narrativas de evolução das vulnerabilidades e impactes das alterações climáticas, bem como a avaliação de necessidades de investimento para a adaptação e custos socioeconómicos de inação.

4.1.12.2. AVALIAÇÃO DE IMPACTES

A avaliação dos impactes decorrentes de projetos sujeitos a AIA prende-se com a necessidade de calcular as emissões de GEE que ocorrem direta ou indiretamente nas diversas fases do projeto e que as mesmas sejam analisadas numa perspetiva de mitigação das alterações climáticas. Adicionalmente devem ser tidos em conta todos os fatores que concorrem para o balanço das emissões de GEE, quer na vertente emissora de carbono, quer na vertente de sumidouro, se aplicável.

Para a determinação das emissões de GEE devem ser utilizados, sempre que possível, os fatores de cálculo (e.g. Fator de Emissão e Poder Calorífico Inferior) e as metodologias de cálculo constantes do Relatório Nacional de Inventários (NIR - National Inventory Report), relatório que pode ser encontrado no Portal da APA. No que diz respeito especificamente ao Fator de Emissão de GEE (em tCO₂eq/MWh de eletricidade produzida) relativo à eletricidade produzida em Portugal, devem ser tidos em consideração os valores constantes do documento disponibilizado em:

https://apambiente.pt/sites/default/files/Clima/Inventarios/FE_GEE_Eletricidade_2024_final.pdf

As emissões associadas às dragagens deverão ser calculadas usando as metodologias do IPCC 2013 Wetlands Supplement, em particular as do capítulo 4 Coastal Wetlands:

https://www.ipcc-nggip.iges.or.jp/public/wetlands/pdf/Wetlands_separate_files/WS_Ch4_Coastal_Wetlands.pdf

Caso seja selecionada uma metodologia de cálculo diferente daquelas acima previstas deve ser apresentada a devida justificação dessa opção.

No que diz respeito à fase de construção, o EIA identifica como principais impactes os associados às emissões de GEE inerentes à movimentação de veículos, máquinas e equipamentos (2.506,2 tCO₂eq), à produção de materiais utilizados em obra, como o betão (4.142,5 tCO₂eq) e aço (161,5 tCO₂eq) para efeitos construtivos, os resultantes do consumo de energia elétrica (6,5 tCO₂eq) e das ações de desflorestação e desmatção de 0,26 ha de povoamento de eucaliptos, 1,73 ha de povoamento de azinheiras e 0,58 ha de sobreiros (6,26 t CO₂).

De acordo com o EIA não estão previstas operações de dragagem.

No que diz respeito à fase de exploração, o EIA identifica como principais impactes os associados às emissões de GEE inerentes ao tráfego rodoviário. Neste contexto, o EIA refere que as emissões atuais representam 802,6 tCO₂eq, considerando a menor distância atual entre Montalvão (Nisa) e Cedillo (Espanha) de cerca de 100 km e um tráfego previsto de 104 veículos/dia.

Por outro lado, as emissões de GEE resultantes do tráfego automóvel a circular futuramente entre Montalvão e Cedillo, considerando a menor distância entre as duas localidades de cerca de 15 km e um tráfego diário previsto de 224 veículos e 292 veículos, respetivamente, para o ano base de projeto (ano de abertura da Ponte Internacional Sobre o Rio Sever) e para o ano horizonte (10 anos após o ano base), são de aproximadamente 258,9 tCO₂eq/ano e 338,9 tCO₂eq/ano.

O EIA salienta, ainda, a compensação de 3,83 tCO₂ com a implementação do projeto de compensação de floresta com a plantação de 3,11 ha de sobreiro (300 árvores) e azinheira (568 árvores), numa área da Zona Especial de Conservação (ZEC) de São Mamede, atualmente ocupada por vegetação herbácea e arbustiva espontânea.

Apesar de não estar prevista a fase de desativação do projeto, o EIA considera que após a desativação do projeto, a estimativa das emissões de GEE resultantes do tráfego automóvel a circular no horizonte do projeto, entre Montalvão e Cedillo, num cenário de desativação do Projeto será de 2.259,5 t CO₂eq/ano, uma vez que o percurso entre as duas localidades vai aumentar para os cerca de 100 km iniciais e considerando o aumento de tráfego considerado (292 veículos).

No essencial, a vertente adaptação às alterações climáticas incide na identificação das vulnerabilidades do projeto face aos efeitos das mesmas, na fase de exploração, tendo em conta, em particular, os cenários climáticos disponíveis para Portugal e eventuais medidas de minimização e de prevenção. Aspetos importantes a considerar englobam a possibilidade de aumento da frequência e intensidade dos fenómenos extremos, devendo, assim, o EIA, abordar a avaliação destes fenómenos tendo em consideração não apenas os registos históricos, mas também o clima futuro para a identificação das vulnerabilidades do projeto no tempo de vida útil do mesmo.

Neste contexto, salienta-se que o Portal do Clima disponibiliza as anomalias de diversas variáveis climáticas (temperatura, precipitação, intensidade do vento, entre outras) face à normal de referência de 1971-2000, para os seguintes períodos 2011-2040, 2041-2070, 2071-2100. Estes resultados são apresentados para Portugal continental com uma resolução aproximada de 11 km para cenários de emissões conducentes a forçamentos radiativos médio (RCP 4.5) e elevado (RCP 8.5). Propõe-se a seleção do período até 2100 para projetos de longo prazo ou o período mais representativo disponível face ao horizonte do projeto, atentos os cenários climáticos.

O EIA caracteriza o clima da região onde se insere a área em estudo com base na consulta dos dados da Estação Climatológica de Portalegre no período de 1971-2000.

O projeto em estudo, localizado no concelho de Nisa, não se encontra abrangido pelo projeto ClimAdaPT.Local, pelo que para efeitos de caracterização climática foi considerado o município mais próximo da área em estudo, neste caso o município de Castelo de Vide, que faz fronteira a noroeste com o município de Nisa. Assim, para o final do século, foram identificadas as principais alterações previstas ao nível do clima da área em causa, tais como a diminuição da precipitação média anual; o aumento da temperatura média anual, em especial das máximas; a diminuição do número de dias de geada e o aumento dos fenómenos extremos de precipitação e ondas de calor mais frequentes.

As principais vulnerabilidades do projeto identificadas no EIA para os quais se projetam riscos de maior magnitude no futuro, são as secas mais frequentes, as ondas de calor e o risco de inundação resultante do aumento dos fenómenos de precipitação intensa.

4.1.12.3. CONCLUSÃO

Face ao exposto, considera-se estarem reunidas as condições para emissão de parecer favorável, condicionado ao cumprimento das disposições contidas no final deste parecer

5. SÍNTESE DOS PARECERES DAS ENTIDADES EXTERNAS

No âmbito da Consulta a Entidades Externas foi recebido o parecer das Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S (REN).

A REN informa que o projeto em avaliação, cruza a servidão da linha Falagueira-Cedillo, a 400 kV, nomeadamente no vão que interliga as duas redes elétricas de transporte ibéricas. Qualquer indisponibilidade desta linha para a realização com segurança de trabalhos afetos à construção da nova rede viária, tem que ser solicitado à REN com uma antecedência de 4 semanas, estando sempre condicionada aos compromissos de operação das redes de transporte Portuguesa e Espanhola.

55

6. RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

Em cumprimento do preceituado no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro, procedeu-se à Consulta Pública do Projeto “Ponte Internacional sobre o rio Sever e acessibilidades”.

A Consulta Pública decorreu durante 30 dias úteis, de 22 de julho a 02 de setembro de 2024.

No âmbito da Consulta Pública foram recebidas 15 exposições com a seguinte proveniência:

Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas/Outras associações:

- QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza.
- LPN - Liga para a Proteção da Natureza;
- GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente;
- IRIS - Associação Nacional de Ambiente.

Cidadãos: 11 cidadãos em nome individual.

As Organizações Não Governamentais de Ambiente (QUERCUS, LPN, GEOTA) e a IRIS - Associação Nacional de Ambiente manifestam a sua discordância relativamente ao Estudo de Impacte Ambiental (EIA) em avaliação.

Dos 11 cidadãos que se pronunciaram no âmbito da consulta pública, 1 cidadão concorda com o projeto, 7 discordam e 3 apresentam algumas sugestões.

Apresentam-se de seguida os argumentados apresentados pelas Associações e que fundamentam a sua posição.

Referem que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) revela sérias deficiências na amostragem da fauna, comprometendo profundamente as conclusões sobre a relevância ecológica da área e transmitindo uma visão distorcida dos valores ambientais existentes na região afetada, subestimando os potenciais impactos ambientais do projeto e a definição de medidas de minimização e compensação adequadas tanto para a fase de construção como para a fase de exploração.

É dito que relativamente às aves, as amostragens de aves nidificantes foram conduzidas de forma inadequada, baseando-se em visitas extremamente breves e falhando em abranger a época fenológica mais crucial para a avifauna, que é a primavera, correspondente ao período de nidificação.

Mencionam que existe uma colónia ativa de grifos (*Gyps fulvus*) na margem norte do rio Tejo junto à barragem de Cedilho na zona da foz do Rio Sever, que não foi mencionada no EIA.

Esta colónia, de elevada sensibilidade, encontra-se a cerca de 200 metros da parte norte da EM1139, que será alvo de intervenções de requalificação para alargamento no âmbito deste projeto, e a aproximadamente 800 metros da ponte prevista. Esta área, também, dispõe de habitat potencial para a nidificação do abutre-do-Egito (*Neophron percnopterus*), visto que até aos anos 2000 existiu um casal nidificante.

Devido à omissão desta colónia no EIA, não foram contempladas medidas de minimização para a fase de construção, o que muito provavelmente terá um impacto negativo na colónia nidificante.

Alegam que o EIA omite a existência de duas espécies de aves com estatuto elevado de proteção e em perigo de extinção sendo uma delas endemismo ibérico, com nidificação comprovada na zona do Projeto: Águia-imperial-ibérica (*Aquila adalberti*) e Falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), protegidas pelo Anexo I da Diretiva Europeia das Aves.

56

Referem que na página 79 do volume II do relatório Síntese do EIA, o ICNF é bastante objetivo no parágrafo "A avaliação do projeto deverá ser realizada de acordo com o objetivo no artigo 6. da Diretiva Habitats." referindo a ocorrência na zona de nidificação comprovada de Cegonha-negra, Abutre-do-Egipto, Grifo, Águia-real e Águia-de-bonelli.

Sobre a amostragem de anfíbios, dizem que foi realizada por prospeção visual no final de junho, uma escolha de data pouco favorável, dado que, já em pleno verão, as linhas de água, especialmente as sazonais, estão praticamente secas.

Consideram que nessas condições, a amostra obtida dificilmente pode ser considerada representativa da diversidade da área. De realçar que, no caso específico de 2022, a região onde o estudo foi conduzido se encontrava em situação de "seca severa" (Fonte: IPMA), o que agravou ainda mais as condições desfavoráveis para a prospeção de anfíbios.

Dadas essas circunstâncias, dizem, não ser surpreendente que o único anfíbio detetado tenha sido a rã-verde. No entanto, o estudo menciona a ocorrência de 12 espécies, uma vez mais baseando-se em pesquisa bibliográfica, das quais 3 delas são endemismos ibéricos [sapo parteiro-ibérico (*Alytes cisternasii*), rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi*), e tritão-de-ventre-laranja (*Lissotriton boscai*)], sendo que a rã-de-focinho-pontiagudo se encontra em categoria "Quase ameaçado".

Alegam que a deteção de um número reduzido de espécies de mamíferos foi verificada porque a lista de espécies foi elaborada, em grande parte, com base em pesquisa bibliográfica, o que levanta questões sobre a precisão e representatividade dos dados apresentados.

Realçam que, assim como aconteceu com outros grupos faunísticos, a primavera não foi devidamente amostrada, o que é uma falha significativa considerando que é uma das épocas mais críticas para a

atividade de mamíferos.

Sobra a ictiofauna, dizem que o estudo falha em relatar qualquer tipo de amostragem ou trabalho de campo, não havendo confirmação da presença de nenhuma espécie na área em questão.

Em vez disso, limita-se a apresentar uma lista teórica de espécies potenciais, baseada exclusivamente em pesquisa bibliográfica. Dado que a ponte projetada atravessará uma massa de água relevante, como o rio Sever, é incompreensível que não tenha sido realizada uma prospeção específica de peixes-de-água-doce, bem como, de outra fauna dulceaquícola para verificar a ocorrência real das espécies listadas.

Referem que a omissão de um levantamento de campo adequado compromete seriamente a precisão e a credibilidade das informações apresentadas, deixando de lado uma avaliação fundamental dos possíveis impactos da construção da ponte sobre a biodiversidade aquática local.

Relativamente à flora, apontam um aspeto que gera alguma confusão. Na página 104, lê-se: "Para a pesquisa bibliográfica, considerou-se a localização do projeto. Assim, foram incluídas as quadrículas UTM 10x10 km NC87 para a área da central fotovoltaica, bem como as quadrículas UTM 10x10 km PD28, PD29 e PD38." No entanto, a quadrícula amostrada NC87 está situada a oeste de Évora, e não está claro qual a relevância desta quadrícula para o projeto em questão, nem é fornecida uma explicação sobre isso.

Sobre o território espanhol, tecem algumas considerações, nomeadamente que as classificações de proteção [*Zona de Protección Especial para Aves (ZEPA) de Cedillo y Río Tajo Internacional (ES4320002), Parque Natural del Tajo Internacional e Reserva da Biosfera Transfronteiriça*], foram atribuídas porque existem na área valores naturais relevantes. Dizendo que, apesar disso, o estudo não faz qualquer menção à classificação do território espanhol e não realizou quaisquer amostragens nessa área.

Alegam que os autores do EIA chegam à conclusão de que essa zona não apresenta um interesse ecológico significativo, afirmando na página 726: "*A encosta do lado espanhol apresenta uma sensibilidade ecológica muito mais reduzida do que as margens portuguesas (verificasse uma alteração pontual do território com a predominância de eucaliptos, bem como a presença da subestação de Cedillo e de diversas linhas de alta tensão).*" No entanto, entendem que presumir que um tipo específico de habitat não possui valores naturais relevantes é inadequado em um EIA.

Afirmam que qualquer área dentro da zona de intervenção deve ser rigorosamente prospectada para confirmar o que realmente existe ali, dado que os impactos desta travessia ocorrerão nos dois países.

Ainda em relação ao território espanhol, o estudo afirma na página 727: "*No que diz respeito às áreas sensíveis para as aves, verifica-se algum afastamento destas do lado da fronteira espanhola.*" Essa afirmação contradiz diretamente a imagem apresentada na página 726, onde a zona de implantação da ponte e do troço de via em Espanha é destacada como "Áreas críticas para aves de rapina".

Entendem que, dada a informação contida no mapa, a conclusão sobre o afastamento das áreas sensíveis para aves parece ser infundada.

Sobre o plano de monitorização para a fase de exploração, alegam que o proposto para a biodiversidade durante a fase de exploração consiste em percorrer quinzenalmente a estrada e a ponte de carro para verificar se há animais atropelados, ou seja, apenas se avalia a mortalidade associada ao tráfego rodoviário, não verificando outros impactos como a perturbação associada. Essa abordagem tem limitações significativas uma vez que não foi realizada uma avaliação de mortalidade prévia (antes da construção da nova estrada), o que impossibilita a análise de possíveis variações na mortalidade. Além disto, não estão previstas contagens posteriores para verificar se a abertura da obra, em que é exetável um aumento de tráfego, teve impacto sobre a presença das espécies detetadas na fase de avaliação.

Afirmam ainda que no Resumo Não Técnico, é mencionada uma segunda alternativa (página 4) intitulada "Estudo Prévio - Solução EJE B-2 - corredor Sul", datada de maio de 2022 e elaborada pela empresa RIORTICO Engenharia Lda. Não foram fornecidas quaisquer informações sobre esta alternativa, tornando

impossível compreender as razões pelas quais foi rejeitada em favor da primeira opção, que corresponde ao projeto Ponte Internacional sobre o Rio Sever e Acessibilidades. Esta falta de informação compromete a avaliação da escolha desta alternativa.

Reforçando, ainda, o que a LPN, Quercus e a IRIS mencionam nas suas exposições o GEOTA aponta, mais uma vez, as lacunas encontradas no Estudo de Impacte Ambiental (EIA):

Consideram essencial em termos sociais e económicos a ligação entre as duas margens do rio assegurando a proximidade entre as populações dos dois lados da fronteira, permitindo o acesso rodoviário e pedonal entre Montalvão e Cedilho.

Afirmam ser necessário que esta ligação seja estabelecida da forma mais económica e ambientalmente menos prejudicial. E existindo já uma passagem internacional entre Portugal e Espanha através de infraestrutura rodoviária através do coroamento da Barragem de Monte Fidalgo (a conhecida Barragem de Cedilho que existe desde 1975) a questão que se põe é se é mesmo necessária a construção de uma nova ponte internacional sobre o Rio Sever. Esta passagem internacional pelo paredão, é aberta, apenas, para utilização durante o fim-de-semana, 36 horas, ficando o acesso vedado durante a semana. De salientar que a passagem na Barragem é vigiada durante toda a semana por câmaras de vigilância e funcionários que acautelam todas as questões de segurança.

Esta é a única fronteira encerrada no espaço Schengen. E a passagem entre os dois países só foi proibida desde a década de 1990, contrariando o princípio da livre circulação e mobilidade na União Europeia.

Segundo o EIA objeto desta consulta pública, a passagem livre entre Portugal e Espanha sempre aconteceu durante séculos, inclusive durante as ditaduras de Franco (Espanha) e Salazar (Portugal), em área de Domínio Público Comum.

Defendem que deveria ser estudada a opção zero, que não é equacionada no EIA.

58

Realçam a estimativa de tráfego médio diário (TMDA), conforme página 8 do EIA, é de 300 automóveis/dia. Na EM 1139 o TMDA é inferior a 100 automóveis /dia, pelo que nos parece ser de questionar/avaliar a necessidade da construção de uma nova ponte e alargamento da EM1139 em 7 metros de largura e 1 metro de berma.

Consideram importante que tivesse sido garantido mais trabalho de campo no âmbito do EIA para obtenção de dados mais atualizados, pois a maioria da caracterização de referência foi feita através de "levantamentos bibliográficos", em detrimento de levantamentos de terreno.

Com efeito pode ler-se na página 88 do EIA - Relatório Síntese - volume II: "A caracterização da Flora e Vegetação na área de estudo foi realizada com recurso a consulta bibliográfica e prospeção no campo. As visitas de campo foram realizadas a 27/06/2022 e a 18/03/2023", ou seja, em 2 anos de compilação do EIA foram apenas realizados dois dias de pesquisa no terreno abrangido pelo projeto, o que dizem, parecer escasso.

Afirmam que, de acordo com o EIA, prevê-se a necessidade de abate ao todo de 450 Azinheiras e 191 Sobreiros, espécies protegidas por lei.

Alegam ainda que, na página 17 do Resumo Não Técnico estão identificadas 21 espécies botânicas RELAPE (espécies com estatuto de proteção e/ou em vias de extinção) integradas em 11 famílias onde estão presentes 9 endemismos ibéricos, 2 endemismos lusitanos, 5 espécies de Orquídeas, uma espécie de *Narcissus*, *Narcissus Triandrus*, entre várias outras, que deverão ser conservadas e preservadas devido à legislação internacional, comunitária e portuguesa que as protege.

Afirmam que a monitorização da Fauna também peca por uma falha de trabalhos no campo, nos dois anos de estudos para elaboração do EIA, tendo sido realizadas apenas duas visitas de campo à área de estudo (páginas 119, 120 Vol. 2, do Relatório Síntese do EIA), com poucos resultados. E só são identificadas 19

espécies de aves, tendo sido apenas escutados/observados 45 minutos de avifauna (15) todos juntos à EM1139 e observadas 4 aves planadoras em apenas 3 horas de observação no campo, apesar de referirem que toda a obra irá ter influência em 3,2 hectares (pág. 193 Relatório EIA).

Contudo, referem que na bibliografia consultada no âmbito do EIA, o portal EBIRD, onde existem listas com mais de 30 espécies de aves identificadas numa só visita, por apenas um observador.

Afirmam que não é referida a existência de duas espécies de aves com estatuto elevado de proteção e em grave perigo de extinção, sendo uma delas endemismo ibérico, com nidificação comprovada na área do Projeto: Águia-imperial-ibérica (*Aquila adalberti*) e Falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), protegidas pelo Anexo I da Diretiva Europeia das Aves, apesar de terem monitorizado bibliograficamente 113 espécies de aves e 44 famílias, como vem explicitado entre as páginas 130 e 136 do resumo técnico do EIA.

E apesar destas duas espécies de rapinas serem referenciadas nos Atlas das Aves Nidificantes e nos EBIRDS de Portugal e Espanha.

Declaram que na página 79 do volume II do relatório Síntese do EIA, o ICNF é bastante objetivo no parágrafo "A avaliação do projeto deverá ser realizada de acordo com o objetivo no artigo 6. da Diretiva Habitats." referindo a ocorrência de nidificação comprovada de Cegonha-negra, Abutre-do-Egipto, Grifo, Águia-real, Águia-de-bonelli, na zona do projeto.

Apontam que no relatório síntese do EIA são identificadas 26 áreas muito críticas de reprodução e alimentação para aves ameaçadas e com elevado estatuto de proteção a nível europeu e mundial (pags. 141 e 142 e 143).

Apontam que, nas páginas 146 e 147, são referidos 6 abrigos de importância nacional/regional/local para espécies de morcegos, protegidos pela Diretiva Europeia Habitats, num raio de 15 quilómetros, sendo os rios locais de alimentação prioritários.

Constatam que a monitorização de Fauna e Flora foram realizadas em apenas 6 dias: 27/06/2022, 18/03/2023, mais 4 dias de 20 a 24/11/2023 (sem cumprimento da legislação do RJAIA), com apenas 45 minutos de observação e escuta da avifauna, mais 3 horas de observação em pontos altos, apenas inventariando 19 espécies no terreno, o que afirmam parecer pouco.

Dizem que não foram inventariadas no campo espécies ameaçadas de insetos, libelinhas, borboletas, alguma das quais protegidas como acontece com a *Euphydryas Aurinea*.

A QUEUCUS refere, ainda, sobre a Flora e Vegetação o EIA destaca que entre as espécies elencadas para a área de estudo destacam-se 21 espécies RELAPE (Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção), distribuídas por 11 famílias e correspondendo a cerca de 6,2% do elenco florístico.

Foi confirmada a presença de nove endemismos ibéricos e dois endemismos lusitanos (*Centaurea alba* subsp. *strepens* e *Iris xiphium* var. *lusitanica*). Especial destaque para quatro espécies RELAPE na área de estudo: sobreiro, azinheira, narcisos-bravos (*Narcissus triandrus*) e *Genista hystrix*.

Afirmam que na área prospectada foram identificadas um total de 335 azinheiras (94 azinheiras e 241 jovens) e 758 sobreiros (206 adultos e 552 jovens) e foi aferida a presença de cinco polígonos de povoamento de sobreiro/azinheira. Tendo presente a área de implantação do Projeto, prevê-se a necessidade de abate de 259 indivíduos para a requalificação da via em projeto: 68 azinheiras (19 adultos e 49 jovens) e 191 sobreiros (46 adultos e 145 jovens). Sendo que 80 indivíduos se encontram em povoamento: 29 azinheiras (7 adultos e 22 jovens) e 51 sobreiros (6 adultos e 45 jovens). No que diz respeito ao novo troço de via em área de azinhal (nas imediações do Rio Sever), uma vez que a área de azinhal é inacessível não foi possível fazer uma contagem exata do número de árvores, tendo sido feita uma estimativa com base no que é possível observar da base do talude, tendo sido possível estimar uma aproximação de 230 azinheiras/ha. Tendo em conta a afetação, prevê-se a necessidade de abate de 382 azinheiras. Em suma contabilizam os seguintes abates: 450 azinheiras e 191 sobreiros.

Os sobreiros e azinheiras para além de serem espécies protegidas em Portugal, também integram habitats naturais a conservar, como o 9330 - Florestas de *Quercus Suber* e o habitat 9340 – Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*, como os azinhais de proteção na encosta do rio Sever.

Cidadãos:

Dos 11 cidadãos que se pronunciaram no âmbito da consulta pública:

- 1 cidadão concorda com o projeto referindo que considera ser uma importante infraestrutura para o País.
- 3 apresentam algumas sugestões.
- 7 discordam do Projeto.

Sugestões/Questões apresentadas:

- Se existe alguma continuidade para a margem norte do Tejo do lado espanhol. Tomar em conta esta potencial ligação seria importante, promovendo a intermodalidade com a estação ferroviária de Ródão bem como o transporte de mercadorias para de/para a fábrica da Navigator e para a central de biomassa de Vila Velha de Ródão, quizá aproveitando o Ramal da Portucel como terminal intermodal de mercadorias.
- Incluir passeios com larguras livres e desobstruídas de pelo menos 2m, e cumpram o Decreto-Lei 163/2006 de acessibilidades para todos, para garantir percursos acessíveis a todas as pessoas que se deslocam a pé e a pessoas com mobilidade condicionada.
- Incluir uma ciclovia dedicada para utilizadores de bicicleta atravessarem em segurança sem colocar em perigo peões e sem serem colocados em período pelo tráfego rodoviário motorizado.
- Solicitam a opção por uma ciclovia dedicada bidirecional (largura mínima de 2,60 m e com afastamentos laterais e elementos verticais, elementos separadores (lancis - idealmente rampeados no lado da ciclovia) ou à rodovia, de pelo menos 0,60 m), ou alternativamente duas ciclovias unidirecionais, entre as vias de tráfego rodoviário e os passeios, com largura mínima de 1,60 m cada e afastamento a elementos verticais, elementos separadores (lancis - idealmente rampados no lado da ciclovia) ou à rodovia, de pelo menos 0,60 m). Garantir igualmente os percursos pedonais e ciclovia dedicada nos acessos, cumprimento a legislação em vigor e boas práticas de segurança na conceção e desenho de percursos pedonais, e de percursos cicláveis.
- Alegam a falta do Projeto arquitetónico da ponte.

Listam-se alguns pontos que fundamentam a sua posição dos cidadãos que se manifestam contra o Projeto:

- Afirmam que não faz sentido a construção da nova ponte internacional sobre o Rio Sever porque já existe uma passagem internacional pelo paredão da Barragem de Monte Fidalgo (a conhecida Barragem de Cedilho que existe desde 1975), durante os fins de semana, que poderia muito bem ter continuidade durante toda a semana (além das 36 horas do fim de semana), porque as questões de segurança são iguais aos fins de semana (aberta a passagem) e durante toda a semana (fechada a passagem).
- Afirmam ainda que sendo a empresa Iberdrola responsável pela proibição da passagem internacional entre dois países soberanos, no espaço Schengen de livre-trânsito na Comunidade Europeia, deveria aquela empresa assumir os custos da nova ponte calculados em nove milhões de euros, em vez dos contribuintes portugueses através de mais uma obra inútil inscrita no PRR.
- Contestam que não existe uma Alternativa ZERO

- Apontam um erro, referido na página 8, do EIA que refere que O Tráfego Médio Diário (TMDA) tem menos de 300 automóveis/dia, mas quem conhece a EM 1139 sabe bem que o TMDA é inferior a 100 carros/dia, não justificando a referida necessidade de implementação de uma ponte e alargamento da EM1139 em 7 metros de largura e 1 metro de berma, demonstrando desnecessária a construção da nova ponte de 155, 5 metros, verificada uma vez mais.
- Constatam a omissão da identificação da ZEPA do Rio Tajo Internacional y Riberos (ES0000368) e da ZEC Cedilho - Rio Tajo Internacional (ES4320002), constantes na zona de abrangência do projeto, no lado espanhol, facilmente identificadas no portal oficial da Rede Natura da União Europeia, Natura 2000 Viewer: natura2000.eea.europa.eu (exemplo da omissão no mapa da página 89 do EIA);
- Alegam que no EIA são feitas omissões de diversos habitats (alguns destes prioritários) constantes no anexo B-I da Diretiva Europeia Habitats.
- Afirmam que o EIA não refere a existência de duas espécies de aves com estatuto elevado de proteção e em grave perigo de extinção sendo uma delas endemismo ibérico, com nidificação comprovada na zona do Projeto: Águia-imperial-ibérica (*Aquila adalberti*) e Falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), protegidas pelo Anexo I da Diretiva Europeia das Aves, apesar de terem monitorizado bibliograficamente 113 espécies de aves e 44 famílias, como vem explicitado entre as páginas 130 e 136 do resumo técnico do EIA. Assim, a pesquisa bibliográfica este EIA falhou, pois, as duas espécies de rapinas vêm referenciados nos Atlas das Aves Nidificantes e nos EBIRDS de Portugal e Espanha.
- Destacam que na página 79 do volume II do relatório Síntese do EIA, o ICNF é bastante objetivo no parágrafo "A avaliação do projeto deverá ser realizada de acordo com o objetivo no artigo 6. da Diretiva Habitats." referindo a ocorrência na zona de nidificação comprovada de Cegonha-negra, Abutre-do-Egipto, Grifo, Águia-real, Águia-de-bonelli.
- Alertam para o separador de hidrocarbonetos previsto, na ponte internacional do Rio Sever, para depurar as águas torrenciais lixiviantes, que não será suficiente para evitar a poluição do Rio Sever promovendo um aumento exagerado de poluição nas águas de ambos os rios.
- Sugerem que uma aposta na oferta, de transportes públicos, seria mais benéfica, para unir as duas localidades.
- Afirmam ainda que o desenvolvimento, não será sustentável, uma vez que vão destruir ainda mais o rio e a biodiversidade com as obras, uma vez que vão precisar de fazer a dragagem, o que levará ao desnivelamento do rio, morte da vida ripícola e ribeirinha e além disso, poluição do rio.

61

Em resposta às várias questões assinaladas, a CA pronunciou-se:

No que concerne ao levantamento dos valores naturais presentes na área de estudo do projeto, o proponente solicitou ao ICNF, em janeiro de 2023, informação relativa a este ponto, tendo aquele Instituto disponibilizado toda a informação mais recente existente na altura, nomeadamente:

- Áreas de ocorrência de espécies de aves ameaçadas e respetivos locais de nidificação, quando aplicável;
- Áreas de ocorrência de Habitats de Interesse Comunitário constantes do Anexo I da Diretiva Habitats;
- Áreas de ocorrência de habitat potencial de algumas espécies da fauna, de acordo com a cartografia do Plano Sectorial da Rede Natura 2000.

Foram também indicadas por, na mesma data diversas prioridades que o proponente deveria ter em conta na elaboração do EIA, em concreto:

- Caracterizar de forma intensa e exaustiva a situação de referência dos habitats, da fauna e da flora, em toda a Área de Estudo, optando por dividir o trabalho em duas épocas distintas (Primavera/Verão e Outono/Inverno), de maneira a alargar a identificação das espécies que ocorrem efetivamente no local;
- Realizar a avaliação do projeto de acordo com o Artigo 6º da Diretiva Habitats;
- Realizar uma avaliação e comparação de Alternativas possíveis do projeto, bem como uma proposta proporcional e concretizável de medidas de minimização (onde se devem incluir medidas de minimização da mortalidade da fauna), e de medidas de compensação.

Assim, no que respeita à caracterização a situação de referência dos habitats, da fauna e da flora, na Área de Estudo, o EIA dá uma resposta satisfatória ao solicitado, realizando uma caracterização adequada, incluindo a caracterização dos habitats existentes, dos vários grupos de fauna e da flora.

Apesar disto, o relatório da consulta pública refere que alguns participantes argumentam que essa caracterização não terá sido adequadamente realizada, em concreto para alguns grupos da fauna e da flora, no que concerne aos períodos em que as amostragens se realizaram. A este respeito (caracterização a situação de referência dos habitats, da fauna e da flora, na Área de Estudo), a informação que ainda estava em falta na fase em que foi emitida a conformidade do EIA, foi disponibilizada posteriormente pelo proponente, tendo a mesma sido integrada e disponibilizada na última versão consolidada do EIA.

Alguns participantes na consulta pública argumentam também que a caracterização da situação de referência não terá sido adequadamente realizada para o grupo dos peixes. Refere-se que o proponente realizou e disponibilizou essa caracterização, tendo a mesma sido integrada na última versão consolidada do EIA.

Relativamente aos valores naturais que ocorrem em Espanha, o ICNF não identifica incorreções no procedimento adotado de ter dirigido o EIA em avaliação para os valores existentes em território nacional e deixar a caracterização e a avaliação de impactes em território espanhol para a consulta que foi realizada a este país.

62

Assim constata-se que essa caracterização e avaliação foi realizada pelas autoridades espanholas, conforme é referido nos documentos resultantes da consulta transfronteiriça enviados a Portugal.

7. RESULTADOS DA CONSULTA TRANSFRONTEIRIÇA

Em cumprimento dos artigos 32.º a 34.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação, e de acordo com o previsto no "*Protocolo de atuação entre o Governo da República Portuguesa o Governo do Reino de Espanha sobre a aplicação às avaliações ambientais de planos, programas e projetos com efeitos transfronteiriços*", foi notificado o Reino de Espanha sobre o projeto em apreço.

Através de duas notas verbais, nomeadamente, a Nota Verbal 74/3.4 e a Nota Verbal 7.8/3.5, foi recebida a pronúncia do Reino de Espanha, da qual consta o resultado das consultas promovidas em território espanhol. Foram recebidas contribuições das seguintes entidades: *Confederacion Hidrografica del Tajo (Ministerio para la Transición Ecológica, Innovación Y Formación Agroalimentaria (Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion); Direccion General de Agricultura y Ganaderia (Junta de Extremadura); Direccion General de Desarrollo Rural (Junta de Extremadura); Direccion General de Sostenibilidad (Junta de Extremadura); Direccion General de Urbanismo, Ordenación del Territorio y Agenda Urbana (Junta de Extremadura); Ayuntamiento de Cáceres e Iberdrola*. Os referidos pareceres encontram-se em anexo ao Parecer da Comissão de Avaliação.

Nenhuma das entidades se opõe à realização do projeto, salientando, contudo, alguns aspetos/condições a salvaguardar no desenvolvimento do projeto.

De entre essas entidades destacam-se as seguintes:

A *Confederacion Hidrografica del Tajo* identifica um conjunto de aspetos a ter conta nas fases de construção e exploração, face a potenciais alterações no domínio público hidráulico (DPH), dos quais se salienta a necessidade de assegurar o cumprimento do disposto no Plano Hidrológico da parte espanhola da Demarcação Hidrográfica do Tejo, nos Planos de Gestão do Risco de Inundação e no Plano Especial de Seca da Demarcação Hidrográfica do Tejo assim como o cumprimento das servidões e restrições estabelecidas na regulamentação espanhola e obtenção das autorizações aplicáveis.

Esta entidade salienta ainda a necessidade de evitar a afetação de linhas de água e respeitar as características naturais dessas linhas de água, assim como a necessidade de assegurar que seja analisado o impacto de cheias considerando um período de retorno de 500 anos e que o projeto acomode o resultado desse estudo.

A *Dirección General de Sostenibilidad de la Junta de Extremadura* considera que o projeto não é suscetível de afetar de forma significativa a Rede Natura 2000, outras áreas protegidas e espécies ameaçadas, desde que sejam seguidas as orientações contidas no seu relatório, tendo em vista a minimização dos impactos associados, das quais se destacam as seguintes:

- Minimização do impacto possível sobre a vegetação natural.
- Minimização da afetação da fauna, através do adequado planeamento e minimização do ruído, especialmente durante os períodos reprodutivos da maior parte dos vertebrados presentes na área.
- Controlo das atividades que impliquem movimentação de terras, especialmente na proximidade das massas de água;
- Aproveitamento dos acessos e a rede de vias existentes, minimizando a entrada de máquinas ou veículos de transporte de materiais nos locais naturais;
- Introdução de limitação da velocidade de circulação de forma a minimizar a afetação à fauna selvagem, especialmente durante os períodos reprodutivos da maior parte dos vertebrados presentes na área.
- Reposição das áreas afetadas e mitigação do impacto paisagístico que as novas infraestruturas possam causar.

A *Iberdrola*, enquanto titular da exploração hidroelétrica da barragem de Cedillo, não se opõe à construção desta infraestrutura nem aos seus acessos, mas salienta a necessidade de acautelar o cumprimento de um conjunto de requisitos. De entre estes, destaca-se a não afetação do funcionamento normal da central hidroelétrica de Cedillo e da barragem de Cedillo, assim como dos marcos de controle topográfico existentes e da visibilidade que, a partir deles, se tem da barragem de Cedillo. Mais refere que devem ser mantidos os acessos existentes à barragem de Cedillo, tanto do Reino da Espanha quanto da República Portuguesa.

Sublinha ainda que, caso seja necessário, deve ser informada a Iberdrola com a antecedência necessária sobre eventuais necessidades de ajuste do nível de armazenamento durante a fase da construção e sobre soluções previstas para eliminar as interferências com o funcionamento normal da central hidroelétrica e da barragem de Cedillo.

Mais solicita que seja realizado um estudo detalhado sobre a possível afetação das explosões previstas no projeto sobre as várias infraestruturas associadas à barragem de Cedillo, à central hidroelétrica de Cedillo, ao povoado de Iberdrola em Cedillo, às infraestruturas de evacuação de energia elétrica e os acessos a todos esses locais, e que, com base nas conclusões desse estudo, sejam adotadas as medidas necessárias para eliminar ou minimizar tal afetação.

8. CONCLUSÃO

O projeto tem como objetivo a criação de uma nova acessibilidade que assegure a ligação entre Montalvão e Cedillo (Espanha). A via terá uma extensão global de 10,083 km, a desenvolver no território de ambos os países e integra uma ponte sobre o rio Sever.

O projeto em apreço pretende beneficiar toda a região Norte Alentejana e da Extremadura espanhola, sendo fundamental para a valorização dos territórios do Interior e para a coesão territorial e

transfronteiriça, com impactos positivos na dinamização cultural, social e económica, de cooperação e emprego nos dois lados da fronteira.

Devido à sua importância, o projeto está inscrito no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) de Portugal, com um investimento previsto de nove milhões de euros, aprovado pelo Conselho da União Europeia. O mesmo será concretizado pela Câmara Municipal de Nisa, que é também o licenciador do projeto, contando com a intermediação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Alentejo na ligação à Estrutura de Missão Recuperar Portugal.

O projeto está localizado em área sensível, intersectando a Zona Especial de Conservação (ZEC) “SIC-PTCON0007-São Mamede”.

O projeto da Ponte Internacional sobre o rio Sever e acessibilidades localiza-se no distrito de Portalegre, concelho de Nisa e freguesia de Montalvão.

Grande parte do projeto será a reabilitação da EM1139, numa extensão de 8,80km. Propõe-se ainda a abertura de um novo corredor, situado no lado português, de aproximadamente 850m de extensão junto à barragem.

Para a travessia do rio Sever, o projeto prevê a construção de uma ponte com uma extensão aproximada de 155,5m.

Do lado de Espanha a via possui uma extensão de 600m até encontrar a via existente EX-375.

No âmbito da avaliação desenvolvida e dadas as características e dimensão do projeto e do seu local de implantação consideram-se como os fatores ambientais mais relevantes os Sistemas Ecológicos, os Recursos Hídricos, o Ambiente Sonoro e Vibrações, a Socioeconomia, e o Património Cultural.

Face ao exposto, para o fator ambiental Sistemas ecológicos, o projeto induzirá impactes negativos e significativos, mas minimizáveis, nos valores ecológicos da área de estudo, quer na fase de construção, quer na fase de exploração. Entre os vários impactes negativos, contam-se os seguintes:

- Afetação de três tipos de Habitats de Interesse Comunitário, listados no Anexo I do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua atual redação, em concreto o 5330 – Matos termomediterrânicos pré-desérticos; o 6310 – Montados de *Quercus* spp. de folha perene e o 9340 – Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*;
- Afetação de habitat de espécies da fauna com estatuto de conservação desfavorável, em concreto de espécies do grupo dos mamíferos (habitat que reúne condições para a potencial ocorrência de lince-ibérico *Lynx pardinus*, gato-bravo *Felis silvestres* e morcego-rato-grande *Myotis myotis*), e das aves (abutre-preto *Aegypius monachus*, águia-real *Aquila chrysaetos* e cegonha-preta *Ciconia nigra*);
- Aumento do risco de mortalidade de exemplares espécies da fauna por colisão, quer por via do aumento previsto do trânsito em circulação na EM1139, quer pela circulação de veículos no novo troço de via a construir junto à barragem de Cedilho.

A documentação analisada evidencia não existir uma alternativa ao projeto que pudesse acarretar um menor impacte negativo nos valores naturais da ZEC de São Mamede:

- A alternativa estudada que corresponde a um corredor a sul (alternativa 2) acarreta mais impactes negativos ao induzir uma maior perda de habitat do que aquela que é proposta no âmbito do EIA (alternativa 1);
- Não foi ponderada uma alternativa de traçado da Ponte implantada a menor distância da Barragem, que acarretasse menores impactes ambientais, uma vez que existe recomendação que a execução do projeto seja realizada na localização estudada, e que foi também objeto de apreciação e pronúncia favorável por parte das autoridades espanholas. A recomendação referida

prende-se com a análise da propagação de ondas de choque em fase de construção da ponte, e dos potenciais impactes gerados na estrutura da barragem de Cedillo, pela utilização de cargas explosivas.

Assim, tendo em conta a composição e o valor de conservação, das comunidades existentes na área de estudo, o regime de exploração e as medidas mitigatórias previstas, bem como o facto do projeto se enquadrar no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional e a sua localização em Área Classificada a nível europeu (Rede Natura 2000), considera-se que apesar da avaliação dos impactes do projeto de acordo com o Artigo 6.º da Diretiva Habitats, pode-se concluir que o projeto será suscetível de ter impacte na ZEC de São Mamede, no entanto, face à reduzida dimensão da área afetada, este impacte poderá ser mitigado pela aplicação das medidas de minimização preconizadas.

Para os Recursos Hídricos, o projeto assegura a distância de segurança de 500 m à barragem e órgãos de segurança.

Entende-se que a ponte e acessos são essenciais para a construção e utilização de infraestruturas de apoio à utilização da albufeira, porque para além da transposição entre margens, terá utilizações diversas entre as quais benefícios para as atividades secundárias a desenvolver, pesca lúdica, profissional, navegação permitindo o transporte de embarcações, atividades turísticas (sejam de navegação no rio ou outras), desde que em cumprimento do disposto no regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público em vigor, poderá encontrar-se enquadramento para as ações previstas.

Tendo em conta a informação remetida e o facto da ponte ser em arco de betão armado, sem construção de pilares com fundações no leito do rio, conclui-se que o Projeto proposto não irá afetar o estado (potencial ecológico e o estado químico) da massa de água de superfície PT05TEJ0894A Albufeira Monte Fidalgo (Cedillo) ou das zonas protegidas que dela dependem, assim como o estado quantitativo e o estado químico da massa de água subterrânea PTA0X1RH5 Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo, ou das zonas protegidas que dela dependem.

Também não são exetáveis alterações físicas das massas de água PT05TEJ0900A Ribeira de Ficalho e PT05TEJ0913A Albufeira do Fratel, em cujas bacias de drenagem se desenvolve o projeto, ou afetado do seu estado.

Ainda no âmbito dos Recursos Hídricos, foi recebido um parecer, por parte do Gabinete de Segurança de Barragens (GSB), na sequência da receção da “Nota Verbal 7.8/3.5, de 9 de dezembro”, emitido pelo “Ministerio de Asuntos Exteriores, Unión Europea y Cooperación”, no âmbito dos contactos desenvolvidos entre Portugal e o Reino de Espanha relativos à construção da ponte internacional do rio Sever, no seguimento da consulta transfronteiriça.

O GSB recomenda a construção da ponte com a implantação proposta no projeto submetido a apreciação de AIA. Face à natureza das obras a realizar, propõe ainda que seja promovida a contratação de entidade acreditada, como o LNEC, com vista a assegurar o acompanhamento especializado dos trabalhos da empreitada do ponto de vista da utilização de explosivos e seus potenciais efeitos na barragem de Cedillo.

Para o Ambiente Sonoro e vibrações, as atividades de construção que potencialmente induzirão maiores níveis de vibração e como tal maiores impactes, serão as operações de escavação e, em particular, as que venham a recorrer à utilização de explosivos.

A barragem de Cedillo deverá ser considerada como um tipo de estrutura sensível, segundo a NP2074:2015.

Desde que sejam cumpridas as quantidades máximas de explosivos indicadas, que se monitorizem os níveis de vibração na barragem de Cedillo, se avisem os principais intervenientes e interessados e se realizem a preparação da detonação e a detonação propriamente dita em período diurno e em dias úteis, pode-se antecipar a ocorrência de impactes negativos, temporários e previsivelmente pouco significativos.

Para o Património Cultural, são identificados impactes diretos certos para as OP1 e OP2, sendo provável que estas se encontrem totalmente destruídas, face à localização da via existente. São ainda identificados possíveis impactes nas OIP5, OIP8, OIP9 e OIP10, apesar destas se encontrarem na área de incidência indireta do projeto.

O EIA identifica impactes diretos irreversíveis em património arqueológico náutico e subaquático, relativo a arte rupestre, apenas no caso de se confirmar a arte e se a ensecadeira de apoio aos trabalhos alcançar o local da possível gravura.

Esta ocorrência requer avaliação por especialista em arte rupestre pré-histórica em fase prévia aos trabalhos de construção e aplicação de medidas preventivas quanto à respetiva conservação in situ.

Para a Socioeconomia, durante a fase de construção, verifica-se a afetação da circulação rodoviária e a alteração temporária dos padrões de mobilidade, quer da população, quer da mobilidade associada às atividades económicas, aumentando a circulação de veículos pesados e maquinaria, que se entendem como impactes negativos, temporários e reversíveis.

Prevê-se um aumento da empregabilidade e a dinamização, ainda que temporária, do comércio e dos serviços locais, tanto no que se relaciona com a presença dos trabalhadores, como com as matérias-primas e serviços associados à obra, que se entendem como impactes positivos.

Na fase de exploração, os impactes positivos estão associados à melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade ao nível regional e concelhio, nomeadamente o incremento das condições de circulação, por promover melhores condições na EM1139 através da sua beneficiação e da construção de uma nova travessia sobre o rio Sever.

Como efeito cumulativo, associa-se a exploração da via à melhoria das condições de segurança e circulação, acessibilidades e dinamização socioeconómica.

Para os restantes fatores ambientais analisados, os impactes negativos identificados são, na generalidade, pouco significativos e suscetíveis de minimização.

Os impactes positivos identificados são relevantes para a Socioeconomia, Ordenamento do território, Alterações climáticas e Saúde humana e prendem-se com a melhoria das condições de circulação e segurança na via atualmente existente (EM1139), com o encurtamento em 85 km, para 15km, entre as povoações de Montalvão e Cedillo, com as consequências que daí advêm, o aumento temporário de postos de trabalho, o estímulo à economia local e cultura, com o aumento da acessibilidade entre os dois países, proporcionando assim uma via importante de desenvolvimento socioeconómico da região.

Durante a consulta pública, foram recebidas 15 exposições de Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA) e equiparadas e de cidadãos em nome individual. As exposições apresentadas foram devidamente ponderadas encontrando-se os aspetos associados à avaliação dos impactes do projeto refletidos na análise desenvolvida no presente parecer.

Como demonstrado, no capítulo respetivo, a Comissão de Avaliação pronunciou-se sobre as várias questões apresentadas. Assim, no que respeita à caracterização a situação de referência dos habitats, da fauna e da flora, na Área de Estudo, o EIA dá uma resposta satisfatória ao solicitado, realizando uma caracterização adequada, incluindo a caracterização dos habitats existentes, dos vários grupos de fauna e da flora.

O proponente realizou e disponibilizou a caracterização da situação de referência para o grupo dos peixes, tendo a mesma sido integrada na última versão consolidada do EIA.

Relativamente aos valores naturais que ocorrem em Espanha, o ICNF não identificou incorreções no procedimento adotado de ter dirigido o EIA em avaliação para os valores existentes em território nacional e deixar a caracterização e a avaliação de impactes em território espanhol para a consulta que foi realizada a este país. Essa caracterização e avaliação foi realizada pelas autoridades espanholas, conforme é referido nos documentos resultantes da consulta transfronteiriça enviados a Portugal.

No âmbito da consulta transfronteiriça, a documentação remetida pelo Reino de Espanha inclui os pareceres das várias autoridades espanholas que se pronunciaram no âmbito da consulta realizada naquele território.

As referidas contribuições evidenciam uma posição favorável ao projeto em apreço, salientando, contudo, alguns aspetos/condições a salvaguardar no desenvolvimento do projeto.

As restantes questões são acauteladas nas medidas e diretrizes apresentadas no final do presente parecer. O cumprimento do plano de integração paisagística previsto no EIA e vertido no presente parecer, será assegurado, em sede de pós-avaliação, aquando do licenciamento do projeto.

Assim, ponderando os impactes negativos identificados, na generalidade suscetíveis de minimização, e os impactes positivos perspetivados, emite-se parecer favorável ao projeto da “Ponte Internacional sobre o rio Sever e acessibilidades”, em fase de Projeto de execução, condicionado à apresentação dos elementos, ao cumprimento das medidas, bem como das condicionantes que se indicam no capítulo seguinte.

9. CONDICIONANTES, ELEMENTOS A APRESENTAR, MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO, MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO E PLANOS DE MONITORIZAÇÃO

CONDICIONANTES

Devem ser cumpridas as seguintes condicionantes:

Condicionantes

1. Obter Declaração de Imprescindível Utilidade Pública (DIUP) referente ao abate de sobreiros e azinheiras em área de povoamento para toda a área de intervenção, conforme prevê o n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, na sua atual redação.
2. Parecer da CM Nisa que confirme a compatibilidade do projeto, nas suas várias componentes, com o respetivo PDM.
3. Assegurar o acompanhamento especializado dos trabalhos da empreitada no que se refere à utilização de explosivos e aos seus potenciais efeitos na estrutura da barragem de Cedilho, nomeadamente através da contratação de uma entidade acreditada, de reconhecida experiência nesta matéria, como por exemplo, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).
4. Assegurar o cumprimento do disposto no Plano Hidrológico da parte espanhola da Demarcação Hidrográfica do Tejo, nos Planos de Gestão do Risco de Inundação e no Plano Especial de Seca da Demarcação Hidrográfica do Tejo assim como o cumprimento das servidões e restrições estabelecidas na regulamentação espanhola e obtenção das autorizações aplicáveis.
5. Garantir a não afetação do funcionamento normal da central hidroelétrica de Cedillo e da barragem de Cedillo, e manutenção dos acessos existentes.

ELEMENTOS A APRESENTAR

68

Além de todos os dados e informações necessários à verificação do cumprimento das exigências da decisão sobre o projeto, devem ser apresentados os seguintes elementos:

Em sede de licenciamento

Devem ser apresentados à entidade licenciadora, com conhecimento à autoridade de AIA, os seguintes elementos:

1. Parecer favorável da Entidade Regional da RAN (ERRAN) territorialmente competente para utilização não agrícola de solos da RAN.
2. Título de Utilização de Recursos Hídricos (TURH) para todas as intervenções a realizar em domínio hídrico.

Previamente ao início da execução da obra

Devem ser apresentados à autoridade de AIA, para apreciação e pronúncia, os seguintes elementos:

3. Projeto da vedação a instalar no novo troço de via a construir junto à barragem de Cedilho, de aproximadamente 850 m de extensão até à Ponte sobre o rio Sever, a qual não deverá ser permeável à passagem de fauna terrestre de maior dimensão e não deve incluir arame farpado no seu topo.
4. Projeto de passagens canadianas a instalar no novo troço de via a construir junto à barragem de Cedilho, de aproximadamente 850 m de extensão e na Ponte sobre o rio Sever.
5. Projeto de medidas de minimização da mortalidade dirigido ao grupo dos anfíbios, a implementar no novo troço de via a construir junto à barragem de Cedilho, de aproximadamente 850 m de extensão, e na Ponte sobre o rio Sever, tendo por base o mais recente conhecimento sobre esta matéria,

nomeadamente o desenvolvido no projeto “Rede de Infraestruturas Lineares com Soluções Ecológicas. LIFE-LINES (LIFE14 NAT/PT/001081)”.

6. Enquadramento retificado do projeto no artigo 4.7 da Diretiva Quadro da Água (DQA), por forma a colmatar as incorreções que se verificaram nos elementos remetidos no decorrer do procedimento de AIA e identificados no parecer referente aos recursos hídricos.
7. Plano com os procedimentos a adotar para as águas contaminadas provenientes da limpeza do pavimento em virtude de algum incidente/acidente na ponte ou acessos.
8. Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra, integrando o Plano de Gestão Ambiental (PGA), constituído pelo planeamento da execução de todos os elementos das obras e identificação e pormenorização das medidas de minimização a implementar na fase da execução das obras, e respetiva calendarização.
9. Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD), com integração da solução para deposição dos solos excedentários (em pedreiras devidamente licenciadas para o efeito ou outras soluções viáveis).

Este plano acompanhará o projeto de execução. Este documento deve considerar todos os resíduos suscetíveis de serem produzidos na obra, com a sua identificação e classificação, em conformidade com a Lista Europeia de Resíduos (LER), a definição de responsabilidades de gestão e a identificação dos destinos finais mais adequados para os diferentes fluxos de resíduos

10. Caderno de Encargos da Obra, que deverá integrar todas as medidas referentes ao Património.
11. Carta de Condicionantes que deverá incluir a totalidade das ocorrências patrimoniais identificadas; nesta deverá ser interdita, em locais a menos de 50 m das ocorrências patrimoniais, a instalação de estaleiros, plano de acessos à obra e áreas de empréstimo e de depósito de inertes; esta deverá ainda ser distribuída a todos os empreiteiros e subempreiteiros.
12. Plano de acessos à obra, que deverá ter em conta a Carta de Condicionantes.
13. Plano de transplante da vegetação que se prevê eliminar a fim de a utilizar nas obras de integração paisagística. Este plano deve conter cartografia com o levantamento dos exemplares arbóreos a preservar no âmbito do transplante a realizar assim como os locais para a sua localização final. A cada exemplar deverá corresponder um “id” de forma a facilitar a leitura da referida informação assim como uma breve caracterização associada também a um registo fotográfico dos mesmos.
14. Plano de Compensação das Quercíneas Afetadas, desenvolvido de acordo com as orientações da presente decisão.
15. Plano de Recuperação das Áreas Intervencionadas (PRAI), desenvolvido de acordo com as orientações constantes no presente documento.
16. Projeto de Integração Paisagística (PIP), desenvolvido de acordo com as orientações constantes no presente documento.
17. Plano de Controlo e de Erradicação das Espécies Vegetais Exóticas Invasoras (PCE-EVEI), desenvolvido de acordo com as orientações constantes no presente documento.
18. Relatório de Acompanhamento da Obra com periodicidade trimestral, fundamentalmente apoiado em registo fotográfico. Para elaboração dos diversos relatórios de acompanhamento de obra, deve ser estabelecido um conjunto de pontos/locais de referência, estrategicamente colocados, para a recolha de imagens que ilustrem as situações e avanços de obra das mais diversas componentes do projeto (antes, durante e final). O registo deve fazer-se sempre a partir desses “pontos de referência” de forma a permitir a comparação direta dos diversos registos.
19. Plano com as medidas necessárias a adotar para a promover a transição para uma economia circular dotada de um elevado nível de eficiência dos recursos e uma maior e melhor integração destes aspetos na região, por exemplo através da diminuição da utilização de materiais não renováveis e não biodegradáveis e a diminuição da utilização de energia de base fóssil e de resíduos produzidos,

indicando as métricas adequadas de forma a avaliar a eficácia das pretensões apresentadas, nomeadamente garantir o cumprimento das metas nacionais e regionais.

20. Resultados das sondagens arqueológicas de diagnóstico:

- No possível traçado da OP1, executar um mínimo de cinco sondagens arqueológicas (2mx2m) junto à berma, de forma aferir a possibilidade da existência de vestígios arqueológicos que tivessem sobrevivido, nomeadamente, à construção da estrada. A intervenção deverá ser executada com recurso a equipa habilitada para tal, sob direção científica de um arqueólogo com experiência comprovada em contextos do Período Romano.

- No local indicado para a OP2, de forma aferir a possibilidade da existência de vestígios arqueológicos que tivessem sobrevivido, nomeadamente, à construção da estrada, deverão ser executadas, no mínimo, quatro sondagens arqueológicas (2mx2m) junto à berma. A intervenção deverá ser executada com recurso a equipa habilitada para tal, sob direção científica de um arqueólogo com experiência comprovada em intervenções de contextos da Pré-história recente.

20. Relatórios preliminares, após a conclusão dos trabalhos de diagnóstico arqueológico, junto da tutela do Património Cultural, pelo que só após aprovação dos mesmos, e de eventuais medidas complementares, é que estes deverão ser remetidos à autoridade de AIA.

21. Constituição da equipa dos trabalhos de arqueologia da componente náutica e subaquática, a submeter para autorização, à tutela portuguesa e espanhola. Esta deve integrar arqueólogos com experiência comprovada na vertente náutica e subaquática, com experiência e conhecimento técnico, científico e historiográfico adequado à sensibilidade da área de trabalho, bem como conservadores-restauradores para implementar as ações de conservação e monitorização. Deve estar obrigatoriamente presente na equipa especialista em arte rupestre, preferencialmente da área com um mínimo de 5 anos de experiência investigatória ou de salvaguarda. Toda a equipa deve estar dimensionada de acordo com os trabalhos previstos efetuar.

22. Plano de compensação dos habitats afetados.

70

Durante a execução da obra

Devem ser apresentados à autoridade de AIA, para apreciação e pronúncia, os seguintes elementos:

23. Relatório preliminar com os resultados da prospeção arqueológica sistemática da área de escavação, antes e depois de se proceder à desmatação, até se atingir a cota de afetação ou os níveis geológicos arqueologicamente estéreis.

Previamente à fase de exploração

24. Proposta de plano de monitorização para os recursos hídricos superficiais, de forma a avaliar os impactos na qualidade das águas superficiais originadas pela exploração do projeto e tendo em consideração os resultados obtidos durante a fase de construção.

Fase de exploração

25. Plano de monitorização para a fauna terrestre revisto, relativo aos impactos do projeto na área de estudo e não apenas na sua mortalidade. A monitorização deverá realizar-se durante os cinco anos posteriores à conclusão da obra.

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO E DE COMPENSAÇÃO

Todas as medidas de minimização dirigidas à fase prévia à obra e à fase de execução da obra devem constar do Plano de Acompanhamento Ambiental de Obra (PAAO).

O PAAO deve ser integrado no respetivo caderno de encargos da empreitada e nos contratos de adjudicação que venham a ser produzidos pelo proponente, para execução do projeto.

A Autoridade de AIA deve ser previamente informada do início e término das fases de construção e de exploração do projeto, bem como do respetivo cronograma da obra, de forma a possibilitar o desempenho das suas competências em matéria de pós-avaliação.

De acordo com o artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual, devem ser realizadas auditorias por verificadores qualificados pela APA. A realização de auditorias deve ter em consideração o documento “Termos e condições para a realização das Auditorias de Pós-Avaliação”, disponível no portal da APA. Os respetivos Relatórios de Auditoria devem seguir o modelo publicado no portal da APA e ser remetidos pelo proponente à Autoridade de AIA no prazo de 15 dias úteis após a sua apresentação pelo verificador.

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Medidas para a fase prévia à obra

1. Divulgar o programa de execução das obras na Câmara Municipal de Nisa, bem como na freguesia de Montalvão. A informação disponibilizada deve incluir o objetivo, a natureza, a localização da obra, as principais ações a realizar, respetiva calendarização e eventuais afetações à população, designadamente a afetação das acessibilidades.
2. Adotar um dispositivo de atendimento ao público para a receção de reclamações, sugestões e/ou pedidos de informação sobre o projeto. Neste contexto, disponibilizar um número de atendimento ao público e assegurar a realização de reuniões, quando necessário. Afixar o número de atendimento ao público à entrada do estaleiro e em cada frente de obra. Registrar todas as reclamações ou pedidos de informação recebidos e o tratamento que lhes foi dado.
3. Implementar um plano de gestão de eficiência energética que permita a gestão e monitorização dos consumos de energia para corrigir eventuais irregularidades de forma célere, privilegiando a seleção de equipamentos mais eficientes, que utilizem combustíveis alternativos, dentro daquilo que são as opções de mercado existentes e a eficiência energética ao nível da iluminação.
4. Implementar as medidas do plano que foram consideradas necessárias adotar por forma a promover a transição para uma economia circular dotada de um elevado nível de eficiência dos recursos.
5. Implementar o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD).
6. Instruir os trabalhadores sobre os procedimentos ambientalmente adequados a ter em obra (sensibilização ambiental), sensibilizando-os para o interesse das áreas classificadas em que se encontram, assim como a evitar a mortalidade acidental de fauna e destruição da flora. Esta formação deve também incluir as temáticas “espécies autóctones” e “espécies vegetais exóticas invasoras”. ICNF
7. Programar os trabalhos, de modo que o início destes (fases de desmatção, decapagem e corte e/ou arranque de árvores) decorra apenas durante o período diurno e entre janeiro e março ou em alternativa outubro a dezembro e de forma a minimizar os conflitos com a atividade agrícola nas zonas de intervenção. Todos os trabalhos devem ainda ser programados, de modo a que decorram de forma a salvaguardar os valores naturais (fauna) que sejam referenciados no local.
8. Planear as ações de construção mais perturbadoras (desmatção, escavações e uso de explosivos) na zona próxima da colónia de grifos fora do período de nidificação, ou seja, fora do período entre abril e maio.
9. Proceder ao balizamento, com fita sinalizadora, para além do quais não deve haver lugar a qualquer perturbação, em todas as áreas sujeitas a intervenção e antes do início de qualquer atividade relacionada com a obra, quer pelas máquinas, quer por eventuais depósitos de terras e/ou outros

materiais. Os referidos limites devem ser claramente balizados, antes do início da obra, devendo permanecer em todo o perímetro, durante a execução da mesma.

10. Sinalizar e balizar os exemplares de sobreiro, azinheira e outras espécies arbóreas autóctones, imediatamente adjacentes à área de construção e quando próximos de áreas intervencionadas, de modo que estes não sejam afetados pela implementação do projeto. Deve ser delimitada uma área de proteção dos sobreiros / azinheiras existentes, pelo menos, do dobro da projeção da área da copa, no mínimo de 4 m de raio (árvores jovens), onde são interditas quaisquer ações que conduzam ao seu perecimento ou evidente depreciação (como sejam a remoção de terra vegetal ou mobilizações profundas do solo, etc.), que possam danificar as árvores, nomeadamente as raízes, pernas, ramos e troncos. Esta sinalização deverá ser mantida durante o período em que a obra decorre no local.
11. Identificar e sinalizar também, os núcleos de espécies relevantes floristicamente para evitar a sua destruição.
12. Cintagem prévia, com tinta indelével, dos sobreiros / azinheiras a abater, nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, na sua redação atual e comunicação ao ICNF, I.P., com a antecedência mínima de trinta dias úteis em relação à data de início do abate, para efeitos de verificação/fiscalização e ser apresentada a informação geográfica, em formato *shapefile*, com a identificação destes exemplares. Na área inacessível, delimitar o perímetro da mesma, em alternativa à cintagem de todos os exemplares.
13. Avaliar a possível ocorrência de arte rupestre pré-histórica por especialista e definição e aplicação de medidas preventivas de salvaguarda e de registo, tendo em vista, nomeadamente, a respetiva conservação *in situ*.
14. Proceder à instalação do(s) estaleiro(s), em cumprimento com os termos da Carta de Condicionantes à Localização dos Estaleiros, integrada no EIA. A responsabilidade de localização de estaleiros bem como de áreas de depósito/empréstimo e de apoio à obra, cabe ao Adjudicatário que deverá ter em consideração as recomendações expostas anteriormente, sendo a respetiva seleção sujeita obrigatoriamente à aprovação da Fiscalização e Dono da Obra (Câmara Municipal de Nisa). Os estaleiros ou outras áreas de apoio à obra devem localizar-se no interior da área de intervenção ou em áreas degradadas; devem ser privilegiados locais de declive reduzido e com acesso próximo, para evitar ou minimizar movimentações de terras e abertura de acessos.

Não devem ser ocupados os seguintes locais:

- Áreas de ocorrência de Habitats de Interesse Comunitário (Habitats 6310, 9340 e 5330);
- (habitats 6310 e 9340);
- Perímetros de proteção às quercíneas;
- Áreas do domínio hídrico;
- Áreas inundáveis;
- Zonas de proteção de águas subterrâneas (áreas de elevada infiltração);
- Perímetros de proteção imediata de captações (neste caso, calculados ou aferidos através da tabela constante do Anexo ao Decreto-Lei n.º 382/99 de 22 de setembro);
- Áreas classificadas da Reserva Agrícola Nacional (RAN) ou da Reserva Ecológica Nacional (REN);
- Manchas de solos de elevada aptidão agrícola;
- Locais sensíveis do ponto de vista geotécnico;
- Locais sensíveis do ponto de vista paisagístico;
- Zonas sensíveis no âmbito da conservação da natureza;
- Áreas de ocupação agrícola;
- Proximidade de áreas urbanas e/ou turísticas;

- Zonas de proteção do património.

15. O Estaleiro deverá contemplar os seguintes aspetos:

- Os estaleiros, outras áreas de apoio à obra e parques de materiais devem ser vedados, de acordo com a legislação aplicável, de forma a evitar os impactos resultantes do seu normal funcionamento;
- A eventual desmatção a realizar para a implantação do estaleiro ou outras áreas de apoio à obra deve restringir-se apenas à área estritamente necessária;
- Deve ser restringida, tanto quanto possível, as atividades do estaleiro (circulação de pessoas, máquinas e veículos) à área que lhe está afeta;
- Deve efetuar-se a vedação com tapumes da zona de estaleiros e parque de máquinas, de forma a proteger a população das poeiras e da desorganização espacial;
- Deve proceder-se à realização de aspersão hídrica periódica da área de estaleiro e acessos à obra, principalmente durante o período estival, reduzindo assim as emissões de poeiras levantadas por deslocação de maquinaria pesada;
- Deve ser prospetada previamente a zona de instalação de estaleiro por forma a avaliar o eventual potencial arqueológico;
- Devem ser instalados, na zona de estaleiro, sistemas de retenção dos efluentes gerados no mesmo;
- Devem ser planeadas e preparadas, no estaleiro, áreas apropriadas para a lavagem de rodados de veículos e de maquinaria afeta à obra (com condução dos efluentes resultantes para o sistema de retenção) e locais impermeabilizados e dotados de redes e bacias de contenção, para a realização de determinadas ações como a limpeza de máquinas, as mudanças de óleos, o enchimento dos camiões com combustíveis ou a utilização de materiais potencialmente contaminantes. Sempre que justificável para minimizar o risco de escorrências para o solo ou para o meio hídrico, por ação da pluviosidade, estas áreas devem ser dotadas de coberturas;
- Após a conclusão da obra, a área ocupada pelos estaleiros deverá ser limpa e alvo de descompactação do solo (em caso de zonas não pavimentadas) de forma a recuperar mais rapidamente as suas características naturais.

16. Comunicar aos proprietários, sempre que os acessos às propriedades forem previsivelmente interrompidos, e assegurar a criação de acessos alternativos com a participação dos proprietários garantindo, no mínimo, os atuais níveis de acessibilidade. Limitar estas interrupções ao mínimo período possível. No caso de caminhos que não puderem ser restabelecidos, sinalizar a sua interrupção, e indicar o acesso alternativo.

17. Privilegiar o uso de caminhos já existentes para aceder aos locais da obra.

18. Caso seja necessário proceder à abertura de novos acessos ou ao melhoramento dos acessos existentes, as obras devem ser realizadas de modo a reduzir ao mínimo as alterações na ocupação do solo fora das zonas que posteriormente ficarão ocupadas pelo acesso. O traçado deve adaptar-se ao terreno natural, evitando o rasgo de taludes pronunciados e com inclinações acentuadas. A remoção do coberto vegetal deve ser reduzida ao mínimo indispensável. Os trilhos devem ser assinalados, devendo ser proibida a circulação fora dessas áreas.

19. Contratar preferencialmente mão-de-obra local.

20. Respeitar as condições regulamentares de segurança e ambiente de trabalho dos trabalhadores, no âmbito da Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, incluindo ainda as devidas condições de alojamento.

21. Adquirir preferencialmente bens e serviços locais, por forma a reduzir as viagens de transporte de

materiais.

Medidas para a fase de execução da obra

22. Implementar o Plano de Gestão Ambiental e o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD).
23. Minimizar os impactos relacionados com as movimentações de terras, terras sobrantes e aterros, reutilizando, se possível, as terras restantes da construção de outras infraestruturas, respeitando a carta de condicionantes.
24. Evitar o aumento de suscetibilidade à erosão bem como a instabilidade de taludes, atendendo às medidas de minimização propostas.
25. Antes do início da obra deverá ser apresentado e discutido, por todos os intervenientes, o Plano de Gestão Ambiental da Obra, nomeadamente na sua vertente de Arqueologia.
26. Garantir a conservação, in situ, de todas as ocorrências que se encontram na envolvente das áreas diretamente afetadas pela construção do projeto, incluindo os projetos complementares.
27. Efetuar o registo, antes do início da obra, para memória futura, dos elementos patrimoniais OP5, OP7, OP8, OP9 e OP10.
28. Vedar e sinalizar, antes do início da obra, os elementos patrimoniais OP4, OP5, OP7, OP8, OP9 e OP10. Esta vedação e sinalização poderá ser efetuada junto aos caminhos a utilizar pela obra de modo a evitar a circulação de pessoas e máquinas nos locais referentes a estas OP assinalados na Carta de Condicionantes.
29. Efetuar o acompanhamento arqueológico presencial e integral de todas as operações que impliquem movimentações de terras (desmatações, escavações, demolições, terraplenagens, depósitos e empréstimos de inertes) em terra, nas margens e em meio submerso, desde a fase preparatória da obra, como a instalação dos estaleiros, abertura de caminhos e desmatção, realizando a observação e registo das ações; o acompanhamento deverá ser continuado e efetivo, pelo que se houver mais que uma frente de obra a decorrer em simultâneo terá de ser garantido o acompanhamento de todas as frentes. A equipa de acompanhamento arqueológico deverá ser dimensionada tendo presente a natureza, extensão e duração da empreitada e integrar um arqueólogo com experiência comprovada em intervenções de contextos da pré-história recente e arqueologia náutica e subaquática.
30. Adotar medidas de minimização específicas, caso os resultados obtidos no acompanhamento arqueológico (registo documental, sondagens, escavações arqueológicas, entre outras), assim o determinem.
31. Efetuar trabalhos de prospeção arqueológica sistemática do terreno, nas áreas que previamente não foram analisadas ou em que foram verificados índice de visibilidade nula e reduzida, com a finalidade de colmatar as lacunas de conhecimento, bem como, as eventuais novas áreas de estaleiros, áreas de empréstimo e de depósito de inertes, assim como, novos acessos, áreas de acesso provisório e definitivo, em momento prévio ao início dos respetivos trabalhos de movimentação de terras. Nos casos em que a visibilidade do solo seja nula ou reduzida, devido à vegetação existente, deverá ser realizada prospeção sistemática antes e após a desmatção, de modo a retificar eventuais lacunas de conhecimento. Na eventualidade de surgimento de novas ocorrências patrimoniais, deverão ser reajustados os trabalhos, assim como propostas e aplicadas novas medidas minimização.
32. Suspender a obra, se forem detetados vestígios arqueológicos, nesse local, ficando o arqueólogo obrigado a comunicar de imediato à tutela do Património Cultural essa ocorrência, devendo igualmente propor as medidas de minimização a implementar.
33. No caso de se verificar a impossibilidade de exumação integral de contextos arqueológicos, deverão essas áreas serem interditadas à realização de obra e implementado um programa de monitorização de periodicidade semestral, para avaliação do processo de preservação in situ, e apresentado uma proposta de conservação deste(s) contexto(s) pela equipa de arqueologia.

34. Conservar in situ (no caso de estruturas, de tal forma que não se degrade o seu estado de conservação atual) ou salvaguardar através de registo, as ocorrências arqueológicas que forem reconhecidas durante o acompanhamento arqueológico em fase de obra, em função do seu valor patrimonial.
35. Enviar para depósito credenciado pelo organismo de tutela do Património Cultural os achados móveis efetuados.
36. Interromper a execução de escavações e aterros, tomando precauções adequadas para assegurar a estabilidade dos taludes e evitar deslizamentos, nos períodos em que ocorra elevada pluviosidade.
37. No caso específico dos estaleiros as terras deverão ser depositadas em zonas planas, em área próxima, sendo que o declive dos taludes dos depósitos não deve exceder 2H/1V nem as dimensões serem superiores a 1,5 m de altura por 3 m de largura.
38. Iniciar os trabalhos de escavações e aterros logo que os solos estejam limpos, evitando repetição de ações sobre as mesmas áreas.
39. Identificar claramente os locais a intervencionar, devendo os mesmos ser delimitados por piquetagem e/ou por sinalização bem visível.
40. Não deverão ser colocadas qualquer tipo de estruturas (cravos, cavilhas, correntes e sistemas semelhantes) nos troncos de árvores ou arbustos.
41. Não poderão ser efetuadas escavações na proximidade de sobreiros ou azinheiras, que não aqueles que esteja previsto o seu abate / afetação, devendo ser respeitada uma distância de segurança correspondente ao dobro do raio da copa, no mínimo de 4 m de raio (árvores jovens), quer no que respeita aos acessos a criar ou a reabilitar, quer no que diz respeito à preparação da área de trabalho.
42. Limitar as ações pontuais de desmatção, limpeza e decapagem dos solos às zonas estritamente indispensáveis para a execução da obra, sendo que as áreas adjacentes às áreas a intervencionar para implantação do Projeto não devem ser desmatadas ou decapadas. Quando aplicável, efetuar o desbaste seletivo de vegetação, atendendo à salvaguarda das espécies autóctones. Se necessário recorre a vedações fixas e móveis, métodos de demarcação através de fitas ou sinalização adequada ao efeito.
43. A biomassa vegetal e outros resíduos resultantes destas atividades devem ser removidos e devidamente encaminhados para destino final, privilegiando-se a sua reutilização.
44. Realizar as operações de decapagem com recurso a balde liso e por camadas. A terra viva decapada deve ser segregada e permanecer sem mistura com quaisquer outros materiais inertes e terras de escavação de horizontes inferiores. A profundidade da decapagem da terra viva deverá corresponder à espessura da totalidade da terra vegetal, em toda a profundidade do horizonte local (Horizontes O e A) e não em função de uma profundidade pré-estabelecida.
45. Os solos decapados, possuidores do banco de sementes das espécies autóctones ou naturalizadas, deverão ser armazenados em pargas, as quais não poderão ser calcadas por veículos. Estas deverão ter até 2 m de altura, devendo ser colocadas próximo das áreas de onde foram removidas, mas assegurando que tal se realiza em áreas planas e bem drenadas. Devem ser protegidas contra a erosão hídrica e eólica através de uma sementeira de leguminosas e/ou da sua cobertura se necessário e aplicável em função dos tempos de duração e das condições atmosféricas.
Sempre que ocorra escavação para além da decapagem da terra vegetal, será imperativo proceder-se à separação dos diferentes tipos de solo (terra vegetal/terra de escavação).
46. Executar os trabalhos que envolvam escavações a céu aberto e movimentação de terras, preferencialmente nos períodos secos, de modo a minimizar a erosão hídrica e o transporte sólido.
47. A execução de escavações a céu aberto deve ser interrompida em períodos de elevada pluviosidade e nos que os antecedam, desde que previsíveis, e devem ser tomadas as devidas precauções para assegurar a estabilidade a estabilidade dos taludes e evitar o respetivo deslizamento.
48. Decapar, remover e separar as terras vegetais com vista à sua utilização na reintegração de áreas intervencionadas. A decapagem deve ser efetuada em todas as zonas onde ocorram mobilizações do

solo e de acordo com as características do mesmo.

49. Atender à origem/proveniência, e condições de armazenamento, de todos materiais inertes que venham a ser utilizados na construção dos acessos e camadas, ou terras de empréstimo se aplicável, não devendo ser provenientes em caso algum, de áreas ocupadas por espécies vegetais exóticas invasoras, para que as mesmas não alterem a ecologia local e introduzam plantas invasoras.
50. Planear e executar os trabalhos de forma a não destruir a estrutura e a qualidade da terra viva por compactação e pulverização, com o objetivo de reduzir os níveis de libertação de poeiras. São exemplos de boas práticas: a não utilização de máquinas de rastos; a redução das movimentações de terras em períodos de ventos que potenciem o levantamento e propagação das poeiras e a exposição de solos nos períodos de maior pluviosidade e ventos.
51. Os materiais provenientes das escavações a efetuar durante a obra, caso possuam características geotécnicas adequadas, deverão sempre que possível ser (re)utilizados nos aterros associados à construção das diferentes infraestruturas da própria empreitada, de modo a minimizar o volume de terras sobrantes e de terras de empréstimo.
52. Caso seja necessário recorrer a manchas de empréstimo deverá proceder-se ao respetivo licenciamento, considerando as disposições legais em vigor, sendo esta responsabilidade do Adjudicatário. Estas novas áreas deverão respeitar ainda a Carta de Condicionantes à localização de estaleiros, manchas de empréstimo e depósito de terras sobrantes.
53. Caso se verifique a existência de materiais de escavação com vestígios de contaminação, estes devem ser armazenados em locais que evitem a contaminação dos solos e das águas subterrâneas, por infiltração ou escoamento das águas pluviais, até esses materiais serem encaminhados para destino final adequado.
54. Proceder à estabilização dos pavimentos dos acessos e restantes áreas, não dependendo exclusivamente do uso, ou utilização, de água na redução de formação de poeiras, dado que esta compromete a qualidade visual da vegetação e os níveis de produção das próprias cultura existentes. Deverá ser garantida a limpeza regular dos acessos e das diversas áreas afetadas à obra, de forma a evitar a acumulação e ressuspensão de poeiras, quer por ação do vento, quer por ação da circulação de veículos e de equipamentos de obra.
55. Proceder à manutenção e revisão periódica de todas as máquinas e veículos afetados à obra, garantindo que apresentam homologação acústica nos termos da legislação aplicável e que se encontrem em bom estado de conservação/manutenção, de forma a manter as normais condições de funcionamento e assegurar a minimização das emissões gasosas, dos riscos de contaminação dos solos e das águas, e de forma a dar cumprimento às normas relativas à emissão de ruído.
56. Minimizar a movimentação de veículos e equipamentos ao estritamente necessário.
57. Adotar velocidades moderadas na travessia de zonas habitadas, de forma a minimizar a emissão de poeiras.
58. Proceder a aspersão regular e controlada de água, sobretudo durante os períodos secos e ventosos, nas as vias não pavimentadas e todas as áreas passíveis de gerarem emissões difusas de partículas, onde poderá ocorrer a produção, acumulação e ressuspensão de poeiras.
59. Durante as operações de movimentação de terras proceder a aspersão de água das áreas intervencionadas para minimizar o levantamento de poeiras no período seco, caso se revele necessário.
60. Sempre que possível, planear os trabalhos de forma a minimizar as movimentações de terras e a exposição de solos nos períodos de maior pluviosidade.
61. Assegurar o transporte de materiais de natureza pulverulenta ou do tipo particulado em veículos adequados, com a carga coberta, de forma a impedir a dispersão de poeiras.
62. Adotar cuidados especiais nas operações de carga, descarga e deposição de materiais de construção e de materiais residuais da obra, especialmente se forem pulverulentos ou do tipo particulado, nomeadamente com o acondicionamento controlado durante a carga, a adoção de menores alturas

de queda durante a descarga, a cobertura e a humidificação durante a armazenagem na área afeta a obra

63. Proibição da realização de queimadas a céu aberto.
64. Proceder à lavagem regular dos rodados de veículos afetos a obra. Este requisito poderá não ser cumprido, na sua totalidade ou parcialmente, caso se verifiquem situações excecionais de carência de água, como por exemplo em anos de seca.
65. Assegurar o correto armazenamento temporário dos resíduos produzidos, de acordo com a sua tipologia e em conformidade com a legislação em vigor. Deve ser prevista a contenção/retenção de eventuais escorrências/derrames. Não é admissível a deposição de resíduos, ainda que provisória, nas margens, leitos de linhas de água e zonas de máxima infiltração.
66. Os óleos, lubrificantes, tintas, colas e resinas usados devem ser armazenados em recipientes adequados e estanques, para posterior envio a destino final apropriado, preferencialmente a reciclagem.
67. Manter um registo atualizado das quantidades de resíduos gerados e respetivos destinos finais, com base nas guias de acompanhamento de resíduos.
68. Assegurar o destino final adequado para os efluentes domésticos provenientes do estaleiro, de acordo com a legislação em vigor recolha em WC's químicos ou fossas estanques e posteriormente encaminhados para tratamento em articulação com Águas do Alto Alentejo – Empresa Intermunicipal.
69. No estaleiro, as zonas de armazenamento de óleos e de combustíveis, assim como de resíduos, deverão ser preferencialmente cobertas, impermeabilizadas, dotadas de bacias de contenção de derrames e de rede de drenagem das escorrências e de águas pluviais contaminadas, as quais deverão ser recolhidas por entidade credenciada para o seu transporte a destino final adequado.
70. O estaleiro deverá dispor de meios de intervenção em caso de derrames de substâncias perigosas no solo, de forma a responder atempadamente e a minimizar a impactes da contaminação.
71. Capacitar o estaleiro de kits de emergência para intervenção em caso de derrames acidentais.
72. A restrição da execução de ações poluentes nos locais dos próprios estaleiros deverá ser tida em consideração. No entanto, determinadas ações como a limpeza das máquinas e o enchimento dos camiões com combustíveis e outros materiais, devem ser realizadas em locais impermeabilizados e onde seja possível fazer a sua recolha e armazenagem.
73. A zona de armazenamento de produtos e o parque de estacionamento de viaturas devem ser drenados para uma bacia de retenção, impermeabilizada e isolada da rede de drenagem natural, de forma a evitar que os derrames acidentais de óleos, combustíveis ou outros produtos perigosos contaminem os solos e as águas. Esta bacia de retenção deve estar equipada com um separador de hidrocarbonetos.
74. Sempre que ocorra um derrame de produtos químicos no solo, deve proceder-se à recolha do solo contaminado, se necessário com o auxílio de um produto absorvente adequado, e ao seu armazenamento e envio para destino final ou recolha por operador licenciado.
75. Encaminhar para uma bacia de retenção impermeabilizada e devidamente dimensionada, a qual não pode ocupar a faixa de servidão do domínio hídrico, as águas residuais e lamas resultantes da eventual utilização de auto-betoneiras. No final da obra, todo o material armazenado na bacia de retenção deverá ser encaminhado por operador licenciado.
76. Atender à necessidade de cuidados adicionais nos trabalhos a realizar na proximidade do furo vertical (ID9) localizado a 9 m a Este do km 1+788 e da nascente (315/6) localizada a 8 m Este da base do talude de aterro do km 5+550.
77. Minimizar eventuais afetações na proximidade das linhas de água existentes, nomeadamente, junto da linha de água de carácter torrencial identificada no PDM de Nisa – início aprox. ao km 7+300 até ao aprox. km 8+100, bem como no atravessamento do rio Sever e margens do mesmo.
78. Em qualquer tipo de operação a realizar, deverá ser prevista a manutenção da morfologia e

funcionalidade das linhas de água existentes no terreno, assim como a conservação da vegetação existente nas suas margens, numa distância não inferior a 10 m em cada uma das margens.

79. Manter a vegetação típica das galerias ripícolas existentes nas margens dos cursos de água, podendo ser devidamente podada e devendo ser limpa de vegetação exótica infestante.
80. Nas zonas em que sejam executados trabalhos que possam afetar as linhas de água, deverão ser implementadas medidas que visem interferir o mínimo possível no regime hídrico, no coberto vegetal preexistente e na estabilidade das margens. Nunca poderá ser interrompido o escoamento natural da linha de água, devendo por isso ser considerada a adoção de um dispositivo hidráulico apropriado que garanta a manutenção de um caudal, cujo débito deverá corresponder ao da linha de água intercetada. Todas as intervenções em domínio hídrico devem ser previamente autorizadas/licenciadas.
81. As quantidades de explosivos a utilizar não poderão ultrapassar as indicadas no quadro seguinte:

PK	PM MAIS PRÓXIMO	DISTÂNCIA	XISTO GRAUVAQUE (BARROSO)	
		(m)	Quantidade de explosivo admissível (KG)	V _{MAXPICO} PREVISTO Estrutura Sensível (mm/s)
8+700	V1	30	0,64	1,5
8+750	V1	25	0,44	1,5
8+800	V1	80	4	1,5
8+850	V1	125	10	1,5
8+900	V1	180	22	1,5
8+950	V1	220	30	1,5
9+000	V1	270	50	1,5
9+050	V1	330	75	1,5
9+100	V1	370	95	1,5
9+150	V1	400	110	1,5
9+200	V4	445	140	1,5
9+250	V4	480	160	1,5
9+300	V4	510	185	1,5
9+350	V4	540	205	1,5
9+400	V4	575	235	1,5

82. Proceder à desativação dos acessos abertos e que não tenham utilidade posterior. A recuperação inclui operações de limpeza e remoção de todos os materiais, de remoção completa de pavimentos existentes, de descompactação do solo, regularização/modelação do terreno, de forma tão naturalizada quanto possível e o seu revestimento com as terras vegetais, de forma a criar condições favoráveis à regeneração natural e crescimento da vegetação autóctone.
83. Proceder à desativação da área afeta aos trabalhos para a execução da obra, com a desmontagem dos estaleiros, remoção de todos os equipamentos, maquinaria de apoio, depósitos de materiais, entre outros e demolição de todas as estruturas construídas e pavimentos impermeáveis ou semipermeáveis. Proceder à limpeza destes locais e proceder à reposição das condições existentes antes do início dos trabalhos.

84. Realizar a reposição dos muros de pedra seca (ou com terra e cal hidráulica), com recurso a técnicas e metodologias tradicionais, excluindo a sua admissibilidade de reposição com recurso a alvenarias e/ou outras soluções construtivas, de acordo com as normas técnicas propostas no EIA.
85. Implementar o Projeto de Integração Paisagística.
86. Efetuar assim que tecnicamente viável, nomeadamente quando se trate de zonas de talude, a reconstituição do coberto vegetal das zonas intervencionadas.
87. Efetuar, tão rápido quanto possível, a proteção das superfícies em aterro ou escavação pela aplicação de hidrossementeiras. Estas deverão ser realizadas, conforme projeto de integração paisagística, com sementes de herbáceas e de arbustos, de forma a acelerar o processo de revestimento vegetal e naturalização destas novas superfícies na paisagem.
88. Concluídos os trabalhos arqueológicos executados no âmbito do presente projeto, deve ser assegurado o envio à tutela do Património Cultural dos Relatórios Finais dos trabalhos arqueológicos resultantes das minimizações efetuadas no âmbito deste projeto no prazo máximo de um ano após a respetiva conclusão.

Medidas para a fase de exploração

89. Assegurar a regular limpeza e desobstrução dos órgãos de drenagem.
90. Proceder ao controlo de espécies de flora exóticas e invasoras.
91. Assegurar que, no caso de se verificar um acidente de veículos que transportem matérias perigosas, nomeadamente uma descarga accidental de materiais poluentes para o meio aquático ou para o próprio solo, deverão ser tomadas as medidas adequadas.
92. Adotar medidas para redução da velocidade dos veículos de forma a minimizar o consumo de combustível.
93. Promover o aumento da resiliência das infraestruturas às alterações climáticas através da adequada aplicação dos planos de manutenção, tendo em consideração os cenários de alterações climáticas.
94. Aumento da frequência das inspeções e manutenções da infraestrutura designadamente em obras de arte, passagens hidráulicas, taludes, sinalética, cabos, torres comunicações, entre outras estruturas.
95. Manter um registo atualizado dos pontos negros e críticos e colocar sistemas de monitorização para acompanhar a evolução das infraestruturas.
96. Adotar metodologias de estabilização de taludes e de controlo da erosão dos taludes que mantenham a sua eficácia em condições climáticas futuras.
97. Adotar sistemas de avisos aos utilizadores com alertas para situações extremas e que podem resultar em acidentes graves.
98. Criar zonas tampão de proteção às infraestruturas (infraestrutura verde) por forma a aumentar a resiliência das infraestruturas rodoviárias.
99. Realizar a gestão de combustível na zona envolvente do Projeto por forma a reduzir a intensidade de um possível incêndio florestal que atinja a infraestruturas.
100. Garantir a manutenção adequada do sistema de tratamento/separador de hidrocarbonetos previsto para tratamento das águas provenientes do tabuleiro da ponte, assegurando a limpeza/recolha da fase oleosa/hidrocarbonetos e de lamas/areias. Recomendam-se operações de manutenção e verificação com periodicidade mínima trimestral entre as estações de outono/inverno (entre 23 de setembro a 20 de março) e/ou semestral nas estações de primavera/verão (entre 21 de março a 23 de setembro). O sistema deve dispor de sondas de alarme (sonora e luminosa), e obturador automático.
101. Adotar metodologias preventivas que impeçam a inundações dos pavimentos.
102. Publicar os resultados dos trabalhos arqueológicos no prazo máximo de três anos a partir da data

da respetiva conclusão.

103. Fornecer ao empreiteiro a Carta de Condicionantes atualizada, sempre que se desenvolverem ações de manutenção, reparação ou de obra, aplicando-se as medidas previstas para a fase de construção.

Medidas para a fase de desativação

104. Tendo em conta o horizonte de tempo de vida útil previsto para o projeto e a dificuldade de prever as condições ambientais locais e os instrumentos de gestão territorial e legais que irão estar em vigor, deve ser apresentada, no último ano de exploração, a solução futura de ocupação da área de implantação do projeto após a respetiva desativação.

Deve assim ser apresentado à autoridade de AIA, para apreciação e pronúncia, um plano pormenorizado, o qual deverá prever a recuperação paisagística e a renaturalização da área intervencionada. Este plano deve ainda prever o cumprimento das condições da presente decisão que sejam também aplicáveis às ações de desativação e requalificação a desenvolver, complementadas com o conhecimento e imperativos legais que forem aplicáveis no momento da sua elaboração. Este plano deve contemplar medidas de incremento da circularidade da economia.

PLANOS DE MONITORIZAÇÃO

Deverão ser implementados os seguintes programas de monitorização.

1. Plano de Monitorização das Águas Superficiais

Monitorizar a qualidade da água superficial, por forma avaliar os impactes na qualidade das águas superficiais originadas pela construção do projeto.

Parâmetros a monitorizar:

PH, Temperatura (°C), Condutividade (µS/cm, 20°C), Sólidos Suspensos Totais (mg/l), Dureza Total, Hidrocarbonetos Aromáticos Polinucleares (mg/l), Oxigénio Dissolvido (% de saturação), Cádmio Dissolvido (mg/l), Chumbo Dissolvido (mg/l), Cobre Dissolvido (mg/l), Crómio Dissolvido (mg/l), Níquel Dissolvido (mg/l), Zinco Dissolvido (mg/l), CQO (mg/l), CBO5 (mg/l) e Azoto amoniacal (mg/l), e Óleos e Gorduras.

A colheita de amostras de águas superficiais deverá ser acompanhada da medição do respetivo caudal no local em que se procede à recolha, bem como do registo de dados de precipitação.

Pontos de Amostragem:

Rio Sever - A montante e a jusante do local de atravessamento da ponte, preferencialmente com recurso a embarcação nos seguintes locais:

- P1 (montante) - Sistema de Coordenadas PT-TM6/ETRS89: M= 51 543 P= -463
- P2 (jusante) - Sistema de Coordenadas PT-TM6/ETRS89: M= 51 352 P= -522

Período de amostragem e duração do programa:

- Antes do início da fase de construção;
- As campanhas de amostragem a realizar deverão ser aferidas de acordo com a evolução dos trabalhos, ou seja, os locais propostos deverão ser monitorizados, sempre que possível, quando se verificar a ocorrência de trabalhos de construção nesse local. A equipa que efetua o acompanhamento ambiental da obra deverá compatibilizar o plano de monitorização com o desenrolar das atividades de construção.
- As amostragens de águas superficiais devem ser realizadas: no período crítico, correspondente

aos meses mais secos (julho ou agosto); após os primeiros episódios de chuva que precedem o período mais seco do ano (setembro ou outubro); no semestre húmido, a fim de caracterizar a poluição acumulada entre chuvadas mais frequentes (janeiro ou fevereiro).

- As amostragens a efetuar em cada uns dos períodos indicados deverão iniciar-se antes do início da fase de construção do traçado rodoviário e no decurso da fase de construção. Esta periodicidade poderá ser reajustada em função dos resultados obtidos nas primeiras amostragens. Na eventualidade de se verificar a ocorrência de impactes significativos, ter-se-á que definir e implementar as medidas de minimização adequadas.

Critérios de avaliação de desempenho:

- Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiros do Oeste do (3.º ciclo), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril.
- Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto Anexo XXI relativo aos "Objetivos de qualidade mínima para águas superficiais" (para os parâmetros que não se encontrem definidos no PGRH).

Relatório de monitorização e Critérios de avaliação:

- O relatório a apresentar à autoridade de AIA num máximo de 60-90 dias após a realização das campanhas de monitorização e em conformidade com a estrutura disposta no Anexo V da Portaria n.º 395/2015 de 4 de novembro.
- Este relatório deve efetuar a análise dos resultados analíticos tendo em atenção a referência legal. Os resultados deverão ainda ser comparados com os obtidos nos anos já analisados, de modo a encontrar a tendência de evolução dos diversos parâmetros analisados.
- Se se verificar uma situação crítica esta deverá ser de imediato relatada, de forma a possibilitar uma atuação atempada. As medidas de gestão devem ser discutidas e reajustadas em caso de necessidade.
- Acresce ainda que os resultados da monitorização deverão ser fornecidos em suporte informático, em formato editável, compatível com o formato Excel.

81

2. Plano de Monitorização do Ambiente Sonoro

Na fase de construção, e na eventualidade de serem realizadas atividades ruidosas temporárias em período do entardecer e noturno, deverá ser realizada uma campanha de monitorização para verificação do cumprimento das disposições legais aplicáveis, com uma periodicidade trimestral.

Deverá ser medido o L_{Aeq} nos períodos relevantes, de acordo com as disposições da normalização em vigor NP ISO 1996, parte 1 e parte 2.

Deverão ser entregues os correspondentes relatórios no prazo de 1 mês após a sua elaboração, de forma a poderem ser eficazes na eventualidade de ser necessária alguma atuação ao nível da minimização. Na eventualidade de incumprimento das disposições legais aplicáveis, o proponente deverá parar as ações que determinam esse incumprimento e instalar as necessárias medidas de minimização.

Dependendo do início da fase de construção, se esta ocorrer num prazo superior a 2 anos em relação à data das medições efetuadas no âmbito do presente procedimento de AIA, deverá ser realizada uma nova campanha de monitorização da situação atual, para memória futura, em todos os recetores objeto de medição na caracterização da situação de referência.

Para a fase de exploração, deverá ser efetuada uma campanha de monitorização no 1º ano de exploração nos recetores sensíveis objeto de avaliação. Deverá ser efetuada nova ação de monitorização na eventualidade de se verificar um acréscimo de tráfego significativo (mais 50% do que o tráfego previsto no âmbito da corrente avaliação). As medições correspondentes à fase de exploração poderão ser por

amostragem, garantindo uma monitorização em contínuo, pelo menos, durante 1h, por período do dia e em cada um dos dois dias distintos a medir.

Na fase de exploração, os relatórios deverão ser entregues até 3 meses após a realização das correspondentes medições, devendo incluir uma análise do cumprimento das disposições legais aplicáveis e das medidas que tenham sido implementadas.

Os parâmetros acústicos, oportunidade de medição e equipamento a utilizar deverão respeitar o indicado na normalização em vigor.

Os relatórios a apresentar deverão contemplar o disposto na Portaria n.º 395/2015, de 4 de novembro, ou na versão correspondente mais atual.

3. Plano de Monitorização das Vibrações

Na fase de construção, deverá ser implementado um programa de monitorização de vibrações, atendendo à condicionante n.º2, com a instalação de sensores na barragem de Cedillo, durante o período de construção em que sejam utilizados explosivos.

Todas as detonações terão de ser medidas e, na eventualidade de se verificarem desvios em relação às previsões, deverá ser imediatamente ajustado o diagrama de carga. Os valores de referência a utilizar são os indicados na NP2074:2015 para estruturas sensíveis.

4. Plano de monitorização para a fauna terrestre

Na fase de exploração do projeto deve ser implementado um plano de monitorização da fauna terrestre para avaliação dos impactos diretos da rodovia sobre este grupo, nomeadamente ao nível da ocorrência de atropelamentos e do efeito de exclusão sobre as várias espécies, devendo ser alvo de monitorização os seguintes parâmetros:

- Número de indivíduos atropelados por espécie e por quilómetro;
- Espécies atropeladas e respetivo estatuto de ameaça;
- Ocorrência de indivíduos na área de estudo do projeto;
- Espécies detetadas e respetivo estatuto de ameaça.

A monitorização deve compreender os cinco primeiros anos na fase de exploração, sendo a avaliação da mortalidade realizada quinzenalmente.

5. Plano de monitorização da avifauna

Este plano reporta-se à necessidade de monitorizar a colónia de grifos na proximidade da barragem de Cedillo em território espanhol, durante a fase de construção.

Parâmetros e locais de monitorização

Deverão ser alvo de monitorização os seguintes parâmetros:

- Densidade de indivíduos;
- Nº de juvenis presentes;
- Índice de abundância relativa;
- Utilização do espaço.

Deverão ser definidos 2 a 3 pontos de observação da colónia de grifos em locais que possibilitem visibilidade de toda a colónia, devendo ser avaliada a necessidade de definição de um ponto de observação

em território espanhol.

Periodicidade e frequência de amostragem

A monitorização deverá ser realizada durante todo o período de construção da via, incluindo quando as obras se encontram mais longe da colónia de forma a perceber o impacto que as ações de construção poderão ter na mesma. E prolongar-se durante o período de exploração até a um total de 5 anos de monitorização.

Deverão ser realizadas duas campanhas de amostragem por cada período fenológico, com exceção da nidificação em que deverão ser realizadas quatro campanhas de monitorização.

Técnicas e métodos de recolha de dados e equipamentos necessários

Para a monitorização da colónia de grifos deverão ser definidos pontos de observação. Os pontos de observação terão duração de 2h cada, período durante o qual se registarão todos os movimentos de grifos observados, com recurso a telescópio e/ou a binóculos, em três bandas de distância (<500m, 500-1000m e >1000m).

No âmbito dos pontos de observação, serão registados os seguintes parâmetros:

- Número de indivíduos;
- Parâmetros comportamentais dos indivíduos observados:
- Sexo e idade;
- Tipo de voo;
- Altura de voo;
- Cartografia das rotas observadas nos pontos de amostragem, numa grelha UTM de 500x500m;
- Hora e período de observação.

83

Com base nos resultados obtidos serão propostas ou ajustadas as medidas de gestão ambiental necessárias.

Estrutura e conteúdo dos relatórios de monitorização, respetivas entregas e critérios para decisão sobre a sua revisão

Propõe-se que seja elaborado um relatório técnico de monitorização, a desenvolver de acordo com a Portaria n.º 395/2015 de 4 de novembro, no final de cada ano de monitorização (entregue 90 dias pós os últimos resultados). Nos relatórios anuais deverá ser efetuada uma comparação dos resultados com os anos anteriores.

Atendendo aos resultados que forem sendo obtidos durante monitorização, periodicamente, a equipa técnica deverá avaliar a eficácia das técnicas de amostragem, procedendo-se à sua revisão, caso considere necessário.

PLANOS DE COMPENSAÇÃO

Deverão ser implementados os seguintes planos de compensação.

1. Projeto de Mitigação de Habitats

Deve incidir no restauro dos Habitats de Interesse Comunitário afetados pelo desenvolvimento do projeto e abranger uma área não inferior ao triplo da área de Habitats impactada pelo projeto.

No âmbito deste projeto deverão ser aplicadas medidas de compensação pela destruição/afetação dos

habitats 5330, 6310 e 9340, que consistem, de acordo com o proposto pelo proponente, na execução de um Projeto de Mitigação de Habitat protocolado e desenvolvido entre o Município de Nisa e o Instituto Politécnico de Portalegre, para efeitos de restauro dos ecossistemas/habitats, em local designado pela CM Nisa, na proximidade do Rio Sever.

O projeto será desenvolvido por um conjunto relevante de especialistas na matéria, coordenados pelo Instituto Politécnico de Portalegre e com a colaboração de técnicos da Universidade de Évora e Universidad de Extremadura.

O Projeto de Mitigação de Habitat será desenvolvido com o objetivo de garantir as condições necessárias ao estabelecimento e restauro dos ecossistemas/habitats “5330 – Matos termomediterrânicos pré-desérticos”, “6310 – Montados de *Quercus* spp. de folha perene” e “9340 – Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*”, considerando todas as operações necessárias à sua instalação, bem como os trabalhos de monitorização da eficácia das medidas de mitigação implementadas ao longo de um período de 15 anos.

2. Plano de Compensação Florestal

Implementar o plano de Compensação Florestal, que prevê a arborização de uma faixa de gestão de combustível com 4,11 ha, com sobreiros e azinheiras.

Este plano, de Compensação pelo abate e afetação de sobreiros e azinheiras, para toda a área de intervenção, nos termos do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, na sua atual redação, sendo que:

- a) Em povoamento, em função da área afetada (artigo 8.º Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, na sua atual redação), multiplicado por um fator de 1,25 no caso de pretenderem efetuar novas arborizações e / ou beneficiação de povoamentos de sobreiro ou azinheira (com adensamentos) multiplicado por um fator de 3 e/ou beneficiação de povoamentos de sobreiro ou azinheira (sem adensamentos) multiplicado por um fator de 5;
- b) Dos sobreiros / azinheiras isolados, do número de exemplares abatidos e afetados multiplicado por um fator de 2.

Para o conteúdo mínimo obrigatório dos projetos de execução das medidas compensatórias (seja em povoamento seja isoladas), deverá ser seguido o estipulado em: <https://www.icnf.pt/api/file/doc/ab70f673cd605b00>.

84

OUTROS PLANOS E PROJETOS

Devem ainda ser implementados, nos termos já aprovados ou nos termos em que vierem a ser aprovados no contexto da presente decisão, os seguintes planos/projetos:

1. Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra (PAAO), integrando os seguintes aspetos:
 - a. Planeamento da execução de todos os elementos das obras;
 - b. Identificação e pormenorização das medidas de minimização a implementar e respetiva calendarização;
 - c. Meios técnicos, humanos e materiais a afetar;
 - d. Procedimentos e registos a preencher;
 - e. Procedimentos a adotar em caso de emergência.
2. Plano de Acessos, adaptado à programação temporal da obra, acompanhando as várias etapas dessa programação e contemplar as seguintes orientações:
 - a. Privilegiar a utilização de acessos existentes para aceder à obra;
 - b. Definir os melhores percursos de acesso ao estaleiro (veículos e maquinaria

pesada) evitando, tanto quanto possível, a passagem em zonas habitadas

- c. Planear atempadamente os locais de circulação e de estacionamento dos veículos e maquinaria pesada, evitando as zonas urbanas/ agregados populacionais e vias de maior tráfego;
- d. Em caso de necessidade de desvios de tráfego, submeter previamente os respetivos planos de alteração à entidade competente para autorização;
- e. Implementar desvios alternativos eficazes com sinalização adequada;
- f. Na abertura de novos acessos ou beneficiação de acessos existentes deve ser minimizada a afetação de áreas cultivadas.

3. Projeto de Integração Paisagística (PIP), desenvolvido com base na proposta de plano apresentada e observando as seguintes orientações:

- Desenvolvido por uma equipa interdisciplinar, com coordenação de um arquiteto paisagista e constituído por especialistas em fitossociologia, biologia e engenharia natural.
- O PIP deve ser apresentado na qualidade de Projeto de Execução, acompanhado de todas as peças escritas e desenhadas necessárias para a sua avaliação, sendo indispensável a apresentação de Memória Descritiva, Plano Geral, Plano de Plantação, Plano de Sementeiras, Mapa de Quantidades, Caderno de Encargos e Cronograma dos trabalhos de execução e manutenção.
- A Memória Descritiva deve efetuar um diagnóstico da situação inicial, fundamentação das soluções adotadas e resultados esperados, assim como preconização de medidas em caso de insucesso das plantações.
- O elenco de espécies escolhidas deve ser autóctone e endémico, refletindo a promoção e regeneração dos valores naturais locais, procurando respeitar as comunidades fitossociológicas presentes e contribuindo para a melhoria do estado de conservação dos habitats e a promoção do restauro natural. Sendo relevante que a escolha das espécies reflita o material genético presente, e se aplicável, a recolha de sementes e produção por sementeira ou estacaria deve ser equacionada.
- Equacionar o reforço das plantações nos taludes com inclinações mais acentuadas, contemplando espécies de estrato herbáceo e arbustivo.

4. Plano de Controlo e de Gestão das Espécies Vegetais Exóticas Invasoras (PCG-EVEI) se se registar a presença destas espécies, após a realização de uma prospeção integral das áreas a perturbar. O plano deve:

- Constituir-se como um documento autónomo, com peças escritas e desenhadas.
- Prever a prospeção integral em data próxima ao início da obra.
- As áreas alvo deverão ser todas as áreas interiores à área vedada da central e a outras exteriores que possam ser objeto de intervenção ou de depósito de materiais.
- Apresentar cartografia atualizada, sobre o orto, com a localização/levantamento geroreferenciado das manchas e/ou núcleos destas espécies em presença. As áreas contaminadas devem ser quantificadas.
- Incluir as metodologias de controlo adequadas a cada espécie em presença que venha a ser identificada, mas privilegiando métodos não químicos.
- Incluir a monitorização na fase de construção e na fase de exploração, com definição do tempo de acompanhamento.

5. Plano de Recuperação das Áreas Intervencionadas (PRAI), em documento autónomo, revisto de acordo com as seguintes orientações:

- As áreas objeto a considerar são todas as áreas afetadas, não sujeitas ao “Projeto

de Integração Paisagística” e que deverão ser recuperadas procedendo-se à criação de condições para a regeneração natural da vegetação.

- Representação gráfica em cartografia (orto) das áreas afetadas temporariamente. Cada área deve estar devidamente identificada e caracterizada quanto ao uso/ocupação que tiveram durante a Fase de Construção e às operações/ações a aplicar e a cada uma deve estar também associado o conjunto de operações/ações a aplicar. Apresentação do Plano de Modelação final, se aplicável.
- A recuperação deve incluir operações de limpeza de resíduos, remoção de todos os materiais alóctones, remoção completa em profundidade das camadas dos pavimentos dos acessos a desativar, se aplicável, descompactação do solo, despedrega, regularização/modelação do terreno, de forma tão naturalizada quanto possível e o seu revestimento com as terras vivas/vegetais.
- Definição da espessura da camada de terra vegetal a espalhar de forma a acomodar todo o volume proveniente da decapagem, com clara exceção da obtida em áreas que, eventualmente, à data possam ter presentes espécies vegetais exóticas invasoras.
- No caso de haver recurso a plantações ou sementeiras apenas deverão ser consideradas espécies autóctones e contemplar um maior número ou maior representatividade de espécies com maior capacidade de fixação de carbono e de formação de solo.
- Devem ser previstas medidas dissuasoras e/ou de proteção temporária – vedações, paliçadas - no que diz respeito ao acesso – pisoteio, veículos – e à herbivoria, nos locais a recuperar e a plantar.

Deve ser prevista a apresentação de relatórios de acompanhamento para a fase de exploração em período a propor após o término da obra.

86

P’A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO,

João Nuno
Fernandes
Lopes
Clemente

Assinado de
forma digital por
João Nuno
Fernandes Lopes
Clemente
Dados: 2025.01.30
09:30:57 Z

ANEXOS

Planta Geral

Pareceres externos

Pareceres das entidades espanholas consultadas

Página intencionalmente deixada em branco

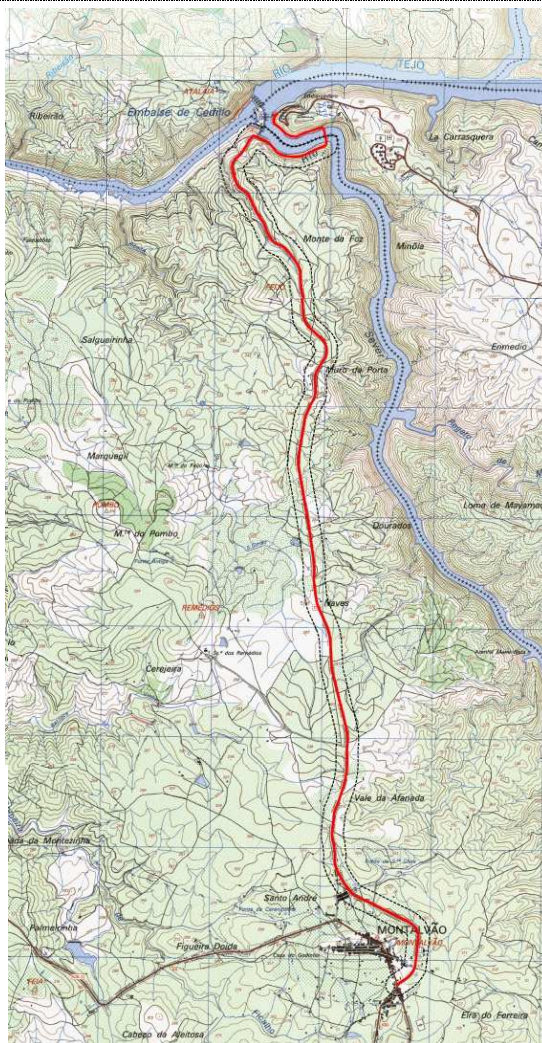


Figura 3.3 – Localização do Projeto – Esboço Corográfico (Figura Esquemática)

À
APA - Agência Portuguesa do Ambiente
Rua da Murgueira, 9
Zambujal
2611-865 Amadora

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
Participa	22.Jul.2024	REN 5411/2024	02/09/2024

Assunto: Proc.º AIA 3661 - Ponte Internacional sobre o Rio Sever e Acessibilidades - Parecer específico relativo às Redes Nacionais de Transporte de Gás e Eletricidade

Exmos. Senhores,

No seguimento da publicitação da Consulta Pública do projeto da *“Ponte Internacional sobre o Rio Sever e Acessibilidades”* em 22 julho pp, as concessionárias das atividades de transporte de gás através da Rede Nacional de Transporte de Gás (*“RNTG”*) e de transporte de eletricidade através da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (*“RNT”*), respetivamente, REN - Gasodutos, S.A. (*“REN-G”*) e REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. (*“REN-E”*), com a presente missiva pretendem compilar as informações consideradas relevantes para vossa consideração sobre as zonas de servidão da RNT e eventuais interferências com as servidões destas infraestruturas na área de implementação deste projeto, considerados os pressupostos e princípios expostos de seguida.

I. Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT)

A RNT é constituída pelas linhas e subestações de tensão superior a 110 kV, as interligações, as instalações para operação da Rede e a Rede de Telecomunicações de Segurança.

A constituição das servidões destas infraestruturas decorre do disposto das Bases XXX e XXXI do Anexo II do Decreto-lei n.º 15/2022 de 14 de janeiro, na sua redação mais recente.

A servidão de passagem associada às linhas da RNT consiste na reserva de espaço necessário à manutenção das distâncias de segurança aos diversos tipos de obstáculos (por exemplo, edifícios, solos, estradas, árvores).

Considerando os condutores das linhas eléctricas aéreas nas condições definidas pelo *“Regulamento de Segurança de Linhas Aéreas de Alta Tensão”* (RSLEAT), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 1/1992, de 18 fevereiro, no Capítulo III (Condutores e cabos de guarda para linhas aéreas), artigos 26.º a 33.º e no Capítulo VIII (Travessias e

cruzamentos nas linhas aéreas), artigos 85.º a 126.º, são definidas as distâncias de segurança a estabelecer as quais podem ser resumidas no seguinte quadro:

Distâncias apresentadas em (m)

Obstáculos	Linhas elétricas aéreas		
	150 kV	220 kV	400 kV
Solo	6,8	7,1	8
Árvores	3,1	3,7	5
Edifícios	4,2	4,7	6
Estradas	7,8	8,5	10,3
Vias férreas não eletrificadas	7,8	8,5	10,3
Vias férreas eletrificadas	14	15	16
Outras linhas aéreas	4 (a)	5 (a)	7 (a)
Obstáculos diversos (Semáforos, iluminação pública)	3,2	3,7	5

(a) considerando o ponto de cruzamento a 200 m do apoio mais próximo

Está também legislada uma zona de proteção de cada linha com uma largura máxima de 45 m, conforme definido no ponto 3-c do art.º 28.º do RSLEAT, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 1/1992, de 18 fevereiro, na qual algumas atividades são condicionadas, ou sujeitas a autorização prévia.

O Projeto em Consulta Pública cruza a servidão da linha Falagueira-Cedillo, a 400 kV, nomeadamente no vão que interliga as duas redes elétricas de transporte ibéricas. Qualquer indisponibilidade desta linha para a realização com segurança de trabalhos afetos à construção da nova rede viária, tem que ser solicitado à REN com uma antecedência de **4 semanas**, estando sempre condicionada aos compromissos de operação das redes de transporte Portuguesa e Espanhola.

II. Condicionantes impostas pelas servidões da RNT

Sem prejuízo do exposto *supra*, para o estabelecimento das infraestruturas em causa, devem ser respeitadas as seguintes condições para o cruzamento das servidões da RNTG e RNT:

1. Previamente ao seu licenciamento, o projeto da nova rede viária deve ser enviado, com a devida antecedência, à REN-E para verificação das distâncias de segurança às infraestruturas em exploração através da submissão dos seguintes elementos mínimos:
 - a. Memória descritiva e justificativa do projeto;
 - b. Planta de localização da interferência em formato vetorial (dwg, kmz e/ou shapefile) e georreferenciado (sistema ETRS89/TM06);
 - c. Perfil e planta na escala adequada à pormenorização e análise da interferência;
2. Qualquer trabalho a realizar na servidão da infraestrutura da RNT deve ser acompanhado por técnicos da REN-E para garantia das condições de segurança, quer da instalação, quer dos trabalhos a realizar pelo Promotor. Para esse efeito, a REN-E devem ser informadas da sua ocorrência com pelo menos **4 semanas**

de antecedência, estando a autorização dos trabalhos condicionada aos compromissos de operação das redes de transporte Portuguesa e Espanhola.

Ficamos ao dispor para eventuais informações adicionais.

Com os melhores cumprimentos

FRANCISCO
MANUEL PARADA
PEREIRA SIMÕES
COSTA

Digitally signed by
FRANCISCO MANUEL
PARADA PEREIRA
SIMÕES COSTA
Date: 2024.09.02
22:49:01 +01'00'

Francisco Parada
Engenharia e Inovação
Qualidade, Ambiente, Segurança e Desempenho

ANEXOS: Interferências com a RNT



ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA REN, S.A. NÃO PODE SER UTILIZADO, REPRODUZIDO, NO TODO OU EM PARTE OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA EXPRESSA AUTORIZAÇÃO.

PROJETO

Ponte Internacional sobre o Rio Sever e Acessibilidades

Legenda

Rede Nacional de Transporte (RNT)

RNT - Linhas a 400 kV

RNT - Apoios das linhas MAT

Elementos do Projeto

Ponte Internacional sobre o Rio Sever e Acessibilidades (AIA 3661)

DESENHO	1	FOLHA	1/1	TAMANHO	A3
FONTE					
Sistema de Coordenadas ETRS 1989 Portugal TM 06 Base Cartográfica: Ortofotomapa 2018 - DGT CM Nisa REN S.A					
ESCALA			DATA		
1: 5 000			Agosto 2024		
ELABORAÇÃO			REN		
José Oliveira					
VALIDAÇÃO					
João Varela					

NOTIFICACIÓN

ASUNTO: CONSULTA
TRANSFRONTERIZA DE
PUENTE INTERNACIONAL
SOBRE EL RIO SEVER Y
ACCESOS

Referencia (Nº Exp.): **2024/00029042Q**
Destinatario: **SUBDIRECCION GENERAL DE
EVALUACION AMBIENTAL**
Dirección:

Núm. notificación: **AY/00000004/0003/000042415**

En contestación a su escrito relacionado con Consulta Transfronteriza 20240224 sobre el “Puente Internacional sobre el río Sever y Accesos (SGEA/20240224), pongo en su conocimiento que por la Directora de la oficina de desarrollo urbano y ciudad histórica se ha emitido informe cuyo contenido es el siguiente:

“No se detecta afección sobre el término municipal de Cáceres”.

Lo que comunico a Vd. para su conocimiento y efectos oportunos.

EL SECRETARIO
Fdo.: JUAN MIGUEL GONZALEZ PALACIOS
- Este documento ha sido firmado electrónicamente
22 de octubre de 2024



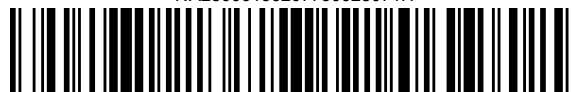
O F I C I O

S/REF: SGEA/20240224

N/REF: EIA-0473/2024

ASUNTO: **INFORME**

NA28006136207750028071H



MINISTERIO PARA LA TRANSICIÓN
ECOLÓGICA Y EL RETO DEMOGRÁFICO
DIRECCIÓN GENERAL DE CALIDAD Y
EVALUACIÓN AMBIENTAL-SUBDIRECCIÓN
GENERAL DE EVALUACIÓN AMBIENTAL
PLZA. SAN JUAN DE LA CRUZ 10
28071 - MADRID

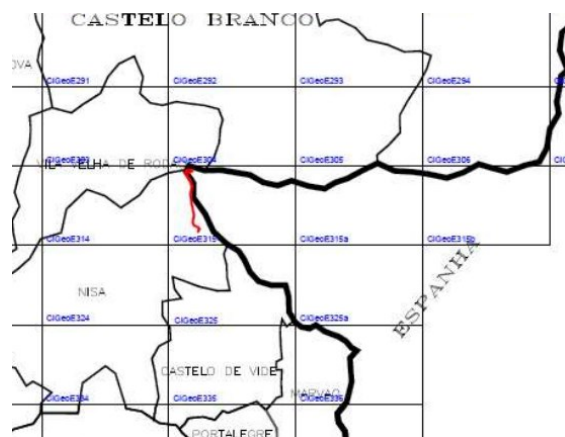
INFORME

SOBRE CONSULTAS RELATIVAS AL IMPACTO AMBIENTAL DERIVADO de la "CONSULTA TRANSFRONTERIZA SOBRE EL PUENTE INTERNACIONAL SOBRE EL RÍO SEVER Y ACCESOS", EN PORTUGAL

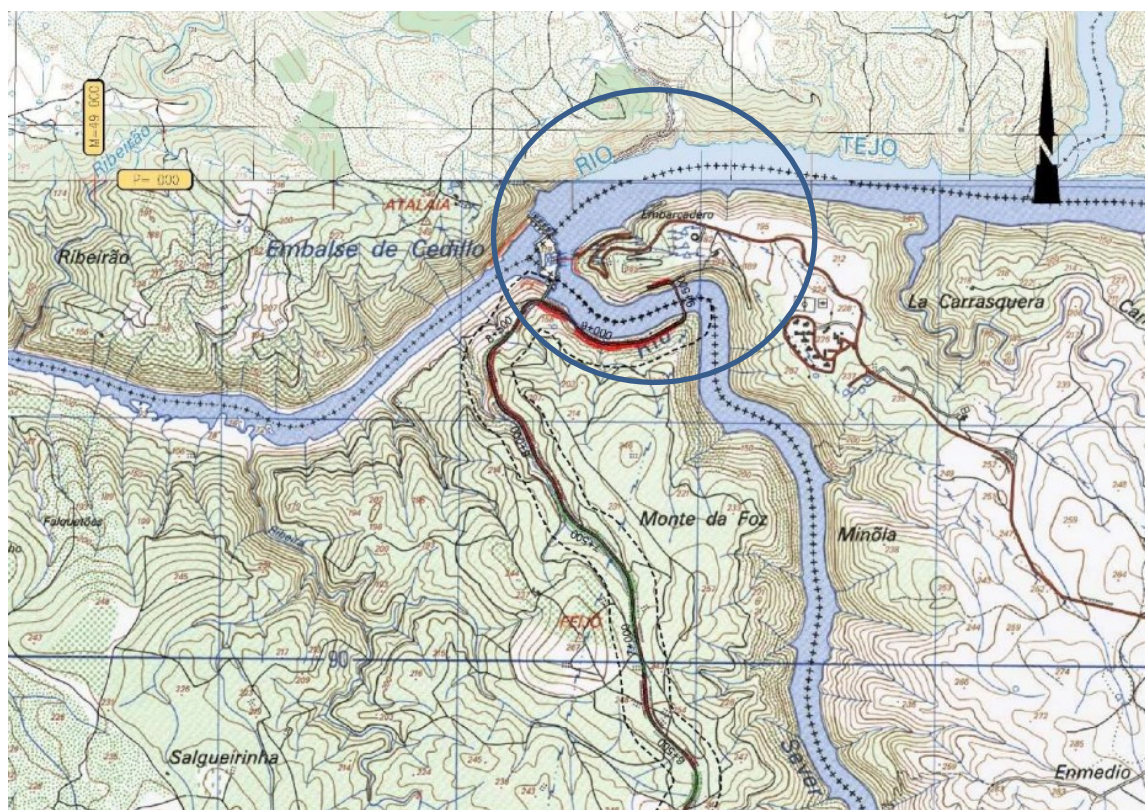
Se ha recibido en esta Unidad traslado del escrito del MINISTERIO PARA LA TRANSICIÓN ECOLÓGICA Y EL RETO DEMOGRÁFICO - DIRECCIÓN GENERAL DE CALIDAD Y EVALUACIÓN AMBIENTAL - SUBDIRECCIÓN GENERAL DE EVALUACIÓN AMBIENTAL, con registro de entrada nº REGAGE24e00068532781, de fecha 13 de septiembre de 2024, por el que se comunica el inicio del procedimiento de evaluación ambiental y se envía la documentación relativa a la "CONSULTA TRANSFRONTERIZA SOBRE EL PUENTE INTERNACIONAL SOBRE EL RÍO SEVER Y ACCESOS", en Portugal. A estos efectos solicita el envío de sugerencias relativas al impacto ambiental que, a juicio de esta Confederación, pudieran derivarse del proyecto, así como cualquier indicación que estime beneficiosa para una mayor protección y defensa del medio ambiente.

Según se desprende de la documentación aportada *"El proyecto objeto de estudio se ubica en el distrito de Portalegre, municipio de Nisa, pedanía de Montalvão, en territorio portugués. Contempla el paso sobre el río Sever, que finaliza en territorio español en el municipio de Cedillo, comarca de Valencia de Alcántara, provincia de Cáceres, comunidad autónoma de Extremadura."*

Además, describe *"La vía tendrá una longitud total de 10 083 km, incluido el desarrollo en Portugal y España. La rehabilitación del lado portugués se desarrollará en toda la EM1139 a lo largo de 8,80 km y se prevé la apertura de un nuevo corredor, también del lado portugués, de aproximadamente 850 m de longitud junto a la presa de Cedillo. El puente que se va a construir tiene una longitud aproximada de 155,5 m. Del lado español, la vía posee una longitud de 600 m hasta su confluencia con la EX-375 existente."*



Localización de las actuaciones. Fuente: documentación aportada.



Parte española de las actuaciones. Fuente: documentación aportada.

En relación a las actuaciones derivadas del Proyecto objeto de estudio que se ubiquen en la Demarcación Hidrográfica del Tago, en cuyas fases de construcción y de explotación pueden provocarse alteraciones en el dominio público hidráulico, se deberán tener en cuenta las siguientes indicaciones sobre materias en las cuales tiene competencia esta Confederación Hidrográfica del Tago:

- Se deberán cumplir las indicaciones incluidas en el Plan Hidrológico de la parte española de la Demarcación Hidrográfica del Tago, en los Planes de Gestión del Riesgo de Inundación y en el Plan Especial de Sequía de la Demarcación Hidrográfica del Tago.



- En ningún caso se autorizarán dentro del Dominio Público Hidráulico la construcción, montaje o ubicación de instalaciones destinadas albergar personas, aunque sea con carácter provisional o temporal, de acuerdo con lo establecido en el artículo 51.3 del Reglamento de Dominio Público Hidráulico.
- Se han de respetar las servidumbres de 5 m de anchura de los cauces públicos, según establece el artículo 6 del Real Decreto Legislativo 1/2001.
- Toda actuación que se realice en la zona de policía de cualquier cauce público, definida por 100 m de anchura medidas conjuntamente y a partir del cauce, deberá contar con la preceptiva autorización de esta Confederación, según establece la vigente legislación de aguas, y en particular las actividades mencionadas en el artículo 9 del Reglamento del Dominio Público Hidráulico.
- Las captaciones de aguas públicas deberán de disponer de la correspondiente autorización, cuyo otorgamiento corresponde a esta Confederación.
- Todos aquellos vertidos de aguas residuales que se produzcan debidos las posibles actividades que se generen, deberán contar con la preceptiva autorización, de acuerdo con la vigente Legislación de Aguas, y en particular con el Artículo 245 y siguientes del Reglamento del Dominio Público Hidráulico.
- En la redacción de los proyectos que surjan en aplicación del Proyecto se tendrá en cuenta en todo momento la necesidad de adecuar la actuación a la naturalidad de los cauces y en general del dominio público hidráulico, y en ningún caso se intentará que sea el cauce el que se someta a las exigencias del proyecto. Será necesario estudiar con detalle los cruces de tales vías con los cauces naturales, de forma que se mantengan las características de éstos. Sugerimos, en relación con estas obras de cruce, que se proyecten con una sola luz para reducir el peligro de obstrucción.
- Se deberán respetar las capacidades hidráulicas y calidades hídricas de los cursos de agua. En los puntos de cruce, el proyecto definitivo deberá contemplar la restauración de los cauces en una longitud, tanto aguas arriba, como aguas abajo, que supere la zona de influencia de las obras. En las zonas donde las carreteras o caminos discurren paralelos a algún cauce, deberá evitarse la afección al mismo y se cuidará expresamente el drenaje de los terrenos.
- Hay que recomendar una especial atención a los estudios hidrológicos, con el objeto de que el diseño de las obras de fábrica que se construyan garantice el paso de avenidas extraordinarias. Para ello se deberán analizar la incidencia de las avenidas extraordinarias previsibles para período de retorno de hasta 500 años que se puedan producir en los cauces, al objeto de determinar si la zona de actuación es o no inundable por las mismas. En tal sentido se deberá aportar previamente en este Organismo el estudio hidrológico y los cálculos hidráulicos correspondientes para analizar los aspectos mencionados, junto con los planos a escala adecuada donde se delimiten las citadas zonas. Se llevará a cabo un estudio de las avenidas extraordinarias previsibles con objeto de dimensionar adecuadamente las obras previstas.
- Si como consecuencia del Proyecto se prevé la creación de nuevos viales, si los mismos se desarrollan en zona de policía de cauces, previamente a su autorización es necesario delimitar la zona de dominio público hidráulico, zona de servidumbre y policía de cauces afectados. La delimitación del dominio público hidráulico, consistirá, de acuerdo con lo establecido en el artículo 4º del Reglamento del Dominio Público Hidráulico, en un documento en el que se recojan las referencias tanto del estado actual como del proyectado.



- Si se va a realizar alguna obra en zona de policía se deberán especificar las obras que se pretenden llevar a cabo, sobre todo si existe movimiento de tierras, afección a la vegetación de ribera o en general al dominio público hidráulico. Si existiera alguna afección a la vegetación riparia, ésta deberá ser repuesta. Se especificarán que especies se van a utilizar para la revegetación, como va a llevarse a cabo su plantación y su mantenimiento, así como el origen del agua que se va a usar para su riego, si es el caso. Las reforestaciones que afecten directamente a las riberas, por tratarse de actuaciones que se realizan en dominio público hidráulico deberán contar con la preceptiva autorización de este organismo, quien valorará si las propuestas de especies y tratamientos son los adecuados para una mayor protección y mantenimiento de dicho dominio. En principio se deberán utilizar especies autóctonas. Se especificarán que especies se van a utilizar para la revegetación, como va a llevarse a cabo su plantación y su mantenimiento, así como el origen del agua que se va a usar para su riego, si es el caso. Así mismo, en las labores de limpieza de cauce y márgenes, se indicará la maquinaria con la que se cuenta y el procedimiento que se pretende seguir para alcanzar el objetivo.
- Así mismo, en las labores de limpieza de cauce y márgenes, se indicará la maquinaria con la que se cuenta y el procedimiento que se pretende seguir para alcanzar el objetivo. Se significa al respecto, que toda actuación que se realice en Dominio Público Hidráulico deberá contar con la preceptiva autorización de este Organismo.
- Respecto al parque de maquinaria a utilizar para la realización de las distintas unidades de obra, puede generar residuos líquidos peligrosos susceptibles de contaminación de aguas subterráneas y superficiales, como pueden ser aceites y otros compuestos. Se recomienda una gestión adecuada de estos residuos que evite la contaminación de las aguas.
- Todos los depósitos de combustibles y redes de distribución de los mismos, ya sean enterrados o aéreos, deberán ir debidamente sellados y estancos para evitar igualmente su infiltración a las aguas subterráneas. Estas instalaciones deben pasar periódicamente sus pruebas de estanqueidad. Lo mismo se ha de aplicar para todas las instalaciones de almacenamiento y distribución de otras sustancias susceptibles de contaminar el medio hídrico.



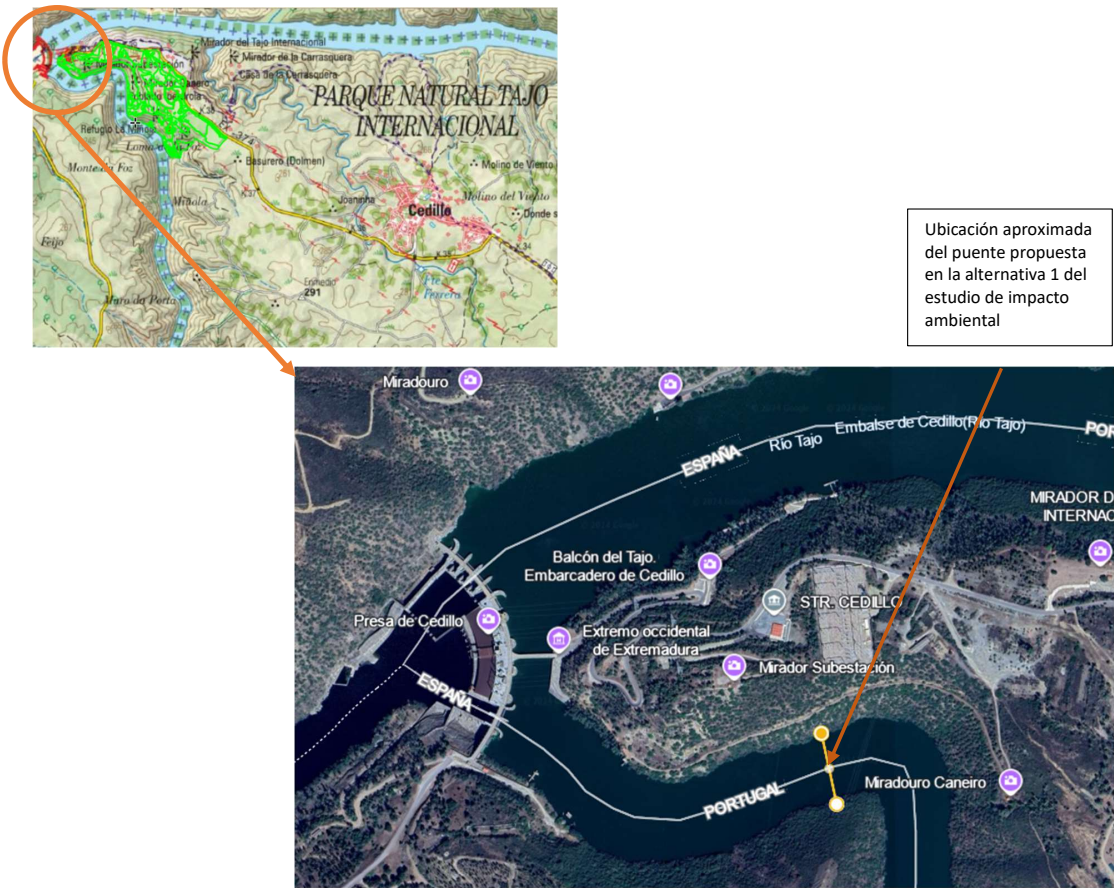
INFORME DEL SERVICIO DE PRODUCCIÓN AGRÍCOLA Y GANADERA SOBRE
EL PROYECTO DE PUENTE INTERNACIONAL SOBRE EL RÍO SEVER Y
ACCESOS

Asunto: CONTESTACIÓN A CONSULTA TRANSFRONTERIZA 20240224 SOBRE EL “PUENTE INTERNACIONAL SOBRE EL RÍO SEVER Y ACCESOS

Promotor: GOBIERNO DE PORTUGAL

Ref.: SGEA/20240224

En respuesta a la solicitud de informe sectorial realizada por la Dirección General de Calidad y Evaluación Ambiental del Ministerio para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico sobre alcance de la evaluación de impacto ambiental del “PROYECTO DE PUENTE INTERNACIONAL SOBRE EL RÍO SEVER Y ACCESOS”, presentada por el GOBIERNO de PROTUGAL, desde este Servicio de Producción Agrícola y Ganadera se emite el siguiente informe.



Croquis 1: Parcela 2 Polígono 1 del Término Municipal de Cedillo (Parcela en la margen española afectada por el proyecto) Fuente Google Earth

Csv:	FDJEXRMD8VNUZZYHCNZSG94BUTVB	Fecha	17/09/2024 10:55:25
Firmado Por	JOSE MARIA GUERRERO PEREZ - J. Serv. Produccion Agrícola Y Ganadera		
Url De Verificación	https://sede.gobex.es/SEDE/csv/codSeguroVerificacion.jsf	Página	1/5



1. CARACTERISTICAS DE LA PARCELA AFECTADA POR EL PROYECTO

La parcela afectada parcialmente por la alternativa 1 del PROYECTO DE PUENTE INTERNACIONAL SOBRE EL RIO SEVER Y ACCESOS es la parcela 2 del polígono 1 del Término Municipal de Cedillo.

Esta parcela tiene una serie de recintos que no tienen uso agrícola y que se enumeran en la tabla siguiente:

PROVINCIA	MUNICIPIO	AGREGADO	ZONA	POLIGONO	PARCELA	RECINTO	SUPERFICIE	PENDIENTE	USO	REFERENCIA CATASTRAL
10	63	0	0	1	2	34	0,1861	48,70	IM	10063A001000020000EP
10	63	0	0	1	2	46	0,1892	7,10	IM	
10	63	0	0	1	2	62	2,3422	9,20	IM	
10	63	0	0	1	2	63	1,4234	3,80	IM	
10	63	0	0	1	2	65	0,4165	19,60	IM	
10	63	0	0	1	2	76	0,1732	45,90	CA	
10	63	0	0	1	2	78	0,0801	5,10	IM	
10	63	0	0	1	2	81	2,1680	9,20	ZU	
10	63	0	0	1	2	82	1,3051	2,80	ZU	
10	63	0	0	1	2	83	1,1448	9,10	ZU	
10	63	0	0	1	2	84	0,0911	1,90	ZU	
10	63	0	0	1	2	85	0,0770	8,90	ZU	
10	63	0	0	1	2	86	0,0490	13,10	ZU	
10	63	0	0	1	2	89	0,0224	13,20	ZU	
10	63	0	0	1	2	91	0,0228	7,50	ZU	
10	63	0	0	1	2	92	0,0200	2,50	ZU	
10	63	0	0	1	2	93	0,0178	57,80	ZU	
10	63	0	0	1	2	95	0,0123	14,10	ZU	
10	63	0	0	1	2	101	0,0043	38,90	ZU	
10	63	0	0	1	2	107	0,0085	3,70	IM	
10	63	0	0	1	2	108	0,0101	7,90	IM	
10	63	0	0	1	2	109	0,0070	15,90	IM	
10	63	0	0	1	2	110	0,0067	79,10	ED	
10	63	0	0	1	2	113	0,0168	6,00	IM	
10	63	0	0	1	2	114	0,6810	7,90	IM	
10	63	0	0	1	2	117	0,0904	6,40	IM	
10	63	0	0	1	2	118	0,8010	15,60	IM	
10	63	0	0	1	2	119	0,0691	11,00	IM	
10	63	0	0	1	2	120	0,2811	15,80	IM	
10	63	0	0	1	2	122	0,0509	19,10	IM	
10	63	0	0	1	2	123	0,0695	15,00	IM	
10	63	0	0	1	2	126	0,0698	10,10	IM	
10	63	0	0	1	2	130	0,2712	21,90	IM	
10	63	0	0	1	2	131	0,0493	13,90	IM	
10	63	0	0	1	2	134	0,2324	7,40	IM	
10	63	0	0	1	2	136	0,2521	8,50	IM	
10	63	0	0	1	2	137	0,3211	7,70	IM	
10	63	0	0	1	2	138	0,1717	8,70	IM	
10	63	0	0	1	2	141	0,0162	7,70	IM	
10	63	0	0	1	2	142	0,0614	4,00	IM	
10	63	0	0	1	2	143	0,0034	8,10	IM	

Tabla 1: Relación de recintos con uso no agrícola

Estos recintos ocupan una superficie total de 13,2860 ha. Se trata de parcela agrícola que tienen un 21,26% de su superficie dedicada a usos no agrícolas, en gran parte debido a la ubicación de la subestación eléctrica de la presa de Cedillo y sus accesos.

Los recintos con uso agrícola se enumeran en la tabla siguiente:

PROVINCIA	MUNICIPIO	AGREGADO	ZONA	POLIGONO	PARCELA	RECINTO	SUPERFICIE	PENDIENTE	USO	REFERENCIA CATASTRAL
10	63	0	0	1	2	1	0,0079	90,10	OV	10063A001000020000EP
10	63	0	0	1	2	2	7,0925	58,20	FO	
10	63	0	0	1	2	3	0,0081	66,10	OV	
10	63	0	0	1	2	4	0,0469	41,50	OV	
10	63	0	0	1	2	5	4,4841	69,30	FO	

Csv:	FDJEXRMD8VNUZZYHCNZSG94BUTVB	Fecha:	17/09/2024 10:55:25
Firmado Por	JOSE MARIA GUERRERO PEREZ - J. Serv. Produccion Agrícola Y Ganadera		
Url De Verificación	https://sede.gobex.es/SEDE/csv/codSeguroVerificacion.jsf	Página	2/5



PROVINCIA	MUNICIPIO	AGREGADO	ZONA	POLIGONO	PARCELA	RECINTO	SUPERFICIE	PENDIENTE	USO	REFERENCIA CATASTRAL
10	63	0	0	1	2	6	0,0309	75,60	OV	10063A001000020000EP
10	63	0	0	1	2	8	0,0355	83,00	OV	
10	63	0	0	1	2	11	0,0253	16,90	OV	
10	63	0	0	1	2	12	0,0190	49,00	OV	
10	63	0	0	1	2	13	0,0227	11,30	OV	
10	63	0	0	1	2	14	0,0223	38,30	OV	
10	63	0	0	1	2	15	0,7886	45,20	FO	
10	63	0	0	1	2	16	0,0100	66,30	OV	
10	63	0	0	1	2	17	0,0100	63,00	OV	
10	63	0	0	1	2	18	0,0100	47,70	OV	
10	63	0	0	1	2	19	0,0100	56,90	OV	
10	63	0	0	1	2	20	0,0100	60,50	OV	
10	63	0	0	1	2	23	0,0520	84,40	OV	
10	63	0	0	1	2	24	0,0100	53,80	OV	
10	63	0	0	1	2	25	0,0612	30,70	PR	
10	63	0	0	1	2	26	0,0271	30,40	OV	
10	63	0	0	1	2	28	0,0100	12,60	OV	
10	63	0	0	1	2	29	0,2035	9,10	OV	
10	63	0	0	1	2	31	0,1964	78,90	FO	
10	63	0	0	1	2	33	0,1235	80,70	MT	
10	63	0	0	1	2	35	0,7569	66,60	PA	
10	63	0	0	1	2	40	1,0650	30,60	PR	
10	63	0	0	1	2	41	15,5594	31,90	PR	
10	63	0	0	1	2	42	0,0764	12,90	FO	
10	63	0	0	1	2	43	2,0814	12,20	FO	
10	63	0	0	1	2	45	0,8578	17,00	PR	
10	63	0	0	1	2	47	0,1866	8,60	FO	
10	63	0	0	1	2	49	0,1908	15,10	FO	
10	63	0	0	1	2	50	0,4226	13,70	PR	
10	63	0	0	1	2	51	0,4307	7,70	FO	
10	63	0	0	1	2	52	0,2922	10,10	PR	
10	63	0	0	1	2	53	0,3774	11,70	MT	
10	63	0	0	1	2	55	0,1198	42,40	FO	
10	63	0	0	1	2	56	0,0826	11,40	PR	
10	63	0	0	1	2	57	0,1920	29,80	MT	
10	63	0	0	1	2	58	0,1035	17,30	MT	
10	63	0	0	1	2	59	0,5054	64,90	FO	
10	63	0	0	1	2	60	0,9294	54,50	PR	
10	63	0	0	1	2	61	0,5909	20,40	PR	
10	63	0	0	1	2	75	5,3239	55,20	FO	
10	63	0	0	1	2	80	0,2388	17,30	PR	
10	63	0	0	1	2	102	0,6718	24,70	PR	
10	63	0	0	1	2	103	0,0896	54,00	MT	
10	63	0	0	1	2	104	0,0271	55,40	MT	
10	63	0	0	1	2	105	0,0216	43,00	MT	
10	63	0	0	1	2	106	0,0321	31,70	MT	
10	63	0	0	1	2	111	2,7651	12,30	PR	
10	63	0	0	1	2	112	0,1788	18,30	MT	
10	63	0	0	1	2	115	0,1379	15,60	PR	
10	63	0	0	1	2	121	0,2651	17,80	PR	
10	63	0	0	1	2	124	0,0238	9,30	PR	
10	63	0	0	1	2	125	0,1864	7,10	PR	
10	63	0	0	1	2	127	0,1477	11,50	PR	
10	63	0	0	1	2	129	0,5922	12,80	PR	
10	63	0	0	1	2	133	0,2498	11,60	PR	
10	63	0	0	1	2	139	0,0741	11,10	PR	
10	63	0	0	1	2	140	0,0468	8,70	PR	

Tabla 2: Relación de recintos con uso agrícola

Estos recintos de uso agrícola ocupan una superficie total de 49,2109 ha.

La distribución de los usos viene reflejada en el gráfico 1

Csv:	FDJEXRMD8VNUZZYHCNZSG94BUTVB	Fecha	17/09/2024 10:55:25
Firmado Por	JOSE MARIA GUERRERO PEREZ - J. Serv. Produccion Agricola Y Ganadera		
Url De Verificación	https://sede.gobex.es/SEDE/csv/codSeguroVerificacion.jsf	Página	3/5



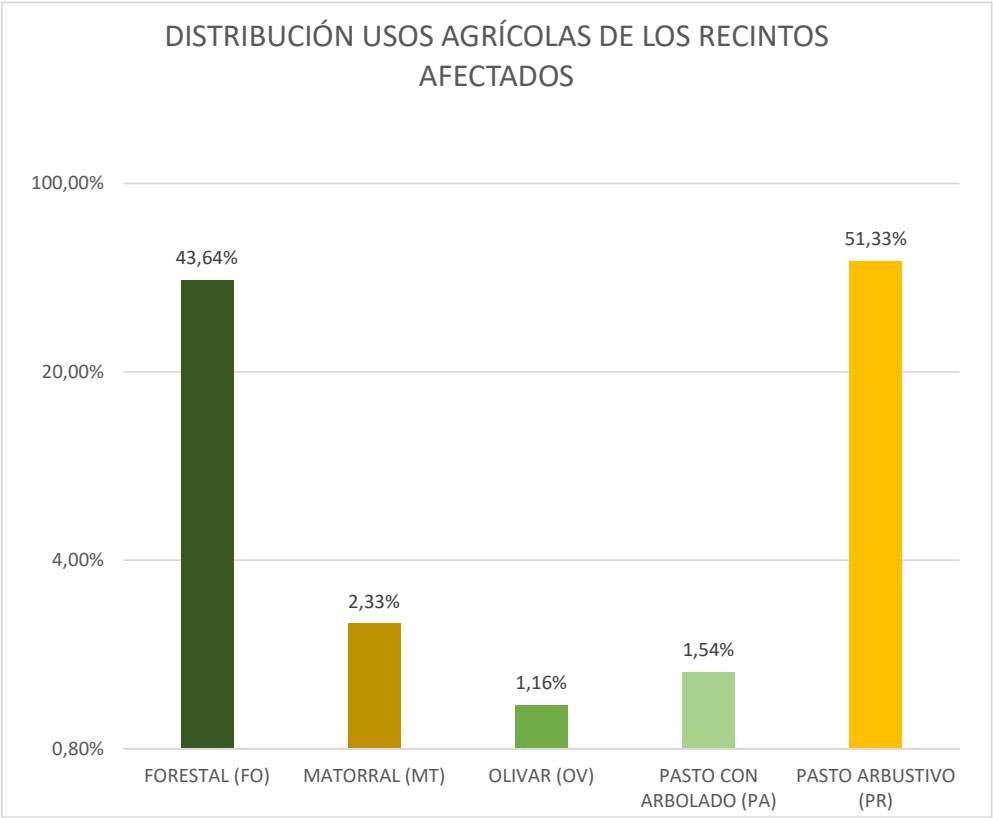


Gráfico 1: Distribución usos agrícolas

Las pendientes de los recintos se detallan en la tabla 3

USO	SUPERFICIE	PENDIENTE MEDIA (%)	PENDIENTE MÁXIMA (%)	PENDIENTE MÍNIMA (%)
FORESTAL (FO)	21,4766	39,22	7,70	78,90
MATORRAL (MT)	1,1456	37,99	11,70	80,70
OLIVAR (OV)	0,5712	90,10	90,10	90,10
PASTO CON ARBOLADO (PA)	0,7569	66,60	66,60	66,60
PASTO ARBUSTIVO (PR)	25,2606	18,10	7,10	54,50

Tabla 2: Pendientes de los recintos según los usos agrícolas

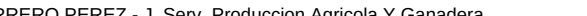
Todos los recintos son de secoano.

La parcela en cuestión tiene un escaso valor desde el punto de vista agrario. Se trata de una parcela con una pronunciada pendiente. Las zonas con menor pendiente son aquellas que se han utilizado para los usos no agrícolas.

Teniendo en cuenta lo anteriormente expuesto, se informa que por parte de este Servicio de Producción Agrícola y Ganadera no hay inconvenientes derivados de la ejecución del “PROYECTO DE PUENTE INTERNACIONAL SOBRE EL RIO SEVER Y ACCESOS” en la ubicación propuesta que afectaría a la parcela anteriormente mencionada en el término municipal de Cedillo (Cáceres).

EL JEFE DE SERVICIO DE PRODUCCIÓN AGRÍCOLA Y GANADERA

Firmado electrónicamente en Mérida, en la fecha indicada

Csv:	FDJEXRMD8VNUZZYHCNZSG94BUTVB	Fecha	17/09/2024 10:55:25	
Firmado Por	JOSE MARIA GUERRERO PEREZ - J. Serv. Produccion Agricola Y Ganadera			
Url De Verificación	https://sede.gobex.es/SEDE/csv/codSeguroVerificacion.jsf	Página	5/5	
				

Asunto: Informe consultas transfronterizas Puente río Sever

Con fecha de 13 de septiembre de 2024, a la Dirección General de Desarrollo Rural, en adelante DGDR, se le dio traslado, por parte del Ministerio para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico de la documentación relativa al proyecto de construcción del “Puente Internacional sobre el río Sever y Accesos”, en relación con el proceso de consultas transfronterizas del mismo, dando un plazo de 30 días hábiles para alegaciones al proyecto.

Desde la DGDR, se considera que la construcción del puente internacional sobre el río Sever y la rehabilitación de la vía EMI 139 va a permitir dinamizar la economía de los municipios cercanos, al facilitar los flujos de personas y de mercancías, reduciendo las distancias y tiempos de viaje entre las localidades de ambos lados de la frontera, fundamentalmente entre la freguesía portuguesa de Montalvão y el municipio extremeño de Cedillo.

Este proyecto, además, contribuye a alcanzar los objetivos de la Estrategia ante el reto demográfico y territorial de Extremadura, en concreto, los relativos a facilitar el acceso a las infraestructuras y a los servicios públicos y a impulsar la cooperación entre los territorios a distintas escalas.

También se alinea esta actuación con la Estrategia Común de Desarrollo Transfronterizo España-Portugal, que cuenta entre sus objetivos con “eliminar barreras y costes de contexto, facilitando la interacción transfronteriza y reforzando dinámicas de población” y que incluye la construcción de este puente como una de sus acciones, dentro del eje “3.1. Infraestructuras y conectividad territorial”

Se ha analizado la documentación recibida y se le ha aplicado la herramienta de valoración del mecanismo de garantía rural que utiliza la DGDR. El resultado de este análisis es que el proyecto informado tiene un impacto positivo medio sobre la zona.

En conclusión, desde la DGDR se informa favorablemente del mismo, al considerar que su ejecución no tiene impacto negativo alguno desde el punto de vista del desarrollo rural y el reto demográfico.

Sin otro particular, se despide atentamente,

El Jefe de Servicio de Coordinación del Medio Rural y Reto Demográfico

Csv:	FDJEX2BGV8PGZWUDAHGURU45P2MSQ	Fecha	11/10/2024 14:29:56
Firmado Por	FRANCISCO ANTONIO MORENO GONZALEZ - J. Serv. Coord, Medio Rural Y Reto Demog		
Url De Verificación	https://sede.gobex.es/SEDE/csv/codSeguroVerificacion.jsf	Página	1/1





O F I C I O

S/REF: SGEA/20240224

N/REF:

FECHA: septiembre de 2024

ASUNTO: Respuesta a las consultas transfronterizas del
Proyecto "Puente Internacional sobre el Río Sever y
Accesibilidades".

SECRETARÍA DE ESTADO DE MEDIO
AMBIENTE.

DG DE CALIDAD Y EVALUACIÓN AMBIENTAL

SG DE EVALUACIÓN AMBIENTAL

Relativo a la consulta transfronteriza recibida en fecha 12 de septiembre de 2024 relativa al
"Puente Internacional sobre el río Sever y accesibilidad", en relación con las infraestructuras
de nuestra competencia que pudieran resultar afectadas por las obras a proyectar, les
informamos que la zona objeto del proyecto no se encuentra afectada por ninguna Zona
Regable de Interés Nacional (ZIN).

No obstante, facilito enlace al Geoportal del Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación en
el que podrán consultar la información relativa a la Gestión Sostenible de Regadíos de la que
es responsable la Subdirección General de Regadíos, Caminos Naturales e Infraestructuras
Rurales:

[Geoportal \(mapama.gob.es\)](https://mapama.gob.es)

LA SUBDIRECTORA GENERAL DE REGADÍOS, CAMINOS NATURALES E
INFRAESTRUCTURAS RURALES

Fdo. Cristina Clemente Martínez

(Firmado electrónicamente)

Código seguro de Verificación : GEN-8a17-6108-6800-5992-6ed7-8081-1812-d092 | Puede verificar la integridad de este documento en la siguiente dirección :
<https://sede.administracion.gob.es/pagSedeFront/servicios/consultaCSV.htm>

CORREO ELECTRÓNICO:
sgregadios@mapa.es

Gran Vía de San Francisco, 4-6
28005-Madrid
Telf.: 91 347 15 25
Fax.: 91 347 57 63

CSV : GEN-8a17-6108-6800-5992-6ed7-8081-1812-d092

DIRECCIÓN DE VALIDACIÓN : <https://sede.administracion.gob.es/pagSedeFront/servicios/consultaCSV.htm>

FIRMANTE(1) : CRISTINA RAQUEL CLEMENTE MARTINEZ | FECHA : 24/09/2024 14:28 | Sin acción específica



**CONSEJERÍA DE AGRICULTURA, GANADERÍA Y
DESARROLLO SOSTENIBLE**
DIRECCIÓN GENERAL DE SOSTENIBILIDAD
SERVICIO DE PREVENCIÓN, CALIDAD AMBIENTAL Y
CAMBIO CLIMÁTICO

**INFORME DE AFECCIÓN A RED NATURA 2000, SOBRE LA BIODIVERSIDAD Y
SOBRE OTRAS ÁREAS NATURALES PROTEGIDAS**

Expediente CONSERVACIÓN: cn24/6405/24
Expediente Ref.: IA24-I 648
Asunto: Consulta transfronteriza sobre el Puente Internacional sobre el río Sever y accesos
Promotor: Cámara Municipal de Nisa

Considerando que la Dirección General de Sostenibilidad de la Consejería de Agricultura, Ganadería y Desarrollo Sostenible es el órgano competente para el control en materia de conservación de la naturaleza y el medio ambiente, y para la planificación, gestión y control de las actividades y proyectos con repercusiones en el medio ambiente, de conformidad con lo dispuesto en el artículo 7.1 del Decreto 233/2023, de 12 de septiembre, por el que se establece la estructura orgánica de la Consejería de Agricultura, ganadería y Desarrollo Sostenible y se modifica el Decreto 77/2023, de 21 de julio, por el que se establece la estructura orgánica básica de la Administración de la Comunidad Autónoma de Extremadura, el presente documento se emite a los efectos de:

☒ **Informe de Afección a Red Natura 2000**, con la consideración de informe de evaluación de las repercusiones que pueda producir un determinado proyecto, actuación, plan o programa directa o indirectamente sobre uno o varios espacios de la Red Natura 2000, y en concreto sobre los hábitats o especies que hayan motivado su designación o declaración, atendiendo a lo dispuesto en el art. 6 de la Directiva 92/43/CEE del Consejo, de 21 de mayo de 1992, relativa a la conservación de los hábitats naturales y de la fauna y flora silvestres, y en base al Decreto 110/2015, de 19 de mayo, por el que se regula la Red Ecológica Europea Natura 2000 en Extremadura y a la Ley 2/2023, de 22 de marzo, por la que se regulan determinados aspectos de la Red Ecológica europea Natura 2000 en la Comunidad Autónoma de Extremadura.

Además, se emite como informe de valoración de compatibilidad de los usos y actividades del Parque Natural del Tajo Internacional, conforme a lo establecido en la Orden de 25 de marzo de 2015 por la que se aprueba el Plan Rector de Uso y Gestión del Parque Natural del Tajo Internacional y en el Decreto 208/2014, de 2 de septiembre, por el que se aprueba el Plan de Ordenación de los Recursos Naturales del Parque Natural del Tajo Internacional, modificado por Decreto 111/2018, de 17 de julio.

☒ **Informe de Afección a Biodiversidad**, como valoración ambiental de proyectos, actividades, planes y programas en lo relativo a especies protegidas y hábitats protegidos fuera de la Red de Áreas Protegidas de Extremadura, conforme a lo establecido en los Planes de Recuperación, Conservación del Hábitat y Conservación de determinadas especies de flora y fauna vigentes en la Comunidad Autónoma de Extremadura, a lo establecido en la Ley 42/2007, de 13 de diciembre, del Patrimonio Natural y de la Biodiversidad, y atendiendo a los objetivos de la Directiva 92/43/CEE del Consejo, de 21 de mayo de 1992, relativa a la conservación de los hábitats naturales y de la fauna y flora silvestres y en la Directiva 2009/147/CE del Parlamento Europeo y del Consejo, de 30 de noviembre de 2009, relativa a la conservación de las aves silvestres.

Csv:	FDJEXN2DS7MYK275TVKJ96UYX6JEEB	Fecha	03/10/2024 07:58:09
Firmado Por	GERMAN PUEBLA OVANDO - Director Gral De Sostenibilidad		
Url De Verificación	https://sede.gobex.es/SEDE/csv/codSeguroVerificacion.jsf	Página	1/9



I. ANTECEDENTES

En 2011, la Diputación Provincial de Cáceres realizó un estudio previo denominado “Estudio Previo del Puente Internacional sobre El Río Sever y de la Carretera de Acceso a Dicho Puente en los Términos Municipales de Cedillo (Cáceres, España) y Nisa (Portugal)”, en el que se definieron 3 posibles corredores de paso en el río Sever (corredores Norte, Centro y Sur). En ninguna de estas alternativas se consideraba el restablecimiento de la conexión transfronteriza en las inmediaciones del embalse de Cedillo, aprovechando los servicios de las carreteras EM1139 (Portugal) y EX375 (España), sino que se optaba por trazados localizados aguas arriba de la propuesta actual que precisaban de la construcción de nuevas carreteras.

Entre 2011 y 2022, el proyecto fue registrado en un Plan de Recuperación y Resiliencia (PRR) de Portugal, encaminado a desarrollarlo con fondos y financiación aportados exclusivamente por el Estado portugués. Con base en lo anterior, la Cámara Municipal de Nisa en 2022 propone el Estudio Previo del Puente Internacional sobre El Río Sever y de la Vía de Acceso a Dicho Puente en los Términos Municipales de Cedillo (Cáceres, España) y Nisa (Portugal)”, con dos alternativas de ejecución

- ALTERNATIVA 1, plantea la rehabilitación de la EM1139 y el cruce del río Sever cerca de la Presa de Cedillo, restableciendo la conexión transfronteriza entre Portugal y España próxima a la preexistente a la construcción de la presa,
- ALTERNATIVA 2, plantea un corredor sur (Solución EJE B-2), localizado a aproximadamente 10 km al sur de la propuesta planteada en el Alternativa 1 y al oeste del núcleo de Montalvão. Se trataría de un nuevo corredor de menor longitud, pero que no incluye infraestructuras existentes de acceso.

A pesar de la mayor longitud de la Alternativa 1, se opta por este trazado porque incluye un paso sobre el río Sever que supone la rehabilitación de infraestructuras existentes (EM1139 y EX375) en vez de la construcción de nuevas infraestructuras, generando por tanto un menor impacto ambiental y económico. Esta alternativa garantiza además un distanciamiento de 500 m. respecto a la presa de Cedillo.



Csv:	FDJEXN2DS7MYK275TVKJ96UYX6JEEB	Fecha	03/10/2024 07:58:09
Firmado Por	GERMAN PUEBLA OVANDO - Director Gral De Sostenibilidad		
Url De Verificación	https://sede.gobex.es/SEDE/csv/codSeguroVerificacion.jsf	Página	2/9



2. RESUMEN DE LA ACTIVIDAD Y LOCALIZACIÓN

El proyecto, promovido por Cámara Municipal de Nisa consiste en la creación de un nuevo puente internacional sobre el río Sever e infraestructuras de acceso, ubicado en la pedanía de Montalvão, perteneciente al municipio de Nisa (Portugal), con el objeto de generar una nueva accesibilidad que permita conectar la citada pedanía y el municipio español de Cedillo. Dado el carácter fronterizo del proyecto, se presenta EslA para la valoración de los impactos transfronterizos (“Estudio de Impacto Ambiental, Volumen VI- Impactos Transfronterizos”).

La vía tendrá una longitud total de 10,083 km, incluido el desarrollo en Portugal y España. La rehabilitación del lado portugués se desarrollará en toda la EM1139 a lo largo de 8,80 km y se prevé la apertura de un nuevo corredor, también del lado portugués, de aproximadamente 850 m de longitud junto a la presa de Cedillo. El puente que se va a construir tiene una longitud aproximada de 155,5 m. Del lado español, la vía posee una longitud de 600 m hasta su confluencia con la EX-375 existente (este proyecto no contempla la ejecución del enlace con la EX375 en el lado español).

El proyecto plantea la realización de las siguientes acciones:

- a. **Construcción de puente:** Debido a la difícil topografía del lugar de paso del puente y a su sensibilidad medioambiental, se opta por una solución prefabricada para los principales elementos estructurales, tablero, pilares y, en parte, para el arco de hormigón armado. La solución estructural adoptada consiste en dos arcos de hormigón de 2,50 m. de anchura y 1,25 m. de grosor, en parte prefabricados para salvar 105 m. de vano con una flecha de 25,5 m. Los arcos gemelos distan 6,0 m en el eje, descansan sobre cimientos macizos y evitan la colocación de pilares en el lecho normal del río. Sobre los arcos se apoyan pilares separados por una distancia de 15,0 m., los cuales sostienen, a su vez, las traviesas prefabricadas de 1,65 m. de altura. El tablero es de hormigón armado pretensado con vanos sucesivos de 15 m. sobre el arco. Los 2 vanos de ambos lados se ajustan al trazado. El puente tiene un total de 11 tramos y su longitud total es de 155,5 m.

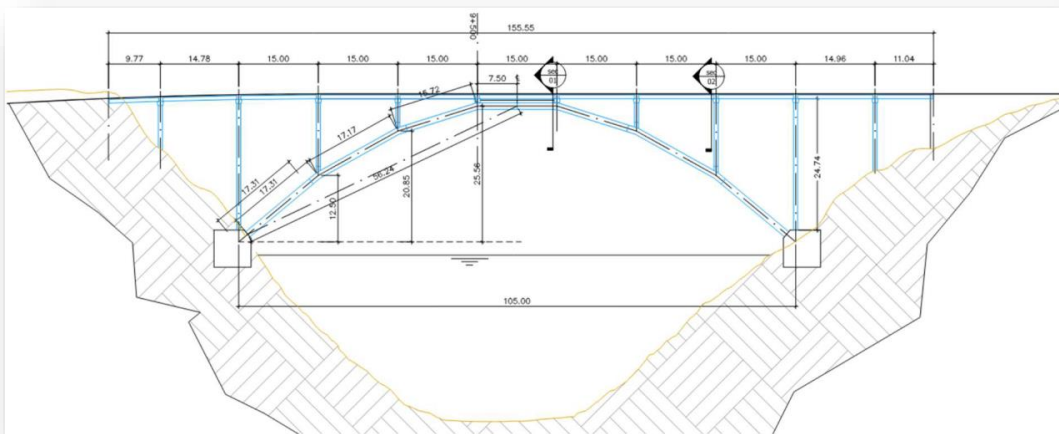


Imagen 1. Corte longitudinal del puente sobre el río Sever

- b. **Construcción de carreteras de acceso:** En lo que respecta a las secciones transversales tipo, se plantea una sección de 1x1 carriles con una anchura mínima por carril de 3,5 m. más un arcén de 1-1,5 m., formando en las alineaciones rectas dos planos con una inclinación transversal del 2,5% hacia el exterior respecto al eje.

Csv:	FDJEXN2DS7MYK275TVKJ96UYX6JEEB	Fecha	03/10/2024 07:58:09
Firmado Por	GERMAN PUEBLA OVANDO - Director Gral De Sostenibilidad		
Url De Verificación	https://sede.gobex.es/SEDE/csv/codSeguroVerificacion.jsf	Página	3/9



- c. **Construcción de muros de gaviones y contención:** Teniendo en cuenta la topografía del terreno existente a lo largo del trazado a realizar, y en particular en el tramo final, se prevé la construcción de un muro de gaviones para contener las tierras de relleno y dos zonas de contención en la parte portuguesa, mediante un sistema de contención flexible, con el fin de estabilizar los taludes excavados en roca.

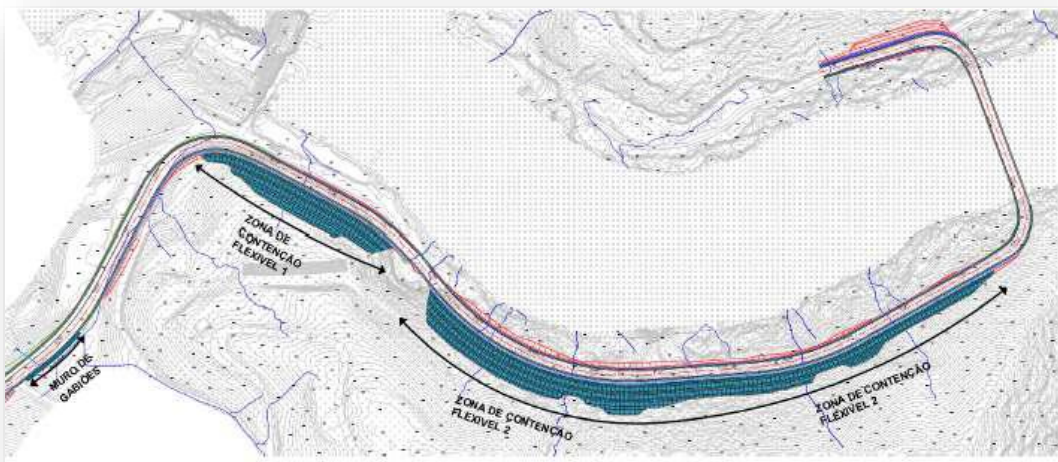


Imagen 2. Localización de zonas de contención

- d. **Generación de explanaciones y escombreras:** Se prevé un volumen de excavación de 202982 m³ y un volumen de relleno de 29008 m³, siendo el balance final de 173974m³ de exceso de tierra que se enviará a destino final adecuado (no detallado en documento *EslA Volumen VI- Impactos Transfronterizos*).

Los trabajos de construcción civil son los siguientes:

- Montaje de las instalaciones necesarias de apoyo a la obra.
- Desbroces y movimientos de tierras (desmontes, demolición de infraestructura existente, excavaciones y regularización de taludes, etc.). En general, la excavación se realizará usando medios mecánicos de potencia normal (excavadora rotativa y desgarradora), pudiendo ser necesario el uso de explosivos en zonas más rocosas (estimación del 10% del total de las excavaciones a realizar).
- Obras de drenaje (excavaciones, ejecución de pasajes hidráulicos, órganos y cuerpos de drenaje, etc.).
- Obras de pavimentación (eliminación de pisos existentes, aplicación de capas de pavimento, etc.).
- Obras accesorias (de integración paisajística, obras de contención y revestimiento de terraplenes y canales, obras de alumbrado público, etc.).
- Obras de señalización (trabajos en sistema de señalización y seguridad, colocación de señalización vertical, marcas viales, etc.).
- Obras de artes especiales (puente internacional): construcción de cimientos, construcción de reuniones, construcción de pilares, tablero y arco, etc.
- Carga, transporte y colocación de materiales en vertedero.
- Desmantelamiento de instalaciones necesarias de apoyo a la obra.

3. ÁREAS PROTEGIDAS Y VALORES AMBIENTALES

- El área de actuación del proyecto se encuentra incluida parcialmente en los siguientes lugares de la Red Natura 2000:
 - Zona de Especial Protección para las Aves (ZEPA) “Tajo Internacional y Riberos” (ES0000368)
 - Zona Especial de Conservación (ZEC) “Cedillo y Río Tajo Internacional” (ES4320002).

Csv:	FDJEXN2DS7MYK275TVKJ96UYX6JEEB	Fecha	03/10/2024 07:58:09
Firmado Por	GERMAN PUEBLA OVANDO - Director Gral De Sostenibilidad		
Url De Verificación	https://sede.gobex.es/SEDE/csv/codSeguroVerificacion.jsf	Página	4/9



- Además, se localiza parcialmente dentro de las siguientes áreas protegidas de Extremadura:
 - Parque Natural del Tajo Internacional (Ley 1/2006, de 7 de julio, por la que se declara el Parque Natural del “Tajo Internacional”. BOE núm. 186, de 5 de agosto de 2006).
 - Parque Internacional Tajo/Tejo (Acuerdo de cooperación entre el Reino de España y la República Portuguesa relativo a la constitución del Parque Internacional Tajo-Tejo, hecho en Oporto el 9 de mayo de 2012. BOE núm. 145, de 18 de junio de 2013).
 - Reserva de la Biosfera Transfronteriza Tajo-Tejo Internacional [Resolución de 1 de agosto de 2016, de Parques Nacionales, por la que se publica la aprobación por la UNESCO de la Reserva de la Biosfera Transfronteriza Tajo-Tejo Internacional (España y Portugal)]. El proyecto se incluye en su totalidad dentro de los límites de la Reserva de la Biosfera.
- Según la zonificación establecida en el Decreto 208/2014, de 2 de septiembre, por el que se aprueba el Plan de Ordenación de los Recursos Naturales del Espacio Natural “Tajo Internacional”, modificado por Decreto 111/2018, de 17 de julio, la actividad se encuentra incluida en
 - Zona de Uso Restringido (ZUR).
 - Zona de Uso Limitado (ZUL)
- Los valores naturales reconocidos en sus Planes de Gestión y/o en la Ley 42/2007, de 13 de diciembre, del Patrimonio Natural y de la Biodiversidad son:
 - Comunidad de aves rupícolas y forestales (*Ciconia nigra*, *Neophron percnopterus*, *Gyps fulvus*, *Milvus migrans*, etc.). Existencia áreas de alimentación y campeo de estas especies. En las cercanías del dique de la presa de Cedillo se encuentra una zona de dormitorio y nidificación de *Gyps fulvus*.
 - Comunidad de ictiofauna. Presencia de algunos endemismos ibéricos en las aguas del río Sever (*Barbus comiza*, *Barbus bocagei*, etc.). Junto a estas, se pueden encontrar 10 taxones introducidos siendo, la mayor parte de estos, grandes depredadores fluviales.
 - Nutria (*Lutra lutra*). Presencia de la especie en las aguas del embalse de Cedillo.
 - Según la información contenida en el Atlas de Hábitats de interés comunitario en Extremadura con fecha de 2005 y en su actualización de 2015, no se encuentran presentes hábitats de interés comunitario en el entorno de la zona de actuación. La vegetación existente está compuesta principalmente por zonas de olivar matorralizado en recuperación (*Pistacia lentiscus*, *Pistacia terebinthus*, *Viburnum tinus*, *Phillyrea angustifolia*, etc.) con algunos pies de quercíneas.
- En el presente informe se ha tenido en cuenta lo establecido en:
 - El Plan de Recuperación de la Cigüeña Negra (*Ciconia nigra*) en Extremadura (Orden de 29 de junio de 2022 del DOE N.º 133). Área importante por alimentación.
 - El Plan de Recuperación del Lince Ibérico (*Lynx pardinus*) en Extremadura (Orden de 5 de mayo de 2016 del DOE N.º 90). Área favorable.
 - Plan de Ordenación de los Recursos Naturales (PORN) del Parque Natural del Tajo Internacional (Decreto 208/2014, de 2 de septiembre, por el que se aprueba el Plan de Ordenación de los Recursos Naturales del Parque Natural del Tajo Internacional, modificado por Decreto 111/2018, de 17 de julio).
 - Plan Rector de Uso y Gestión (PRUG) del Parque Natural del Tajo Internacional (Orden de 25 de marzo de 2015 por la que se aprueba el Plan Rector de Uso y Gestión del Parque Natural del Tajo Internacional).
 - Plan Director de Red Natura 2000 (anexo II del Decreto 110/2015, de 19 de mayo, por el que se regula la Red Ecológica Europea Natura 2000 en Extremadura).
 - Ley 2/2023, de 22 de marzo, por la que se regulan determinados aspectos de la Red Ecológica europea Natura 2000 en la Comunidad Autónoma de Extremadura.

4. ANÁLISIS AMBIENTAL DEL PROYECTO

El proyecto presenta dos alternativas de ejecución (ALTERNATIVA 1 y 2 comentadas en el apartado I del presente informe), optándose por la primera de ellas debido a que la localización del nuevo paso sobre el río Sever en las inmediaciones de la presa de Cedillo permite la rehabilitación de carreteras existentes en ambos países (EM1139 y EX375) en vez de la construcción de nuevas infraestructuras de acceso. Se trata, por tanto, de una alternativa que conlleva un menor impacto sobre el medio que la ALTERNATIVA 2,

Csv:	FDJEXN2DS7MYK275TVKJ96UYX6JEEB	Fecha	03/10/2024 07:58:09
Firmado Por	GERMAN PUEBLA OVANDO - Director Gral De Sostenibilidad		
Url De Verificación	https://sede.gobex.es/SEDE/csv/codSeguroVerificacion.jsf	Página	5/9



proyectada sobre áreas de mayor sensibilidad ambiental y paisajística. De lo anterior se deduce que la mejor alternativa desde el punto de vista ambiental es la alternativa seleccionada (ALTERNATIVA I), descrita en el apartado 2 del presente informe.

La ubicación del nuevo puente internacional sobre el río Sever coincide con terrenos localizados dentro del Parque Natural del Tajo Internacional. Desde el punto de vista paisajístico, se trata de un área próxima a la presa de Cedillo (a 500 metros aguas arriba de su dique en la confluencia de los ríos Tajo y Sever) con un alto grado de antropización en la orilla española, debido al uso intensivo que tuvo la zona en los años 70 del siglo pasado, cuando se construyó la central hidroeléctrica. Se trata de áreas degradadas con numerosas infraestructuras (presa, carreteras y pistas, subestación y líneas eléctricas, viviendas y construcciones, diques de hormigón, explanadas, etc.) desarrolladas sobre un eucaliptal que presenta aterrazamientos y taludes importantes en algunos puntos (ver fotografías 1 y 2, correspondientes con punto A del plano I). Esta zona, se encuentra incluida dentro de la zonificación del Espacio Natural Tajo Internacional como “Zona de Uso Compatible” (en color verde en el plano I, Localización y zonificación).



Fotografías 1 y 2. Infraestructuras existentes en el área de implementación del proyecto

El emplazamiento final del puente se localiza fuera de esta Zona (aunque muy próximo a ella), debido a la necesidad de garantizar una distancia de al menos 500 m. del puente respecto a la presa, en un área ocupada por antiguos olivares en los riberos del río que se encuentran matorralizados en la actualidad y en proceso de recuperación natural. Junto a una pista que conecta la presa de Cedillo con una explanada localizada junto a la subestación eléctrica, formaciones de *Olea europaea* var. *europaea* aparecen con pies de quercíneas y matorrales de *Phillyrea angustifolia*, *Pistacia lentiscus*, *Pistacia terebinthus*, *Viburnum tinus*, *Lonifera implexa*, y otras especies de carácter termófilo (ver fotografías 3 y 4, correspondientes con punto B del plano I).



Fotografías 3 y 4. Vegetación existentes en el emplazamiento del nuevo puente (orilla española).

Csv:	FDJEXN2DS7MYK275TVKJ96UYX6JEEB	Fecha	03/10/2024 07:58:09
Firmado Por	GERMAN PUEBLA OVANDO - Director Gral De Sostenibilidad		
Url De Verificación	https://sede.gobex.es/SEDE/csv/codSeguroVerificacion.jsf	Página	6/9



En las orillas del río Sever, el mantenimiento de los niveles del llenado del embalse de Cedillo, está permitiendo el establecimiento natural de bosques de ribera (fresnedas y alisedas) en aquellos enclaves más favorables. Aunque estas comunidades riparias se sitúan más al sur, es posible la existencia de pies aislados de *Fraxinus angustifolia* en el área de implantación del proyecto.

En cualquier caso, debe destacarse que no hay presencia inventariada de ningún hábitat natural de interés comunitario en la zona, ni se constata la presencia de especies protegidas inventariadas conforme a los censos oficiales del Servicio de Conservación de la Naturaleza y Áreas Protegidas de esta Dirección General de Sostenibilidad. No obstante, dado el proceso de recuperación natural de la zona y su elevada vulnerabilidad a los procesos erosivos por las orografía del terreno, se deberá priorizar las actuaciones para minimizar el impacto sobre la vegetación natural.

Mencionar también que no hay constancia de la existencia de territorios de reproducción de las especies de fauna indicadas en el apartado 2 del presente informe. En cualquier caso, para minimizar la afección sobre las especies presentes en la zona, los trabajos llevados a cabo para la ejecución del proyecto deberán hacerse minimizando la emisión de ruidos y planificándose de tal manera que voladuras, movimientos de tierra y desbroces de vegetación procuren realizarse fuera del periodo en el que la mayoría de los vertebrados se reproducen.

Además, todas las actuaciones que impliquen movimiento de tierras en el entorno de las masas de agua llevarán asociado un cierto riesgo de afección a la calidad del agua (por aumento de sólidos en suspensión, posibles vertidos o derrames, etc.). Por ello, deberán extremarse las medidas para evitar que la fauna acuática pueda verse afectada por alteraciones de las condiciones del río Sever.

En lo que respecta a la afección del proyecto a otras áreas protegidas y a su compatibilidad con los instrumentos de ordenación y gestión del Parque Natural del Tajo Internacional, recordar que la normativa ambiental relativa a este Espacio Natural (Plan de Ordenación de los Recursos Naturales y Plan Rector de Uso y Gestión del Parque Natural Tajo Internacional) y a los lugares Red Natura 2000 afectados por el proyecto (Plan Director de la Red Natura 2000) establece la necesidad de conservar y proteger los valores naturales presentes en este Espacio Natural, por lo que deberán extremarse las medidas para minimizar la afección sobre aquellos. Se recuerda, además, que, según lo establecido en el artículo 52 del Plan de Ordenación de los Recursos Naturales (*Decreto 208/2014, de 2 de septiembre, y modificación posterior*), la actividad requerirá de autorización de la Dirección General de Sostenibilidad.

5. VALORACIÓN AMBIENTAL DEL PROYECTO

Visto todo lo anterior, la Dirección General de Sostenibilidad de la Consejería de Agricultura, Ganadería y Desarrollo Sostenible, de acuerdo con lo previsto en el artículo 56 quater de la Ley 8/1998, de 26 de junio, de Conservación de la Naturaleza y de espacios naturales de Extremadura, y en el Decreto 110/2015, de 19 de mayo, por el que se regula la red ecológica europea Natura 2000 en Extremadura y a la Ley 2/2023, de 22 de marzo, por la que se regulan determinados aspectos de la Red Ecológica europea Natura 2000 en la Comunidad Autónoma de Extremadura, INFORMA:

favorablemente la actividad solicitada, ya que **no es susceptible de afectar de forma apreciable a lugares de la Red Natura 2000, a otras áreas protegidas y/o a especies amenazadas**, siempre que se cumplan las medidas indicadas en el presente informe, además de las contempladas en el Estudio de Impacto Ambiental (EIA) presentado (siempre que no contravengan las establecidas en el presente informe). Estas medidas serán de aplicación en el ámbito territorial del Parque Natural del Tajo Internacional.

6. MEDIDAS PREVENTIVAS, CORRECTORAS Y COMPLEMENTARIAS

- 1. Se delimitará el área que sea estrictamente necesario afectar, controlando las operaciones de movimiento de tierras, especialmente en las zonas próximas a las masas de agua. Los movimientos de tierra ser harán de forma selectiva, reservando y tratando adecuadamente la tierra vegetal para su aprovechamiento posterior en las tareas de restauración de los terrenos afectados.
- 2. Se establecerán medidas para evitar la pérdida o deterioro de suelos en las zonas de implementación del

Csv:	FDJEXN2DS7MYK275TVKJ96UYX6JEEB	Fecha	03/10/2024 07:58:09
Firmado Por	GERMAN PUEBLA OVANDO - Director Gral De Sostenibilidad		
Url De Verificación	https://sede.gobex.es/SEDE/csv/codSeguroVerificacion.jsf	Página	7/9



- proyecto. En los desmontes, la pendiente será la adecuada para evitar fenómenos erosivos.
3. Se aprovecharán los accesos y la red de viales existentes, minimizando la entrada de maquinaria o vehículos de transporte de materiales en los lugares naturales. Para la ubicación del parque temporal de maquinaria u otras ocupaciones temporales durante la obra, se evitará generar explanaciones en las zonas adyacentes bien conservadas seleccionando preferentemente áreas degradadas.
 4. Se establecerán las medidas necesarias para proteger la vegetación de las áreas circundantes a las zonas de trabajo de la deposición de partículas sólidas (realización de riegos de zonas susceptibles de emitir polvo, instalación de protecciones adecuadas en las cajas de los camiones, limitación de velocidad, etc.).
 5. Se realizará un diseño cuidadoso de los trabajos de desbroce, poda y tala que minimice la eliminación de la vegetación arbórea y arbustiva autóctona y favorezca la revegetación por ésta. En cualquier caso, en aquellos casos en los que se prevea afección a arbolado autóctono en buen estado, se procederá preferentemente a la poda, siempre que sea posible, en lugar de a la tala. Se identificarán y marcarán sobre el terreno, de manera previa a las obras, aquellos elementos arbóreos a eliminar en las diferentes superficies de implementación del proyecto para el establecimiento posterior de las medidas correspondientes de compensación.
 6. Se programarán, en la medida de lo posible, las distintas actividades del proyecto, de forma que se minimice la afección sobre la fauna silvestre, especialmente durante los periodos reproductivos de la mayor parte de vertebrados presentes en la zona.
 7. Se establecerán medidas de minimización de la contaminación acústica, con el objeto de reducir las molestias a la fauna a consecuencia de los niveles de ruido generados. Se evitará en la medida de lo posible la realización de trabajos nocturnos. En caso de que fueran necesarios, se deberá solicitar autorización expresa al órgano ambiental. En cualquier caso, estarán limitados a zonas muy concretas, y siempre que no puedan suponer afección a especies protegidas.
 8. Se prestará atención a la mortalidad de fauna, especialmente de reptiles y anfibios, por atropello u otras actividades asociadas a la obra. Para ello se limitará la velocidad de circulación a 20 km/h en toda el área de implantación del proyecto y se colocará cartelería de aviso de presencia de fauna en la calzada. Las zanjas y vaciados de tierra por debajo del nivel del suelo susceptible de atrapar fauna vertebrada, contarán con sistemas de escape adecuados mediante elementos específicos o taludes de tierra. Los drenajes adaptados, si se proyectan adecuadamente, pueden ser utilizados como lugares de paso de fauna.
 9. Al objeto de minimizar la contaminación lumínica generada por el proyecto, se deberá adecuar la iluminación de todas las instalaciones para mantener las condiciones naturales y evitar la incidencia sobre las rutinas nocturnas y crepusculares de determinadas especies protegidas del entorno. El alumbrado exterior deberá utilizar un régimen nocturno reducido a lo imprescindible e incorporar criterios de iluminación sostenible (sistemas automáticos de regulación del flujo luminoso y/o de encendido y apagado selectivo de lámparas, iluminación en puntos bajos dirigida hacia el suelo con un diseño tal que proyecten luz por debajo del plano horizontal y no dispersen el haz luminoso, instalación de lámparas que proporcionen alta eficiencia energética del alumbrado y que emitan luz con longitudes de onda superiores a 440nm., entre otras).
 10. En cualquier caso, en el caso de que se detectaran incidencias con especies amenazadas incluidas en el Catálogo Regional de Especies Amenazadas de Extremadura (CREAEX) y en el Catálogo Español de Especies Amenazadas (CEEa), el promotor lo pondrá en conocimiento del órgano ambiental con competencias en especies protegidas de forma inmediata, a fin de poder determinar en su caso las medidas complementarias necesarias.
 11. Al finalizar las obras, procederá a la limpieza general de las áreas afectadas, desmantelando todas las instalaciones temporales, restos de máquinas, residuos y escombros. Los residuos no biodegradables generados serán gestionados según las disposiciones establecidas en la *Ley 7/2022, de 28 de abril, de residuos y sueros contaminados para una economía circular*.
 12. Se procederá a la restitución morfológica y descompactación de los terrenos afectados en un plazo máximo de seis meses desde la finalización de las obras. En relación con las plantaciones, al estar sujetas a épocas de plantación, condicionantes climáticos, etc., se ejecutarán en el primer periodo de plantación una vez finalizadas las obras. La restitución del terreno implicará, al menos, lo siguiente:
 - a. Se realizará tan pronto como sea posible para cada superficie y se llevará a cabo de manera progresiva con el objeto de poder integrarla paisajísticamente.
 - b. Se deberá respetar la capa de suelo fértil. Finalizada la fase de obras se procederá al escarificado superficial del terreno de cara a favorecer el crecimiento de la vegetación herbácea natural de forma

Csv:	FDJEXN2D57MYK275TVKJ96UYX6JEEB	Fecha	03/10/2024 07:58:09
Firmado Por	GERMAN PUEBLA OVANDO - Director Gral De Sostenibilidad		
Url De Verificación	https://sede.gobex.es/SEDE/csv/codSeguroVerificacion.jsf	Página	8/9



- espontánea. En caso de que sea necesario, se seguirán los criterios y procedimientos precisos para la restauración de la cubierta vegetal natural y de los procesos ecológicos del terreno.
- c. En las zonas que hayan sufrido compactación del suelo por el tránsito de maquinaria, se llevarán a cabo labores de descompactación mediante gradeo de roturación superficial (20-30 cm) con doble pase.
 - d. En caso de generar terraplenes y desmontes con pendientes superiores al 15%, serán objeto de restauración con objeto de favorecer el desarrollo de vegetación y minimizar los procesos erosivos.
13. Se deberá reponer en el entorno de las zonas afectadas el arbolado que se elimine a consecuencia de la ejecución del proyecto mediante plantaciones de especies autóctonas y características de los hábitats del entorno, seleccionando las que muestren mayor capacidad de adaptación a las condiciones naturales del terreno. Este tipo de medidas suele establecerse en una proporción de compensación de al menos 3 a 1. Para ello, se determinará con detalle todo el arbolado y matorral noble afectado por la ejecución definitiva del proyecto en toda su implantación.
 14. Se establecerán medidas para mitigar el impacto paisajístico que sobre el entorno generan las nuevas infraestructuras. Con el fin de minimizar el impacto paisajístico ocasionado por las obras, se procederá a la revegetación de los taludes generados y a la creación de pantallas vegetales y/o plantaciones que contribuyan a naturalizar la zona, garantizándose la continuidad y viabilidad de las mismas.
 15. Se tendrá en cuenta que las plantas empleadas en las tareas de restauración no sean ninguna de las contempladas en el RD 630/2013 por el que se regula el catálogo español de especies exóticas invasoras.

7. CONDICIONES GENERALES

1. El presente informe tiene una vigencia de 4 años desde la fecha de su firma, de acuerdo con lo establecido en el artículo 13.3 del Decreto 110/2015, siempre que se mantengan las condiciones en las que se ha otorgado.
2. Este informe deberá ser exhibido en el acto a cuantas autoridades o Agentes de la misma lo requieran.
3. El incumplimiento de las condiciones incluidas en este informe puede ser constitutivo de una infracción administrativa de las previstas en la Ley 8/1998.
4. Este informe se emite sólo a efectos ambientales y en virtud de la legislación vigente, sin perjuicio del cumplimiento de los demás requisitos legales o de reglamentos exigidos que, en todo caso, habrán de cumplirse.

Mérida, a fecha de firma electrónica

EL DIRECTOR GENERAL DE SOSTENIBILIDAD

Csv:	FDJEXN2DS7MYK275TVKJ96UYX6JEEB	Fecha	03/10/2024 07:58:09
Firmado Por	GERMAN PUEBLA OVANDO - Director Gral De Sostenibilidad		
Url De Verificación	https://sede.gobex.es/SEDE/csv/codSeguroVerificacion.jsf	Página	9/9



MINISTERIO PARA LA TRANSICIÓN
ECOLÓGICA Y EL RETO DEMOGRÁFICO
SECRETARÍA DE ESTADO DE MEDIO AMBIENTE
DIRECCIÓN GENERAL DE CALIDAD Y EVALUACIÓN AMBIENTAL
SUBDIRECCIÓN GENERAL DE EVALUACION AMBIENTAL

Expediente: IA24-1648
N.Ref.: JMM
S.Ref.: SGEA/VEA/SPO/20240224
Asunto: Consulta transfronteriza sobre el Puente Internacional sobre el río Sever y accesos
Promotor: Cámara Municipal de Nisa

En relación a su consulta transfronteriza al amparo del artículo 50 de la Ley 21/2013, de 9 de diciembre, de evaluación ambiental, y de acuerdo también a las disposiciones indicadas en el Protocolo de actuación entre el Gobierno del Reino de España y el Gobierno de la República Portuguesa de aplicación en las evaluaciones ambientales de planes, programas y proyectos con efectos transfronterizos, con el fin de que el reino de España pueda informar, dentro de su ámbito competencial, sobre los posibles impactos del plan en el territorio español, esta Dirección General de Sostenibilidad de la Consejería de Agricultura, Ganadería y Desarrollo Sostenible es el órgano competente para el control en materia de conservación de la naturaleza y el medio ambiente, y para la planificación, gestión y control de las actividades y proyectos con repercusiones en el medio ambiente en la Comunidad Autónoma de Extremadura, de conformidad con lo dispuesto en el artículo 7.1 del Decreto 233/2023, de 12 de septiembre, por el que se establece la estructura orgánica de la Consejería de Agricultura, ganadería y Desarrollo Sostenible y se modifica el Decreto 77/2023, de 21 de julio, por el que se establece la estructura orgánica básica de la Administración de la Comunidad Autónoma de Extremadura. La Dirección General de Sostenibilidad recabó informe de su Servicio de Conservación de la Naturaleza y Áreas Protegidas, el cual se adjunta, en donde se informa favorablemente la actividad solicitada, ya que no es susceptible de afectar de forma apreciable a lugares de la Red Natura 2000, a otras áreas protegidas y/o a especies amenazadas, siempre que se cumplan las medidas indicadas en dicho informe, además de las contempladas en el Estudio de Impacto Ambiental (EslA) presentado (siempre que no contravengan las establecidas en su informe). Estas medidas serán de aplicación en el ámbito territorial del Parque Natural del Tajo Internacional.

Mérida, a fecha de la firma electrónica
EL DIRECTOR GENERAL DE SOSTENIBILIDAD

Csv:	FDJEXMGY5L7ABNY722Z9GJM4NNXLXK	Fecha	07/10/2024 21:37:59
Firmado Por	GERMAN PUEBLA OVANDO - Director Gral De Sostenibilidad		
Url De Verificación	https://sede.gobex.es/SEDE/csv/codSeguroVerificacion.jsf	Página	1/1



SERVICIO DE ORDENACIÓN DEL TERRITORIO

ASUNTO: CONSULTA TRANSFRONTERIZA 20240224 SOBRE EL “PUENTE INTERNACIONAL SOBRE EL RÍO SEVER Y ACCESOS”.

EXPEDIENTE: SGEA/20240224.

PROMOTOR: GOBIERNO DE PORTUGAL.

INFORME TÉCNICO**1.- OBJETO DE INFORME**

Se recibe solicitud de informe de este Servicio de Ordenación del Territorio, por parte del MINISTERIO PARA LA TRANSICIÓN ECOLÓGICA Y EL RETO DEMOGRÁFICO, mediante escrito recibido por Registro el pasado 18-9-2024.

Se solicita en dicho escrito que se informe acerca del **PROYECTO DEL Puente Internacional sobre el río Sever y ACCESOS**.

Para ello, se ha recibido la documentación ambiental y técnica suficiente, prevista en la legislación.

2.- DESCRIPCIÓN DE LA ACTUACIÓN.

Este proyecto se encuentra incluido dentro del Plan de Recuperación y Resiliencia de Portugal, ubicándose en el distrito de Portalegre, municipio de Nisa y pedanía de Montalvão. Su objetivo principal es la creación de un nuevo acceso que permitirá la conexión entre Montalvão (Portugal) y Cedillo (Cáceres, España), ya que la distancia actual para desplazarse entre ambos núcleos de población es de 98 km, cuando su distancia geográfica es bastante menor. Este nuevo acceso permitirá conectarles a una distancia mucho menor de escasos 15 Km.

En total el acceso alcanzará 10,083 Km, de los cuales 8,80 Km se corresponden con la vía portuguesa EMI 139 que será rehabilitada y a la que se unirá la apertura de un nuevo corredor de unos 850 m de longitud junta a la presa de Cedillo. Por el lado español la vía alcanzará una longitud de 600 m hasta su confluencia con la carretera EX375, ya existente. En cuanto al puente que se va a construir sobre el río Sever tendrá una longitud aproximada de 140 m.

El informe recoge dos alternativas:

- **Alternativa 1** en la que se plantea la rehabilitación total de la vía EMI 139 ya existente hasta la presa de Cedillo, lo que facilitará el paso mediante un puente sobre el río Sever.
- **Alternativa 2** en la que se construiría un corredor sur (EJE B-2) con las adaptaciones necesarias que resulten de los levantamientos topográficos detallados que se lleven a cabo.

Está previsto que la fase de construcción de la obra dure entre 12 y 18 meses y la fase de explotación/funcionamiento el mayor tiempo posible.

De las propuestas mencionadas, la seleccionada ha sido la alternativa I, por ser la más económica ya que se basa en la rehabilitación de una infraestructura existente, con la consiguiente disminución de movimientos de tierras.

Por todo ello se analizará, desde el punto de vista de la ordenación del territorio de Extremadura, los posibles efectos ambientales significativos de la actuación prevista seleccionada (Alternativa I).

El proyecto objeto de estudio se ubica en el distrito de Portalegre, municipio de Nisa, pedanía de Montalvão, en territorio portugués. Contempla el paso sobre el río Sever, que finaliza en territorio español en el municipio de Cedillo, comarca de Valencia de Alcántara, provincia de Cáceres, comunidad autónoma de Extremadura.

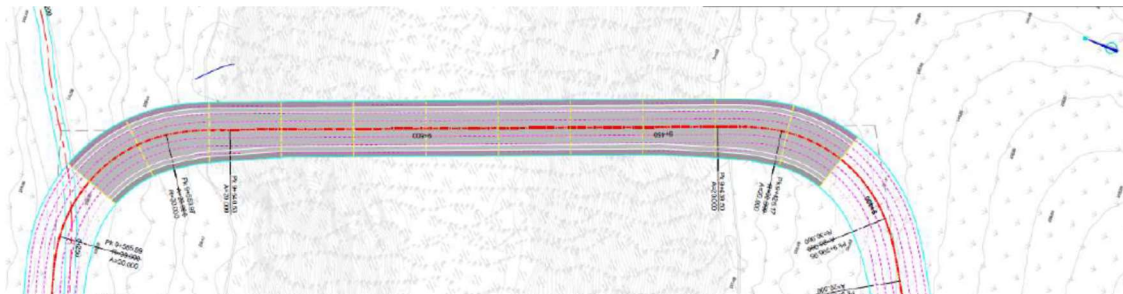
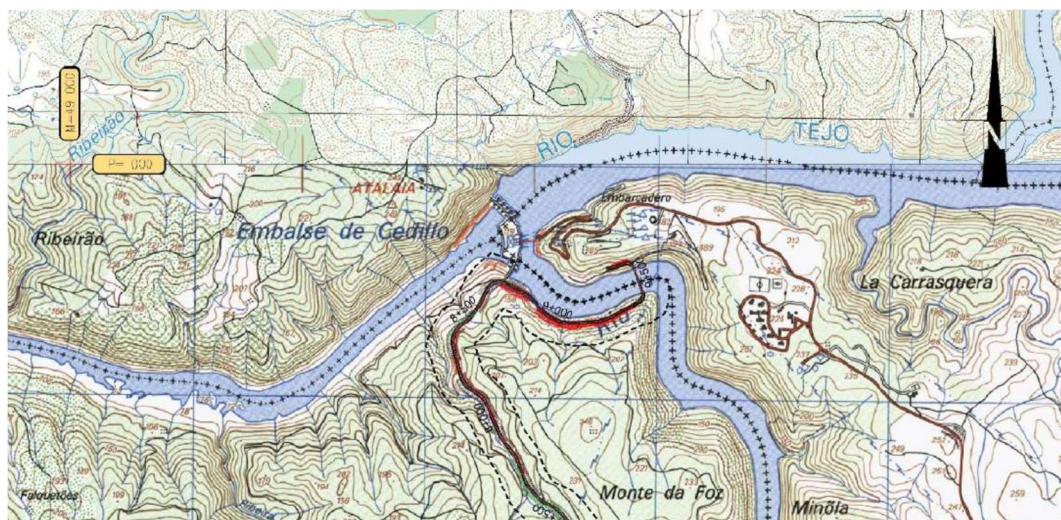


Ilustración 9: Plano del puente sobre el río Sever (imagen esquemática s/escala)

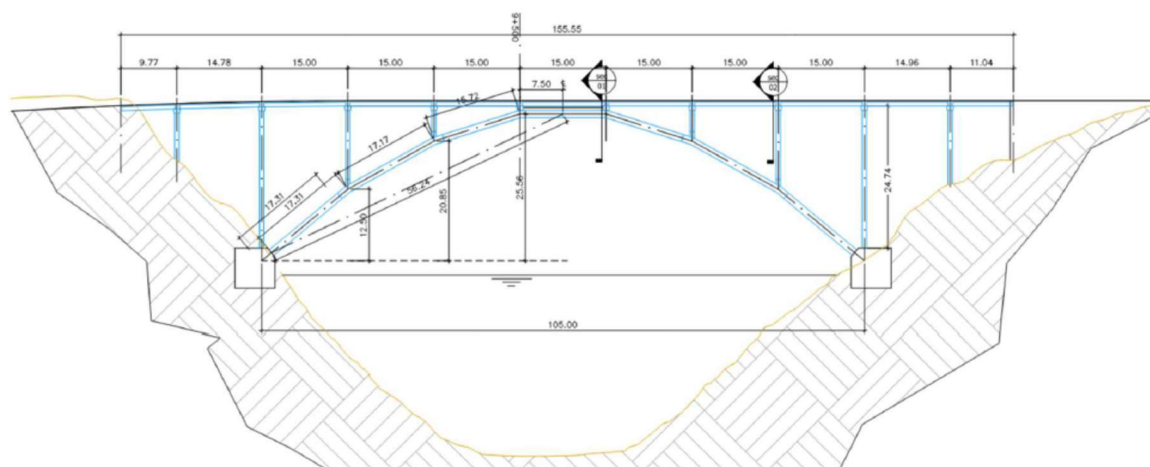


Ilustración 10: Corte longitudinal del puente sobre el río Sever (imagen esquemática s/escala)

3.- OBSERVACIONES. PLANEAMIENTO TERRITORIAL AFECTADO.

3.1.- No existe ningún Proyectos de Interés Regional en vigor ni en tramitación en el municipio de Cedillo, y que pudiera afectar o ser afectado por el Proyecto de referencia.

3.2.- No existe ningún Plan Territorial en vigor que incluya en su ámbito al municipio de Cedillo y que pudiera afectar al proyecto.

3.3.- Existe un Plan Territorial en tramitación, el **Plan Territorial de Sierra de San Pedro (PTSSP)**, en cuyo ámbito se encuentra el municipio de Cedillo, y por tanto el ámbito afectado por el Proyecto.

Dicho PTSSP se encuentra en fase inicial de redacción y tramitación, no contando todavía con Aprobación Inicial, no previéndose en el corto plazo su Aprobación Definitiva y posterior aplicabilidad. Por ello, actualmente no afecta al proyecto de referencia.

3.4.- Las Directrices de Ordenación Territorial de Extremadura (DOTEX) no están todavía aprobadas definitivamente y por tanto no son actualmente aplicables, pero disponen de un Anteproyecto de DOTEX aprobado por la Consejería competente en ordenación territorial y urbanística.

En la redacción de este Anteproyecto de DOTEX está contemplada la propuesta de esta infraestructura, por lo que el proyecto es compatible con el Anteproyecto de las DOTEX.

4.- CONCLUSIONES.

4.1.- La infraestructura prevista en el proyecto es compatible con el planeamiento territorial de Extremadura.

4.2.- Desde el punto de vista de la ordenación del territorio de Extremadura, no se prevén efectos significativos sobre el medio ambiente provocados por la actuación objeto del proyecto.

Lo que se informa a los efectos oportunos,

Mérida, 22 de octubre del 2024

Firmado por SOLER VIVEROS RAUL - DNI
29187484R el día 22/10/2024 con un
certificado emitido por AC Sector
Público

Fdo.: Raúl Soler Viveros
INGENIERO DE CAMINOS, CANALES Y PUERTOS



Dirección General de
Urbanismo, Ordenación del Territorio y Agenda Urbana

Avenida de las Comunidades, s/n
06800 Mérida
<http://www.juntaex.es>
Teléfono: 924 33 20 00

MINISTERIO PARA LA TRANSICIÓN ECOLÓGICA
Y EL RETO DEMOGRÁFICO
Dirección General De Calidad Y Evaluación
Ambiental
Subdirección General De Evaluación Ambiental
C/ PLAZA DE SAN JUAN DE LA CRUZ, 10
28071 MADRID

ASUNTO: Consulta transfronteriza sobre el “Puente Internacional sobre el río Sever y Accesos”.

EXPEDIENTE: 20240224

Respuesta a consulta en el procedimiento de Evaluación e Impacto Ambiental en las consultas transfronterizas del Proyecto “Puente Internacional sobre el río Sever y Accesibilidades”

PROMOTOR: **GOBIERNO DE PORTUGAL.**

En Mérida, a la fecha de la firma electrónica.

EL JEFE DE SERVICIO DE ORDENACIÓN DEL TERRITORIO

Csv:	FDJEX2QJYCNWRVW54MQKZNFZ84Z7ZX	Fecha	24/10/2024 08:42:29	
Firmado Por	CARLOS MARTIN CARRASCO - J. Serv. De Ordenacion Del Territorio			
Url De Verificación	https://sede.gobex.es/SEDE/csv/codSeguroVerificacion.jsf	Página	1/1	
				

Consejería de Agricultura, Ganadería y Desarrollo Sostenible.

Dirección General de Agricultura y Ganadería

Avda. Luis Ramallo, s/n
06800 MÉRIDA
Teléfono: 924 00 20 00

JUNTA DE EXTREMADURA

MINISTERIO PARA LA TRANSICIÓN ECOLÓGICA Y EL RETO DEMOGRÁFICO.
SECRETARIA DE ESTADO DE MEDIO AMBIENTE.
Subd. Gral. Evaluación Ambiental

Plaza San Juan de la Cruz, 10
28071 MADRID.

SGEA/20240224
OBJETO: Consulta transfronteriza sobre el “Puente Internacional sobre el río Sever y Accesos”

Habiendo recibido el pasado 13 de septiembre oficio de ese Organismo (Nº REGAGE24s00068528498) sobre el asunto anteriormente referenciado, adjunto se remite Informe del Servicio de Producción Agrícola y Ganadera.

Atentamente.

En Mérida, a fecha de la firma electrónica.

EL DIRECTOR GENERAL DE AGRICULTURA Y GANADERÍA.
José Manuel Benítez Medina.

Csv:	FDJEXZEZQM4QC3FJPDJYQPERCFNU57	Fecha	21/09/2024 09:04:45	
Firmado Por	JOSE MANUEL BENITEZ MEDINA - El Director Gral Agricultura Y Ganadería			
Url De Verificación	https://sede.gobex.es/SEDE/csv/codSeguroVerificacion.jsf	Página	1/1	
				

S/Ref: SGEA/20240224

Consulta transfronteriza 20240224 sobre el “Puente Internacional sobre el río Sever y Accesos”

IBERDROLA GENERACIÓN S.A.U. (en adelante Iberdrola Generación), con C.I.F. A-95075586, con domicilio, a efectos de notificaciones, en Madrid, C/Tomás Redondo, 1, CP 28033 y a efectos de notificación telemática, cpd-telematico@iberdrola.es, y en su nombre y representación D.ª Adela Mª Barquero Simancas, con D.N.I. 79306692R, en virtud de las escrituras de apoderamiento otorgadas ante el notario del Ilustre Colegio de Madrid D. Miguel Ruiz-Gallardón García de la Rasilla, el 26 de julio de 2018 con el número 3.508 de su protocolo y el 23 de mayo de 2023 con el número 3.436 de su protocolo,

EXPONE:

Primero. - Con fecha 18 de septiembre de 2024 se ha recibido un escrito de esa Subdirección General de Evaluación Ambiental, con referencia SGEA/20240224, otorgando 30 días hábiles para formular alegaciones dentro del trámite de consultas al proyecto “Puente Internacional sobre el río Sever y Accesos”. Se incluye un enlace de acceso al informe de impactos ambientales transfronterizos y al listado de Administraciones, instituciones y personas consultadas.

Segundo. - Iberdrola Generación es titular del aprovechamiento hidroeléctrico de Cedillo, en virtud de la Orden Ministerial de 20 de marzo de 1956, y por lo tanto es parte interesada en el presente expediente.

Tercero. - Es preciso señalar que la lámina de agua del embalse de Cedillo, en régimen de explotación habitual, varía entre las cotas 110 m.s.n.m. y 115 m.s.n.m.; en situaciones extraordinarias puede alcanzar la cota 118 m.s.n.m., pudiendo además ocurrir que, debido a necesidades de mantenimiento, o en avenidas, tenga que bajarse la lámina de agua por debajo de la cota de la toma de aguas de la central, o bien superarse las cotas máximas antes señaladas.

Cuarto. - Es necesario informar de la existencia de instalaciones en servicio y otros elementos propiedad de Iberdrola Generación que pudieran ser afectados por la ejecución del proyecto. Se identifican en los documentos adjuntos. Esta sociedad no puede asegurar que no existan otros bienes que también pudieran ser afectados, aunque en este momento no hayan podido ser identificados.

Adicionalmente, en las proximidades se encuentran los accesos a la central hidroeléctrica desde el Reino de España y desde la República Portuguesa, a sus

infraestructuras eléctricas de conexión y a la estación de captación de agua para alimentación al poblado de Iberdrola Generación en Cedillo, donde residen varias familias de modo permanente, lo que se comunica a efectos de que se tenga en consideración en la definición de las posibles servidumbres u ocupaciones temporales para la ejecución de los trabajos.

Quinto. - Iberdrola Generación es propietaria de las parcelas 1 y 2 del polígono 1 del municipio de Cedillo y mantiene suscrito un contrato de cesión de uso de terrenos con el Ayuntamiento de Cedillo en parte de los terrenos de las citadas parcelas.

Sexto. - Por la parcela 2 del polígono 1 del municipio de Cedillo discurre una línea subterránea de alta tensión propiedad de la sociedad Iberenova Promociones, S.A., así como líneas aéreas de alta tensión (LLAAAT) de la red de transporte y LLAAAT de la red de distribución propiedad de I-DE Redes Eléctricas Inteligentes, S.A.U.

Séptimo.- Iberdrola Generación no se opone a la construcción de esta infraestructura ni de sus accesos, sin embargo, es preciso hacer constar que no se ha podido analizar adecuadamente la afección a la disponibilidad del aprovechamiento hidroeléctrico de Cedillo durante la fase de construcción del proyecto, por no haberse encontrado información en la documentación facilitada sobre necesidades concretas de nivel máximo o mínimo del embalse durante las distintas fases de la construcción ni sobre soluciones previstas para evitar interferencias con el normal funcionamiento de la central hidroeléctrica y de la presa de Cedillo durante los trabajos.

Por todo lo cual,

SOLICITA:

Primero: Que mi representada sea considerada parte interesada en el expediente.

Segundo: Que no se vea afectado el normal funcionamiento de la central hidroeléctrica de Cedillo ni de la presa de Cedillo como consecuencia de la construcción del puente y sus accesos.

Que, en su caso, se informe a esta sociedad a través del órgano competente con suficiente antelación sobre necesidades concretas de nivel máximo o mínimo de embalse durante las distintas fases de la construcción y sobre soluciones previstas para eliminar las interferencias con el normal funcionamiento de la central hidroeléctrica y la presa de Cedillo.

Tercero: Que sea tomado en consideración el presente escrito y la documentación que lo acompaña en la definición técnica de los trabajos, con objeto de buscar una

solución a cada una de las interferencias detectadas y otras que pudieran surgir durante la fase de ejecución.

Cuarto: Que durante las obras no se produzcan vertidos de material al embalse, que pudieran obstaculizar el normal funcionamiento de la central hidroeléctrica o de los aliviaderos de superficie o de fondo de la presa de Cedillo.

Quinto: Que no se vean afectados de ningún modo los hitos de control topográfico existentes identificados en los planos adjuntos, ni la visibilidad que desde ellos se tiene de la presa de Cedillo.

Sexto: Que se mantengan habilitados los accesos a la presa de Cedillo existentes desde el Reino de España y desde la República Portuguesa.

Séptimo: Que se realice un estudio exhaustivo de la posible afección de las voladuras previstas en el proyecto sobre la presa de Cedillo, la central hidroeléctrica de Cedillo, el poblado de Iberdrola en Cedillo, las infraestructuras de evacuación de energía eléctrica y los accesos a todos ellos, y a la vista de sus conclusiones, se adopten las medidas necesarias para eliminar o minimizar dicha afección.

Octavo: Que mi representada sea eximida de toda responsabilidad por los daños o perjuicios que pudieran ocasionarse debido a la explotación normal o en avenidas, o de cualesquiera acciones de operación o mantenimiento del aprovechamiento hidroeléctrico permitida por el condicionado concesional, tanto en la fase de construcción como en la fase de explotación del proyecto arriba mencionado.

Atentamente,

BARQUERO
SIMANCAS ADELA
MARIA - 79306692R

Firmado digitalmente por
BARQUERO SIMANCAS
ADELA MARIA - 79306692R
Fecha: 2024.10.29 12:08:21
+01'00'

Adela M^a Barquero Simancas
Iberdrola Generación, S.A.U.

**SUBDIRECCIÓN GENERAL DE EVALUACIÓN AMBIENTAL. DIRECCIÓN GENERAL
DE CALIDAD Y EVALUACIÓN AMBIENTAL**



Empresa certificada para la generación de energía de origen hidroeléctrico

ED3451223

03/2015



NOTARÍA DE
D.MIGUEL RUIZ.GALLARDÓN GARCÍA-RASILLA
NÚÑEZ DE BALBOA, 54 Bajo D.
Teléf. 91 4350083 -Fax 91 5759949
28001 MADRID

«ESCRITURA DE ACUERDOS SOCIALES DE PODER»

NÚMERO TRES MIL QUINIENTOS OCHO.-----

EN MADRID, a veintiséis de julio de dos mil dieciocho.-----

Ante mí, MIGUEL RUIZ-GALLARDÓN GARCÍA DE LA RASILLA, Notario del Ilustre Colegio de esta Capital y con residencia en la misma.-----

----- C O M P A R E C E N -----

DON ALEJANDRO ROMÁN ARROYO, mayor de edad, casado, vecino de Madrid, con domicilio en calle Tomás Redondo, 1 y provisto de Documento Nacional de Identidad y Número de Identificación Fiscal, según me acredita, 07.960.550-C.-----

DON RAFAEL DE ICAZA DE LA SOTA, mayor de edad, casado, vecino de Madrid, con domicilio en calle Tomás Redondo, 1 y provisto de Documento Nacional de Identidad y Número de Identificación Fiscal, según me acredita, 16.035.858-M.-----

----- I N T E R V I E N E N -----

1).- **DON ALEJANDRO ROMÁN ARROYO y DON RAFAEL DE ICAZA DE LA SOTA**, en nombre y representación, como administradores mancomunados de la mercantil "**IBERDROLA GENERACIÓN S.A.U.**", domiciliada en Bilbao Plaza Euskadi número 5; con CIF número A-95-075586; constituida, por tiempo indefinido, mediante escritura otorgada ante el Notario de Bilbao Don José Maria Arriola Arana, el 3 de Febrero de 2000, con el número 239 de protocolo, inscrita en el Registro Mercantil de Vizcaya, al tomo 3863, libro 0, folio 199, Sección 8, hoja BI-27059, inscripción 10. Tiene por objeto social la realización de toda clase de actividades, obras y servicios relacionados con el negocio de producción de energía eléctrica.-----

Código CNAE: 3514.- Comercio de energía eléctrica, 3515.- Producción de energía hidroeléctrica y 3516.- Producción de energía eléctrica de origen térmico convencional.-----

Se encuentran facultados para el presente otorgamiento en virtud de su cargo como **Administradores Mancomunados** de la Sociedad, cargo para el que han sido designados en virtud de los

ED3451222

03/2018



acuerdos sociales de fecha 26 de julio de 2018, pendiente de inscripción de lo que advierto, que me han acreditado con la pertinente certificación por lo que juzgo que juzgo que tienen facultades suficientes para el presente otorgamiento. -----

En relación con la Ley 10/2010 de 28 de abril de Prevención del Blanqueo de Capitales y de la Financiación del Terrorismo, manifiestan los comparecientes, que no existe titular real en la Sociedad a la que representa por razón de capital, por cuanto dicha condición la ostentan los Administradores Mancomunados. -----

Identifico a los comparecientes por sus respectivos documentos reseñados en la comparecencia. Tienen, a mi juicio, en el concepto en que respectivamente intervienen, capacidad legal para otorgar la presente ESCRITURA DE PODER, y al efecto: -----

----- **E X P O N E** -----

Que eleva a público los acuerdos de los

Administradores Mancomunados de la sociedad, adoptados el día 26 de julio de 2018, en los mismos términos que constan en la certificación que dejo unida a esta matriz expedida por los comparecientes, como Administradores Mancomunados de la sociedad, cuyas firmas legitimo por serme conocidas, y en su virtud.-----

----- O T O R G A -----

I.- PODER:-----

Se confiere poder a las personas debidamente identificadas en la certificación unida a la que me remito, para que en la forma, plazo y demás condiciones recogidas en la misma, lleven a cabo las facultades reseñadas en la certificación unida, cuyos términos doy por reproducidos en evitación de repeticiones imprecisas.-----

SOLICITUD DE INSCRIPCIÓN PARCIAL.- De conformidad con lo establecido en el artículo 63 del Reglamento del Registro Mercantil, el otorgante consiente expresamente la inscripción parcial de la presente escritura, en el supuesto de que cualquiera de sus cláusulas o estipulaciones adoleciese de algún defecto a juicio del Sr. Regis-

ED3451221

03/2018



trador Mercantil.-----

Así lo dicen y otorgan los comparecientes, según intervienen, a quienes después de haber identificado por sus documentos reseñados en la comparecencia hago de palabra, las reservas y advertencias legales y fiscales.-----

Yo, el Notario hago constar que las circunstancias de los señores comparecientes relativas a su estado civil y domicilio resultan de las manifestaciones realizadas por ellos mismos al efecto.-----

En cumplimiento de lo establecido en la Disposición adicional tercera de la Ley 8/1989 de 13 de abril de Tasas y Precios Públicos, la liquidación del arancel correspondiente al presente instrumento público quedará incorporada mediante la unión a esta matriz de la procedente minuta donde constan los números de arancel y honorarios conforme al Real Decreto 1426/1989 y disposiciones complementarias, sin devengo del número 7 de dicho

Real Decreto por tal incorporación. La citada minuta de honorarios se acompañará a cuantas copias de la presente se expidan. -----

Protección de datos de carácter personal. -----

Sus datos personales serán objeto de tratamiento en esta Notaría, los cuales son necesarios para el cumplimiento de las obligaciones legales del ejercicio de la función pública notarial, conforme a lo previsto en la normativa prevista en la legislación notarial, de prevención del blanqueo de capitales, tributaria y, en su caso, sustantiva que resulte aplicable al acto o negocio jurídico documentado. La comunicación de los datos personales es un requisito legal, encontrándose el otorgante obligado a facilitar los datos personales, y estando informado de que la consecuencia de no facilitar tales datos es que no sería posible autorizar o intervenir el presente documento público. Sus datos se conservarán con carácter confidencial. -----

La finalidad del tratamiento de los datos es cumplir la normativa para autorizar/intervenir el

ED3451220

03/2018



presente documento, su facturación, seguimiento posterior y las funciones propias de la actividad notarial de obligado cumplimiento, de las que pueden derivarse la existencia de decisiones automatizadas, autorizadas por la Ley, adoptadas por las Administraciones Públicas y entidades cesionarias autorizadas por Ley, incluida la elaboración de perfiles precisos para la prevención e investigación por las autoridades competentes del blanqueo de capitales y la financiación del terrorismo.-----

El notario realizará las cesiones de dichos datos que sean de obligado cumplimiento a las Administraciones Públicas, a las entidades y sujetos que estipule la Ley y, en su caso, al Notario que suceda o sustituya al actual en esta notaría.-----

Los datos proporcionados se conservarán durante los años necesarios para cumplir con las obligaciones legales del Notario o quien le

sustituya o suceda.-----

Puede ejercitar sus derechos de acceso, rectificación, supresión, limitación, portabilidad y oposición al tratamiento por correo postal ante la Notaría autorizante, sita en la calle Núñez de Balboa, 54 bajo de Madrid. Asimismo, tiene el derecho a presentar una reclamación ante una autoridad de control.-----

Los datos serán tratados y protegidos según la Legislación Notarial, la Ley Orgánica 15/1999 de 13 de diciembre de Protección de Datos de Carácter Personal (o la Ley que la sustituya) y su normativa de desarrollo, y el Reglamento (UE) 2016/679 del Parlamento europeo y del Consejo de 27 de abril de 2016 relativo a la protección de las personas físicas en lo que respecta al tratamiento de datos personales y a la libre circulación de estos datos y por el que se deroga la Directiva 95/46/CE.-----

Leo íntegramente esta escritura a los comparecientes, por su elección y enterados de su contenido se ratifican y firman conmigo, el Notario, que doy fe de todo cuanto queda consignado en el presente instrumento público, de la identidad

03/2019



de los otorgantes, de haber comprobado el documento de identidad reflejado en la comparecencia, de su capacidad y legitimación, de que su consentimiento ha sido libremente prestado y de que el presente otorgamiento se adecua a la legalidad y a la voluntad de los intervinientes, debidamente informada, por mí el Notario, así como de que el presente instrumento público va extendido en cuatro folios de papel timbrado del Estado, números el del presente, y los tres anteriores en orden inverso, DOY FE. -----

Están las firmas de los señores comparecientes.
Signado: M. R. Gallardón; rubricados y sellado. ---

DOCUMENTOS UNIDOS: -----

Don Alejandro Román Arroyo y don Rafael de Icaza de La Sota, Administradores Mancomunados de la sociedad "IBERDROLA GENERACIÓN, S.A. (Unipersonal)", con domicilio social en con domicilio social en Plaza Euskadi, 5, 48009 Bilbao (Bizkaia) y provista de C.I.F. núm. A- 95075586,

CERTIFICAMOS

Que obra a nuestro cargo, el acta de decisiones adoptadas el día 26 de julio de 2018 por los administradores mancomunados de la Sociedad "IBERDROLA GENERACIÓN, S.A. (Unipersonal)" (la "Sociedad") en la que constan, las siguientes decisiones que se transcriben literalmente a la presente Certificación:

DECISIONES

Primera.- Otorgamiento poderes generales de representación.

Los administradores mancomunados de la Sociedad deciden, de conformidad con lo previsto en los contratos de prestación de servicios suscritos o que se suscriban con IBERDROLA RENOVABLES ENERGÍA, S.A., conferir poder tan amplio y bastante como en Derecho se requiera a la sociedad mercantil "IBERDROLA RENOVABLES ENERGÍA, S.A.", con domicilio en Valencia, calle Menorca 19, planta 13 inscrita en el Registro Mercantil de Valencia al Tomo 9335, Libro 6617, Folio 1, Hoja V-144008 y provista de CIF A-81428476, para que actuando por sí o a través de sus propios apoderados, actuales o futuros (en los términos, forma de ejercicio y con las limitaciones que en cada momento libremente establezca respecto de cada uno de ellos), pueda ejercitar cualesquiera facultades que se incluyen en los epígrafes siguientes.

- PODERES GENERALES DE DISPOSICIÓN Y CONTRATACIÓN TIPO "A" y "B"

1. Contratación:

Suscribir con toda clase de personas físicas o jurídicas, entidades públicas o privadas, nacionales o extranjeras, toda clase de contratos o acuerdos cuyo objeto esté relacionado con cuanto constituye el objeto social y el tráfico o giro propio de la Sociedad, a través de cualquier modalidad de contratación (a título enunciativo no limitativo, subasta, concurso, contratación directa o procedimiento negociado).

En particular:

- Celebrar todo tipo de contratos de obra, prestación de servicios, suministro, distribución, electrificación y aprovisionamiento de cualquier clase.
- Suscribir todo tipo de contratos relativos a los derechos de propiedad intelectual o industrial de la Sociedad.
- Realizar pedidos.
- Suscribir convenios urbanísticos, de ejecución de obras o desarrollos inmobiliarios o de terminación convencional de expediente sancionador, en los

03/2018



términos previstos en la *Ley 39/2015, de 1 de octubre, del Procedimiento Administrativo Común de las Administraciones Públicas* (o la norma que en cada momento la sustituya).

- Suscribir cualesquiera contratos entre la Sociedad y cualquiera de sus accionistas o de los accionistas de sus sociedades participadas.
- Suscribir acuerdos de colaboración con terceros (*joint venture*) y cualesquiera pactos, acuerdos o actuaciones asociados con estos (tales como pactos de socios), incluyendo el otorgamiento de la escritura de constitución de la sociedad a través de la cual se instrumente la *joint venture*, en su caso, así como la aprobación de sus estatutos sociales.
- Suscribir contratos con empresas consultoras y de servicios de cualquier clase – en particular, y sin carácter limitativo, empresas dedicadas a la búsqueda y captación de personal, empresas de trabajo temporal, compañías aseguradoras y reaseguradoras, entidades gestoras, entidades depositarias, empresas de asesoría jurídica, centros formativos y cualquier otra entidad proveedora de servicios en materia de Recursos Humanos o que afecten al personal activo o pasivo de la Sociedad–, así como contratos de agencia, comisión, corretaje y similares.
- Suscribir contratos de arrendamiento o subarrendamiento, como parte arrendadora o arrendataria, contratos de cesión de instalaciones, y formalizar operaciones de *leasing* o *renting* de toda clase, por el precio, con los plazos y en las condiciones que estimen convenientes.
- Suscribir toda clase de contratos de seguro –en particular, y sin carácter limitativo, seguros de daños y de responsabilidad civil, seguros de vida, seguros colectivos de vida y accidentes, de administración de depósito, así como planes de ahorro y planes de pensiones en los que resulte beneficiario el personal de la Sociedad– con expresas facultades para suscribir pólizas, suplementos, novaciones, extornos, certificaciones, adendas y otros documentos análogos.
- Formalizar acuerdos marco para la prestación, por parte de la Sociedad, de los servicios de contratación por cuenta propia de los contratos de seguro que, por sinergias del grupo Iberdrola, se gestionen a través de programas de seguros corporativos, seguros en los que la Sociedad asuma la condición de tomador. Asimismo, otorgar y suscribir cualesquiera contratos y demás documentos que sean necesarios o convenientes para complementar, garantizar, novar, modificar, subsanar, aclarar y precisar los citados acuerdos marco.
- Contratar asesores externos de cualquier tipo para, en el marco de un proceso de financiación, estructurar la operación, colaborar, asesorar, redactar la documentación, contactar con posibles inversores, actuar como banco agente y, en general, participar en cualquier actividad dentro de los procesos de financiación de la Sociedad.
- Contratar agentes externos para la realización de análisis y la asignación de calificación crediticia ("*rating*") a la Sociedad.

A estos efectos, realizar cualesquiera actuaciones y trámites relativos a los procesos de contratación y subcontratación; negociar, formular proposiciones y ofertas de cualquier clase, así como mejorarlas, retirarlas, aceptar y ceder adjudicaciones; presentar y retirar documentos; formalizar y suscribir los documentos públicos o privados que sean necesarios, así como cualesquiera otro tipo de acuerdos o instrumentos previos, complementarios o anejos, sus adendas, anexos y modificaciones; firmar, otorgar, formalizar, adjudicar, modificar, novar, prorrogar, resolver, rescindir, cancelar y extinguir los contratos resultantes; realizar los pagos y los cobros relacionados con los contratos o acuerdos, suscribiendo cuantos documentos sea preciso a estos efectos.

2. Participación en concursos y subastas:

Asistir y tomar parte en cualesquiera concursos, subastas, concurso-subastas, ya sean voluntarios, judiciales o administrativos, ante toda clase de autoridades y organismos públicos del Estado, comunidades autónomas, territorios históricos, provincias, municipios o corporaciones públicas o privadas, entidades o particulares; formular y suscribir toda clase de propuestas, conforme al modelo que resulte del pliego de condiciones si existiera, y en los términos que juzguen oportunos, así como mejorarlas y retirarlas; constituir las fianzas provisionales que sean precisas para tomar parte en dichos procedimientos de licitación y retirarlas en su momento, haciéndose cargo del efectivo o de los bienes en que consistan; completar los demás trámites exigidos en el pliego de condiciones para participar en el procedimiento; intervenir en la licitación por pujas que se realice, efectuando esas pujas libremente; ceder remates; constituir, en caso de adjudicación, la fianza definitiva; suscribir el contrato y concurrir al otorgamiento de la correspondiente escritura, en la que asumirán, en nombre de la Sociedad, el compromiso de cumplir todas las condiciones fijadas en el concurso y de mantener todas las relaciones que se deriven del contrato formalizado, incluso reclamar, percibir y cobrar las sumas que deban serle satisfechas a la Sociedad en contrapartida de las prestaciones que efectúe.

3. Adquisiciones y transmisiones:

Comprar, vender, permutar, ceder, adjudicar en pago o para pago, o de cualquier otro modo adquirir o transmitir, así como gravar de cualquier forma y por medio de cualquiera de los mecanismos establecidos en Derecho –en particular, y sin carácter limitativo, hipotecar, pignorar (con o sin desplazamiento de la posesión) y establecer y constituir servidumbres de todo género– toda clase de bienes inmuebles y sus accesorios, bienes muebles (incluyendo, sin limitación, instalaciones, materiales, efectos y maquinaria), instrumentos de participación en el capital social de compañías (acciones o participaciones sociales o cualquier otro bien o instrumento que dé derecho a la adquisición o venta de estas) u otros valores mobiliarios distintos de los anteriores, y derechos (incluidos, sin limitación, derechos inmobiliarios, de propiedad industrial o intelectual, de tecnología, "know how" o concesiones administrativas) de la Sociedad; así como subrogarse en la titularidad de los mencionados bienes y derechos y en las cargas y gravámenes que pesen sobre ellos.

En el marco de lo anterior, podrán estipular libremente la forma y las condiciones de la transacción, efectuando cualesquiera manifestaciones o declaraciones y firmando cuantos documentos, públicos o privados, iniciales o complementarios, sean necesarios o convenientes para dotar de eficacia jurídica a la operación.

03/2018



En particular, podrán suscribir en representación de la Sociedad toda clase de cartas de proceso (*"process letters"*) en el marco de posibles transacciones corporativas de inversión y desinversión con terceros, así como cartas u ofertas no vinculantes (*"term sheet"*, *"letter of intent"* o *"memorandum of understanding"*).

En relación con el precio, podrán establecer su importe, los plazos de cobro o abono y demás particularidades, así como satisfacerlo o declararlo percibido. Asimismo, podrán establecer el pacto de retracto u otros permitidos por la ley, retrovender los bienes y derechos adquiridos con este pacto, y abonar o percibir las eventuales diferencias que hubiere en las permutas.

Para todo lo señalado con anterioridad podrán otorgar cualesquiera clase de documentos públicos o privados, formulando las solicitudes procedentes ante las oficinas y registros públicos competentes.

4. Constitución de gravámenes y cargas:

Constituir todo tipo de cargas o gravámenes sobre los bienes muebles e inmuebles titularidad de la Sociedad, incluyendo, sin limitación, hipotecas, usufructos y servidumbres de toda clase, incluso las que afecten al dominio o explotación de los bienes de la Sociedad.

5. Constitución y liquidación de entidades:

Constituir o fundar, así como disolver y liquidar (tanto en el territorio español como en el extranjero), cualesquiera sociedades civiles o mercantiles, entidades, corporaciones, asociaciones, agrupaciones, fundaciones o uniones temporales de empresas; elaborar y aprobar los estatutos o normas que rijan su funcionamiento; firmar cualesquiera pactos o acuerdos entre socios, tales como contratos intragrupo, pactos parasociales o cualesquiera otros acuerdos o contratos que fuese necesario o conveniente para el funcionamiento de dichas entidades; determinar la cifra de capital social y el modo de desembolso de acuerdo con lo permitido por la ley; hacer aportaciones en dinero o en especie para la suscripción de acciones, participaciones sociales, bonos, obligaciones, cuotas, o derechos sobre cualesquiera de estos; así como ejercitar y renunciar a los derechos de adquisición, suscripción y asunción preferente.

6. Mantenimiento de la relación laboral con empleados:

Mantener las relaciones de la Sociedad con sus empleados, sea personal laboral o de alta dirección y, en general, resolver cualesquiera cuestiones relativas al personal de todo tipo, activo y/o pasivo, de la Sociedad (el *"Personal"*). En este contexto, nombrar y separar al personal de la Sociedad, aplicar la remuneración que proceda, organizar y distribuir el trabajo, conceder indemnizaciones por despido o por cualquier otra causa, asignar viviendas a empleados o pensionistas y exigir su devolución cuando proceda, reconocer o suprimir conceptos salariales en los términos que corresponda.

7. Ejercicio de facultades conferidas mediante el certificado de firma electrónica:

Emplear el *"Certificado electrónico de Representante de Persona Jurídica"*, o cualquier otro certificado equivalente del que dispongan, en todas las relaciones telemáticas y/o

telefónicas que la Sociedad mantenga en el ejercicio de las facultades contenidas en los apartados anteriores.

A efectos aclaratorios, en aquellos supuestos en los que las aplicaciones informáticas disponibles para el uso de los certificados de firma electrónica no estén habilitadas para el ejercicio mancomunado de la facultad de que se trate de manera telemática, el uso de la plataforma informática por uno solo de los apoderados lo será sin perjuicio del carácter mancomunado de la facultad, con independencia de los efectos que se atribuyan a los trámites y actuaciones realizados por el apoderado a través de dicha plataforma informática en las relaciones entre el poderdante y el tercero.

8. Elevación a público:

Formalizar en escritura pública los actos y contratos que concierten en el ejercicio de las facultades aquí conferidas, con las cláusulas que les sean propias y las demás que en cada caso se estimen procedentes.

En general, llevar a cabo cuantas actividades complementarias estimen necesarias o convenientes para el más completo cumplimiento de las facultades otorgadas en este poder.

- PODERES ESPECÍFICOS DE REPRESENTACIÓN GENERAL DE EJERCICIO. TIPO "C".

C.a.) Poderes administrativos generales.

1. Representación ante terceros (particulares, administraciones públicas y otras entidades):

Representar a la Sociedad, o intervenir en su nombre, ante terceros que tengan relación directa o indirecta con los bienes, derechos, acciones, obligaciones, actividades o negocios de la Sociedad, incluyendo, sin limitación, cualquier organismo o Administración Pública, española o extranjera, en cualquier grado o esfera.

En particular, a modo enunciativo, ante las administraciones públicas españolas –del Estado, de las comunidades autónomas, de los territorios históricos, de las provincias o de los municipios–, así como ante cualesquiera otros centros u organismos administrativos, gubernativos o de cualquier otra naturaleza, organismos sindicales, agencias, delegaciones, oficinas, mancomunidades, consorcios, centros, agrupaciones o dependencias de estas administraciones públicas; ante cualquier organismo, autoridad o entidad pública extranjera u organismo internacional, incluyendo, entre otros, los relacionados con la Unión Europea; ante juntas administrativas, áreas de gestión catastral, juntas de compensación, entidades urbanísticas o cualquier otro organismo de gestión urbanística de cualquier tipo, cámaras, comités, asociaciones, mutualidades, registros de toda índole (incluyendo, entre otros, el Registro de la Propiedad, el Registro Mercantil y el Registro de Bienes Muebles), tanto españoles como extranjeros; ante entidades o sociedades dependientes del Patrimonio del Estado; así como ante oficinas y agencias de comercio de todo género relacionadas con la exportación e importación y operaciones conexas, precedentes o consecuentes, tanto españolas como extranjeras (todas ellas, las "Entidades").

ED3451216

03/2019



En relación con lo anterior:

- Presentar, formular o desistir (en cualquier estado del procedimiento en que se encuentren) de cualquier clase de solicitudes, peticiones, instancias, expedientes, reclamaciones o recursos; instar los expedientes que procedan, solicitando los datos, copias (fehacientes o simples), certificaciones, testimonios o cualesquiera otros documentos en que tenga interés la Sociedad; presentar y retirar documentos, así como formalizar y suscribir todos los documentos públicos o privados que sean necesarios; asistir a toda clase de actuaciones o ejercitar toda clase de acciones en defensa de cualesquiera pretensiones, oponerse a estas y seguir el procedimiento o expediente hasta su resolución y recurrirlo; recibir notificaciones, remitir escritos y practicar requerimientos de cualquier clase; solicitar el otorgamiento, modificación o ampliación de cualquier tipo de autorizaciones administrativas, declaraciones de utilidad pública y beneficios fiscales o tributarios; ejecutar o hacer ejecutar las resoluciones firmes; y, en general, tramitar cualquier clase de expedientes, procedimientos o actuaciones administrativas, sin limitación alguna.
- Representar e intervenir en nombre de la Sociedad en procedimientos de expropiación forzosa incoados por cualquier Administración Pública estatal, autonómica, foral, provincial o local, interviniendo en todas las fases y trámites de dichos procedimientos, incluso ante jurados provinciales, territoriales o autonómicos de expropiación forzosa, tanto como beneficiario como en condición de expropiado; aceptar o rechazar, abonar o percibir, justiprecios e indemnizaciones, incluidas las relativas a la ocupación temporal y a la imposición de servidumbres legales; presentar toda clase de escritos, recursos o reclamaciones relacionados con dichos procedimientos, designando peritos e interviniendo en expedientes de reversión; formular y aprobar tasaciones y, en general, intervenir en la tramitación de toda clase de expedientes o actuaciones administrativas relacionadas con procedimientos de expropiación forzosa, sin limitación alguna.
- Firmar, en nombre y representación de la Sociedad, las declaraciones que hayan de ser presentadas ante haciendas y organismos de las Administraciones Públicas en relación con impuestos, tributos, cánones, tasas y demás conceptos, incluyendo auto-liquidaciones tributarias, diligencias y actas de inspección, recursos y reclamaciones; presentar consultas, solicitudes de compensación, de devolución de ingresos indebidos, de aplazamientos de pago, de información adicional a las declaraciones y requerimientos de información.
- Cancelar y retirar fianzas y avales de todo tipo, civiles y mercantiles, constituidos a favor de la Sociedad; retirar y depositar cantidades en concepto de garantía, fianza, prenda o depósito en la Caja General de Depósitos y en cualquier oficina de las Entidades.
- Solicitar la cancelación de las inscripciones, cancelar hipotecas, usufructos, servidumbres y cualesquiera otros gravámenes que recaigan sobre bienes propiedad de la Sociedad.

- Practicar, respecto de los negocios, actividades y bienes muebles o inmuebles de la Sociedad, incluidos sus derechos y obligaciones, cuantos actos de administración estimen convenientes o necesarios, con las más amplias facultades; en este ámbito, formalizar convenios y acuerdos con cualquier tercero, incluidas las Entidades; percibir cantidades, libramientos y rentas, así como cobrar lo que se adeude a la Sociedad por cualquier concepto y frente a cualquier tercero, incluidas las Entidades; emitir los correspondientes recibos o cartas de pago y efectuar toda clase de cobros y pagos, sin excepción alguna en cumplimiento de las obligaciones previamente asumidas por la Sociedad; satisfacer o percibir indemnizaciones, subvenciones, primas, dividendos, intereses, bonificaciones, descuentos y cualesquiera cantidades análogas a favor de la Sociedad, así como reconocerlos, otorgarlos y satisfacerlos a terceros; reclamar la devolución de lo pagado indebidamente.
- Suscribir contratos o acuerdos de confidencialidad, cartas y acuerdos de intenciones ("*term sheets*", "*letter of intent*" o "*memorandum of understanding*") y de exclusividad, o precontratos.

2. Representación en procedimientos judiciales o arbitrales:

Representar a la Sociedad en la defensa de sus derechos en toda clase de procedimientos judiciales y comparecer ante los juzgados y tribunales competentes de cualquier grado, orden y jurisdicción (incluyendo, sin limitación, jueces de paz, juzgados de primera instancia e instrucción, juzgados de lo social, juzgados de lo mercantil, juzgados de lo contencioso-administrativo, tribunales económico-administrativos, audiencias provinciales, tribunales superiores de justicia, Audiencia Nacional, Tribunal Supremo, Tribunal Constitucional, Tribunal de Cuentas y el Tribunal de Justicia de la Unión Europea u otros internacionales), organismos oficiales, funcionarios públicos, autoridades estatales, autonómicas, forales, provinciales o locales (en particular, ante los organismos y servicios competentes para la mediación, arbitraje y conciliación en materia laboral –los Servicios de Mediación, Arbitraje y Conciliación–), oficinas, registros, personas y corporaciones, nacionales o extranjeras, y para toda clase de pleitos (incluyendo, sin limitación, los constitucionales, civiles, mercantiles, de jurisdicción voluntaria o contenciosa, penales, administrativos, económico-administrativos, contencioso-administrativos, laborales y de cualquier otra naturaleza) o actuaciones, sin reserva o limitación alguna, como demandante, demandado, coadyuvante, denunciante, querellante, testigo, tercero o en cualquier otra posición procesal.

En relación con lo anterior:

- Intervenir en toda clase de actos de conciliación, con avenencia o sin ella, como parte promotora o demandada; interponer recursos de alzada y cualquier otro acto previo al proceso; comparecer, renunciar, allanarse o transigir en la audiencia previa del juicio ordinario.
- Formular toda clase de demandas, denuncias o querellas y proseguirlas, continuándolas por sus trámites e instancias hasta que recaiga sentencia o resolución definitiva; interponer acciones y excepciones.

ED3451215

03/2015



- Declarar en juicio y absolver posiciones; responder al interrogatorio de parte, así como, en su caso, causar la ratificación personal; recusar y tachar testigos o peritos; recusar funcionarios, jueces y magistrados; designar vocales para la constitución del tribunal en los juicios en los que según la ley proceda; instar reconvencciones; proponer y practicar pruebas; presentar escritos y ratificarlos; pedir requerimientos, citaciones y emplazamientos; solicitar libranzas de copias y demás actuaciones a que tuviere derecho la Sociedad; asistir a juntas y carcos; prestar confesión judicial o extrajudicial.
- Solicitar la adopción de medidas cautelares, secuestros, depósitos, anotaciones preventivas, embargos u otras medidas de seguridad o conservación, así como el alzamiento, modificación y la cancelación de estos.
- Allanarse, conciliar, renunciar, transigir y desistir de cualesquiera acciones, recursos y procedimientos o derechos, con facultades especiales para ratificarse y para recusar y para las actuaciones previstas en los artículos 414.2 y 25 de la Ley 1/2000, de 7 de enero, de Enjuiciamiento Civil (o los preceptos que en cada momento los sustituyan); transigir los créditos, derechos, acciones y deudas de la Sociedad.
- Promover conflictos de jurisdicción y de competencia, solicitar la práctica de cuantas diligencias exija el respectivo procedimiento o considere convenientes, tales como diligencias preliminares preparatorias y previas, así como otras cuestiones incidentales, siguiéndolas hasta que se dicte el acto o resolución pertinente.
- Constituir y retirar depósitos judiciales y avales prestados; prestar cauciones.
- Desistir y separarse de los pleitos y actuaciones en cualquier estado del procedimiento, allanándose o transigiendo en los respectivos asuntos; pedir la suspensión de los procedimientos o actuaciones; solicitar la suspensión y desistir de procedimientos, formular manifestaciones que comporten el sobreseimiento por acuerdo extraprocésal o por carencia sobrevenida de objeto, así como realizar todas aquellas actuaciones procesales en los casos en los que las leyes exijan poder especial.
- Interponer, seguir y desistir de recursos gubernativos y contencioso-administrativos, de reposición, reforma, apelación, suplicación, queja, casación, revisión, amparo, audiencia en rebeldía, nulidad de arbitraje de Derecho o de equidad o injusticia notoria, unificación de doctrina, interés de ley y demás que correspondan, sean ordinarios o extraordinarios.
- Someter cualquier cuestión que afecte a la Sociedad al juicio de árbitros de Derecho o de equidad, otorgando, a estos efectos, la escritura de compromiso, fijando los aspectos controvertidos, multas, plazos y cuantos requisitos estime oportunos o requiera la ley, así como suscribir los convenios de arbitraje, nombrar los árbitros que vayan a decidir en los asuntos que interesen a la Sociedad y representarla a lo largo del procedimiento arbitral.

- Representar a la Sociedad como parte en los juicios de testamentaria y de ab-intestato, hasta su resolución; designar contadores; otorgar su conformidad a los proyectos de participación y a los nuevos avalúos, o presentar ambos.
- Instar actas notariales y copias de testamentos, declaraciones de herederos, expedientes de dominio, autorizaciones y aprobaciones judiciales y demás actos de jurisdicción voluntaria; dirigir, recibir y contestar requerimientos y notificaciones.
- Tramitar, gestionar, recibir resoluciones, incluso para el cobro de indemnizaciones y salarios del Fondo de Garantía Salarial, así como de cualquier cantidad ante la jurisdicción social.
- En general, practicar cuanto permitan las respectivas leyes de procedimiento, sin limitación alguna y hacer cuanto a su juicio proceda en la defensa de los derechos e intereses de la Sociedad.

3. Representación en entidades participadas:

Concurrir en nombre y representación de la Sociedad a toda clase de juntas (incluso universales), asambleas, consejos de administración, comisiones y, en general, órganos de gobierno y administración de cualquier clase, de todo género de sociedades, entidades, asociaciones, fundaciones, comités, corporaciones, agrupaciones (en particular, pero sin carácter limitativo, agrupaciones de interés económico, uniones temporales de empresas, sociedades mercantiles y civiles) en las que tenga interés la Sociedad. En el marco de lo anterior: ejercitar el voto que corresponda a la participación de la Sociedad en el sentido que libremente determine; actuar como representante de la Sociedad en su condición de socio único en entidades unipersonales y, en su caso, certificar los acuerdos adoptados; nombrar a las personas que hayan de formar parte de los órganos de administración, u órganos administrativos de que se trate; aceptar los nombramientos que recaigan en la Sociedad designando a la persona física representante (que puede ser incluso el propio apoderado); comparecer ante notario para otorgar las escrituras públicas que procedan y realizar cuantos actos sean necesarios para lograr la inscripción de estas en el Registro Mercantil o en el registro correspondiente a su naturaleza; en caso de disolución y liquidación de la entidad participada, recibir en nombre de la Sociedad el haber social o cuota de liquidación que en su caso corresponda.

4. Representación en procedimientos concursales, liquidaciones judiciales y juntas de acreedores:

Promover o acudir en nombre de la Sociedad a toda clase de procedimientos concursales en general, voluntarios o necesarios, liquidaciones judiciales o juntas de acreedores y ejercer los derechos de voz y voto que correspondan a la Sociedad. En el marco de lo anterior, votar en nombre de la Sociedad para la aprobación del convenio de que se trate, acreditando el haber de la Sociedad, procurando su aseguramiento y aceptando las adjudicaciones en pago, pudiendo conceder o denegar reducciones y prórrogas; reconocer y calificar créditos y cobrarlos; designar y recusar administradores concursales y peritos; aceptar o rechazar cargos y designar vocales de organismos de

ED3451214

03/2019



conciliación; aceptar, rechazar, proponer e impugnar las proposiciones que se hagan en los respectivos actos; transigir o acordar los plazos, quitas o esperas objeto de convenio y firmar estos; aceptar, aprobar o rechazar cuentas y la calificación de los créditos; designar domicilio a efectos de notificaciones y someterse de forma expresa o tácita a la jurisdicción de su elección, en los casos permitidos por la ley; seguir los asuntos por todos los trámites hasta el cumplimiento y ejecución de los fallos definitivos, cumplimentar todos los trámites de dichos procesos concursales y ejercer, sin excepción, todos los derechos que correspondan a la Sociedad en su condición de acreedor o administrador concursal.

5. Gestión de las deudas contraídas con la Sociedad:

Reclamar, cobrar y percibir cuanto por cualquier concepto deba ser satisfecho a la Sociedad, en metálico o en especie, por cualquier tercero, incluyendo, sin limitación, los particulares, entidades de crédito y de otra clase, el Estado, comunidades autónomas, territorios históricos, provincias, municipios y, en general, cualquier otro ente público o privado, nacional o extranjero; reclamar y recuperar avales prestados ante cualesquiera entidades públicas o privadas, incluidos órganos administrativos y judiciales; emitir y exigir recibos y cartas de pago; fijar y finiquitar saldos; determinar la forma de pago de las cantidades debidas a la Sociedad, conceder prórrogas, fijar plazos y su importe; aceptar de los deudores toda clase de garantías personales y reales (como hipotecas mobiliarias e inmobiliarias, o prendas con o sin desplazamiento, entre otras) con los pactos, cláusulas y condiciones que estime oportuno, y cancelarlas una vez extinguidas las obligaciones garantizadas; aceptar de los deudores adjudicaciones de bienes muebles o inmuebles en pago de las deudas o de parte de ellas y valorar dichos bienes; solicitar la adopción o adoptar, según corresponda, sobre los bienes de los deudores, cuantas medidas judiciales o extrajudiciales considere necesarias o convenientes para la defensa de los derechos o intereses de la Sociedad.

6. Contestación de actas y requerimientos:

Dirigir, practicar, solicitar el levantamiento y constestar actas, escrituras públicas, requerimientos y notificaciones, sean notariales o de cualquier otra clase que se consideren convenientes a los intereses de la Sociedad; formalizarlas y solicitar su inscripción en los registros públicos y oficinas catastrales correspondientes, con expresas facultades de aclaración, subsanación o rectificación de dichos títulos públicos; instar actas notariales y copias de testamentos, declaraciones de herederos, expedientes de dominio, autorizaciones y aprobaciones judiciales y demás actos de jurisdicción voluntaria; solicitar certificaciones, testimonios y copias fehacientes; promover expedientes de dominio, de liberación de cargas y gravámenes y suscribir actas de notoriedad en relación con los inmuebles de la Sociedad.

7. Representación en registros mercantiles y de la propiedad:

Suscribir los documentos públicos o privados que se precisaren para constituir unidades inmobiliarias y llevar a efecto agrupaciones, divisiones o segregaciones de fincas u otros bienes de la Sociedad; suscribir acuerdos de deslinde; formalizar declaraciones de obra nueva; obtener la inscripción de bienes inmuebles y de obras realizadas o que se realicen con fondos sociales y que impliquen edificaciones nuevas o meras reformas de edificios existentes, o simplemente instalaciones, para que consten en el Registro de la

Propiedad y en las oficinas catastrales, pudiendo establecer, en su caso, los estatutos de las comunidades de propietarios, la descripción de los inmuebles y asignarles su valor, con expresas facultades de aclaración, subsanación o rectificación de descripciones de inmuebles, así como de errores materiales o de otra naturaleza obrantes en documentos públicos o privados, formalizando las solicitudes en las oficinas y registros que correspondan, así como suscribiendo cuantos documentos públicos y privados sean necesarios para su regularización; solicitar la cancelación de inscripciones; cancelar hipotecas, usufructos, servidumbres o cualesquiera otros gravámenes que recaigan sobre bienes inmuebles propiedad de la Sociedad; promover expedientes de dominio, de liberación de cargas y gravámenes y actas de notoriedad en relación con los inmuebles de la Sociedad, determinando todo lo necesario para su inscripción en el Registro de la Propiedad y estableciendo los estatutos de las comunidades de propietarios que procedan; llevar a cabo cuantas gestiones correspondan frente a las áreas de gestión catastral competentes para la adecuada administración de los inmuebles de la Sociedad.

8. Relación con aduanas y compañías aéreas y transitarías:

- Recibir y retirar de las compañías aéreas y transitarías cartas, contratos de transporte y toda clase de documentos de transporte consignados a nombre de la Sociedad.
- Retirar de las aduanas españolas mercancías y efectos remitidos o consignados por o para la Sociedad, así como toda clase de documentos de transporte y aduanas.
- Intervenir ante las administraciones y oficinas de aduanas, recibiendo y practicando notificaciones, requerimientos y consignaciones, efectuando todas las gestiones necesarias para llevar a término la cesión de los documentos de transporte a terceros, así como suscribir documentos de descarga y diligenciar documentos internacionales, endosando documentos y formulando reclamaciones y protestas.
- Efectuar declaraciones de aduanas, así como otros actos y formalidades ante la Administración Aduanera y demás recintos reglamentarios, con el fin de asignar un determinado régimen aduanero a las mercancías presentadas para su reconocimiento y despacho.
- Reclamar, ante la Delegación de Aduanas e Impuestos Especiales, cantidades por devoluciones de pagos indebidos, depósitos, consignaciones, cobros por resultas de expedientes o por cualesquiera otros conceptos.
- Intervenir ante cualquier administración u oficina de aduanas, presentando y tramitando documentos para cualquier operación de importación, exportación, reimportación, reexportación, tránsito, trasbordo y cabotaje.

9. Ejecución y elevación a público de acuerdos adoptados por la Sociedad:

Llevar a cumplimiento todos y cada uno de los acuerdos o decisiones que adopten tanto la Junta General de Accionistas como el Consejo de Administración de la Sociedad y su Comisión Ejecutiva Delegada, con capacidad y apoderamiento suficiente para elevarlos

ED3451213

03/2019



a escritura pública, otorgar escrituras de poder y promover las inscripciones que en su caso procedan en los registros pertinentes, realizando en tal supuesto las subsanaciones que sean necesarias a la luz de la calificación verbal o escrita de los registradores, hasta lograr la perfecta inscripción de las escrituras.

10. Solicitud de certificados de firma electrónica:

Solicitar, descargar, instalar, renovar, suspender, revocar y utilizar cualesquiera certificados de firma electrónica emitidos por la Fábrica Nacional de Moneda y Timbre - Real Casa de la Moneda (la "FNMT") o por otros prestadores de servicios de certificación, tanto los certificados expresados en las leyes como cualesquiera otros de los emitidos por la FNMT y por otros prestadores de servicios de certificación electrónica, incluidos, pero no limitados a, certificados de persona física, de representante de persona jurídica, de dispositivo móvil, de servidor, de componentes, de firma de código, de sede electrónica, de sello electrónico para la actuación administrativa automatizada y cualesquiera otros certificados electrónicos que pudieran surgir con posterioridad de conformidad con el estado de la técnica.

La solicitud de los certificados de firma electrónica referida en el párrafo anterior podrá realizarse ante las oficinas de registro de la Agencia Estatal de la Administración Tributaria o ante otras oficinas de registro delegadas de órganos, organismos o entidades que ejerzan funciones públicas, así como ante las oficinas o registros que designen los prestadores de servicios de certificación.

Las actividades comprendidas en los dos párrafos anteriores, a realizar por cuenta de la Sociedad, incluyen: (i) la utilización del certificado de firma electrónica ante la Administración General del Estado, las comunidades autónomas y las entidades locales, así como ante sus organismos públicos, sociedades, mancomunidades, consorcios o cualesquiera otros entes, con o sin personalidad jurídica, vinculados o dependientes de los anteriores, incluyendo la administración institucional, territorial o periférica y cualesquiera órganos reguladores; (ii) la realización de los trámites que correspondan ante las oficinas y los funcionarios públicos de cualesquiera administraciones, registros públicos, agencias tributarias, tribunales económicos-administrativos o de cuentas, notarías, colegios profesionales, sindicatos, autoridades eclesiásticas, organismos de la Unión Europea e internacionales, órganos jurisdiccionales, fiscalías, juntas y jurados, juntas arbitrales, cámaras de comercio, órganos constitucionales y cualesquiera otros órganos, agencias, entes u organismos de cualquier administración y demás entidades creadas o por crear, en cualquiera de sus ramas, dependencias o servicios de cualesquiera administraciones nacionales, de la Unión Europea o internacionales; y (iii) la actuación ante personas físicas, jurídicas, entidades, sociedades y comunidades, con y sin personalidad jurídica, organismos, agrupaciones, asociaciones, fundaciones, organizaciones no gubernamentales y demás entes de derecho privado previstos en el ordenamiento jurídico español, de la Unión Europea e internacionales, para el ejercicio, por vía electrónica mediante la utilización del certificado de firma electrónica de la Sociedad y por su cuenta, de las facultades incluidas en este párrafo y en los dos anteriores.

11. Ejercicio de facultades conferidas mediante el certificado de firma electrónica:

Emplear el "Certificado electrónico de Representante de Persona Jurídica" o cualquier otro certificado equivalente del que disponga en todas las relaciones telemáticas o telefónicas que la Sociedad mantenga, en el ejercicio de las facultades contenidas en los apartados anteriores.

12. Gestión de la correspondencia:

Practicar y recibir notificaciones, comunicaciones y requerimientos de cualquier clase, retirar de las administraciones de correos cartas, certificados, giros postales o telegráficos y valores declarados, así como cualquier otro género de envíos; recibir y enviar correspondencia en nombre de la Sociedad, incluso la certificada y la que contenga valores declarados; tramitar documentación de toda índole de la Sociedad y publicar anuncios en los boletines oficiales de cualquier Administración Pública estatal, autonómica, foral, provincial o local, extranjera o internacional, incluida de la Unión Europea.

13. Elevación a público:

Formalizar en escritura pública los actos y contratos que concierte en el ejercicio de las facultades aquí conferidas, con las cláusulas que les sean propias y las demás que en cada caso se estimen procedentes.

En general, llevar a cabo cuantas actividades complementarias estimen necesarias o convenientes para el más completo cumplimiento de las facultades otorgadas en este poder.

C.b.) Poderes para pleitos.

1. Representar a la Sociedad en la defensa de sus derechos en toda clase de procedimientos judiciales y comparecer ante los juzgados y tribunales competentes de cualquier grado, orden y jurisdicción (incluyendo, sin limitación, jueces de paz, juzgados de primera instancia e instrucción, juzgados de lo social, juzgados de lo mercantil, juzgados de lo contencioso-administrativo, tribunales económico-administrativos, audiencias provinciales, tribunales superiores de justicia, Audiencia Nacional, Tribunal Supremo, Tribunal Constitucional, Tribunal de Cuentas y el Tribunal de Justicia de la Unión Europea u otros internacionales), organismos oficiales, funcionarios públicos, autoridades estatales, autonómicas, forales, provinciales o locales (en particular, ante los organismos y servicios competentes para la mediación, arbitraje y conciliación en materia laboral –los Servicios de Mediación, Arbitraje y Conciliación–), oficinas, registros, personas y corporaciones, nacionales o extranjeras, y para toda clase de pleitos (incluyendo, sin limitación, los constitucionales, civiles, mercantiles, de jurisdicción voluntaria o contenciosa, penales, administrativos, económico-administrativos, contencioso-administrativos, laborales y de cualquier otra naturaleza) o actuaciones, sin reserva o limitación alguna, como demandante, demandado, coadyuvante, denunciante, querellante, testigo, tercero o en cualquier otra posición procesal.

ED3451212

03/2015



En relación con lo anterior:

- Intervenir en toda clase de actos de conciliación, con avenencia o sin ella, como parte promotora o demandada; interponer recursos de alzada y cualquier otro acto previo al proceso; comparecer, renunciar, allanarse o transigir en la audiencia previa del juicio ordinario.
- Formular toda clase de demandas, denuncias o querellas y proseguirlas, continuándolas por sus trámites e instancias hasta que recaiga sentencia o resolución definitiva; interponer acciones y excepciones.
- Declarar en juicio y absolver posiciones; responder al interrogatorio de parte, así como, en su caso, causar la ratificación personal, recusar y tachar testigos o peritos; recusar funcionarios, jueces y magistrados; designar vocales para la constitución del tribunal en los juicios en los que según la ley proceda; instar reconvencciones; proponer y practicar pruebas; presentar escritos y ratificarlos; pedir requerimientos, citaciones y emplazamientos; solicitar libranzas de copias y demás actuaciones a que tuviere derecho la Sociedad; asistir a juntas y careos; prestar confesión judicial o extrajudicial.
- Solicitar la adopción de medidas cautelares, secuestros, depósitos, anotaciones preventivas, embargos u otras medidas de seguridad o conservación, así como el alzamiento, modificación y la cancelación de estos.
- Allanarse, conciliar, renunciar, transigir y desistir de cualesquiera acciones, recursos y procedimientos o derechos, con facultades especiales para ratificarse y para recusar y para las actuaciones previstas en los artículos 414.2 y 25 de la Ley 1/2000, de 7 de enero, de Enjuiciamiento Civil (o los preceptos que en cada momento los sustituyan); transigir los créditos, derechos, acciones y deudas de la Sociedad.
- Promover conflictos de jurisdicción y de competencia, solicitar la práctica de cuantas diligencias exija el respectivo procedimiento o considere convenientes, tales como diligencias preliminares preparatorias y previas, así como otras cuestiones incidentales, siguiéndolas hasta que se dicte el acto o resolución pertinente.;
- Constituir y retirar depósitos judiciales y avales prestados; prestar cauciones;
- Desistir y separarse de los pleitos y actuaciones en cualquier estado del procedimiento, allanándose o transigiendo en los respectivos asuntos; pedir la suspensión de los procedimientos o actuaciones; solicitar la suspensión y desistir de procedimientos, formular manifestaciones que comporten el sobreseimiento por acuerdo extraprocésal o por carencia sobrevenida de objeto, así como realizar todas aquellas actuaciones procesales en los casos en los que las leyes exijan poder especial;
- Interponer, seguir y desistir de recursos gubernativos y contencioso-administrativos, de reposición, reforma, apelación, suplicación, queja, casación, revisión, amparo, audiencia en rebeldía, nulidad de arbitraje de Derecho o de equidad o injusticia notoria, unificación de doctrina, interés de ley y demás que correspondan, sean ordinarios o extraordinarios
- Someter cualquier cuestión que afecte a la Sociedad al juicio de árbitros de Derecho o de equidad, otorgando, a estos efectos, la escritura de compromiso, fijando los aspectos controvertidos, multas, plazos y cuantos requisitos estime oportunos o requiera la ley, así como suscribir los convenios de arbitraje, nombrar los árbitros que vayan a decidir en los asuntos que interesen a la Sociedad y representarla a lo largo del procedimiento arbitral.

- Representar a la Sociedad como parte en los juicios de testamentaría y de ab-intestato, hasta su resolución; designar contadores; otorgar su conformidad a los proyectos de participación y a los nuevos avalúos, o presentar ambos.
 - En general, practicar cuanto permitan las respectivas leyes de procedimiento, sin limitación alguna y hacer cuanto a su juicio proceda en la defensa de los derechos e intereses de la Sociedad.
 - Tramitar, gestionar, recibir resoluciones, incluso para el cobro de indemnizaciones y salarios del Fondo de Garantía Salarial, así como de cualquier cantidad ante la jurisdicción social.
2. Formalizar en escritura pública los actos y contratos que concierne en el ejercicio de las facultades aquí conferidas, con las cláusulas que les sean propias y las demás que en cada caso se estimen procedentes.

En general, llevar a cabo cuantas actividades complementarias estime necesarias o convenientes para el más completo cumplimiento de las facultades otorgadas en este poder.

C.c.) Poderes Específicos de Tipo Fiscal.

Representar a la Sociedad y emplear la firma social, con carácter mancomunado, en cuantos actos, negocios y contratos intervengan en virtud de las facultades que se detallan en los apartados siguientes:

1. Suscribir con toda clase de personas físicas o jurídicas, entidades públicas o privadas, nacionales o extranjeras, toda clase de contratos o acuerdos cuyo objeto esté relacionado con cuanto constituye el objeto social y el tráfico o giro propio de la Sociedad, a través de cualquier modalidad de contratación (a título enunciativo no limitativo, subasta, concurso, contratación directa o procedimiento negociado).

En particular:

- Realizar pedidos.
 - Suscribir contratos con empresas consultoras y de servicios de cualquier clase – en particular, y sin carácter limitativo, empresas consultoras o de servicios dedicadas a la búsqueda y captación de personal, empresas de trabajo temporal, compañías aseguradoras y reaseguradoras, entidades gestoras, entidades depositarias, empresas de asesoría jurídica, centros formativos y cualquier otra entidad proveedora de servicios en materia de Recursos Humanos o que afecten al personal activo o pasivo de la Sociedad–, así como contratos de agencia, comisión, corretaje y similares.
2. Emplear el “Certificado electrónico de Representante de Persona Jurídica”, o cualquier otro certificado equivalente del que dispongan, en todas las relaciones telemáticas y/o telefónicas que la Sociedad mantenga en el ejercicio de las facultades contenidas en los apartados anteriores.

ED3451211

03/2018



A efectos aclaratorios, en aquellos supuestos en los que las aplicaciones informáticas disponibles para el uso de los certificados de firma electrónica no estén habilitadas para el ejercicio mancomunado de la facultad de que se trate de manera telemática, el uso de la plataforma informática por uno solo de los apoderados lo será sin perjuicio del carácter mancomunado de la facultad, con independencia de los efectos que se atribuyan a los trámites y actuaciones realizados por el apoderado a través de dicha plataforma informática en las relaciones entre el poderdante y el tercero.

En general, llevar a cabo cuantas actividades complementarias estimen necesarias o convenientes para el más completo cumplimiento de las facultades otorgadas en este poder.

1. Representar a la Sociedad, o intervenir en su nombre, ante terceros que tengan relación directa o indirecta con los bienes, derechos, acciones, obligaciones, actividades o negocios de la Sociedad, incluyendo, sin limitación, cualquier organismo o Administración Pública, española o extranjera, en cualquier grado o esfera.

En particular, a modo enunciativo, ante las administraciones públicas españolas -- del Estado, de las comunidades autónomas, de los territorios históricos, de las provincias o de los municipios--, así como ante cualesquiera otros centros u organismos administrativos, gubernativos o de cualquier otra naturaleza, organismos sindicales, agencias, delegaciones, oficinas, mancomunidades, consorcios, centros, agrupaciones o dependencias de estas administraciones públicas; ante cualquier organismo, autoridad o entidad pública extranjera u organismo internacional, incluyendo, entre otros, los relacionados con la Unión Europea; ante juntas administrativas, áreas de gestión catastral, juntas de compensación, entidades urbanísticas o cualquier otro organismo de gestión urbanística de cualquier tipo, cámaras, comités, asociaciones, mutualidades, registros de toda índole (incluyendo, entre otros, el Registro de la Propiedad, el Registro Mercantil y el Registro de Bienes Muebles), tanto españoles como extranjeros; ante entidades o sociedades dependientes del Patrimonio del Estado; así como ante oficinas y agencias de comercio de todo género relacionadas con la exportación e importación y operaciones conexas, precedentes o consecuentes, tanto españolas como extranjeras (todas ellas, las "Entidades").

En relación con lo anterior:

• Presentar, formular o desistir (en cualquier estado del procedimiento en que se encuentren) de cualquier clase de solicitudes, peticiones, instancias, expedientes, reclamaciones o recursos; instar los expedientes que procedan, solicitando los datos, copias (fehacientes o simples), certificaciones, testimonios o cualesquiera otros documentos en que tenga interés la Sociedad; presentar y retirar documentos, así como formalizar y suscribir todos los documentos públicos o privados que sean necesarios; asistir a toda clase de actuaciones o ejercitar toda clase de acciones en defensa de cualesquiera pretensiones, oponerse a estas y seguir el procedimiento o expediente hasta su resolución y recurrirlo; recibir notificaciones, remitir escritos y practicar requerimientos de cualquier clase; solicitar el otorgamiento, modificación o ampliación de cualquier tipo de

autorizaciones administrativas, declaraciones de utilidad pública y beneficios fiscales o tributarios; ejecutar o hacer ejecutar las resoluciones firmes; y, en general, tramitar cualquier clase de expedientes, procedimientos o actuaciones administrativas, sin limitación alguna.

- Representar e intervenir en nombre de la Sociedad en procedimientos de expropiación forzosa incoados por cualquier Administración Pública estatal, autonómica, foral, provincial o local, interviniendo en todas las fases y trámites de dichos procedimientos, incluso ante jurados provinciales, territoriales o autonómicos de expropiación forzosa, tanto como beneficiario como en condición de expropiado; aceptar o rechazar, abonar o percibir, justiprecios e indemnizaciones, incluidas las relativas a la ocupación temporal y a la imposición de servidumbres legales; presentar toda clase de escritos, recursos o reclamaciones relacionados con dichos procedimientos, designando peritos e interviniendo en expedientes de reversión; formular y aprobar tasaciones y, en general, intervenir en la tramitación de toda clase de expedientes o actuaciones administrativas relacionadas con procedimientos de expropiación forzosa, sin limitación alguna.

- Firmar, en nombre y representación de la Sociedad, las declaraciones que hayan de ser presentadas ante haciendas y organismos de las Administraciones Públicas en relación con impuestos, tributos, cánones, tasas y demás conceptos, incluyendo auto-liquidaciones tributarias, diligencias y actas de inspección, recursos y reclamaciones; presentar consultas, solicitudes de compensación, de devolución de ingresos indebidos, de aplazamientos de pago, de información adicional a las declaraciones y requerimientos de información.

- Cancelar y retirar fianzas y avales de todo tipo, civiles y mercantiles, constituidos a favor de la Sociedad; retirar y depositar cantidades en concepto de garantía, fianza, prenda o depósito en la Caja General de Depósitos y en cualquier oficina de las Entidades.

- Solicitar la cancelación de las inscripciones, cancelar hipotecas, usufructos, servidumbres y cualesquiera otros gravámenes que recaigan sobre bienes propiedad de la Sociedad.

- Practicar, respecto de los negocios, actividades y bienes muebles o inmuebles de la Sociedad, incluidos sus derechos y obligaciones, cuantos actos de administración estimen convenientes o necesarios, con las más amplias facultades; en este ámbito, formalizar convenios y acuerdos con cualquier tercero, incluidas las Entidades; percibir cantidades, libramientos y rentas, así como cobrar lo que se adeude a la Sociedad por cualquier concepto y frente a cualquier tercero, incluidas las Entidades; emitir los correspondientes recibos o cartas de pago y efectuar toda clase de cobros y pagos, sin excepción alguna en cumplimiento de las obligaciones previamente asumidas por la Sociedad; satisfacer o percibir indemnizaciones, subvenciones, primas, dividendos, intereses, bonificaciones, descuentos y cualesquiera cantidades análogas a favor de la Sociedad, así como reconocerlos, otorgarlos y satisfacerlos a terceros; reclamar la devolución de lo pagado indebidamente.

- Suscribir contratos o acuerdos de confidencialidad, cartas y acuerdos de intenciones ("*term sheets*", "*letter of intent*" o "*memorandum of understanding*") y de exclusividad, o precontratos.

2. Representar a la Sociedad en la defensa de sus derechos en toda clase de procedimientos judiciales y comparecer ante los juzgados y tribunales competentes de cualquier grado, orden y jurisdicción (incluyendo, sin limitación,

ED3451210

03/2015



jueces de paz, juzgados de primera instancia e instrucción, juzgados de lo social, juzgados de lo mercantil, juzgados de lo contencioso-administrativo, tribunales económico-administrativos, audiencias provinciales, tribunales superiores de justicia, Audiencia Nacional, Tribunal Supremo, Tribunal Constitucional, Tribunal de Cuentas y el Tribunal de Justicia de la Unión Europea u otros internacionales), organismos oficiales, funcionarios públicos, autoridades estatales, autonómicas, forales, provinciales o locales (en particular, ante los organismos y servicios competentes para la mediación, arbitraje y conciliación en materia laboral –los Servicios de Mediación, Arbitraje y Conciliación–), oficinas, registros, personas y corporaciones, nacionales o extranjeras, y para toda clase de pleitos (incluyendo, sin limitación, los constitucionales, civiles, mercantiles, de jurisdicción voluntaria o contenciosa, penales, administrativos, económico-administrativos, contencioso-administrativos, laborales y de cualquier otra naturaleza) o actuaciones, sin reserva o limitación alguna, como demandante, demandado, coadyuvante, denunciante, querellante, testigo, tercero o en cualquier otra posición procesal.

En relación con lo anterior:

- Intervenir en toda clase de actos de conciliación, con avenencia o sin ella, como parte promotora o demandada; interponer recursos de alzada y cualquier otro acto previo al proceso; comparecer, renunciar, allanarse o transigir en la audiencia previa del juicio ordinario.
- Formular toda clase de demandas, denuncias o querellas y proseguirlas, continuándolas por sus trámites e instancias hasta que recaiga sentencia o resolución definitiva; interponer acciones y excepciones.
- Declarar en juicio y absolver posiciones; responder al interrogatorio de parte, así como, en su caso, causar la ratificación personal; recusar y tachar testigos o peritos; recusar funcionarios, jueces y magistrados; designar vocales para la constitución del tribunal en los juicios en los que según la ley proceda; instar reconvencciones; proponer y practicar pruebas; presentar escritos y ratificarlos; pedir requerimientos, citaciones y emplazamientos; solicitar libranzas de copias y demás actuaciones a que tuviere derecho la Sociedad; asistir a juntas y careos; prestar confesión judicial o extrajudicial.
- Solicitar la adopción de medidas cautelares, secuestros, depósitos, anotaciones preventivas, embargos u otras medidas de seguridad o conservación, así como el alzamiento, modificación y la cancelación de estos.
- Allanarse, conciliar, renunciar, transigir y desistir de cualesquiera acciones, recursos y procedimientos o derechos, con facultades especiales para ratificarse y para recusar y para las actuaciones previstas en los artículos 414.2 y 25 de la *Ley 1/2000, de 7 de enero, de Enjuiciamiento Civil* (o los preceptos que en cada momento los sustituyan); transigir los créditos, derechos, acciones y deudas de la Sociedad.
- Promover conflictos de jurisdicción y de competencia, solicitar la práctica de cuantas diligencias exija el respectivo procedimiento o considere convenientes, tales como diligencias preliminares preparatorias y previas, así como otras cuestiones incidentales, siguiéndolas hasta que se dicte el acto o resolución pertinente.
- Constituir y retinar depósitos judiciales y avales prestados; prestar cauciones.

• Desistir y separarse de los pleitos y actuaciones en cualquier estado del procedimiento, allanándose o transigiendo en los respectivos asuntos; pedir la suspensión de los procedimientos o actuaciones; solicitar la suspensión y desistir de procedimientos, formular manifestaciones que comporten el sobreseimiento por acuerdo extraprocésal o por carencia sobrevenida de objeto, así como realizar todas aquellas actuaciones procesales en los casos en los que las leyes exijan poder especial.

• Interponer, seguir y desistir de recursos gubernativos y contencioso-administrativos, de reposición, reforma, apelación, suplicación, queja, casación, revisión, amparo, audiencia en rebeldía, nulidad de arbitraje de Derecho o de equidad o injusticia notoria, unificación de doctrina, interés de ley y demás que correspondan, sean ordinarios o extraordinarios.

• Someter cualquier cuestión que afecte a la Sociedad al juicio de árbitros de Derecho o de equidad, otorgando, a estos efectos, la escritura de compromiso, fijando los aspectos controvertidos, multas, plazos y cuantos requisitos estime oportunos o requiera la ley, así como suscribir los convenios de arbitraje, nombrar los árbitros que vayan a decidir en los asuntos que interesen a la Sociedad y representarla a lo largo del procedimiento arbitral.

• Representar a la Sociedad como parte en los juicios de testamentaria y de ab-intestato, hasta su resolución; designar contadores; otorgar su conformidad a los proyectos de participación y a los nuevos avalúos, o presentar ambos.

• Instar actas notariales y copias de testamentos, declaraciones de herederos, expedientes de dominio, autorizaciones y aprobaciones judiciales y demás actos de jurisdicción voluntaria; dirigir, recibir y contestar requerimientos y notificaciones.

• Tramitar, gestionar, recibir resoluciones, incluso para el cobro de indemnizaciones y salarios del Fondo de Garantía Salarial, así como de cualquier cantidad ante la jurisdicción social.

• En general, practicar cuanto permitan las respectivas leyes de procedimiento, sin limitación alguna y hacer cuanto a su juicio proceda en la defensa de los derechos e intereses de la Sociedad.

3. Reclamar, cobrar y percibir cuanto por cualquier concepto deba ser satisfecho a la Sociedad, en metálico o en especie, por cualquier tercero, incluyendo, sin limitación, los particulares, entidades de crédito y de otra clase, el Estado, comunidades autónomas, territorios históricos, provincias, municipios y, en general, cualquier otro ente público o privado, nacional o extranjero; reclamar y recuperar avales prestados ante cualesquiera entidades públicas o privadas, incluidos órganos administrativos y judiciales; emitir y exigir recibos y cartas de pago; fijar y finiquitar saldos; determinar la forma de pago de las cantidades debidas a la Sociedad, conceder prórrogas, fijar plazos y su importe; aceptar de los deudores toda clase de garantías personales y reales (como hipotecas mobiliarias e inmobiliarias, o prendas con o sin desplazamiento, entre otras) con los pactos, cláusulas y condiciones que estime oportuno, y cancelarlas una vez extinguidas las obligaciones garantizadas; aceptar de los deudores adjudicaciones de bienes muebles o inmuebles en pago de las deudas o de parte de ellas y valorar dichos bienes; solicitar la adopción o adoptar, según corresponda, sobre los bienes de los deudores, cuantas medidas judiciales o extrajudiciales considere necesarias o convenientes para la defensa de los derechos o intereses de la Sociedad.

ED3451209

03/2015



4. Solicitar, descargar, instalar, renovar, suspender, revocar y utilizar cualesquiera certificados de firma electrónica emitidos por la Fábrica Nacional de Moneda y Timbre - Real Casa de la Moneda (la "FNMT") o por otros prestadores de servicios de certificación, tanto los certificados expresados en las leyes como cualesquiera otros de los emitidos por la FNMT y por otros prestadores de servicios de certificación electrónica, incluidos, pero no limitados a, certificados de persona física, de representante de persona jurídica, de dispositivo móvil, de servidor, de componentes, de firma de código, de sede electrónica, de sello electrónico para la actuación administrativa automatizada y cualesquiera otros certificados electrónicos que pudieran surgir con posterioridad de conformidad con el estado de la técnica.

La solicitud de los certificados de firma electrónica referida en el párrafo anterior podrá realizarse ante las oficinas de registro de la Agencia Estatal de la Administración Tributaria o ante otras oficinas de registro delegadas de órganos, organismos o entidades que ejerzan funciones públicas, así como ante las oficinas o registros que designen los prestadores de servicios de certificación.

Las actividades comprendidas en los dos párrafos anteriores, a realizar por cuenta de la Sociedad, incluyen: (i) la utilización del certificado de firma electrónica ante la Administración General del Estado, las comunidades autónomas y las entidades locales, así como ante sus organismos públicos, sociedades, mancomunidades, consorcios o cualesquiera otros entes, con o sin personalidad jurídica, vinculados o dependientes de los anteriores, incluyendo la administración institucional, territorial o periférica y cualesquiera órganos reguladores; (ii) la realización de los trámites que correspondan ante las oficinas y los funcionarios públicos de cualesquiera administraciones, registros públicos, agencias tributarias, tribunales económicos-administrativos o de cuentas, notarias, colegios profesionales, sindicatos, autoridades eclesásticas, organismos de la Unión Europea e internacionales, órganos jurisdiccionales, fiscalías, juntas y jurados, juntas arbitrales, cámaras de comercio, órganos constitucionales y cualesquiera otros órganos, agencias, entes u organismos de cualquier administración y demás entidades creadas o por crear, en cualquiera de sus ramas, dependencias o servicios de cualesquiera administraciones nacionales, de la Unión Europea o internacionales; y (iii) la actuación ante personas físicas, jurídicas, entidades, sociedades y comunidades, con y sin personalidad jurídica, organismos, agrupaciones, asociaciones, fundaciones, organizaciones no gubernamentales y demás entes de derecho privado previstos en el ordenamiento jurídico español, de la Unión Europea e internacionales, para el ejercicio, por vía electrónica mediante la utilización del certificado de firma electrónica de la Sociedad y por su cuenta, de las facultades incluidas en este párrafo y en los dos anteriores.

5. Emplear el "Certificado electrónico de Representante de Persona Jurídica" o cualquier otro certificado equivalente del que disponga en todas las relaciones telemáticas o telefónicas que la Sociedad mantenga, en el ejercicio de las facultades contenidas en los apartados anteriores.
6. Practicar y recibir notificaciones, comunicaciones y requerimientos de cualquier clase, retirar de las administraciones de correos cartas, certificados, giros postales o telegráficos y valores declarados, así como cualquier otro género de envíos;

recibir y enviar correspondencia en nombre de la Sociedad, incluso la certificada y la que contenga valores declarados; tramitar documentación de toda índole de la Sociedad y publicar anuncios en los boletines oficiales de cualquier Administración Pública estatal, autonómica, foral, provincial o local, extranjera o internacional, incluida de la Unión Europea.

En general, llevar a cabo cuantas actividades complementarias estime necesarias o convenientes para el más completo cumplimiento de las facultades otorgadas en este poder.

C.d) Poder para otorgar apoderamientos para pleitos.

Conferir poder, tan amplio y bastante como en derecho se requiera, a favor de IBERDROLA RENOVABLES ENERGÍA, S.A., para otorgar poderes, así como revocarlos, a Procuradores de los Tribunales y Abogados (tanto en territorio español como en cualquier otro Estado), con las facultades de poder general para pleitos, especiales o las que estime oportunas y sean procedentes conforme a lo exigido en los ordenamientos jurídicos aplicables.

- PODERES ESPECÍFICOS DE RECURSOS HUMANOS Y SEGURIDAD SOCIAL. TIPO "D".

D.a.) Poderes mancomunados de Recursos Humanos

1. Mantener las relaciones de la Sociedad con sus empleados, sea personal laboral o de alta dirección y, en general, resolver cualesquiera cuestiones relativas al personal de todo tipo, activo y/o pasivo, de la Sociedad (el "Personal"). En este contexto, nombrar y separar al personal de la Sociedad, aplicar la remuneración que proceda, organizar y distribuir el trabajo, conceder indemnizaciones por despido o por cualquier otra causa, asignar viviendas a empleados o pensionistas y exigir su devolución cuando proceda, reconocer o suprimir conceptos salariales en los términos que corresponda.
2. Suscribir con toda clase de personas físicas o jurídicas, entidades públicas o privadas, nacionales o extranjeras toda clase de contratos o acuerdos, en particular, y sin carácter limitativo, empresas consultoras o de servicios dedicadas a la búsqueda y captación de personal, empresas de trabajo temporal, compañías aseguradoras y reaseguradoras, entidades gestoras, entidades depositarias, empresas de asesoría jurídica, centros formativos y cualquier otra entidad proveedora de servicios en materia de Recursos Humanos o que afecten al personal activo o pasivo de la Sociedad-, así como contratos de agencia, comisión corretaje y similares.

A estos efectos, realizar cualesquiera actuaciones y trámites relativos a los procesos de contratación y subcontratación; negociar, formular proposiciones y ofertas de cualquier clase, así como mejorarlas, retirarlas, aceptar y ceder adjudicaciones; presentar y retirar documentos; formalizar y suscribir los documentos públicos o privados que sean necesarios, así como cualesquiera otro tipo de acuerdos o instrumentos previos, complementarios o anejos, sus adendas, anexos y modificaciones; firmar, otorgar, formalizar, adjudicar, modificar, novar,

ED3451208

03/2015



prorrogar, resolver, rescindir, cancelar y extinguir los contratos resultantes; realizar los pagos y los cobros relacionados con los contratos o acuerdos, suscribiendo cuantos documentos sea preciso a estos efectos.

3. Emplear el "Certificado electrónico de Representante de Persona Jurídica", o cualquier otro certificado equivalente del que dispongan, en todas las relaciones telemáticas y/o telefónicas que la Sociedad mantenga en el ejercicio de las facultades contenidas en los apartados anteriores.

A efectos aclaratorios, en aquellos supuestos en los que las aplicaciones informáticas disponibles para el uso de los certificados de firma electrónica no estén habilitadas para el ejercicio mancomunado de la facultad de que se trate de manera telemática, el uso de la plataforma informática por uno solo de los apoderados lo será sin perjuicio del carácter mancomunado de la facultad, con independencia de los efectos que se atribuyan a los trámites y actuaciones realizados por el apoderado a través de dicha plataforma informática en las relaciones entre el poderdante y el tercero.

4. Formalizar en escritura pública los actos y contratos que conciernen en el ejercicio de las facultades aquí conferidas, con las cláusulas que les sean propias y las demás que en cada caso se estimen procedentes.

En general, llevar a cabo cuantas actividades complementarias estimen necesarias o convenientes para el más completo cumplimiento de las facultades otorgadas en este poder.

D.b.) Poderes solidarios de Recursos Humanos.

1. Negociar, denunciar, gestionar y aplicar el Convenio Colectivo de Iberdrola Grupo en vigor en cada momento, tanto en sus aspectos individuales como colectivos, en relación con los trabajadores, sus representantes y las empresas incluidas en su ámbito funcional de aplicación.
2. Mantener correspondencia en las relaciones con el Personal de la Sociedad.
3. Gestionar, negociar y acordar con terceros la póliza de asistencia sanitaria, seguros colectivos, complementos de pensiones y cualquier otro beneficio social a otorgar por la Sociedad.
4. Designar y sustituir a los miembros de la representación empresarial y asistir como tales en las diferentes comisiones que puedan constituirse para la negociación, seguimiento o administración del Convenio Colectivo de Iberdrola Grupo, así como en aquellas organizaciones o entidades relacionadas con el ámbito laboral de la Sociedad.
5. Negociar con la representación social, a través de las distintas comisiones y subcomisiones existentes, cuantos aspectos sean necesarios para interpretar y aplicar el Convenio Colectivo de Iberdrola Grupo.
6. Establecer, negociar y aprobar planes de igualdad y conciliación.

7. Tramitar, gestionar y recibir resoluciones, incluso para el cobro de indemnizaciones y salarios del Fondo de Garantía Salarial, así como de cualquier cantidad ante la jurisdicción social.

8. Representar a la Sociedad en la defensa de sus derechos en toda clase de procedimientos judiciales en materias relacionadas con las funciones laborales, sociales, sindicales y de personal, y comparecer ante los juzgados y tribunales competentes de cualquier grado, orden y jurisdicción (incluyendo, sin limitación, jueces de paz, juzgados de primera instancia e instrucción, juzgados de lo social, juzgados de lo mercantil, juzgados de lo contencioso-administrativo, tribunales económico-administrativos, audiencias provinciales, tribunales superiores de justicia, Audiencia Nacional, Tribunal Supremo, Tribunal Constitucional, Tribunal de Cuentas y el Tribunal de Justicia de la Unión Europea u otros internacionales), organismos oficiales, funcionarios públicos, autoridades estatales, autonómicas, forales, provinciales o locales (en particular, ante los organismos y servicios competentes para la mediación, arbitraje y conciliación en materia laboral –los Servicios de Mediación, Arbitraje y Conciliación–), oficinas, registros, personas y corporaciones, nacionales o extranjeras, y para toda clase de pleitos (incluyendo, sin limitación, los constitucionales, civiles, mercantiles, de jurisdicción voluntaria o contenciosa, penales, administrativos, económico-administrativos, contencioso-administrativos, laborales y de cualquier otra naturaleza) o actuaciones, sin reserva o limitación alguna, como demandante, demandado, coadyuvante, denunciante, querellante, testigo, tercero o en cualquier otra posición procesal. En relación con lo anterior:

- Intervenir en toda clase de actos de conciliación, con avenencia o sin ella, como parte promotora o demandada; interponer recursos de alzada y cualquier otro acto previo al proceso; comparecer, renunciar, allanarse o transigir en la audiencia previa del juicio ordinario.

- Formular toda clase de demandas, denuncias o querellas y proseguirlas, continuándolas por sus trámites e instancias hasta que recaiga sentencia o resolución definitiva; interponer acciones y excepciones.

- Declarar en juicio y absolver posiciones; responder al interrogatorio de parte, así como, en su caso, causar la ratificación personal; recusar y tachar testigos o peritos; recusar funcionarios, jueces y magistrados; designar vocales para la constitución del tribunal en los juicios en los que según la ley proceda; instar reconveniciones; proponer y practicar pruebas; presentar escritos y ratificarlos; pedir requerimientos, citaciones y emplazamientos; solicitar libranzas de copias y demás actuaciones a que tuviere derecho la Sociedad; asistir a juntas y carcos; prestar confesión judicial o extrajudicial.

- Solicitar la adopción de medidas cautelares, secuestros, depósitos, anotaciones preventivas, embargos u otras medidas de seguridad o conservación, así como el alzamiento, modificación y la cancelación de estos.

• Allanarse, conciliar, renunciar, transigir y desistir de cualesquiera acciones, recursos y procedimientos o derechos, con facultades especiales para ratificarse y

ED 451207

03/2018



para recusar y para las actuaciones previstas en los artículos 414.2 y 25 de la *Ley 1/2000, de 7 de enero, de Enjuiciamiento Civil* (o los preceptos que en cada momento los sustituyan); transigir los créditos, derechos, acciones y deudas de la Sociedad.

- Promover conflictos de jurisdicción y de competencia, solicitar la práctica de cuantas diligencias exija el respectivo procedimiento o considere convenientes, tales como diligencias preliminares preparatorias y previas, así como otras cuestiones incidentales, siguiéndolas hasta que se dicte el acto o resolución pertinente.

- Constituir y retirar depósitos judiciales y avales prestados; prestar cauciones.

- Desistir y separarse de los pleitos y actuaciones en cualquier estado del procedimiento, allanándose o transigiendo en los respectivos asuntos; pedir la suspensión de los procedimientos o actuaciones; solicitar la suspensión y desistir de procedimientos, formular manifestaciones que comporten el sobreseimiento por acuerdo extraprocésal o por carencia sobrevenida de objeto, así como realizar todas aquellas actuaciones procesales en los casos en los que las leyes exijan poder especial.

- Interponer, seguir y desistir de recursos gubernativos y contencioso-administrativos, de reposición, reforma, apelación, suplicación, queja, casación, revisión, amparo, audiencia en rebeldía, nulidad de arbitraje de Derecho o de equidad o injusticia notoria, unificación de doctrina, interés de ley y demás que correspondan, sean ordinarios o extraordinarios.

- Someter cualquier cuestión que afecte a la Sociedad al juicio de árbitros de Derecho o de equidad, otorgando, a estos efectos, la escritura de compromiso, fijando los aspectos controvertidos, multas, plazos y cuantos requisitos estime oportunos o requiera la ley, así como suscribir los convenios de arbitraje, nombrar los árbitros que vayan a decidir en los asuntos que interesen a la Sociedad y representarla a lo largo del procedimiento arbitral.

9. Promover o acudir en nombre de la Sociedad a toda clase de procedimientos concursales en general, voluntarios o necesarios, liquidaciones judiciales o juntas de acreedores y ejercer los derechos de voz y voto que correspondan a la Sociedad. En el marco de lo anterior, votar en nombre de la Sociedad para la aprobación del convenio de que se trate, acreditando el haber de la Sociedad, procurando su aseguramiento y aceptando las adjudicaciones en pago, pudiendo conceder o denegar reducciones y prórrogas; reconocer y calificar créditos y cobrarlos; designar y recusar administradores concursales y peritos; aceptar o rechazar cargos y designar vocales de organismos de conciliación; aceptar, rechazar, proponer e impugnar las proposiciones que se hagan en los respectivos actos; transigir o acordar los plazos, quitas o esperas objeto de convenio y firmar estos; aceptar, aprobar o rechazar cuentas y la calificación de los créditos; designar domicilio a efectos de notificaciones y someterse de forma expresa o tácita a la jurisdicción de su elección, en los casos permitidos por la ley; seguir los asuntos por todos los trámites hasta el cumplimiento y ejecución de los fallos definitivos, cumplimentar todos los trámites de dichos procesos concursales y

ejercer, sin excepción, todos los derechos que correspondan a la Sociedad en su condición de acreedor o administrador concursal.

10. Reclamar, cobrar y percibir cuanto por cualquier concepto deba ser satisfecho a la Sociedad, en metálico o en especie, por cualquier tercero, incluyendo, sin limitación, los particulares, entidades de crédito y de otra clase, el Estado, comunidades autónomas, territorios históricos, provincias, municipios y, en general, cualquier otro ente público o privado, nacional o extranjero; reclamar y recuperar avales prestados ante cualesquiera entidades públicas o privadas, incluidos órganos administrativos y judiciales; emitir y exigir recibos y cartas de pago; fijar y finiquitar saldos; determinar la forma de pago de las cantidades debidas a la Sociedad, conceder prórrogas, fijar plazos y su importe; aceptar de los deudores toda clase de garantías personales y reales (como hipotecas mobiliarias e inmobiliarias, o prendas con o sin desplazamiento, entre otras) con los pactos, cláusulas y condiciones que estime oportuno, y cancelarlas una vez extinguidas las obligaciones garantizadas; aceptar de los deudores adjudicaciones de bienes; solicitar la adopción o adoptar, según corresponda, sobre los bienes de los deudores, cuantas medidas judiciales o extrajudiciales considere necesarias o convenientes para la defensa de los derechos o intereses de la Sociedad.
11. Representar a la Sociedad, o intervenir en su nombre, ante terceros que tengan relación directa o indirecta con los bienes, derechos, acciones, obligaciones, actividades o negocios de la Sociedad, incluyendo, sin limitación, cualquier organismo o Administración Pública, española o extranjera, en cualquier grado o esfera.

En particular, a modo enunciativo, ante las administraciones públicas españolas – del Estado, de las comunidades autónomas, de los territorios históricos, de las provincias o de los municipios –, así como ante cualesquiera otros centros u organismos administrativos, gubernativos o de cualquier otra naturaleza, organismos sindicales, agencias, delegaciones, oficinas, mancomunidades, consorcios, centros, agrupaciones o dependencias de estas administraciones públicas; ante cualquier organismo, autoridad o entidad pública extranjera u organismo internacional, incluyendo, entre otros, los relacionados con la Unión Europea; ante juntas administrativas, áreas de gestión catastral, juntas de compensación, entidades urbanísticas o cualquier otro organismo de gestión urbanística de cualquier tipo, cámaras, comités, asociaciones, mutualidades, registros de toda índole (incluyendo, entre otros, el Registro de la Propiedad, el Registro Mercantil y el Registro de Bienes Muebles), tanto españoles como extranjeros; ante entidades o sociedades dependientes del Patrimonio del Estado; así como ante oficinas y agencias de comercio de todo género relacionadas con la exportación e importación y operaciones conexas, precedentes o consecuentes, tanto españolas como extranjeras (todas ellas, las “Entidades”).

En relación con lo anterior:

• Presentar, formular o desistir (en cualquier estado del procedimiento en que se encuentren) de cualquier clase de solicitudes, peticiones, instancias, expedientes, reclamaciones o recursos; instar los expedientes que procedan, solicitando los datos, copias (fehacientes o simples), certificaciones, testimonios o cualesquiera

ED3451206

03/2018



otros documentos en que tenga interés la Sociedad; presentar y retirar documentos, así como formalizar y suscribir todos los documentos públicos o privados que sean necesarios; asistir a toda clase de actuaciones o ejercitar toda clase de acciones en defensa de cualesquiera pretensiones, oponerse a estas y seguir el procedimiento o expediente hasta su resolución y recurrirlo; recibir notificaciones, remitir escritos y practicar requerimientos de cualquier clase; solicitar el otorgamiento, modificación o ampliación de cualquier tipo de autorizaciones administrativas, declaraciones de utilidad pública y beneficios fiscales o tributarios; ejecutar o hacer ejecutar las resoluciones firmes; y, en general, tramitar cualquier clase de expedientes, procedimientos o actuaciones administrativas, sin limitación alguna.

• Firmar, en nombre y representación de la Sociedad, las declaraciones que hayan de ser presentadas ante haciendas y organismos de las Administraciones Públicas en relación con impuestos, tributos, cánones, tasas y demás conceptos, incluyendo auto-liquidaciones tributarias, diligencias y actas de inspección, recursos y reclamaciones; presentar consultas, solicitudes de compensación, de devolución de ingresos indebidos, de aplazamientos de pago, de información adicional a las declaraciones y requerimientos de información.

12. Dirigir, practicar, solicitar el levantamiento y contestar actas, escrituras públicas y requerimientos y notificaciones, sean notariales o de cualquier otra clase que se consideren convenientes a los intereses de la Sociedad; formalizarlas y solicitar su inscripción en los registros públicos y oficinas catastrales correspondientes, con expresas facultades de aclaración, subsanación o rectificación de dichos títulos públicos; instar actas notariales y copias de testamentos, declaraciones de herederos, expedientes de dominio, autorizaciones y aprobaciones judiciales y demás actos de jurisdicción voluntaria; solicitar certificaciones, testimonios y copias fehacientes; promover expedientes de dominio, de liberación de cargas y gravámenes y suscribir actas de notoriedad en relación con los inmuebles de la Sociedad.
13. Practicar y recibir notificaciones, comunicaciones y requerimientos de cualquier clase, retirar de las administraciones de correos cartas, certificados, giros postales o telegráficos y valores declarados, así como cualquier otro género de envíos; recibir y enviar correspondencia en nombre de la Sociedad, incluso la certificada y la que contenga valores declarados; tramitar documentación de toda índole de la Sociedad y publicar anuncios en los boletines oficiales de cualquier Administración Pública estatal, autonómica, foral, provincial o local, extranjera o internacional, incluida de la Unión Europea.
14. Solicitar, descargar, instalar, renovar, suspender, revocar y utilizar cualesquiera certificados de firma electrónica emitidos por la Fábrica Nacional de Moneda y Timbre - Real Casa de la Moneda (la "FNMT") o por otros prestadores de servicios de certificación, tanto los certificados expresados en las leyes como cualesquiera otros de los emitidos por la FNMT y por otros prestadores de servicios de certificación electrónica, incluidos, pero no limitados a, certificados de persona física, de representante de persona jurídica, de dispositivo móvil, de servidor, de componentes, de firma de código, de sede electrónica, de sello electrónico para la actuación administrativa automatizada y cualesquiera otros

certificados electrónicos que pudieran surgir con posterioridad de conformidad con el estado de la técnica.

La solicitud de los certificados de firma electrónica referida en el párrafo anterior podrá realizarse ante las oficinas de registro de la Agencia Estatal de la Administración Tributaria o ante otras oficinas de registro delegadas de órganos, organismos o entidades que ejerzan funciones públicas, así como ante las oficinas o registros que designen los prestadores de servicios de certificación.

Las actividades comprendidas en los dos párrafos anteriores, a realizar por cuenta de la Sociedad, incluyen: (i) la utilización del certificado de firma electrónica ante la Administración General del Estado, las comunidades autónomas y las entidades locales, así como ante sus organismos públicos, sociedades, mancomunidades, consorcios o cualesquiera otros entes, con o sin personalidad jurídica, vinculados o dependientes de los anteriores, incluyendo la administración institucional, territorial o periférica y cualesquiera órganos reguladores; (ii) la realización de los trámites que corresponda ante las oficinas y los funcionarios públicos de cualesquiera administraciones, registros públicos, agencias tributarias, tribunales económicos-administrativos o de cuentas, notarías, colegios profesionales, sindicatos, autoridades eclesiásticas, organismos de la Unión Europea e internacionales, órganos jurisdiccionales, fiscalías, juntas y jurados, juntas arbitrales, cámaras de comercio, órganos constitucionales y cualesquiera otros órganos, agencias, entes u organismos de cualquier administración y demás entidades creadas o por crear, en cualquiera de sus ramas, dependencias o servicios de cualesquiera administraciones nacionales, de la Unión Europea o internacionales; y (iii) la actuación ante personas físicas, jurídicas, entidades, sociedades y comunidades, con y sin personalidad jurídica, organismos, agrupaciones, asociaciones, fundaciones, organizaciones no gubernamentales y demás entes de derecho privado previstos en el ordenamiento jurídico español, de la Unión Europea e internacionales, para el ejercicio, por vía electrónica mediante la utilización del certificado de firma electrónica del poderdante y por su cuenta, de las facultades incluidas en este párrafo y en los dos anteriores.

15. Emplear el "Certificado electrónico de Representante de Persona Jurídica" o cualquier otro certificado equivalente del que disponga en todas las relaciones telemáticas o telefónicas que la Sociedad mantenga, en el ejercicio de las facultades contenidas en los apartados anteriores.
16. Formalizar en escritura pública los actos y contratos que concierte en el ejercicio de las facultades aquí conferidas, con las cláusulas que les sean propias y las demás que en cada caso se estimen procedentes.

En general, llevar a cabo cuantas actividades complementarias estime necesarias o convenientes para el más completo cumplimiento de las facultades otorgadas en este poder.

- PODERES ESPECÍFICOS DE SUB-APODERAMIENTO Y SUSTITUCIÓN

Otorgar en nombre y representación de la Sociedad Poderdante, todos o parte de los poderes que se contienen en los apartados anteriores, a las personas físicas o jurídicas

ED3451205

03/2018



que tenga por conveniente, especificando el ámbito y forma de actuación del o de los apoderados, pudiendo igualmente revocar dichos poderes en el momento que considere oportuno.

Las facultades enumeradas en los anteriores epígrafes, podrán ejercitarse tanto en territorio nacional como en el extranjero y, muy en particular, en los países de la Unión Europea y ante esta misma Organización en sus diferentes Organismos, Instituciones, Comisiones y Tribunales.

Todas las facultades que se confieren en los tendrán VIGENCIA ILIMITADA.

Cuarta.- Delegación especial de facultades.

Los Administradores Mancomunados de la Sociedad, deciden facultarse recíprocamente para que cualquiera de ellos indistintamente, pueda otorgar cuantos documentos públicos y/o privados fuesen necesarios o convenientes para formalizar el acuerdo anteriormente adoptado, en los términos y condiciones que tenga por conveniente.

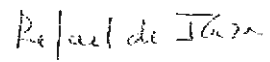
Quinta.- Aprobación del Acta

No habiendo más asuntos a tratar, se aprueba y firma por los Administradores Mancomunados el presente Acta, en el lugar y fecha arriba indicados.

Y para que así conste y surta los efectos legales oportunos, expedimos la presente, en Madrid a 26 de julio de 2018.

LOS ADMINISTRADORES MANCOMUNADOS


Alejandro Román Arroyo
Administrador Mancomunado


Rafael Icaza de La Sota
Administrador Mancomunado

ES COPIA de su matriz, que expido para "IBERDROLA GENERACION S.A.U.", en diecinueve folios de la serie ED, números: el presente y los dieciocho posteriores en orden correlativo. En Madrid, el mismo día de su otorgamiento. DOY FE.

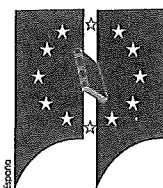


0237851672

A large, stylized handwritten signature in green ink, appearing to be 'JPG' or similar, written over a horizontal line.

10
ÁLVARO SÁNCHEZ PEREIRA
IBERDROLA, S.A.
C/ Tomás Redondo, 1 · 28033 MADRID
Fax: 91 784 27 35 · Móvil: 618 777 390
Email: alvaro.sanchez@iberdrola.es

EUROPA



NOTARIO

2023/0249

«ESCRITURA DE REVOCACIÓN DE PODER Y DE PODER

OTORGADA POR LA SOCIEDAD "IBERDROLA RENOVABLES

ENERGÍA, S.A.U."»

NÚMERO TRES MIL CUATROCIENTOS TREINTA Y SEIS. -

Miguel Ruiz-Gallardón García de la Rasilla

NOTARIO

REGISTRO MERCANTIL DE BIZKAIA T. 5.946 F. 153

IBERDROLA RENOVABLES ENERGIA SOCIEDAD

ANONIMA

Presentación: 1/421/285 Folio: 44 F.P.: 08/06/2023

Prot.: 2023/3436/N/23/05/2023

Fecha: 08/06/2023 12:46 N. Entrada: 1/2023/8.159/0

PROTÉGASE EL ASPECTO DE PUBLICACIÓN

POR EL PLAZO DE 60 DÍAS DESDE LA FECHA DE

NOTIFICACIÓN DE LOS DEFECTOS

(10)

019-6-15

8698

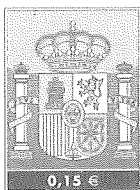
8548

15/6/23

9-6-2023

GZ9323478

06/2022



MIGUEL RUIZ-GALLARDÓN GARCÍA-RASILLA
NOTARIO
 NÚÑEZ DE BALBOA, 54 Bajo D.
 TLF: 91 4350083 - FAX: 91 5759949
 28001 MADRID

«ESCRITURA DE REVOCACIÓN DE PODER Y DE PODER

OTORGADA POR LA SOCIEDAD "IBERDROLA RENOVABLES

ENERGÍA, S.A.U."»

NÚMERO TRES MIL CUATROCIENTOS TREINTA Y SEIS. -

EN MADRID, en la calle Tomás Redondo, 1 a
 veintitrés de mayo de dos mil veintitrés.-----

Ante mí, MIGUEL RUIZ-GALLARDÓN GARCÍA DE LA
 RASILLA, Notario del Ilustre Colegio de esta Capital
 y con residencia en la misma.-----

===== C O M P A R E C E N =====

DON LUIS FELIPE CASTRESANA LÓPEZ, mayor de edad,
 casado, vecino de Madrid, con domicilio en calle
 Tomás Redondo, 1 y provisto de Documento Nacional de
 Identidad y Número de Identificación Fiscal, según
 me acredita, 04.848.310-W.-----

DON JOSÉ GONZÁLEZ BUJANDA, mayor de edad,
 casado, vecino de Madrid, con domicilio en calle

Tomás Redondo, 1 y provisto de Documento Nacional de Identidad y Número de Identificación Fiscal, según me acredita, 53.530.681-K.-----

===== I N T E R V I E N E N =====

DON LUIS FELIPE CASTRESANA LÓPEZ y DON JOSÉ GONZÁLEZ BUJANDA, en nombre y representación, como Administradores mancomunados de "IBERDROLA RENOVABLES ENERGÍA, S.A.", UNIPERSONAL (antes IBERDROLA RENOVABLES ENERGÍA, S.L.", y antes HIDROELECTRICA ESPAÑOLA, S.L.) de nacionalidad española, con domicilio en Bilbao, Plaza Euskadi, número 5 (antes en Valencia, calle Menorca 19, planta 13); constituida por tiempo indefinido mediante escritura otorgada ante el Notario de Madrid, Don Rafael Ruiz Gallardón, el día 26 de marzo de 1.996, con el número 1.052 de su protocolo. Inscrita en el Registro Mercantil de Bizkaia, al tomo 5946, folio 103, hoja BI-75391.-----

Su N.I.F. número A81428476.-----

Transformada su forma social de entidad de responsabilidad limitada a anónima, mediante escritura autorizada por mí el 8 de mayo de 2012,

GZ9323477

06/2022



bajo el número 1.995 de orden de mi protocolo,
debidamente inscrita.-----

Código C.N.A.E.: 3515.-----

Su objeto social: entre otros, la realización de
toda clase de actividades, obras y servicios propios
o relacionados con los negocios de: a) Producción y
comercialización de electricidad mediante
instalaciones que utilicen fuentes de energía
renovables, incluyéndose entre ellas, a modo
enunciativo y no exhaustivo, la producción
hidráulica, eólica, termosolar, fotovoltaica, o a
partir de biomasa; entre otros.-----

Se encuentran facultados para el presente
otorgamiento en virtud de su cargo como
Administradores Mancomunados de la Sociedad, para el
que fueron designados en escritura por mí autorizada
el 4 de octubre de 2022 con el **número 6.351** de mi
protocolo, que causó la inscripción 38ª en la Hoja
de la Sociedad, cuya copia autorizada tengo a la

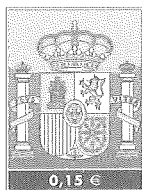
vista, por lo que juzgo que tienen facultades suficientes para el presente otorgamiento.-----

Yo el Notario hago constar expresamente, que antes de este otorgamiento: 1.- he cumplido con la obligación que impone la Ley 10/2010, de 28 de abril, mediante consulta a la BASE DE DATOS DE TITULARIDADES REALES (BDTR) cuyo resultado con identificación del titular real de la sociedad consta en el informe emitido por ésta que he tenido la vista y al que doy lectura; manifiesta el otorgante que sigue vigente la información contenida en dicha base de datos. 2.- he comprobado por los procedimientos telemáticos habilitados al efecto que el número de identificación fiscal de la sociedad representada no ha sido revocado por la Agencia Estatal de la Administración Tributaria. 3.- he realizado una consulta telemática al Registro Público de Resoluciones Concursales, de la que resulta que la sociedad representada no se encuentra en Situación de Concurso.-----

Identifico a los comparecientes por sus respectivos documentos reseñados en la

GZ9323476

06/2022



comparecencia. Tienen, a mi juicio, en el concepto en que respectivamente intervienen, capacidad para otorgar la presente ESCRITURA DE PODER ESPECIAL, y al efecto: -----

===== O T O R G A N =====

I. REVOCACIÓN DE PODER: -----

Los comparecientes, conforme intervienen, REVOCAN y DEJAN SIN EFECTO los poderes que la sociedad, debidamente representada en este acto, tiene conferidos en la actualidad, en la escritura por mí autorizada, el día 10 de abril de 2018, con el número 1.562 de orden de mi protocolo que causó la inscripción 73ª. -----

Manifiestan los comparecientes que no es preciso que se notifique la anterior revocación a los apoderados por tener estos ya conocimiento de ella.

Yo, el Notario, pondré nota en mi protocolo expresiva de las presente revocación. -----

II. PODER: -----

Los comparecientes, conforme intervienen, confieren PODER tan amplio y bastante como en derecho se requiera y sea necesario a favor de las personas que a continuación se dirá, en la forma que más abajo se especifica y con sujeción a los límites cuantitativos y temporales expresados en cada epígrafe, por un plazo de CINCO AÑOS desde el otorgamiento de la presente escritura, de acuerdo con las siguientes disposiciones:-----

A. FACULTADES GENERALES DE DISPOSICIÓN Y CONTRATACIÓN:-----

A.1. Facultades mancomunadas.-----

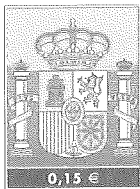
Se confiere PODER MANCOMUNADO, tan amplio y bastante como en derecho se requiera, a favor de las personas apoderadas bajo la calificación de apoderados del Grupo A1.1 o A1.2 (estos últimos, hasta el límite cuantitativo de UN MILLÓN DE EUROS (1.000.000,00 €) y de los también aquí apoderados del Grupo A1.3 que más adelante se señalarán, para que una persona cualquiera de las calificadas como apoderados del Grupo A1 o A2, actuando de forma mancomunada con otra persona cualquiera de los

certificada

Grupo A1.1 o A1.2

GZ9323475

06/2022



Grupo A1.3

apoderados del ~~Grupo A3~~ puedan representar a la Sociedad y sus sucursales así como a aquellas personas jurídicas que hubieran apoderado o apoderen a la Sociedad (en adelante, las "Sociedades Representadas"), empleando la firma social, en cuantos actos y documentos intervengan en virtud de las Facultades que se detallan seguidamente. -----

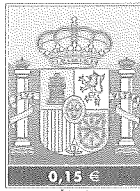
· Apoderados del Grupo A1.1 - sin limitación económica. -----

- **Julio Ramón Castro González**, mayor de edad, casado, con domicilio en Calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid, y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 30.587.552-J. -----
- **José González Bujanda**, mayor de edad, casado, con domicilio en Calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid, y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 53.530.681-K. -----

- **Alejandro Román Arroyo**, mayor de edad, casado, con domicilio en calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid y provisto de Documento Nacional de Identidad 07.960.550-C.-----
- **Javier Palacios Saiz**, mayor de edad, casado, con domicilio en calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid y provisto de Documento Nacional de Identidad/ Número de Identificación Fiscal 51.371.877-C.-----
- **Enrique Sola Álvarez**, mayor de edad, casado, con domicilio en la calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid y provisto de Documento Nacional de Identidad/ Número de Identificación Fiscal 09404610-W.-----
- **José Ángel Marra Rodríguez**, mayor de edad, de nacionalidad española, casado, con domicilio en calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid, y provisto de Documento Nacional de Identidad 34.956.352-D.-----
- **Apoderados del Grupo A1.2** - limitadas a 1.000.000 de euros por acto, operación o contrato.
- **Eduardo Serrano Ydígoras**, mayor de edad,

GZ9323474

06/2022



casado, con domicilio en calle Tomás Redondo 1,
28033 Madrid, y provisto de Documento Nacional
de Identidad / Número de Identificación Fiscal
33.510.554-Z.-----

- **Carmen Vozmediano Serrano**, mayor de edad,
casada, con domicilio en Calle Tomás Redondo 1,
28033 Madrid, y provista de Documento Nacional
de Identidad / Número de Identificación Fiscal
05.920.349-B.-----

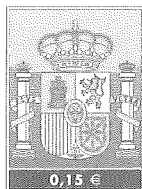
- **José Luis Adanero López**, mayor de edad, casado,
con domicilio en calle Tomás Redondo 1, 28033
Madrid, y provisto de Documento Nacional de
Identidad / Número de Identificación Fiscal
47.027.953-Z.-----

- **Javier López Nieto**, mayor de edad, soltero, con
domicilio en calle Tomás Redondo 1, 28033
Madrid, y provisto de Documento Nacional de
Identidad / Número de Identificación Fiscal
53.020.588-E.-----

- **Juan López Díaz**, mayor de edad, casado, con domicilio en calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid, y provisto de Documento Nacional de Identidad 51.076.539-W.-----
- **Fernando Martínez Riaza**, mayor de edad, casado, con domicilio en calle Vázquez de Menchaca 142-146. 47008 Valladolid y provisto de Documento Nacional de Identidad/ Número de Identificación Fiscal 05.167.308-J.-----
- **Roberto Izaga López de Arroyabe**, mayor de edad, casado, con domicilio en calle Urarteaga, 2, 01010 Vitoria y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 16.278.234-F.-----
- **Nicolás Antón García**, mayor de edad, casado, con domicilio en calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid, y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 05.425.598-J.-----
- **Enrique Manuel Fernández Varela**, mayor de edad, casado, con domicilio en Parque Empresarial Novo Milladoiro, calle Oliveira 96B, 15895 Ames

GZ9323473

06/2022



- La Coruña, y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 44.831.843-J.-----
- **Luis Martín Ercilla**, mayor de edad, casado, con domicilio en Edificio Expo, calle Inca Garcilaso 3, 41092 Sevilla, y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 21.503.531-A.-----
- **María Sandra Machirán Castro**, mayor de edad, casada, con domicilio en calle Menorca 19, planta 13, 46023 Valencia, y provista de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 53.052.927-T.-----
- **Amelia Rodríguez Martín**, mayor de edad, con domicilio en calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid, y provista de Documento Nacional de Identidad 76.015.655-B.-----
- **Miguel Serrano Vázquez**, mayor de edad, casado, con domicilio en calle Bravo Murillo 3, 2E,

38003 Santa Cruz de Tenerife, y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 44.285.919-V.-----

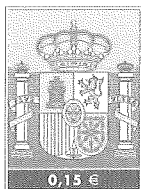
- **Sandra García-Meras Capote**, mayor de edad, casada, con domicilio en Calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid, y provista de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 70.059.425-E.-----

· **Apoderados del Grupo A1.3.**-----

- **Rafael Icaza de la Sota**, mayor de edad, casado, con domicilio en Plaza Euskadi 5, 48009 Bilbao y provisto de Documento Nacional de Identidad 16.035.858-M.-----
- **Unai Astiz Barrenechea**, mayor de edad, casado, con domicilio en Plaza Euskadi 5, 48009 Bilbao y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 30.663.735-C.-----
- **Jorge de la Peña Carretón**, mayor de edad, casado, con domicilio en calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid, y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal

GZ9323472

06/2022



00.410.722-C. -----

- **Luis Felipe Castresana López**, mayor de edad, casado, con domicilio en calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid, y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 04.848.310-W. -----

- **Javier Domínguez Maestro**, mayor de edad, casado, con domicilio en calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid, y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 05.282.682-L; y. -----

- **Eneko Taranco Zabala**, mayor de edad, casado, con domicilio en Plaza Euskadi 5, 48009 Bilbao y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 14.257.361-Y. -----

=====FACULTADES:=====

1. Contratación: -----

Suscribir con toda clase de personas físicas o

jurídicas, entidades públicas o privadas, nacionales o extranjeras, toda clase de contratos o acuerdos cuyo objeto esté relacionado con cuanto constituye el objeto social y el tráfico o giro propio de la Sociedad, a través de cualquier modalidad de contratación (a título enunciativo no limitativo, subasta, concurso, contratación directa o procedimiento negociado).-----

En particular: -----

· Celebrar todo tipo de contratos de obra, prestación de servicios, suministro, distribución, electrificación y aprovisionamiento de cualquier clase. -----

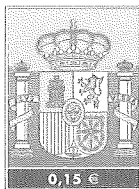
· Suscribir todo tipo de contratos relativos a los derechos de propiedad intelectual o industrial de la Sociedad.-----

· Realizar pedidos.-----

· Suscribir convenios urbanísticos, de ejecución de obras o desarrollos inmobiliarios o de terminación convencional de expediente sancionador, en los términos previstos en la *Ley 39/2015, de 1 de octubre, del Procedimiento Administrativo Común de*

GZ9323471

06/2022



las Administraciones Públicas (o la norma que en cada momento la sustituya).-----

- Suscribir cualesquiera contratos entre la Sociedad y cualquiera de sus accionistas o de los accionistas de sus sociedades participadas.-----

- Suscribir acuerdos de colaboración con terceros (*joint venture*) y cualesquiera pactos, acuerdos o actuaciones asociados con estos (tales como, a efectos enunciativos, pactos de socios), incluyendo el otorgamiento de la escritura de constitución de la sociedad a través de la cual se instrumente la *joint venture*, en su caso, así como la aprobación de sus estatutos sociales.-----

- Suscribir contratos con empresas consultoras y de servicios de cualquier clase, -en particular, y sin carácter limitativo, empresas dedicadas a la búsqueda y captación de equipo humano, empresas de trabajo temporal, compañías aseguradoras y reaseguradoras, entidades gestoras, entidades

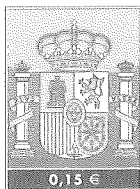
depositarias, empresas de asesoría jurídica, centros formativos y cualquier otra entidad proveedora de servicios en materia de recursos humanos o que afecten al equipo humano activo o pasivo de la Sociedad-, así como contratos de agencia, comisión, corretaje y similares.-----

· Suscribir contratos de arrendamiento o subarrendamiento, como parte arrendadora o arrendataria, contratos de cesión de instalaciones, y formalizar operaciones de *leasing* o *renting* de toda clase, por el precio, con los plazos y en las condiciones que estimen convenientes.-----

· Suscribir toda clase de contratos de seguro - en particular, y sin carácter limitativo, seguros de daños y de responsabilidad civil, seguros de vida, seguros colectivos de vida y accidentes, de administración de depósito, así como planes de ahorro y planes de pensiones en los que resulte beneficiario el equipo humano de la Sociedad- con expresas facultades para suscribir pólizas, suplementos, novaciones, extornos, certificaciones, adendas y otros documentos análogos.-----

GZ9323470

06/2022



· Suscribir con terceros contratos o acuerdos de cualquier tipo relativos a la constitución de garantías a favor de la Sociedad, incluyendo, a efectos enunciativos, prendas de bienes muebles, hipotecas, pignoración de depósitos y promesas de constitución de garantías, así como aceptar los poderes que se otorgan a favor de la Sociedad en relación con dichas garantías.-----

· Formalizar acuerdos marco para la prestación, por parte de la Sociedad, de los servicios de contratación por cuenta propia de los contratos de seguro que, por sinergias del grupo Iberdrola, se gestionen a través de programas de seguros corporativos, seguros en los que la Sociedad asuma la condición de tomador.-----

· Contratar asesores externos de cualquier tipo para, en el marco de un proceso de financiación, estructurar la operación, colaborar, asesorar, redactar la documentación, contactar con posibles

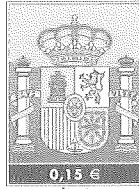
inversores, actuar como banco agente y, en general, participar en cualquier actividad dentro de los procesos de financiación de la Sociedad.-----

· Contratar agentes externos para la realización de análisis y la asignación de calificación crediticia ("*rating*") a la Sociedad.-----

A estos efectos, realizar cualesquiera actuaciones y trámites relativos a los procesos de contratación y subcontratación; negociar, formular proposiciones y ofertas de cualquier clase, así como mejorarlas, retirarlas, aceptar y ceder adjudicaciones; presentar y retirar documentos; formalizar y suscribir los documentos públicos o privados que sean necesarios, incluyendo acuerdos de confidencialidad o exclusividad, así como cualesquiera otro tipo de acuerdos o instrumentos previos, complementarios o anejos, sus adendas, anexos y modificaciones; firmar, otorgar, formalizar, adjudicar, modificar, novar, prorrogar, completar, garantizar, aclarar, precisar, resolver, rescindir, cancelar y extinguir los contratos resultantes; realizar los pagos y los cobros

GZ9323469

06/2022



relacionados con los contratos o acuerdos,
suscribiendo cuantos documentos sea preciso a estos
efectos. -----

2. Participación en concursos y subastas: -----

Asistir y tomar parte en cualesquiera concursos,
subastas, concurso-subastas, ya sean voluntarios,
judiciales o administrativos, ante toda clase de
autoridades y organismos públicos del Estado,
comunidades autónomas, territorios históricos,
provincias, municipios o corporaciones públicas o
privadas, entidades o particulares; formular y
suscribir toda clase de propuestas, conforme al
modelo que resulte del pliego de condiciones si
existiera, y en los términos que juzguen oportunos,
así como mejorarlas y retirarlas; constituir las
fianzas provisionales que sean precisas para tomar
parte en dichos procedimientos de licitación y
retirarlas en su momento, haciéndose cargo del
efectivo o de los bienes en que consistan; completar

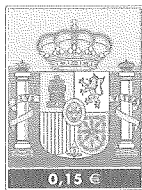
los demás trámites exigidos en el pliego de condiciones para participar en el procedimiento; intervenir en la licitación por pujas que se realice, efectuando esas pujas libremente; ceder remates; constituir, en caso de adjudicación, la fianza definitiva; suscribir el contrato y concurrir al otorgamiento de la correspondiente escritura, en la que asumirán, en nombre de la Sociedad, el compromiso de cumplir todas las condiciones fijadas en el concurso o subasta y de mantener todas las relaciones que se deriven del contrato formalizado, incluso reclamar, percibir y cobrar las sumas que deban serle satisfechas a la Sociedad en contrapartida de las prestaciones que efectúe.-----

3. Adquisiciones y transmisiones:-----

Comprar, vender, permutar, ceder, adjudicar en pago o para pago, o de cualquier otro modo adquirir o transmitir, así como gravar de cualquier forma y por medio de cualquiera de los mecanismos establecidos en Derecho -en particular, y sin carácter limitativo, hipotecar, pignorar (con o sin desplazamiento de la posesión) y establecer y

GZ9323468

06/2022



constituir servidumbres de todo género- toda clase de bienes inmuebles y sus accesorios, bienes muebles (incluyendo, sin limitación, instalaciones, materiales, efectos y maquinaria), instrumentos de participación en el capital social de compañías (acciones o participaciones sociales o cualquier otro bien o instrumento que dé derecho a la adquisición o venta de estas) u otros valores mobiliarios distintos de los anteriores, y derechos (incluidos, sin limitación, derechos inmobiliarios, de propiedad industrial o intelectual, de tecnología, "know how" o concesiones administrativas) de la Sociedad; así como subrogarse en la titularidad de los mencionados bienes y derechos y en las cargas y gravámenes que pesen sobre ellos. -----

En el marco de lo anterior, podrán estipular libremente la forma y las condiciones de la transacción, efectuando cualesquiera

manifestaciones o declaraciones y firmando cuantos documentos, públicos o privados, iniciales o complementarios, sean necesarios o convenientes para dotar de eficacia jurídica a la operación.-----

En particular:-----

· Suscribir toda clase de cartas y acuerdos de exclusividad u ofertas vinculantes, así como cualesquiera otro tipo de acuerdos o instrumentos previos, complementarios o anejos, sus adendas, anexos y modificaciones, todo ello en el marco de posibles transacciones corporativas de inversión y desinversión.-----

· Suscribir, modificar, ceder y resolver cualesquiera pactos o acuerdos entre la Sociedad y cualquiera de sus accionistas o de los accionistas de sus sociedades participadas, o con terceros, tales como contratos intragrupo, pactos parasociales, o cualesquiera otros acuerdos o contratos que fuesen necesarios o convenientes, todo ello en el contexto de inversiones o desinversiones de la Sociedad y de conformidad con las instrucciones recibidas.-----

GZ9323467

06/2022



Suscribir toda clase de cartas de proceso ("process letters") en el marco de posibles transacciones corporativas de inversión y desinversión con terceros, así como cartas y acuerdos de intenciones ("term sheet", "letter of intent" o "memorandum of understanding") y de exclusividad, o precontratos.-----

En relación con el precio, podrán establecer su importe, los plazos de cobro o abono y demás particularidades, así como satisfacerlo o declararlo percibido. Asimismo, podrán establecer el pacto de retracto u otros permitidos por la ley, retrovender los bienes y derechos adquiridos con este pacto, y abonar o percibir las eventuales diferencias que hubiere en las permutas.-----

Para todo lo señalado con anterioridad podrán otorgar cualesquiera clase de documentos públicos o privados, formulando las solicitudes procedentes ante las oficinas y registros públicos competentes.

4. Constitución de gravámenes y cargas:-----

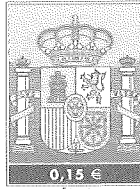
Constituir todo tipo de cargas o gravámenes sobre los bienes muebles e inmuebles titularidad de la Sociedad, incluyendo, sin limitación, hipotecas, usufructos y servidumbres de toda clase, incluso las que afecten al dominio o explotación de los bienes de la Sociedad.-----

5. Constitución y liquidación de entidades:---

Constituir o fundar, así como disolver y liquidar (tanto en el territorio español como en el extranjero), cualesquiera sociedades civiles o mercantiles, entidades, corporaciones, asociaciones, agrupaciones, fundaciones o uniones temporales de empresas; elaborar y aprobar los estatutos o normas que rijan su funcionamiento; firmar cualesquiera pactos o acuerdos entre socios, tales como, a efectos enunciativos, contratos intragrupo, pactos parasociales o cualesquiera otros acuerdos o contratos que fuese necesario o conveniente para el funcionamiento de dichas entidades; determinar la cifra de capital social y

GZ9323466

06/2022



el modo de desembolso de acuerdo con lo permitido por la ley; hacer aportaciones en dinero o en especie para la suscripción de acciones, participaciones sociales, bonos, obligaciones, cuotas, o derechos sobre cualesquiera de estos; así como ejercitar y renunciar a los derechos de adquisición, suscripción y asunción preferente.-----

6. Mantenimiento de la relación laboral con los profesionales: -----

Mantener las relaciones de la Sociedad con sus profesionales, sea personal laboral o de alta dirección y, en general, resolver cualesquiera cuestiones relativas al personal de todo tipo, activo y/o pasivo, de la Sociedad. En este contexto, nombrar y separar a los profesionales de la Sociedad, aplicar la remuneración que proceda, organizar y distribuir el trabajo, conceder anticipos de nómina, indemnizaciones por despido o por cualquier otra causa, asignar viviendas a profesionales o

pensionistas y exigir su devolución cuando proceda, reconocer o suprimir conceptos salariales en los términos que corresponda.-----

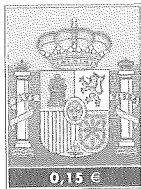
7. Ejercicio de facultades conferidas mediante el certificado de firma electrónica:-----

Emplear el "Certificado electrónico de Representante de Persona Jurídica", o cualquier otro certificado equivalente del que dispongan, en todas las relaciones telemáticas y/o telefónicas que la Sociedad mantenga en el ejercicio de las facultades contenidas en los apartados anteriores.-----

A efectos aclaratorios, en aquellos supuestos en los que las aplicaciones informáticas disponibles para el uso de los certificados de firma electrónica no estén habilitadas para el ejercicio mancomunado de la facultad de que se trate de manera telemática, el uso de la plataforma informática por uno solo de los apoderados lo será sin perjuicio del carácter mancomunado de la facultad, con independencia de los efectos que se atribuyan a los trámites y actuaciones realizados por el apoderado a través de dicha plataforma informática en las relaciones entre el

GZ93

06/2022



poderdante y el tercero.-----

8. Formalización en documento público:-----

Formalizar en documento público los actos y contratos que concierten en el ejercicio de las facultades aquí conferidas, con las cláusulas que les sean propias y las demás que en cada caso se estimen procedentes.-----

9. En general, llevar a cabo cuantas actividades complementarias estimen necesarias o convenientes para el más completo cumplimiento de las facultades otorgadas en este apoderamiento.-----

A.1. Facultades solidarias generales de representación.-----

Se confiere poder solidario, tan amplio y bastante como en derecho se requiera, a favor de las personas apoderadas que más adelante se señalarán como integrantes del Grupo B, para que cualquiera de ellos indistintamente, esto es, de forma solidaria, pueda representar a la Sociedad y sus sucursales así

f
G

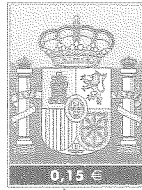
como a aquellas personas jurídicas que hubieran apoderado o apoderen a la Sociedad (las "Sociedades Representadas"), empleando la firma social, con carácter solidario, en cuantas actuaciones y documentos, intervenga en ejercicio las facultades que se especifican más abajo del catálogo de facultades que seguidamente se indican:-----

Personas apoderadas del Grupo A.2: -----

- Julio Ramón Castro González.-----
- José González Bujanda.-----
- Alejandro Román Arroyo.-----
- José Ángel Marra Rodríguez.-----
- Javier Palacios Saiz.-----
- Enrique Sola Álvarez.-----
- Eduardo Serrano Ydígoras.-----
- Carmen Vozmediano Serrano.-----
- José Luis Adanero López.-----
- Javier López Nieto.-----
- Juan López Díaz.-----
- Fernando Martínez Riaza.-----
- Roberto Izaga López de Arroyabe.-----
- Nicolás Antón García.-----

GZ9323464

06/2022

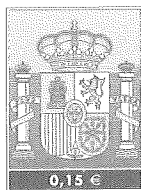


- Enrique Manuel Fernández Varela. -----
- Luis Martín Ercilla. -----
- María Sandra Machirán Castro. -----
- Amelia Rodríguez Martín. -----
- Miguel Serrano Vázquez. -----
- Sandra García-Meras Capote. -----
- Rafael Icaza de la Sota. -----
- Unai Astiz Barrenechea. -----
- Jorge de la Peña Carretón. -----
- Luis Felipe Castresana López. -----
- Javier Domínguez Maestro. -----
- Eneko Taranco Zabala. -----
- Luis Aldea Corrales, mayor de edad, casado, con
domicilio en Avenida San Adrián 48, Larraskitu,
48003 Bilbao, y provisto de Documento Nacional
de Identidad / Número de Identificación Fiscal
30.639.914-G. -----
- Amaia de la Fuente Gauli, mayor de edad, casada,
con domicilio en Torre Iberdrola, Plaza Euskadi

- 5, 48009 Bilbao, y provista de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 45.624.510-P.-----
- **Nora Tamayo Arranz**, mayor de edad, soltera, con domicilio en Torre Iberdrola, Plaza Euskadi 5, 48009 Bilbao, y provista de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 72.400.512-P.-----
 - **Natalia López Leza**, mayor de edad, casada, con domicilio en calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid, y provista de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 33.526.275-A.-----
 - **Eduardo Rojo Martínez**, mayor de edad, casado, con domicilio en Calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid, y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 13.163.536-S.-----
 - **Miguel Angel López García**, mayor de edad, casado, con domicilio en Calle Circunvalación 17, 32350 A Rúa - Orense, y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de

GZ9323463

06/2022



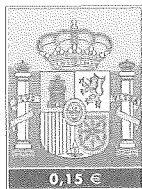
- Identificación Fiscal 76.712.338-R. -----
- **Ramón Delpuy García**, mayor de edad, divorciado,
con domicilio en Avenida Carbajosa 8-12,
Polígono Montalvo 1, 37188 Carbajosa de la
Sagrada - Salamanca, y provisto de Documento
Nacional de Identidad / Número de
Identificación Fiscal 18.020.388-A. -----
 - **Adela Barquero Simancas**, mayor de edad, casada,
con domicilio en calle Periodista Sánchez
Asensio 1, 10002 Cáceres, y provista de
Documento Nacional de Identidad / Número de
Identificación Fiscal 79.306.692-R. -----
 - **Helga García-Monge González**, mayor de edad,
casada, con domicilio en calle Periodista
Sánchez Asensio 1, 10002 Cáceres, y provista de
Documento Nacional de Identidad / Número de
Identificación Fiscal 52.098.331-L. -----
 - **Concepción Carracedo de Luis**, mayor de edad,
casada, con domicilio en avenida Circunvalación

17, 32350 A Rua, Orense, y provista de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 10.204.202-E.-----

- **Alberto Moreno Redondo**, mayor de edad, casado, con domicilio en Edificio Las Casas, Polígono Las Casas, Calle D, Parcela 55, 42004 Soria, y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 16.807.630-N.
- **Juan Antonio García-Cuenca Rodríguez**, mayor de edad, casado, con domicilio en calle Berna 1, 45003 Toledo, y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 03.863.860-K. -----
- **Pedro Pablo García Segura**, mayor de edad, casado, con domicilio en calle Inca Garcilaso s/n, 41092 Sevilla, y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 28.821.985-H.-----
- **Borja González Collado**, mayor de edad, casado, con domicilio en calle Menorca 19, 46023 Valencia, y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal

GZ9323462

06/2022



44.977.695-E.-----

- **Francisco José López Martínez**, mayor de edad, casado, con domicilio en plaza Antonio Beltrán Martínez 1, Centro Empresarial El Trovador, 50002 Zaragoza, y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 17.725.863-Q.-----

- **María Eguinoa Garellly**, mayor de edad, con domicilio en calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid, y provista de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 04.843.707-E.-----

- **Isabel García Calvo**, mayor de edad, divorciada, con domicilio en calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid, y provista de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 02.909.612-C.-----

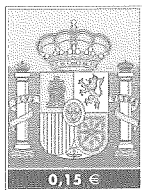
- **Raquel Martín Martínez**, mayor de edad, casada, con domicilio en calle Tomás Redondo 1, 28033

Madrid, y provista de Documento Nacional de
Identidad / Número de Identificación Fiscal
33.524.734-A.-----

- **Borja Garay Ibarreche**, mayor de edad, casado,
con domicilio en Torre Iberdrola, Plaza Euskadi
5, 48009 Bilbao, y provisto de Documento
Nacional de Identidad / Número de
Identificación Fiscal 30.637.752-G.-----
- **Ana Aranzazu Zotes García**, mayor de edad, de
nacionalidad española, casada, con domicilio en
calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid, y provista
de Documento Nacional de Identidad / Número de
Identificación Fiscal 02.891.856-C.-----
- **Juan Pelegrí Souviron**, mayor de edad, casado,
con domicilio en calle Tomás Redondo 1, 28033
Madrid, y provisto de Documento Nacional de
Identidad / Número de Identificación Fiscal
50.763.805-E.-----
- **Encarnación Pérez Igualador**, mayor de edad,
casada, con domicilio a estos efectos en calle
Tomás Redondo 1, 28033 Madrid, y provista de
Documento Nacional de Identidad / Número de

GZ9323461

06/2022



Identificación Fiscal 07.492.729-L.-----

- **Miguel Lázaro Eusa**, mayor de edad, con domicilio en calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid, y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 15.999.283-T.-----

Facultades solidarias que se confieren:-----

1. Representación ante terceros (particulares, administraciones públicas y otras entidades).-----

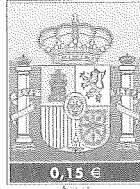
Representar a la Sociedad, o intervenir en su nombre, ante terceros que tengan relación directa o indirecta con los bienes, derechos, acciones, obligaciones, actividades o negocios de la Sociedad, incluyendo, sin limitación, cualquier organismo o Administración Pública, española o extranjera, en cualquier grado o esfera.-----

En particular, a modo enunciativo, ante las administraciones públicas españolas -del Estado, de las comunidades autónomas, de los territorios

históricos, de las provincias o de los municipios-, así como ante cualesquiera otros centros u organismos administrativos, gubernativos o de cualquier otra naturaleza, organismos sindicales, agencias, delegaciones, oficinas, mancomunidades, consorcios, centros, agrupaciones o dependencias de estas administraciones públicas; ante cualquier organismo, autoridad o entidad pública extranjera u organismo internacional, incluyendo, entre otros, los relacionados con la Unión Europea; ante juntas administrativas, áreas de gestión catastral, juntas de compensación, entidades urbanísticas o cualquier otro organismo de gestión urbanística de cualquier tipo, cámaras, comités, asociaciones, mutualidades, registros de toda índole (incluyendo, entre otros, el registro de la propiedad, el registro mercantil y el registro de bienes muebles), tanto españoles como extranjeros; ante entidades o sociedades dependientes del Patrimonio del Estado; así como ante oficinas y agencias de comercio de todo género relacionadas con la exportación e importación y operaciones conexas, precedentes o consecuentes,

GZ9323460

06/2022



tanto españolas como extranjeras (todas ellas, las
"Entidades"). -----

En relación con lo anterior: -----

· Presentar, formular o desistir (en cualquier estado del procedimiento en que se encuentren) de cualquier clase de solicitudes, peticiones, instancias, expedientes, reclamaciones o recursos; instar los expedientes que procedan, solicitando los datos, copias (fehacientes o simples), certificaciones, testimonios o cualesquiera otros documentos en que tenga interés la Sociedad; presentar y retirar documentos, así como formalizar y suscribir todos los documentos públicos o privados que sean necesarios; asistir a toda clase de actuaciones o ejercitar toda clase de acciones en defensa de cualesquiera pretensiones, oponerse a estas y seguir el procedimiento o expediente hasta su resolución y recurrirlo; recibir notificaciones, remitir escritos y practicar requerimientos de

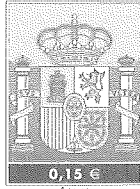
cualquier clase; solicitar el otorgamiento, modificación o ampliación de cualquier tipo de autorizaciones administrativas, declaraciones de utilidad pública y beneficios fiscales o tributarios; ejecutar o hacer ejecutar las resoluciones firmes; y, en general, tramitar cualquier clase de expedientes, procedimientos o actuaciones administrativas, sin limitación alguna.

· En el marco de posibles transacciones corporativas de inversión y desinversión, suscribir toda clase de cartas de proceso ("*process letters*"), de entrega de información ("*release letters*", "*non reliance letters*" o "similares), así como cartas y acuerdos de intenciones ("*term sheet*", "*letter of intent*" o "*memorandum of understanding*"), ofertas no vinculantes o precontratos.-----

· En el marco de posibles transacciones corporativas de inversión y desinversión, suscribir, otorgar, formalizar, novar, prorrogar, resolver, rescindir, cancelar y extinguir contratos o acuerdos de confidencialidad y acuerdos complementarios a los mismos y, entre otros, compromisos de no

GZ9323459

06/2022



contratación y/o negociación con empleados, clientes, proveedores y otros terceros relacionados con la contraparte (*non-solicit* y *non-circumvent*); compromisos de no adquisición de acciones, participaciones y/o valores (*stand-still*), compromisos de no contactar con determinadas personas (*non-contact*) u otro tipo de acuerdos de esta naturaleza. -----

· Representar e intervenir en nombre de la Sociedad en procedimientos de expropiación forzosa incoados por cualquier Administración Pública estatal, autonómica, foral, provincial o local, interviniendo en todas las fases y trámites de dichos procedimientos, incluso ante jurados provinciales, territoriales o autonómicos de expropiación forzosa, tanto como beneficiario como en condición de expropiado; aceptar o rechazar, abonar o percibir justiprecios e indemnizaciones, incluidas las relativas a la ocupación temporal y a la imposición

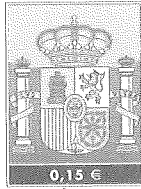
de servidumbres legales; presentar toda clase de escritos, recursos o reclamaciones relacionados con dichos procedimientos, designando peritos e interviniendo en expedientes de reversión; formular y aprobar tasaciones y, en general, intervenir en la tramitación de toda clase de expedientes o actuaciones administrativas relacionadas con procedimientos de expropiación forzosa, sin limitación alguna.-----

· Firmar, en nombre y representación de la Sociedad, las declaraciones que hayan de ser presentadas ante haciendas y organismos de las Administraciones Públicas en relación con impuestos, tributos, cánones, tasas y demás conceptos, incluyendo auto-liquidaciones tributarias, diligencias y actas de inspección, recursos y reclamaciones; presentar consultas, solicitudes de compensación, de devolución de ingresos indebidos, de aplazamientos de pago, de información adicional a las declaraciones y requerimientos de información.

· Cancelar y retirar fianzas y avales de todo tipo, civiles y mercantiles, constituidos a favor de

GZ9323458

06/2022



la Sociedad; retirar y depositar cantidades en concepto de garantía, fianza, prenda o depósito en la Caja General de Depósitos y en cualquier oficina de las Entidades.-----

· Solicitar la cancelación de las inscripciones, cancelar hipotecas, usufructos, servidumbres y cualesquiera otros gravámenes que recaigan sobre bienes propiedad de la Sociedad.-----

· Practicar, respecto de los negocios, actividades y bienes muebles o inmuebles de la Sociedad, incluidos sus derechos y obligaciones, cuantos actos de administración estimen convenientes o necesarios, con las más amplias facultades; en este ámbito, formalizar convenios y acuerdos con cualquier tercero, incluidas las Entidades; percibir cantidades, libramientos y rentas, así como cobrar lo que se adeude a la Sociedad por cualquier concepto y frente a cualquier tercero, incluidas las Entidades; emitir los correspondientes recibos o

cartas de pago y efectuar toda clase de cobros y pagos, sin excepción alguna en cumplimiento de las obligaciones previamente asumidas por la Sociedad; satisfacer o percibir indemnizaciones, subvenciones, primas, dividendos, intereses, bonificaciones, descuentos y cualesquiera cantidades análogas a favor de la Sociedad, así como reconocerlos, otorgarlos y satisfacerlos a terceros; reclamar la devolución de lo pagado indebidamente.-----

Suscribir contratos o acuerdos de confidencialidad, cartas y acuerdos de intenciones ("*term sheets*", "*letter of intent*" o "*memorandum of understanding*") y de exclusividad, o precontratos.

2. Representación en procedimientos judiciales o arbitrales.-----

Representar a la Sociedad en la defensa de sus derechos en toda clase de procedimientos judiciales y comparecer ante los juzgados y tribunales competentes de cualquier grado, orden y jurisdicción (incluyendo, sin limitación, jueces de paz, juzgados de primera instancia e instrucción, juzgados de lo social, juzgados de lo mercantil, juzgados de lo

GZ9323457

06/2022



contencioso-administrativo, tribunales económico-administrativos, audiencias provinciales, tribunales superiores de justicia, Audiencia Nacional, Tribunal Supremo, Tribunal Constitucional, Tribunal de Cuentas y el Tribunal de Justicia de la Unión Europea u otros internacionales), organismos oficiales, funcionarios públicos, autoridades estatales, autonómicas, forales, provinciales o locales (en particular, ante los organismos y servicios competentes para la mediación, arbitraje y conciliación en materia laboral -los Servicios de Mediación, Arbitraje y Conciliación-), oficinas, registros, personas y corporaciones, nacionales o extranjeras, y para toda clase de pleitos (incluyendo, sin limitación, los constitucionales, civiles, mercantiles, de jurisdicción voluntaria o contenciosa, penales, administrativos, económico-administrativos, contencioso-administrativos, laborales y de cualquier otra naturaleza) o

actuaciones, sin reserva o limitación alguna, como demandante, demandado, coadyuvante, denunciante, querellante, testigo, tercero o en cualquier otra posición procesal.-----

En relación con lo anterior:-----

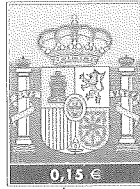
· Intervenir en toda clase de actos de conciliación, con avenencia o sin ella, como parte promotora o demandada; interponer recursos de alzada y cualquier otro acto previo al proceso; comparecer, renunciar, allanarse o transigir en la audiencia previa del juicio ordinario.-----

En el orden jurisdiccional civil podrá intervenir en cualquier medio de solución de controversias que sea preceptivo para la admisibilidad de la demanda, contestación o reconvencción.-----

A los efectos anteriores, podrá intervenir en cualquier proceso de mediación, conciliación o de opinión neutral de un experto independiente y, en particular, someterse a la mediación y aceptar su resultado, intervenir en conciliación, con avenencia o sin ella, y formular oferta vinculante

GZ9323456

06/2022



confidencial, o si emplea cualquier otro tipo de actividad negocial no tipificada legalmente pero que cumpla lo previsto en el apartado anterior, dejar constancia de la recepción por la parte requerida de la propuesta de negociación, así como de su fecha, contenido e identidad de la parte proponente.-----

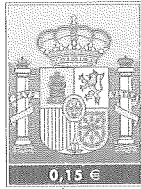
· Declarar en juicio y absolver posiciones; responder al interrogatorio de parte, así como, en su caso, causar la ratificación personal; recusar y tachar testigos o peritos; recusar funcionarios, jueces y magistrados; designar vocales para la constitución del tribunal en los juicios en los que según la ley proceda; instar reconvenciones; proponer y practicar pruebas; presentar escritos y ratificarlos; pedir requerimientos, citaciones y emplazamientos; solicitar libranzas de copias y demás actuaciones a que tuviere derecho la Sociedad; asistir a juntas y careos; prestar confesión judicial o extrajudicial.-----

3. Representación en entidades participadas.--

Concurrir en nombre y representación de la Sociedad a toda clase de juntas (incluso universales), asambleas, patronatos, consejos de administración, comisiones y, en general, órganos de gobierno y administración de cualquier clase, de todo género de sociedades, entidades, asociaciones, fundaciones, comités, corporaciones, agrupaciones (en particular, pero sin carácter limitativo, agrupaciones de interés económico, uniones temporales de empresas, sociedades mercantiles y civiles) en las que tenga interés la Sociedad. En el marco de lo anterior: ejercitar el voto que corresponda a la participación de la Sociedad en el sentido que libremente determine; actuar como representante de la Sociedad en su condición de socio único en entidades unipersonales y, en su caso, certificar los acuerdos adoptados; nombrar a las personas que hayan de formar parte de los órganos de gobierno y administración, u órganos administrativos de que se trate; aceptar los nombramientos que recaigan en la Sociedad designando a la persona

GZ9323455

06/2022



física representante (que puede ser incluso el propio apoderado); comparecer ante notario para otorgar las escrituras públicas que procedan y realizar cuantos actos sean necesarios para lograr la inscripción de estas en el registro mercantil o en el registro correspondiente a su naturaleza; en caso de disolución y liquidación de la entidad participada, recibir en nombre de la Sociedad el haber social o cuota de liquidación que en su caso corresponda. -----

4. Representación en procedimientos concursales, liquidaciones judiciales y juntas de acreedores.--

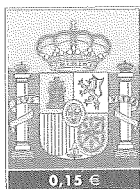
Promover o acudir en nombre de la Sociedad a toda clase de procedimientos concursales en general, voluntarios o necesarios, liquidaciones judiciales o juntas de acreedores y ejercer los derechos de voz y voto que correspondan a la Sociedad. En el marco de lo anterior, votar en nombre de la Sociedad para la aprobación del convenio de que se trate,

acreditando el haber de la Sociedad, procurando su aseguramiento y aceptando las adjudicaciones en pago, pudiendo conceder o denegar reducciones y prórrogas; reconocer y calificar créditos y cobrarlos; designar y recusar administradores concursales y peritos; aceptar o rechazar cargos y designar vocales de organismos de conciliación; aceptar, rechazar, proponer e impugnar las proposiciones que se hagan en los respectivos actos; transigir o acordar los plazos, quitas o esperas objeto de convenio y firmar estos; aceptar, aprobar o rechazar cuentas y la calificación de los créditos; designar domicilio a efectos de notificaciones y someterse de forma expresa o tácita a la jurisdicción de su elección, en los casos permitidos por la ley; seguir los asuntos por todos los trámites hasta el cumplimiento y ejecución de los fallos definitivos, cumplimentar todos los trámites de dichos procesos concursales y ejercer, sin excepción, todos los derechos que correspondan a la Sociedad en su condición de acreedor o administrador concursal.--

5. Gestión de las deudas contraídas con la

GZ9323454

06/2022



Sociedad. -----

Reclamar, cobrar y percibir cuanto por cualquier concepto deba ser satisfecho a la Sociedad, en metálico o en especie, por cualquier tercero, incluyendo, sin limitación, los particulares, entidades de crédito y de otra clase, el Estado, comunidades autónomas, territorios históricos, provincias, municipios y, en general, cualquier otro ente público o privado, nacional o extranjero; reclamar y recuperar avales prestados ante cualesquiera entidades públicas o privadas, incluidos órganos administrativos y judiciales; emitir y exigir recibos y cartas de pago; fijar y finiquitar saldos; determinar la forma de pago de las cantidades debidas a la Sociedad, conceder prórrogas, fijar plazos y su importe; aceptar de los deudores toda clase de garantías personales y reales (como hipotecas mobiliarias e inmobiliarias, o prendas con o sin desplazamiento, entre otras) con

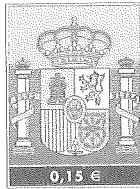
los pactos, cláusulas y condiciones que estime oportuno, y cancelarlas una vez extinguidas las obligaciones garantizadas; aceptar de los deudores adjudicaciones de bienes muebles o inmuebles en pago de las deudas o de parte de ellas y valorar dichos bienes; solicitar la adopción o adoptar, según corresponda, sobre los bienes de los deudores, cuantas medidas judiciales o extrajudiciales considere necesarias o convenientes para la defensa de los derechos o intereses de la Sociedad.-----

6. Contestación de actas y requerimientos.-----

Dirigir, practicar, solicitar el levantamiento y contestar actas, escrituras públicas, requerimientos y notificaciones, sean notariales o de cualquier otra clase que se consideren convenientes a los intereses de la Sociedad; formalizarlas y solicitar su inscripción en los registros públicos y oficinas catastrales correspondientes, con expresas facultades de aclaración, subsanación o rectificación de dichos títulos públicos; instar actas notariales y copias de testamentos, declaraciones de herederos, expedientes de dominio,

GZ9323453

06/2022



autorizaciones y aprobaciones judiciales y demás actos de jurisdicción voluntaria; solicitar certificaciones, testimonios y copias fehacientes; promover expedientes de dominio, de liberación de cargas y gravámenes y suscribir actas de notoriedad en relación con los inmuebles de la Sociedad.-----

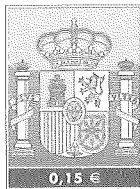
7. Representación en registros de la propiedad.

Suscribir los documentos públicos o privados que se precisaren para constituir unidades inmobiliarias y llevar a efecto agrupaciones, divisiones o segregaciones de fincas u otros bienes de la Sociedad; suscribir acuerdos de deslinde; formalizar declaraciones de obra nueva; obtener la inscripción de bienes inmuebles y de obras realizadas o que se realicen con fondos sociales y que impliquen edificaciones nuevas o meras reformas de edificios existentes, o simplemente instalaciones, para que consten en el registro de la propiedad y en las oficinas catastrales, pudiendo establecer, en su

caso, los estatutos de las comunidades de propietarios, la descripción de los inmuebles y asignarles su valor, con expresas facultades de aclaración, subsanación o rectificación de descripciones de inmuebles, así como de errores materiales o de otra naturaleza obrantes en documentos públicos o privados, formalizando las solicitudes en las oficinas y registros que correspondan, así como suscribiendo cuantos documentos públicos y privados sean necesarios para su regularización; solicitar la cancelación de inscripciones; cancelar hipotecas, usufructos, servidumbres o cualesquiera otros gravámenes que recaigan sobre bienes inmuebles propiedad de la Sociedad; promover expedientes de dominio, de liberación de cargas y gravámenes y actas de notoriedad en relación con los inmuebles de la Sociedad, determinando todo lo necesario para su inscripción en el registro de la propiedad y estableciendo los estatutos de las comunidades de propietarios que procedan; llevar a cabo cuantas gestiones correspondan frente a las áreas de gestión

GZ9323452

06/2022



catastral competentes para la adecuada administración de los inmuebles de la Sociedad.---

8. Relación con aduanas y compañías aéreas y transitarías.-----

· Recibir y retirar de las compañías aéreas y transitarías cartas, contratos de transporte y toda clase de documentos de transporte consignados a nombre de la Sociedad.-----

· Retirar de las aduanas españolas mercancías y efectos remitidos o consignados por o para la Sociedad, así como toda clase de documentos de transporte y aduanas.-----

· Intervenir ante las administraciones y oficinas de aduanas, recibiendo y practicando notificaciones, requerimientos y consignaciones, efectuando todas las gestiones necesarias para llevar a término la cesión de los documentos de transporte a terceros, así como suscribir documentos de descarga y diligenciar documentos

internacionales, endosando documentos y formulando reclamaciones y protestas.-----

· Efectuar declaraciones de aduanas, así como otros actos y formalidades ante la Administración Aduanera y demás recintos reglamentarios, con el fin de asignar un determinado régimen aduanero a las mercancías presentadas para su reconocimiento y despacho.-----

· Reclamar, ante la Delegación de Aduanas e Impuestos Especiales, cantidades por devoluciones de pagos indebidos, depósitos, consignaciones, cobros por resultas de expedientes o por cualesquiera otros conceptos.-----

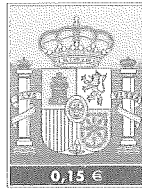
· Intervenir ante cualquier administración u oficina de aduanas, presentando y tramitando documentos para cualquier operación de importación, exportación, reimportación, reexportación, tránsito, trasbordo y cabotaje.-----

9. Ejecución y elevación a público de acuerdos adoptados por la Sociedad.-----

Llevar a cumplimiento todos y cada uno de los acuerdos o decisiones que adopten tanto la Junta

GZ9323451

06/2022



General de Accionistas como el órgano de administración de la Sociedad y su Comisión Ejecutiva Delegada, con capacidad y apoderamiento suficiente para elevarlos a escritura pública, otorgar escrituras de poder y promover las inscripciones que en su caso procedan en los registros pertinentes, realizando en tal supuesto las subsanaciones que sean necesarias a la luz de la calificación verbal o escrita de los registradores, hasta lograr la perfecta inscripción de la documentación presentada.-----

10. Solicitud de certificados de firma electrónica.-----

Solicitar, descargar, instalar, renovar, suspender, revocar y utilizar cualesquiera certificados de firma electrónica emitidos por la Fábrica Nacional de Moneda y Timbre - Real Casa de la Moneda (la "FNMT") o por otros prestadores de servicios de certificación, tanto los certificados

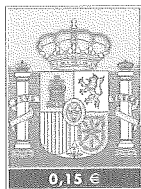
expresados en las leyes como cualesquiera otros de los emitidos por la FNMT y por otros prestadores de servicios de certificación electrónica, incluidos, pero no limitados a, certificados de persona física, de representante de persona jurídica, de dispositivo móvil, de servidor, de componentes, de firma de código, de sede electrónica, de sello electrónico para la actuación administrativa automatizada y cualesquiera otros certificados electrónicos que pudieran surgir con posterioridad de conformidad con el estado de la técnica.-----

La solicitud de los certificados de firma electrónica referida en el párrafo anterior podrá realizarse ante las oficinas de registro de la Agencia Estatal de la Administración Tributaria o ante otras oficinas de registro delegadas de órganos, organismos o entidades que ejerzan funciones públicas, así como ante las oficinas o registros que designen los prestadores de servicios de certificación.-----

Las actividades comprendidas en los dos párrafos anteriores, a realizar por cuenta de la Sociedad,

GZ9323450

06/2022



incluyen: -----

(i) utilización del certificado de firma electrónica ante la Administración General del Estado, las comunidades autónomas y las entidades locales, así como ante sus organismos públicos, sociedades, mancomunidades, consorcios o cualesquiera otros entes, con o sin personalidad jurídica, vinculados o dependientes de los anteriores, incluyendo la administración institucional, territorial o periférica y cualesquiera órganos reguladores; -----

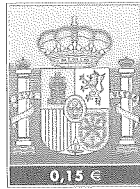
(ii) realización de los trámites que correspondan ante las oficinas y los funcionarios públicos de cualesquiera administraciones, registros públicos, agencias tributarias, tribunales económicos-administrativos o de cuentas, notarías, colegios profesionales, sindicatos, autoridades eclesíásticas,

organismos de la Unión Europea e internacionales, órganos jurisdiccionales, fiscalías, juntas y jurados, juntas arbitrales, cámaras de comercio, órganos constitucionales y cualesquiera otros órganos, agencias, entes u organismos de cualquier administración y demás entidades creadas o por crear, en cualquiera de sus ramas, dependencias o servicios de cualesquiera administraciones nacionales, de la Unión Europea o internacionales. -----

(iii) actuación ante personas físicas, jurídicas, entidades, sociedades y comunidades, con y sin personalidad jurídica, organismos, agrupaciones, asociaciones, fundaciones, organizaciones no gubernamentales y demás entes de derecho privado previstos en el ordenamiento jurídico español, de la Unión Europea e internacionales, para el ejercicio, por vía electrónica mediante la utilización del certificado de firma electrónica de la Sociedad y por su cuenta,

GZ9323449

06/2022



de las facultades incluidas en este párrafo
y en los dos anteriores. -----

**11. Ejercicio de facultades conferidas mediante
el certificado de firma electrónica. -----**

Solicitar y emplear el "Certificado electrónico de Representante de Persona Jurídica" o cualquier otro certificado equivalente del que disponga en todas las relaciones telemáticas y/o telefónicas que la Sociedad mantenga, en el ejercicio de las facultades contenidas en los apartados anteriores.

12. Gestión de la correspondencia. -----

Practicar y recibir notificaciones, comunicaciones y requerimientos de cualquier clase, retirar de las administraciones de correos cartas, certificados, giros postales o telegráficos y valores declarados, así como cualquier otro género de envíos; recibir y enviar correspondencia en nombre de la Sociedad, incluso la certificada y la que contenga valores declarados; tramitar

documentación de toda índole de la Sociedad y publicar anuncios en los boletines oficiales de cualquier Administración Pública estatal, autonómica, foral, provincial o local, extranjera o internacional, incluida de la Unión Europea.-----

13. Formalización en documento público.-----

Formalizar en documento público los actos y contratos que concierne en el ejercicio de las facultades aquí conferidas, con las cláusulas que les sean propias y las demás que en cada caso se estimen procedentes.-----

14. En general, llevar a cabo cuantas actividades complementarias estimen necesarias o convenientes para el más completo cumplimiento de las facultades otorgadas en este apoderamiento.---

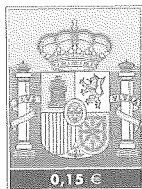
B. FACULTADES DE PARTICIPACION EN PROCESOS EXPROPIATORIOS.-----

B.1. Facultades mancomunadas en materia de procesos expropiatorios.-----

Se confiere poder mancomunado, tan amplio y bastante como en derecho se requiera, a favor de las personas apoderadas bajo la calificación de

GZ9323448

06/2022



apoderados del Grupo B1.1 y apoderados del Grupo B1.2 que más adelante se señalarán, para que una persona cualquiera de las calificadas como apoderados del Grupo B1.1, actuando de forma mancomunada con otra persona cualquiera de las también aquí apoderadas calificadas como apoderados del Grupo B1.2 puedan representar a la Sociedad y sus sucursales así como a aquellas personas jurídicas que hubieran apoderado o apoderen a la Sociedad (en adelante, las "Sociedades Representadas"), empleando la firma social, en cuantos actos y documentos intervengan en virtud de las Facultades que se detallan seguidamente.-----

Apoderados del Grupo B1.1 - limitadas a 1.000.000 de euros por acto, operación o contrato.

- **Rafael Chacón Llorente**, mayor de edad, de nacionalidad española, casado, con domicilio en Avenida BoaVista 1837, edificio Burgo, 2 andar, 4100-133 Oporto, Portugal; provisto de

Documento Nacional de Identidad 04.848.252-J;

- **José María Otero Zarauza**, mayor de edad, de nacionalidad española, casado, con domicilio en calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid, y provisto de Documento Nacional de Identidad 31.253.356-J.-----

Apoderados del Grupo B1.2:-----

- **Rafael Icaza de la Sota**.-----
- **Unai Astiz Barrenechea**.-----
- **Jorge de la Peña Carretón**.-----
- **Luis Felipe Castresana López**.-----
- **Javier Domínguez Maestro**.-----
- **Eneko Taranco Zabala**.-----

Los datos de identificación de las anteriores personas ya fueron arriba expuestos.-----

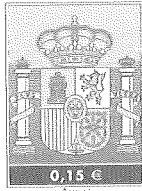
Facultades mancomunadas que se confieren:-----

Representar a la Sociedad y emplear la firma social, can carácter mancomunado, en cuantos actos, negocios y contratos intervengan en virtud de las facultades que se detallan en los apartados siguientes:-----

Comprar, vender, permutar, ceder, adjudicar en

GZ9323447

06/2022



pago o para pago, o de cualquier otro modo adquirir o transmitir, así como gravar de cualquier forma y por medio de cualquiera de los mecanismos establecidos en Derecho – en particular, y sin carácter limitativo, hipotecar, pignorar (con o sin desplazamiento de la posesión) y establecer y constituir servidumbres de todo género- toda clase de bienes inmuebles y sus accesorios, bienes muebles (incluyendo, sin limitación, instalaciones, materiales, efectos y maquinaria), instrumentos de participación en el capital social de compañías (acciones o participaciones sociales o cualquier otro bien o instrumento que dé derecho a la adquisición o venta de estas) u otros valores mobiliarios distintos de los anteriores, y derechos (incluidos, sin limitación, derechos inmobiliarios, de propiedad industrial o intelectual, de tecnología, "know how" o concesiones administrativas) de la Sociedad; así como subrogarse

en la titularidad de los mencionados bienes y derechos y en (as cargas y gravámenes que pesen sobre ellos.-----

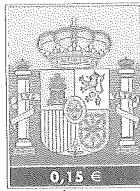
En el marco de lo anterior, podrán estipular libremente Informa y las condiciones de la transacción, efectuando cualesquiera manifestaciones o declaraciones y firmando cuantos documentos, públicos o privados, iniciales o complementarios, sean necesarios o convenientes para dotar de eficacia jurídica a la operación.-----

En particular, podrán suscribir en representación de la Sociedad (oda clase de cartas de proceso (*process letters*) en el marco de posibles transacciones corporativas de inversión p desinversión con terceros, así como cartas u ofertas no vinculantes (*term sheets, letters of intent o memorandums of understanding*).-----

En relación con el precio, podrán establecer su importe, los plazos de cobro o abono y demás particularidades, así como satisfacerlo o declararlo percibido. Asimismo, podrán establecer el pacto de retracto u otros permitidos por la ley, retrovender

GZ9323446

06/2022



los bienes y derechos adquiridos con este pacto; y abonar o percibir las eventuales diferencias que hubiere en las permutas.-----

Para todo lo señalado con anterioridad podrán otorgar cualesquiera clases de documentos públicos o privados, formulando las solicitudes procedentes ante las oficinas y registros públicos competentes.

B.2. Facultades solidarias de representación en procesos expropiatorios.-----

Se confiere poder solidario, tan amplio y bastante como en derecho se requiera, a favor de las personas apoderadas que más adelante se señalarán como integrantes del Grupo B2, para que cualquiera de ellos indistintamente, esto es, de forma solidaria, pueda representar a la Sociedad y sus sucursales así como a aquellas personas jurídicas que hubieran apoderado o apoderen a la Sociedad (las "Sociedades Representadas"), empleando la firma social, con carácter solidario, en cuantos

✓

actuaciones y documentos, intervenga en ejercicio las facultades que se especifican más abajo del catálogo de facultades que seguidamente se indican:

Personas apoderadas del Grupo B2:-----

- **Rafael Chacón Llorente.**-----

- **José María Otero Zarauza.**-----

Los datos de identificación de las anteriores personas ya fueron arriba expuestos.-----

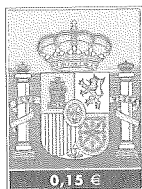
Facultades solidarias que se confieren:-----

1. Representar a la Sociedad, o intervenir en su nombre, ante terceros que tengan relación directa o indirecta con los bienes, derechos, acciones, obligaciones, actividades o negocios de la Sociedad, incluyendo, sin limitación, cualquier organismo o Administración Pública, española o extranjera, en cualquier grado o esfera.-----

En particular, a modo enunciativo, ante las administraciones públicas españolas -del Estado, de las comunidades autónomas, de los territorios históricos, de las provincias o de los municipios-, así como ante cualesquiera otros centros u organismos administrativos, gubernativos o de

GZ9323445

06/2022



cualquier otra naturaleza, organismos sindicales, agencias, delegaciones, oficinas, mancomunidades, consorcios, centros, agrupaciones o dependencias de estas administraciones públicas; ante cualquier organismo, autoridad o entidad pública extranjera u organismo internacional, incluyendo, entre otros, los relacionados con la Unión Europea; ante juntas administrativas, áreas de gestión catastral, juntas de compensación, entidades urbanísticas o cualquier otro organismo de gestión urbanística de cualquier tipo, cámaras, comités, asociaciones, mutualidades, registros de toda índole (incluyendo, entre otros, el Registro de la Propiedad, el Registro Mercantil y el Registro de Bienes Muebles), tanto españoles como extranjeros; ante entidades o sociedades dependientes del Patrimonio del Estado; así como ante oficinas y agencias de comercio de todo género relacionadas con la exportación e importación y operaciones conexas, precedentes o consecuentes,

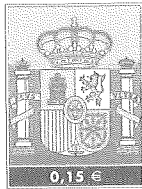
tanto españolas como extranjeras (todas ellas, las "Entidades").-----

En relación con lo anterior:-----

a) Presentar, formular o desistir (en cualquier estado del procedimiento en que se encuentren) de cualquier clase de solicitudes, peticiones, instancias, expedientes, reclamaciones o recursos; instar los expedientes que procedan, solicitando los datos, copias (fehacientes o simples), certificaciones, testimonios o cualesquiera otros documentos en que tenga interés la Sociedad; presentar retirar documentos, así como formalizar y suscribir todos los documentos públicos o privados que sean necesarios; asistir a toda clase de actuaciones o ejercitar toda clase de acciones en defensa de cualesquiera pretensiones, oponerse a estas j' seguir el procedimiento o expediente hasta su resolución y recurriría; recibir notificaciones, remitir escritos y practicar requerimientos de cualquier clase; solicitar el otorgamiento, modificación o ampliación de cualquier tipo de autorizaciones administrativas, declaraciones de

GZ9323444

06/2022



utilidad pública y beneficios fiscales o tributarios; ejecutar o hacer ejecutar las resoluciones firmes; y, en general, tramitar cualquier clase de expedientes, procedimientos o actuaciones administrativas, sin limitación alguna.

b) Representar e intervenir en nombre de la Sociedad en procedimientos de expropiación forzosa incoados por cualquier Administración Pública estatal, autonómica, foral, provincial o local, interviniendo en todas las Jases y trámites de dichos procedimientos, incluso ante jurados provinciales, territoriales o autonómicos de expropiación forzosa, tanto como beneficiario como en condición de expropiado; aceptar o rechazar, abonar o percibir, justiprecios, indemnizaciones, incluidas las relativas a la ocupación temporal y imposición de servidumbres legales; presentar toda clase de escritos, recursos o reclamaciones relacionados con dichos procedimientos, designando peritos e

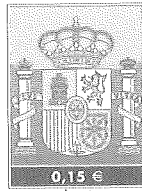
interviniendo en expedientes de reversión; formular y aprobar tasaciones y, en general, intervenir en la tramitación de toda clase de expedientes o actuaciones administrativas relacionadas con procedimientos de expropiación forzosa, sin limitación alguna.-----

c)Firmar, en nombre y representación de la Sociedad, las declaraciones que hayan de ser presentadas ante haciendas y organismos de las Administraciones Públicas en relación con impuestos, tributos, cánones, tasas y demás conceptos, incluyendo auto-liquidaciones tributarias, diligencias y actas de inspección, recursos y reclamaciones; presentar consultas, solicitudes de compensación, de devolución de ingresos indebidos, de aplazamientos de pago, de información adicional a las declaraciones y requerimientos de información.

----- d)
Cancelar y retirar fianzas y avales de todo tipo, civiles y mercantiles, constituidos a favor de la Sociedad; retirar y depositar cantidades en concepto de garantía, fianza, prenda o depósito en la Caja

GZ9323443

06/2022



General de Depósitos y en cualquier oficina de las
Entidades.-----

e) Solicitar la cancelación de las inscripciones,
cancelar hipotecas, usufructos, servidumbres y
cualesquiera otros gravámenes que recaigan sobre
bienes propiedad de la Sociedad.-----

f) Practicar, respecto de los negocios,
actividades y bienes muebles o inmuebles de la
Sociedad, incluidos sus derechos y obligaciones,
cuantos actos de administración estimen convenientes
o necesarios, con las más amplias facultades; en
este ámbito, formalizar convenios j' acuerdos con
cualquier tercero, incluidas las Entidades; percibir
cantidades, libramientos y rentas, así como cobrar
lo que se adeude a la Sociedad por cualquier concepto
y frente a cualquier tercero, incluidas las
Entidades; emitir los correspondientes recibos o
curtas de. pago y efectuar toda clase de cobros y
pagos, sin excepción alguna en cumplimiento de las

obligaciones previamente asumidas por la Sociedad; satisfacer o percibir indemnizaciones, subvenciones, primas, dividendos, intereses, bonificaciones, descuentos y cualesquiera cantidades análogas a favor de la Suciedad, así como reconocerlos, otorgarlos y/ satisfacerlos a terceros; redamar la devolución de lo pagado indebidamente.-----

2.Suscribir contratos o acuerdos de confidencialidad, cartas / acuerdos de intenciones (*Term sheets, letter or intent o memorandum of understanding*) y de exclusividad, o precontratos.-

3.Solicitar y emplear el "Certificado electrónico de Representante de Persona Jurídica" o cualquier otro certificado equivalente del que disponga en todas las Relaciones telemáticas y/o telefónicas que la Sociedad mantenga, en el ejercicio de las facultades contenidas en los apartados anteriores.-----

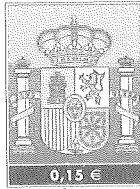
C. FACULTADES DEL ÁREA DE SEGUROS: -----

C.1. Facultades mancomunadas del área de Seguros.-

Se confiere poder mancomunado, tan amplio y bastante como en derecho se requiera, a favor de las

GZ9323442

06/2022



personas apoderadas bajo la calificación de apoderados del Grupo C1.1 y apoderados del Grupo C1.2 que más adelante se señalarán, para que una persona cualquiera de las calificadas como apoderados del Grupo C1.1 actuando de forma mancomunada con otra persona cualquiera de las aquí calificadas como apoderadas del Grupo C1.2 puedan representar a la Sociedad y sus sucursales así como a aquellas personas jurídicas que hubieran apoderado o apoderen a la Sociedad (en adelante, las "Sociedades Representadas"), empleando la firma social, en cuantos actos y documentos intervengan en virtud de las facultades que se detallan seguidamente. -----

Personas apoderadas del Grupo C1.1: -----

- **Koldobika Camiruaga Lartategui**, mayor de edad, casado, con domicilio en Plaza Euskadi, 5, 48009 Bilbao, y provisto de Documento Nacional de Identidad 14.246.867-T. -----

Personas apoderadas del Grupo C1.2:-----

- Rafael Icaza de la Sota.-----
- Unai Astiz Barrenechea.-----
- Jorge de la Peña Carretón. -----
- Luis Felipe Castresana López.-----
- Javier Domínguez Maestro, y.-----
- Eneko Taranco Zabala.-----

Los datos de identificación de las anteriores
personas ya fueron arriba expuestos.-----

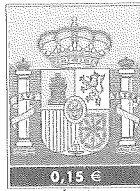
Facultades que se confieren:-----

1.Suscribir con toda clase de personas físicas
o jurídicas, entidades públicas o privadas,
nacionales o extranjeras, toda clase de contratos de
seguros, con expresas facultades para suscribir
pólizas, suplementos, novaciones, extornos,
certificaciones, adendas y otros documentos
análogos.-----

2.Formalizar acuerdos marco para la prestación,
por parte de la Sociedad, de los servicios de
contratación por cuenta propia de los contratos de
seguro que, por sinergias del grupo Iberdrola, se
gestionen a través de programas de seguros

GZ9323441

06/2022



corporativos, seguros en los que la Sociedad asuma la condición de tomador.-----

A los efectos señalados en los dos puntos anteriores, realizar cualesquiera actuaciones y trámites relativos a los procesos de contratación y subcontratación; negociar, formular proposiciones y ofertas de cualquier clase, así como mejorarlas, retirarlas, aceptar y ceder adjudicaciones; presentar y retirar documentos; formalizar y suscribir los documentos públicos o privados que sean necesarios, incluyendo acuerdos de confidencialidad o exclusividad, así como cualesquiera otro tipo de acuerdos o instrumentos previos, complementarios o anejos, sus adendas, anexos y modificaciones; firmar, otorgar, formalizar, adjudicar, modificar, novar, prorrogar, completar, garantizar, aclarar, precisar, resolver, rescindir, cancelar y extinguir los contratos resultantes; realizar los pagos y los cobros

relacionados con los contratos o acuerdos, suscribiendo cuantos documentos sea preciso a estos efectos.-----

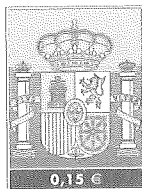
3. Emplear el "Certificado electrónico de Representante de Persona Jurídica", o cualquier otro certificado equivalente del que dispongan, en todas las relaciones telemáticas y/o telefónicas que la Sociedad mantenga en el ejercicio de las facultades contenidas en los apartados anteriores.-----

A efectos aclaratorios, en aquellos supuestos en los que las aplicaciones informáticas disponibles para el uso de los certificados de firma electrónica no estén habilitadas para el ejercicio mancomunado de la facultad de que se trate de manera telemática, el uso de la plataforma informática por uno solo de los apoderados lo será sin perjuicio del carácter mancomunado de la facultad, con independencia de los efectos que se atribuyan a los trámites y actuaciones realizados por el apoderado a través de dicha plataforma informática en las relaciones entre el poderdante y el tercero.-----

4. Formalizar en documento público los actos y

GZ9323440

06/2022



contratos que concierten en el ejercicio de las facultades aquí conferidas, con las cláusulas que les sean propias y las demás que en cada caso se estimen procedentes.-----

5.En general, llevar a cabo cuantas actividades complementarias estimen necesarias o convenientes para el más completo cumplimiento de las facultades otorgadas en este apoderamiento.-----

C.2.Facultades solidarias del área de Seguros:

Se confiere poder solidario, tan amplio y bastante como en derecho se requiera, a favor de las personas apoderadas que más adelante se señalarán como integrantes del Grupo C2, para que cualquiera de ellos indistintamente, esto es, de forma solidaria, pueda representar a la Sociedad y sus sucursales así como a aquellas personas jurídicas que hubieran apoderado o apoderen a la Sociedad (las "Sociedades Representadas"), empleando la firma social, con carácter solidario, en cuantos

actuaciones y documentos, intervenga en ejercicio las facultades que se especifican más abajo del catálogo de facultades que seguidamente se indican:

Personas apoderadas del Grupo C2:-----

- **Koldobika Camiruaga Lartategui.**-----

Los datos de identificación de las anteriores personas ya fueron arriba expuestos.-----

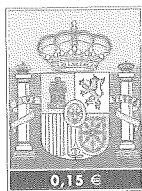
Facultades solidarias que se confieren:-----

1. Representar a la Sociedad, o intervenir en su nombre, ante terceros que tengan relación directa o indirecta con los bienes, derechos, acciones, obligaciones, actividades o negocios de la Sociedad, incluyendo, sin limitación, cualquier organismo o Administración Pública, española o extranjera, en cualquier grado o esfera.-----

En particular, a modo enunciativo, ante las administraciones públicas españolas -del Estado, de las comunidades autónomas, de los territorios históricos, de las provincias o de los municipios-, así como ante cualesquiera otros centros u organismos administrativos, gubernativos o de cualquier otra naturaleza, organismos sindicales,

GZ9323439

06/2022



agencias, delegaciones, oficinas, mancomunidades, consorcios, centros, agrupaciones o dependencias de estas administraciones públicas; ante cualquier organismo, autoridad o entidad pública extranjera u organismo internacional, incluyendo, entre otros, los relacionados con la Unión Europea; ante juntas administrativas, áreas de gestión catastral, juntas de compensación, entidades urbanísticas o cualquier otro organismo de gestión urbanística de cualquier tipo, cámaras, comités, asociaciones, mutualidades, registros de toda índole (incluyendo, entre otros, el registro de la propiedad, el registro mercantil y el registro de bienes muebles), tanto españoles como extranjeros; ante entidades o sociedades dependientes del Patrimonio del Estado; así como ante oficinas y agencias de comercio de todo género relacionadas con la exportación e importación y operaciones conexas, precedentes o consecuentes, tanto españolas como extranjeras (todas ellas, las

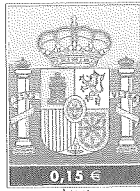
"Entidades").-----

En relación con lo anterior:-----

· Presentar, formular o desistir (en cualquier estado del procedimiento en que se encuentren) de cualquier clase de solicitudes, peticiones, instancias, expedientes, reclamaciones o recursos; instar los expedientes que procedan, solicitando los datos, copias (fehacientes o simples), certificaciones, testimonios o cualesquiera otros documentos en que tenga interés la Sociedad; presentar y retirar documentos, así como formalizar y suscribir todos los documentos públicos o privados que sean necesarios; asistir a toda clase de actuaciones o ejercitar toda clase de acciones en defensa de cualesquiera pretensiones, oponerse a estas y seguir el procedimiento o expediente hasta su resolución y recurrirlo; recibir notificaciones, remitir escritos y practicar requerimientos de cualquier clase; solicitar el otorgamiento, modificación o ampliación de cualquier tipo de autorizaciones administrativas, declaraciones de utilidad pública y beneficios fiscales o

GZ9323438

06/2022



tributarios; ejecutar o hacer ejecutar las resoluciones firmes; y, en general, tramitar cualquier clase de expedientes, procedimientos o actuaciones administrativas, sin limitación alguna.

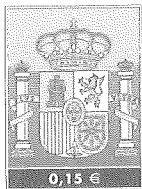
· Representar e intervenir en nombre de la Sociedad en procedimientos de expropiación forzosa incoados por cualquier Administración Pública estatal, autonómica, foral, provincial o local, interviniendo en todas las fases y trámites de dichos procedimientos, incluso ante jurados provinciales, territoriales o autonómicos de expropiación forzosa, tanto como beneficiario como en condición de expropiado; aceptar o rechazar, abonar o percibir, justiprecios e indemnizaciones, incluidas las relativas a la ocupación temporal y a la imposición de servidumbres legales; presentar toda clase de escritos, recursos o reclamaciones relacionados con dichos procedimientos, designando peritos e interviniendo en expedientes de reversión; formular

y aprobar tasaciones y, en general, intervenir en la tramitación de toda clase de expedientes o actuaciones administrativas relacionadas con procedimientos de expropiación forzosa, sin limitación alguna.-----

2. Reclamar, cobrar y percibir cuanto por cualquier concepto deba ser satisfecho a la Sociedad, en metálico o en especie, por cualquier tercero, incluyendo, sin limitación, los particulares, entidades de crédito y de otra clase, el Estado, comunidades autónomas, territorios históricos, provincias, municipios y, en general, cualquier otro ente público o privado, nacional o extranjero; reclamar y recuperar avales prestados ante cualesquiera entidades públicas o privadas, incluidos órganos administrativos y judiciales; emitir y exigir recibos y cartas de pago; fijar y finiquitar saldos; determinar la forma de pago de las cantidades debidas a la Sociedad, conceder prórrogas, fijar plazos y su importe; aceptar de los deudores toda clase de garantías personales y reales (como hipotecas mobiliarias e inmobiliarias o

GZ9323437

06/2022



prendas con o sin desplazamiento, entre otras) con los pactos, cláusulas y condiciones que estime oportuno, y cancelarlas una vez extinguidas las obligaciones garantizadas; aceptar de los deudores adjudicaciones de bienes muebles o inmuebles en pago de las deudas o de parte de ellas y valorar dichos bienes; solicitar la adopción o adoptar, según corresponda, sobre los bienes de los deudores, cuantas medidas judiciales o extrajudiciales considere necesarias o convenientes para la defensa de los derechos o intereses de la Sociedad.-----

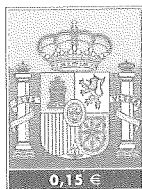
3. Dirigir, practicar, solicitar el levantamiento y contestar actas, escrituras públicas, requerimientos y notificaciones, sean notariales o de cualquier otra clase que se consideren convenientes a los intereses de la Sociedad; formalizarlas y solicitar su inscripción en los registros públicos y oficinas catastrales correspondientes, con expresas facultades de

aclaración, subsanación o rectificación de dichos títulos públicos; instar actas notariales y copias de testamentos, declaraciones de herederos, expedientes de dominio, autorizaciones y aprobaciones judiciales y demás actos de jurisdicción voluntaria; solicitar certificaciones, testimonios y copias fehacientes; promover expedientes de dominio, de liberación de cargas y gravámenes y suscribir actas de notoriedad en relación con los inmuebles de la Sociedad.-----

4. Solicitar, descargar, instalar, renovar, suspender, revocar y utilizar cualesquiera certificados de firma electrónica emitidos por la Fábrica Nacional de Moneda y Timbre - Real Casa de la Moneda (la "FNMT") o por otros prestadores de servicios de certificación, tanto los certificados expresados en las leyes como cualesquiera otros de los emitidos por la FNMT y por otros prestadores de servicios de certificación electrónica, incluidos, pero no limitados a, certificados de persona física, de representante de persona jurídica, de dispositivo móvil, de servidor, de componentes, de firma de

GZ9323436

06/2022



código, de sede electrónica, de sello electrónico para la actuación administrativa automatizada y cualesquiera otros certificados electrónicos que pudieran surgir con posterioridad de conformidad con el estado de la técnica.-----

La solicitud de los certificados de firma electrónica referida en el párrafo anterior podrá realizarse ante las oficinas de registro de la Agencia Estatal de la Administración Tributaria o ante otras oficinas de registro delegadas de órganos, organismos o entidades que ejerzan funciones públicas, así como ante las oficinas o registros que designen los prestadores de servicios de certificación.-----

Las actividades comprendidas en los dos párrafos anteriores, a realizar por cuenta de la Sociedad, incluyen: (i) la utilización del certificado de firma electrónica ante la Administración General del Estado, las comunidades autónomas y las entidades

locales, así como ante sus organismos públicos, sociedades, mancomunidades, consorcios o cualesquiera otros entes, con o sin personalidad jurídica, vinculados o dependientes de los anteriores, incluyendo la administración institucional, territorial o periférica y cualesquiera órganos reguladores; (ii) la realización de los trámites que correspondan ante las oficinas y los funcionarios públicos de cualesquiera administraciones, registros públicos, agencias tributarias, tribunales económicos-administrativos o de cuentas, notarías, colegios profesionales, sindicatos, autoridades eclesiásticas, organismos de la Unión Europea e internacionales, órganos jurisdiccionales, fiscalías, juntas y jurados, juntas arbitrales, cámaras de comercio, órganos constitucionales y cualesquiera otros órganos, agencias, entes u organismos de cualquier administración y demás entidades creadas o por crear, en cualquiera de sus ramas, dependencias o servicios de cualesquiera administraciones nacionales, de la Unión Europea o

GZ9323435

06/2022



internacionales; y (iii) la actuación ante personas físicas, jurídicas, entidades, sociedades y comunidades, con y sin personalidad jurídica, organismos, agrupaciones, asociaciones, fundaciones, organizaciones no gubernamentales y demás entes de derecho privado previstos en el ordenamiento jurídico español, de la Unión Europea e internacionales, para el ejercicio, por vía electrónica mediante la utilización del certificado de firma electrónica de la Sociedad y por su cuenta, de las facultades incluidas en este párrafo y en los dos anteriores.-----

5. Emplear el "Certificado electrónico de Representante de Persona Jurídica" o cualquier otro certificado equivalente del que disponga en todas las relaciones telemáticas y/o telefónicas que la Sociedad mantenga, en el ejercicio de las facultades contenidas en los apartados anteriores.-----

6. Practicar y recibir notificaciones,

comunicaciones y requerimientos de cualquier clase, retirar de las administraciones de correos cartas, certificados, giros postales o telegráficos y valores declarados, así como cualquier otro género de envíos; recibir y enviar correspondencia en nombre de la Sociedad, incluso la certificada y la que contenga valores declarados; tramitar documentación de toda índole de la Sociedad y publicar anuncios en los boletines oficiales de cualquier Administración Pública estatal, autonómica, foral, provincial o local, extranjera o internacional, incluida de la Unión Europea.-----

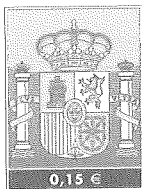
7. Formalizar en documento público los actos y contratos que concierne en el ejercicio de las facultades aquí conferidas, con las cláusulas que les sean propias y las demás que en cada caso se estimen procedentes.-----

8. En general, llevar a cabo cuantas actividades complementarias estime necesarias o convenientes para el más completo cumplimiento de las facultades otorgadas en este poder.-----

D. FACULTADES DEL ÁREA DE SERVICIOS GENERALES: ----

GZ9323434.

06/2022



D.1. Facultades mancomunadas del área de
Servicios Generales.-----

Se confiere poder mancomunado, tan amplio y bastante como en derecho se requiera, a favor de las personas apoderadas bajo la calificación de apoderados del Grupo D1.1 y apoderados del Grupo D1.2 que más adelante se señalarán, para que una persona cualquiera de las calificadas como apoderados del Grupo D1.1 actuando de forma mancomunada con otra persona cualquiera de los apoderados del Grupo D1.2 puedan representar a la Sociedad y sus sucursales así como a aquellas personas jurídicas que hubieran apoderado o apoderen a la Sociedad (en adelante, las "Sociedades Representadas"), empleando la firma social, en cuantos actos y documentos intervengan en virtud de las facultades que se detallan seguidamente.-----

Personas apoderadas del Grupo D1.1.-----

- Juan Luis Lucas Romero, mayor de edad, de

nacionalidad española, casado, con domicilio en
calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid; y provisto
de Documento Nacional de Identidad 01.934.063-

Q.-----

- **Jacobo Lara Alvarez**, mayor de edad, divorciado,
con domicilio en calle Tomás Redondo 1, 28033
Madrid; y provisto de Documento Nacional de
Identidad / Número de Identificación Fiscal
52.336.198-C.-----

Personas apoderadas del Grupo D1.2.-----

- **Rafael Icaza de la Sota.**-----
- **Unai Astiz Barrenechea.**-----
- **Jorge de la Peña Carretón.**-----
- **Luis Felipe Castresana López.**-----
- **Javier Domínguez Maestro, y.**-----
- **Eneko Taranco Zabala.**-----

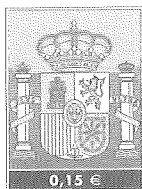
Los datos de identificación de las anteriores
personas ya fueron arriba expuestos.-----

Facultades mancomunadas que se confieren:-----

1. Suscribir con toda clase de personas físicas
o jurídicas, entidades públicas o privadas,
nacionales o extranjeras, toda clase de contratos o

GZ9323433

06/2022



acuerdos cuyo objeto esté relacionado con cuanto constituye el objeto social y el tráfico o giro propio de la Sociedad, a través de cualquier modalidad de contratación (a título enunciativo no limitativo, subasta, concurso, contratación directa o procedimiento negociado).-----

En particular: -----

- Celebrar todo tipo de contratos de obra, prestación de servicios, suministro, distribución, electrificación y aprovisionamiento de cualquier clase. -----

- Realizar pedidos. -----

- Suscribir convenios urbanísticos, de ejecución de obras o desarrollos inmobiliarios o de terminación convencional de expediente sancionador, en los términos previstos en la Ley 39/2015, de 1 de octubre, del Procedimiento Administrativo Común de las Administraciones Públicas (o la norma que en cada momento la sustituya).-----

· Suscribir contratos de arrendamiento o subarrendamiento, como parte arrendadora o arrendataria, contratos de cesión de instalaciones, y formalizar operaciones de *leasing* o *renting* de toda clase, por el precio, con los plazos y en las condiciones que estimen convenientes.-----

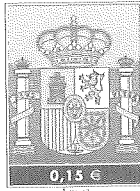
· Formalizar acuerdos marco para la prestación, por parte de la Sociedad, de los servicios de contratación por cuenta propia de los contratos de seguro que, por sinergias del grupo Iberdrola, se gestionen a través de programas de seguros corporativos, seguros en los que la Sociedad asuma la condición de tomador.-----

· Contratar asesores externos de cualquier tipo para, en el marco de un proceso de financiación, estructurar la operación, colaborar, asesorar, redactar la documentación, contactar con posibles inversores, actuar como banco agente y, en general, participar en cualquier actividad dentro de los procesos de financiación de la Sociedad.-----

A estos efectos, realizar cualesquiera actuaciones y trámites relativos a los procesos de

GZ9323432

06/2022



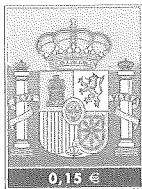
contratación y subcontratación; negociar, formular proposiciones y ofertas de cualquier clase, así como mejorarlas, retirarlas, aceptar y ceder adjudicaciones; presentar y retirar documentos; formalizar y suscribir los documentos públicos o privados que sean necesarios, incluyendo acuerdos de confidencialidad o exclusividad, así como cualesquiera otro tipo de acuerdos o instrumentos previos, complementarios o anejos, sus adendas, anexos y modificaciones; firmar, otorgar, formalizar, adjudicar, modificar, novar, prorrogar, completar, garantizar, aclarar, precisar, resolver, rescindir, cancelar y extinguir los contratos resultantes; realizar los pagos y los cobros relacionados con los contratos o acuerdos, suscribiendo cuantos documentos sea preciso a estos efectos.-----

2. Asistir y tomar parte en cualesquiera
J concursos, subastas, concurso-subastas, ya sean

voluntarios, judiciales o administrativos, ante toda clase de autoridades y organismos públicos del Estado, comunidades autónomas, territorios históricos, provincias, municipios o corporaciones públicas o privadas, entidades o particulares; formular y suscribir toda clase de propuestas, conforme al modelo que resulte del pliego de condiciones si existiera, y en los términos que juzguen oportunos, así como mejorarlas y retirarlas; constituir las fianzas provisionales que sean precisas para tomar parte en dichos procedimientos de licitación y retirarlas en su momento, haciéndose cargo del efectivo o de los bienes en que consistan; completar los demás trámites exigidos en el pliego de condiciones para participar en el procedimiento; intervenir en la licitación por pujas que se realice, efectuando esas pujas libremente; ceder remates; constituir, en caso de adjudicación, la fianza definitiva; suscribir el contrato y concurrir al otorgamiento de la correspondiente escritura, en la que asumirán, en nombre de la Sociedad, el compromiso de cumplir todas las condiciones fijadas en el

GZ9323431

06/2022



concurso o subasta y de mantener todas las relaciones que se deriven del contrato formalizado, incluso reclamar, percibir y cobrar las sumas que deban serle satisfechas a la Sociedad en contrapartida de las prestaciones que efectúe.-----

3. Comprar, vender, permutar, ceder, adjudicar en pago o para pago, o de cualquier otro modo adquirir o transmitir, así como gravar de cualquier forma y por medio de cualquiera de los mecanismos establecidos en Derecho -en particular, y sin carácter limitativo, hipotecar, pignorar (con o sin desplazamiento de la posesión) y establecer y constituir servidumbres de todo género- toda clase de bienes inmuebles y sus accesorios, bienes muebles (incluyendo, sin limitación, instalaciones, materiales, efectos y maquinaria), instrumentos de participación en el capital social de compañías (acciones o participaciones sociales o cualquier otro bien o instrumento que dé derecho a la

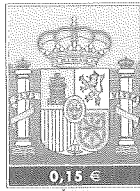
adquisición o venta de estas) u otros valores mobiliarios distintos de los anteriores, y derechos (incluidos, sin limitación, derechos inmobiliarios, de propiedad industrial o intelectual, de tecnología, "know how" o concesiones administrativas) de la Sociedad; formalizar operaciones de *leasing*, así como subrogarse en la titularidad de los mencionados bienes y derechos y en las cargas y gravámenes que pesen sobre ellos.-

En el marco de lo anterior, podrán estipular libremente la forma y las condiciones de la transacción, efectuando cualesquiera manifestaciones o declaraciones y firmando cuantos documentos, públicos o privados, iniciales o complementarios, sean necesarios o convenientes para dotar de eficacia jurídica a la operación.

En particular podrán suscribir toda clase de cartas de proceso ("*process letters*") en el marco de posibles transacciones corporativas de inversión y desinversión con terceros, así como cartas y acuerdos de intenciones ("*term sheet*", "*letter of intent*" o "*memorandum of understanding*") y de

GZ9323430

06/2022



exclusividad o precontratos.-----

En relación con el precio, podrán establecer su importe, los plazos de cobro o abono y demás particularidades, así como satisfacerlo o declararlo percibido. Asimismo, podrán establecer el pacto de retracto u otros permitidos por la ley, retrovender los bienes y derechos adquiridos con este pacto, y abonar o percibir las eventuales diferencias que hubiere en las permutas.-----

Para todo lo señalado con anterioridad podrán otorgar cualesquiera clase de documentos públicos o privados, formulando las solicitudes procedentes ante las oficinas y registros públicos competentes.

4. Constituir todo tipo de cargas o gravámenes sobre los bienes muebles e inmuebles titularidad de la Sociedad, incluyendo, sin limitación, hipotecas, usufructos y servidumbres de toda clase, incluso las que afecten al dominio o explotación de los bienes de la Sociedad.-----

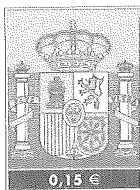
5. Constituir, en nombre de la Sociedad, avales, fianzas y garantías -incluyendo prendas de valores-, en garantía de las obligaciones asumidas por la Sociedad o por cualquier tercero (en particular, por las sociedades en las que participa, directa o indirectamente, la Sociedad) pudiendo ser beneficiarios de dichos avales o garantías terceros de cualquier clase, incluyendo instituciones u organismos públicos.-----

6. Concertar con entidades de toda clase pólizas y contratos marco para la concesión de avales a la Sociedad o a sus sociedades filiales, a favor de la Sociedad o de las sociedades en las que esta participa, directa o indirectamente, y de terceros de cualquier clase, incluyendo instituciones públicas.-----

7. Emplear el "Certificado electrónico de Representante de Persona Jurídica", o cualquier otro certificado equivalente del que dispongan, en todas las relaciones telemáticas y/o telefónicas que la Sociedad mantenga en el ejercicio de las facultades contenidas en los apartados anteriores.-----

GZ9323429

06/2022



A efectos aclaratorios, en aquellos supuestos en los que las aplicaciones informáticas disponibles para el uso de los certificados de firma electrónica no estén habilitadas para el ejercicio mancomunado de la facultad de que se trate de manera telemática, el uso de la plataforma informática por uno solo de los apoderados lo será sin perjuicio del carácter mancomunado de la facultad, con independencia de los efectos que se atribuyan a los trámites y actuaciones realizados por el apoderado a través de dicha plataforma informática en las relaciones entre el poderdante y el tercero.-----

8. Formalizar en documento público los actos y contratos que concierten en el ejercicio de las facultades aquí conferidas, con las cláusulas que les sean propias y las demás que en cada caso se estimen procedentes.-----

9. En general, llevar a cabo cuantas actividades complementarias estimen necesarias o convenientes

para el más completo cumplimiento de las facultades
otorgadas en este poder.-----

D.2.Facultades solidarias del área de Servicios
Generales.-----

✓ Se confiere poder solidario, tan amplio y
bastante como en derecho se requiera, a favor de las
personas apoderadas que más adelante se señalarán
como integrantes del Grupo D2, para que cualquiera
de ellos indistintamente, esto es, de forma
solidaria, pueda representar a la Sociedad y sus
sucursales así como a aquellas personas jurídicas
que hubieran apoderado o apoderen a la Sociedad (las
"Sociedades Representadas"), empleando la firma
social, con carácter solidario, en cuantos
actuaciones y documentos, intervenga en ejercicio
las facultades que se especifican más abajo del
catálogo de facultades que seguidamente se indican:

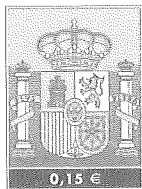
Personas apoderadas del Grupo D2:-----

- **Juan Luis Lucas Romero, y.**-----
- **Jacobo Lara Alvarez.**-----

Los datos de identificación de las anteriores
personas ya fueron arriba expuestos.-----

GZ9323428

06/2022



Facultades solidarias que se otorgan: -----

1. Representar a la Sociedad, o intervenir en su nombre, ante terceros que tengan relación directa o indirecta con los bienes, derechos, acciones, obligaciones, actividades o negocios de la Sociedad, incluyendo, sin limitación, cualquier organismo o Administración Pública, española o extranjera, en cualquier grado o esfera. -----

En particular, a modo enunciativo, ante las administraciones públicas españolas -del Estado, de las comunidades autónomas, de los territorios históricos, de las provincias o de los municipios-, así como ante cualesquiera otros centros u organismos administrativos, gubernativos o de cualquier otra naturaleza, organismos sindicales, agencias, delegaciones, oficinas, mancomunidades, consorcios, centros, agrupaciones o dependencias de estas administraciones públicas; ante cualquier organismo, autoridad o entidad pública extranjera u

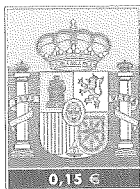
organismo internacional, incluyendo, entre otros, los relacionados con la Unión Europea; ante juntas administrativas, áreas de gestión catastral, juntas de compensación, entidades urbanísticas o cualquier otro organismo de gestión urbanística de cualquier tipo, cámaras, comités, asociaciones, mutualidades, registros de toda índole (incluyendo, entre otros, el registro de la propiedad, el registro mercantil y el registro de bienes muebles), tanto españoles como extranjeros; ante entidades o sociedades dependientes del Patrimonio del Estado; así como ante oficinas y agencias de comercio de todo género relacionadas con la exportación e importación y operaciones conexas, precedentes o consecuentes, tanto españolas como extranjeras (todas ellas, las "Entidades"). -----

En relación con lo anterior: -----

· Presentar, formular o desistir (en cualquier estado del procedimiento en que se encuentren) de cualquier clase de solicitudes, peticiones, instancias, expedientes, reclamaciones o recursos; instar los expedientes que procedan, solicitando los

GZ9323427

06/2022



datos, copias (fehacientes o simples), certificaciones, testimonios o cualesquiera otros documentos en que tenga interés la Sociedad; presentar y retirar documentos, así como formalizar y suscribir todos los documentos públicos o privados que sean necesarios; asistir a toda clase de actuaciones o ejercitar toda clase de acciones en defensa de cualesquiera pretensiones, oponerse a estas y seguir el procedimiento o expediente hasta su resolución y recurrirlo; recibir notificaciones, remitir escritos y practicar requerimientos de cualquier clase; solicitar el otorgamiento, modificación o ampliación de cualquier tipo de autorizaciones administrativas, declaraciones de utilidad pública y beneficios fiscales o tributarios; ejecutar o hacer ejecutar las resoluciones firmes; y, en general, tramitar cualquier clase de expedientes, procedimientos o actuaciones administrativas, sin limitación alguna.

· Representar e intervenir en nombre de la Sociedad en procedimientos de expropiación forzosa incoados por cualquier Administración Pública estatal, autonómica, foral, provincial o local, interviniendo en todas las fases y trámites de dichos procedimientos, incluso ante jurados provinciales, territoriales o autonómicos de expropiación forzosa, tanto como beneficiario como en condición de expropiado; aceptar o rechazar, abonar o percibir justiprecios e indemnizaciones, incluidas las relativas a la ocupación temporal y a la imposición de servidumbres legales; presentar toda clase de escritos, recursos o reclamaciones relacionados con dichos procedimientos, designando peritos e interviniendo en expedientes de reversión; formular y aprobar tasaciones y, en general, intervenir en la tramitación de toda clase de expedientes o actuaciones administrativas relacionadas con procedimientos de expropiación forzosa, sin limitación alguna.-----

· Firmar, en nombre y representación de la Sociedad, las declaraciones que hayan de ser

GZ9323426

06/2022



presentadas ante haciendas y organismos de las Administraciones Públicas en relación con impuestos, tributos, cánones, tasas y demás conceptos, incluyendo auto-liquidaciones tributarias, diligencias y actas de inspección, recursos y reclamaciones; presentar consultas, solicitudes de compensación, de devolución de ingresos indebidos, de aplazamientos de pago, de información adicional a las declaraciones y requerimientos de información.

· Cancelar y retirar fianzas y avales de todo tipo, civiles y mercantiles, constituidos a favor de la Sociedad; retirar y depositar cantidades en concepto de garantía, fianza, prenda o depósito en la Caja General de Depósitos y en cualquier oficina de las Entidades. -----

· Suscribir toda clase de cartas de proceso ("process letters") en el marco de posibles transacciones corporativas de inversión y desinversión con terceros, así como cartas u ofertas

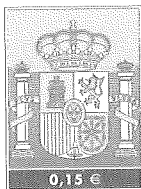
no vinculantes.-----

· Solicitar la cancelación de las inscripciones, cancelar hipotecas, usufructos, servidumbres y cualesquiera otros gravámenes que recaigan sobre bienes propiedad de la Sociedad.-----

· Practicar, respecto de los negocios, actividades y bienes muebles o inmuebles de la Sociedad, incluidos sus derechos y obligaciones, cuantos actos de administración estimen convenientes o necesarios, con las más amplias facultades; en este ámbito, formalizar convenios y acuerdos con cualquier tercero, incluidas las Entidades; percibir cantidades, libramientos y rentas, así como cobrar lo que se adeude a la Sociedad por cualquier concepto y frente a cualquier tercero, incluidas las Entidades; emitir los correspondientes recibos o cartas de pago y efectuar toda clase de cobros y pagos, sin excepción alguna en cumplimiento de las obligaciones previamente asumidas por la Sociedad; satisfacer o percibir indemnizaciones, subvenciones, primas, dividendos, intereses, bonificaciones, descuentos y cualesquiera cantidades análogas a

GZ9323425

06/2022



favor de la Sociedad, así como reconocerlos, otorgarlos y satisfacerlos a terceros; reclamar la devolución de lo pagado indebidamente.-----

2. Representar a la Sociedad en la defensa de sus derechos en toda clase de procedimientos judiciales y comparecer ante los juzgados y tribunales competentes de cualquier grado, orden y jurisdicción (incluyendo, sin limitación, jueces de paz, juzgados de primera instancia e instrucción, juzgados de lo social, juzgados de lo mercantil, juzgados de lo contencioso-administrativo, tribunales económico-administrativos, audiencias provinciales, tribunales superiores de justicia, Audiencia Nacional, Tribunal Supremo, Tribunal Constitucional, Tribunal de Cuentas y el Tribunal de Justicia de la Unión Europea u otros internacionales), organismos oficiales, funcionarios públicos, autoridades estatales, autonómicas, forales, provinciales o locales (en

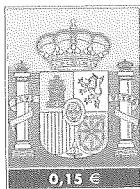
particular, ante los organismos y servicios competentes para la mediación, arbitraje y conciliación en materia laboral -los Servicios de Mediación, Arbitraje y Conciliación-), oficinas, registros, personas y corporaciones, nacionales o extranjeras, y para toda clase de pleitos (incluyendo, sin limitación, los constitucionales, civiles, mercantiles, de jurisdicción voluntaria o contenciosa, penales, administrativos, económico-administrativos, contencioso-administrativos, laborales y de cualquier otra naturaleza) o actuaciones, sin reserva o limitación alguna, como demandante, demandado, coadyuvante, denunciante, querellante, testigo, tercero o en cualquier otra posición procesal.-----

En relación con lo anterior:-----

· Intervenir en toda clase de actos de conciliación, con avenencia o sin ella, como parte promotora o demandada; interponer recursos de alzada y cualquier otro acto previo al proceso; comparecer, renunciar, allanarse o transigir en la audiencia previa del juicio ordinario.-----

GZ9323424

06/2022



En el orden jurisdiccional civil podrá intervenir en cualquier medio de solución de controversias que sea preceptivo para la admisibilidad de la demanda, contestación o reconvencción.-----

A los efectos anteriores, podrá intervenir en cualquier proceso de mediación, conciliación o de opinión neutral de un experto independiente y, en particular, someterse a la mediación y aceptar su resultado, intervenir en conciliación, con avenencia o sin ella, y formular oferta vinculante confidencial, o si emplea cualquier otro tipo de actividad negocial no tipificada legalmente pero que cumpla lo previsto en el apartado anterior, dejar constancia de la recepción por la parte requerida de la propuesta de negociación, así como de su fecha, contenido e identidad de la parte proponente.-----

· Declarar en juicio y absolver posiciones; responder al interrogatorio de parte, así como, en

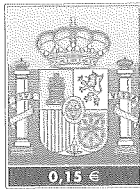
su caso, causar la ratificación personal, recusar y tachar testigos o peritos; recusar funcionarios, jueces y magistrados; designar vocales para la constitución del tribunal en los juicios en los que según la ley proceda; instar reconvenciones; proponer y practicar pruebas; presentar escritos y ratificarlos; pedir requerimientos, citaciones y emplazamientos; solicitar libranzas de copias y demás actuaciones a que tuviere derecho la Sociedad; asistir a juntas y careos; prestar confesión judicial o extrajudicial.-----

· Constituir y retirar depósitos judiciales y avales prestados; prestar cauciones.-----

3. Concurrir en nombre y representación de la Sociedad a toda clase de juntas (incluso universales), asambleas, patronatos, consejos de administración, comisiones y, en general, órganos de gobierno y administración de cualquier clase, de todo género de sociedades, entidades, asociaciones, fundaciones, comités, corporaciones, agrupaciones (en particular, pero sin carácter limitativo, agrupaciones de interés económico, uniones

GZ9323423

06/2022



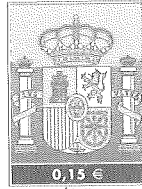
temporales de empresas, sociedades mercantiles y civiles) en las que tenga interés la Sociedad. En el marco de lo anterior: ejercitar el voto que corresponda a la participación de la Sociedad en el sentido que libremente determine; actuar como representante de la Sociedad en su condición de socio único en entidades unipersonales y, en su caso, certificar los acuerdos adoptados; nombrar a las personas que hayan de formar parte de los órganos de gobierno y administración, u órganos administrativos de que se trate; aceptar los nombramientos que recaigan en la Sociedad designando a la persona física representante (que puede ser incluso el propio apoderado); comparecer ante notario para otorgar las escrituras públicas que procedan y realizar cuantos actos sean necesarios para lograr la inscripción de estas en el registro mercantil o en el registro correspondiente a su naturaleza; en caso de disolución y liquidación de la entidad

participada, recibir en nombre de la Sociedad el haber social o cuota de liquidación que en su caso corresponda.-----

4. Promover o acudir en nombre de la Sociedad a toda clase de procedimientos concursales en general, voluntarios o necesarios, liquidaciones judiciales o juntas de acreedores y ejercer los derechos de voz y voto que correspondan a la Sociedad. En el marco de lo anterior, votar en nombre de la Sociedad para la aprobación del convenio de que se trate, acreditando el haber de la Sociedad, procurando su aseguramiento y aceptando las adjudicaciones en pago, pudiendo conceder o denegar reducciones y prórrogas; reconocer y calificar créditos y cobrarlos; designar y recusar administradores concursales y peritos; aceptar o rechazar cargos y designar vocales de organismos de conciliación; aceptar, rechazar, proponer e impugnar las proposiciones que se hagan en los respectivos actos; transigir o acordar los plazos, quitas o esperas objeto de convenio y firmar estos; aceptar, aprobar o rechazar cuentas y la calificación de los créditos;

GZ9323422

06/2022



designar domicilio a efectos de notificaciones y someterse de forma expresa o tácita a la jurisdicción de su elección, en los casos permitidos por la ley; seguir los asuntos por todos los trámites hasta el cumplimiento y ejecución de los fallos definitivos, cumplimentar todos los trámites de dichos procesos concursales y ejercer, sin excepción, todos los derechos que correspondan a la Sociedad en su condición de acreedor o administrador concursal.--

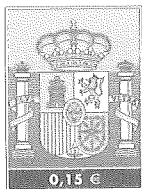
5. Reclamar, cobrar y percibir cuanto por cualquier concepto deba ser satisfecho a la Sociedad, en metálico o en especie, por cualquier tercero, incluyendo, sin limitación los particulares, entidades de crédito y de otra clase, el Estado, comunidades autónomas, territorios históricos, provincias, municipios y, en general, cualquier otro ente público o privado, nacional o extranjero; reclamar y recuperar avales prestados ante cualesquiera entidades públicas o privadas,

incluidos órganos administrativos y judiciales; emitir y exigir recibos y cartas de pago; fijar y finiquitar saldos; determinar la forma de pago de las cantidades debidas a la Sociedad, conceder prórrogas, fijar plazos y su importe; aceptar de los deudores toda clase de garantías personales y reales (como hipotecas mobiliarias e inmobiliarias, o prendas con o sin desplazamiento, entre otras) con los pactos, cláusulas y condiciones que estime oportuno, y cancelarlas una vez extinguidas las obligaciones garantizadas; aceptar de los deudores adjudicaciones de bienes muebles o inmuebles en pago de las deudas o de parte de ellas y valorar dichos bienes; solicitar la adopción o adoptar, según corresponda, sobre los bienes de los deudores, cuantas medidas judiciales o extrajudiciales considere necesarias o convenientes para la defensa de los derechos o intereses de la Sociedad.-----

6. Dirigir, practicar, solicitar el levantamiento y contestar actas, escrituras públicas, requerimientos y notificaciones, sean notariales o de cualquier otra clase que se

GZ9323421

06/2022



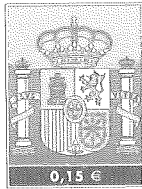
consideren convenientes a los intereses de la Sociedad; formalizarlas y solicitar su inscripción en los registros públicos y oficinas catastrales correspondientes, con expresas facultades de aclaración, subsanación o rectificación de dichos títulos públicos; instar actas notariales y copias de testamentos, declaraciones de herederos, expedientes de dominio, autorizaciones y aprobaciones judiciales y demás actos de jurisdicción voluntaria; solicitar certificaciones, testimonios y copias fehacientes; promover expedientes de dominio, de liberación de cargas y gravámenes y suscribir actas de notoriedad en relación con los inmuebles de la Sociedad.-----.

7. Suscribir los documentos públicos o privados que se precisaren para constituir unidades inmobiliarias y llevar a efecto agrupaciones, divisiones o segregaciones de fincas u otros bienes de la Sociedad; suscribir acuerdos de deslinde;

formalizar declaraciones de obra nueva; obtener la inscripción de bienes inmuebles y de obras realizadas o que se realicen con fondos sociales y que impliquen edificaciones nuevas o meras reformas de edificios existentes, o simplemente instalaciones, para que consten en el registro de la propiedad y en las oficinas catastrales, pudiendo establecer, en su caso, los estatutos de las comunidades de propietarios, la descripción de los inmuebles y asignarles su valor, con expresas facultades de aclaración, subsanación o rectificación de descripciones de inmuebles, así como de errores materiales o de otra naturaleza obrantes en documentos públicos o privados, formalizando las solicitudes en las oficinas y registros que correspondan así como suscribiendo cuantos documentos públicos y privados sean necesarios para su regularización; solicitar la cancelación de inscripciones; cancelar hipotecas, usufructos, servidumbres o cualesquiera otros gravámenes que recaigan sobre bienes inmuebles propiedad de la Sociedad; promover expedientes de

GZ9323420

06/2022



dominio, de liberación de cargas y gravámenes y actas de notoriedad en relación con los inmuebles de la Sociedad, determinando todo lo necesario para su inscripción en el registro de la propiedad y estableciendo los estatutos de las comunidades de propietarios que procedan; llevar a cabo cuantas gestiones correspondan frente a las áreas de gestión catastral competentes para la adecuada administración de los inmuebles de la Sociedad.---

8. Emplear el "Certificado electrónico de Representante de Persona Jurídica" o cualquier otro certificado equivalente del que disponga en todas las relaciones telemáticas o telefónicas que la Sociedad mantenga, en el ejercicio de las facultades contenidas en los apartados anteriores.-----

9. Practicar y recibir notificaciones, comunicaciones y requerimientos de cualquier clase, retirar de las administraciones de correos cartas, certificados, giros postales o telegráficos y

valores declarados, así como cualquier otro género de envíos; recibir y enviar correspondencia en nombre de la Sociedad, incluso la certificada y la que contenga valores declarados; tramitar documentación de toda índole de la Sociedad y publicar anuncios en los boletines oficiales de cualquier Administración Pública estatal, autonómica, foral, provincial o local, extranjera o internacional, incluida de la Unión Europea.-----

10. Formalizar en documento público los actos y contratos que concierne en el ejercicio de las facultades aquí conferidas, con las cláusulas que les sean propias y las demás que en cada caso se estimen procedentes.-----

11. En general, llevar a cabo cuantas actividades complementarias estime necesarias o convenientes para el más completo cumplimiento de las facultades otorgadas en este poder.-----

E. FACULTADES SOLIDARIAS PARA PLEITOS: -----

Se confiere poder solidario, tan amplio y bastante como en derecho se requiera, a favor de las personas apoderadas que más adelante se señalarán

GZ9323419

06/2022



como integrantes del Grupo E, para que cualquiera de ellos indistintamente, esto es, de forma solidaria, pueda representar a la Sociedad y sus sucursales así como a aquellas personas jurídicas que hubieran apoderado o apoderen a la Sociedad (las "Sociedades Representadas"), empleando la firma social, con carácter solidario, en cuantos actuaciones y documentos, intervenga en ejercicio las facultades que se especifican más abajo del catálogo de facultades que seguidamente se indican:-----

Personas apoderadas del Grupo E:-----

- María Eguinoa Garelly.-----
- Isabel García Calvo.-----
- Raquel Martín Martínez .-----
- Borja Garay Ibarreche .-----
- Ana Aranzazu Zotes García.-----
- Juan Pelegrí Souviron .-----
- Encarnación Pérez Igualador ; y
- Miguel Lázaro Eusa.-----

Los datos de identificación de las anteriores personas ya fueron arriba expuestos.-----

Facultades solidarias que se confieren:-----

1. Representar a la Sociedad en la defensa de sus derechos en toda clase de procedimientos judiciales y comparecer ante los juzgados y tribunales competentes de cualquier grado, orden y jurisdicción (incluyendo, sin limitación, jueces de paz, juzgados de primera instancia e instrucción, juzgados de lo social, juzgados de lo mercantil, juzgados de lo contencioso-administrativo, tribunales económico-administrativos, audiencias provinciales, tribunales superiores de justicia, Audiencia Nacional, Tribunal Supremo, Tribunal Constitucional, Tribunal de Cuentas y el Tribunal de Justicia de la Unión Europea u otros internacionales), organismos oficiales, funcionarios públicos, autoridades estatales, autonómicas, forales, provinciales o locales (en particular, ante los organismos y servicios competentes para la mediación, arbitraje y conciliación en materia laboral -los Servicios de

GZ9323418

06/2022



Mediación, Arbitraje y Conciliación-), oficinas, registros, personas y corporaciones, nacionales o extranjeras, y para toda clase de pleitos (incluyendo, sin limitación, los constitucionales, civiles, mercantiles, de jurisdicción voluntaria o contenciosa, penales, administrativos, económico-administrativos, contencioso-administrativos, laborales y de cualquier otra naturaleza) o actuaciones, sin reserva o limitación alguna, como demandante, demandado, coadyuvante, denunciante, querellante, testigo, tercero o en cualquier otra posición procesal.-----

En relación con lo anterior:-----

• Intervenir en toda clase de actos de conciliación, con avenencia o sin ella, como parte promotora o demandada; interponer recursos de alzada y cualquier otro acto previo al proceso; comparecer, renunciar, allanarse o transigir en la audiencia previa del juicio ordinario.-----

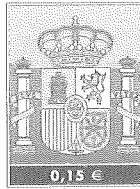
En el orden jurisdiccional civil podrá intervenir en cualquier medio de solución de controversias que sea preceptivo para la admisibilidad de la demanda, contestación o reconvencción.-----

A los efectos anteriores, podrá intervenir en cualquier proceso de mediación, conciliación o de opinión neutral de un experto independiente y, en particular, someterse a la mediación y aceptar su resultado, intervenir en conciliación, con avenencia o sin ella, y formular oferta vinculante confidencial, o si emplea cualquier otro tipo de actividad negocial no tipificada legalmente pero que cumpla lo previsto en el apartado anterior, dejar constancia de la recepción por la parte requerida de la propuesta de negociación, así como de su fecha, contenido e identidad de la parte proponente.-----

· Formular toda clase de demandas, denuncias o querellas y proseguirlas, continuándolas por sus trámites e instancias hasta que recaiga sentencia o resolución definitiva; interponer acciones y excepciones.-----

GZ9323417

06/2022



· Declarar en juicio y absolver posiciones; responder al interrogatorio de parte, así como, en su caso, causar la ratificación personal, recusar y tachar testigos o peritos; recusar funcionarios, jueces y magistrados; designar vocales para la constitución del tribunal en los juicios en los que según la ley proceda; instar reconvencciones; proponer y practicar pruebas; presentar escritos y ratificarlos; pedir requerimientos, citaciones y emplazamientos; solicitar libranzas de copias y demás actuaciones a que tuviere derecho la Sociedad; asistir a juntas y careos; prestar confesión judicial o extrajudicial.-----

· Solicitar la adopción de diligencias preliminares, medidas cautelares, secuestros, depósitos, anotaciones preventivas, embargos u otras medidas de seguridad o conservación, así como el alzamiento, modificación y la cancelación de estos.

· Allanarse, conciliar, renunciar, transigir y

desistir de cualesquiera acciones, recursos y procedimientos o derechos, con facultades especiales para ratificarse y para recusar y para las actuaciones previstas en los artículos 414.2 y 25 de la Ley 1/2000, de 7 de enero, de Enjuiciamiento Civil (o los preceptos que en cada momento los sustituyan); transigir los créditos, derechos, acciones y deudas de la Sociedad.-----

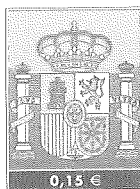
· Promover conflictos de jurisdicción y de competencia, solicitar la práctica de cuantas diligencias exija el respectivo procedimiento o considere convenientes, tales como, a efectos enunciativos, diligencias preliminares preparatorias y previas, así como otras cuestiones incidentales, siguiéndolas hasta que se dicte el acto o resolución pertinente.-----

· Constituir y retirar depósitos judiciales y avales prestados; prestar cauciones.-----

· Desistir y separarse de los pleitos y actuaciones en cualquier estado del procedimiento, allanándose o transigiendo en los respectivos asuntos; pedir la suspensión de los procedimientos

GZ9323416

06/2022



o actuaciones; solicitar la suspensión y desistir de procedimientos, formular manifestaciones que comporten el sobreseimiento por acuerdo extraprocesal o por carencia sobrevenida de objeto, así como realizar todas aquellas actuaciones procesales en los casos en los que las leyes exijan poder especial.-----

· Interponer, seguir y desistir de recursos gubernativos y contencioso-administrativos, de reposición, reforma, apelación, suplicación, queja, casación, revisión, amparo, audiencia en rebeldía, nulidad de arbitraje de Derecho o de equidad o injusticia notoria, unificación de doctrina, interés de ley y demás que correspondan, sean ordinarios o extraordinarios.-----

· Someter cualquier cuestión que afecte a la Sociedad al juicio de árbitros de Derecho o de equidad, otorgando, a estos efectos, la escritura de compromiso, fijando los aspectos controvertidos,

multas, plazos y cuantos requisitos estime oportunos o requiera la ley, así como suscribir los convenios de arbitraje, nombrar los árbitros que vayan a decidir en los asuntos que interesen a la Sociedad y representarla a lo largo del procedimiento arbitral.-----

- Representar a la Sociedad como parte en los juicios de testamentaria y de ab-intestato, hasta su resolución; designar contadores; otorgar su conformidad a los proyectos de participación y a los nuevos avalúos, o presentar ambos.-----

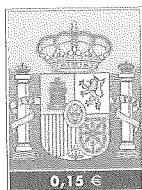
- En general, practicar cuanto permitan las respectivas leyes de procedimiento, sin limitación alguna y hacer cuanto a su juicio proceda en la defensa de los derechos e intereses de la Sociedad.

- Tramitar, gestionar y recibir resoluciones, incluso para el cobro de indemnizaciones y salarios del Fondo de Garantía Salarial, así como de cualquier cantidad ante la jurisdicción social.-----

- Sustituir las facultades indicadas en el presente poder a favor de procuradores y solicitar las copias que se precisen.-----

GZ9323415

06/2022



2. Formalizar en documento público los actos y contratos que concierte en el ejercicio de las facultades aquí conferidas, con las cláusulas que les sean propias y las demás que en cada caso se estimen procedentes. -----

3. Solicitar y emplear el "Certificado electrónico de Representante de Persona Jurídica" o cualquier otro certificado equivalente del que disponga en todas las relaciones telemáticas y/o telefónicas que la Sociedad mantenga, en el ejercicio de las facultades contenidas en los apartados anteriores. -----

En general, llevar a cabo cuantas actividades complementarias estime necesarias o convenientes para el más completo cumplimiento de las facultades otorgadas en este poder. -----

F. FACULTADES SOLIDARIAS PARA EL ÁREA DE FISCAL. --

Se confiere poder solidario, tan amplio y bastante como en derecho se requiera, a favor de las

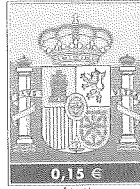
✓
personas apoderadas que más adelante se señalarán como integrantes del Grupo F, para que cualquiera de ellos indistintamente, esto es, de forma solidaria, pueda representar a la Sociedad y sus sucursales así como a aquellas personas jurídicas que hubieran apoderado o apoderen a la Sociedad (las "Sociedades Representadas"), empleando la firma social, con carácter solidario, en cuantos actuaciones y documentos, intervenga en ejercicio las facultades que se especifican más abajo:-----

Personas Apoderadas del Grupo F:-----

- **Mercedes Zabalza Estévez**, mayor de edad, casada, con domicilio en Torre Iberdrola, Plaza Euskadi 5, 48009 Bilbao, y provista de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 30.557.356-Q.-----
- **Gorka Álvarez Ibáñez**, mayor de edad, soltero, con domicilio en Torre Iberdrola, Plaza Euskadi 5, 48009 Bilbao, y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 72.312.275-E.-----
- **Rebeca Laguna Fernández**, mayor de edad,

GZ9323414

06/2022



- divorciada, con domicilio en calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid, y provista de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 85.084.507-D.-----
- **José Ramón Sanz Mancebo**, mayor de edad, casado, con domicilio en Torre Iberdrola, Plaza Euskadi 5, 48009 Bilbao, y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 45.675.763-V.-----
- **Jorge Corral García**, mayor de edad, casado, con domicilio en calle Tomás Redondo 1, 28033 Madrid, y provisto de Documento Nacional de Identidad / Número de Identificación Fiscal 53.435.524-S.-----
- **Yaiza Fernández Fernández**, mayor de edad, soltera, con domicilio en Torre Iberdrola, Plaza Euskadi 5, 48009 Bilbao, y provista de Documento Nacional de Identidad/ Número de Identificación Fiscal 09.446.245-F.-----

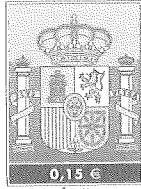
Facultades solidarias que se confieren:-----

1. Representar a la Sociedad, o intervenir en su nombre, ante terceros que tengan relación directa o indirecta con los bienes, derechos, acciones, obligaciones, actividades o negocios de la Sociedad, incluyendo, sin limitación, cualquier organismo o Administración Pública, española o extranjera, en cualquier grado o esfera.-----

En particular, a modo enunciativo, ante las administraciones públicas españolas -del Estado, de las comunidades autónomas, de los territorios históricos, de las provincias o de los municipios-, así como ante cualesquiera otros centros u organismos administrativos, gubernativos o de cualquier otra naturaleza, organismos sindicales, agencias, delegaciones, oficinas, mancomunidades, consorcios, centros, agrupaciones o dependencias de estas administraciones públicas; ante cualquier organismo, autoridad o entidad pública extranjera u organismo internacional, incluyendo, entre otros, los relacionados con la Unión Europea; ante juntas administrativas, áreas de gestión catastral, juntas

GZ9323413

06/2022



de compensación, entidades urbanísticas o cualquier otro organismo de gestión urbanística de cualquier tipo, cámaras, comités, asociaciones, mutualidades, registros de toda índole (incluyendo, entre otros, el registro de la propiedad, el registro mercantil y el registro de bienes muebles), tanto españoles como extranjeros; ante entidades o sociedades dependientes del Patrimonio del Estado; así como ante oficinas y agencias de comercio de todo género relacionadas con la exportación e importación y operaciones conexas, precedentes o consecuentes, tanto españolas como extranjeras (todas ellas, las **"Entidades"**). -----

En relación con lo anterior: -----

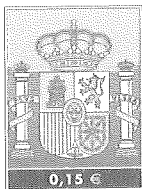
· Presentar, formular o desistir (en cualquier estado del procedimiento en que se encuentren) de cualquier clase de solicitudes, peticiones, instancias, expedientes, reclamaciones o recursos; instar los expedientes que procedan, solicitando los

datos, copias (fehacientes o simples), certificaciones, testimonios o cualesquiera otros documentos en que tenga interés la Sociedad; presentar y retirar documentos, así como formalizar y suscribir todos los documentos públicos o privados que sean necesarios; asistir a toda clase de actuaciones o ejercitar toda clase de acciones en defensa de cualesquiera pretensiones, oponerse a estas y seguir el procedimiento o expediente hasta su resolución y recurrirlo; recibir notificaciones, remitir escritos y practicar requerimientos de cualquier clase; solicitar el otorgamiento, modificación o ampliación de cualquier tipo de autorizaciones administrativas, declaraciones de utilidad pública y beneficios fiscales o tributarios; ejecutar o hacer ejecutar las resoluciones firmes; y, en general, tramitar cualquier clase de expedientes, procedimientos o actuaciones administrativas, sin limitación alguna.

Representar e intervenir en nombre de la Sociedad en procedimientos de expropiación forzosa incoados por cualquier Administración Pública

GZ9323412

06/2022



estatal, autonómica, foral, provincial o local, interviniendo en todas las fases y trámites de dichos procedimientos, incluso ante jurados provinciales, territoriales o autonómicos de expropiación forzosa, tanto como beneficiario como en condición de expropiado; aceptar o rechazar, abonar o percibir justiprecios e indemnizaciones, incluidas las relativas a la ocupación temporal y a la imposición de servidumbres legales; presentar toda clase de escritos, recursos o reclamaciones relacionados con dichos procedimientos, designando peritos e interviniendo en expedientes de reversión; formular y aprobar tasaciones y, en general, intervenir en la tramitación de toda clase de expedientes o actuaciones administrativas relacionadas con procedimientos de expropiación forzosa, sin limitación alguna.-----

· Firmar, en nombre y representación de la Sociedad, las declaraciones que hayan de ser

presentadas ante haciendas y organismos de las Administraciones Públicas en relación con impuestos, tributos, cánones, tasas y demás conceptos, incluyendo auto-liquidaciones tributarias, diligencias y actas de inspección, recursos y reclamaciones; presentar consultas, solicitudes de compensación, de devolución de ingresos indebidos, de aplazamientos de pago, de información adicional a las declaraciones y requerimientos de información.

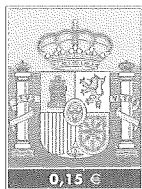
- Cancelar y retirar fianzas y avales de todo tipo, civiles y mercantiles, constituidos a favor de la Sociedad; retirar y depositar cantidades en concepto de garantía, fianza, prenda o depósito en la Caja General de Depósitos y en cualquier oficina de las Entidades.-----

- Solicitar la cancelación de las inscripciones, cancelar hipotecas, usufructos, servidumbres y cualesquiera otros gravámenes que recaigan sobre bienes propiedad de la Sociedad.-----

- Ordenar el pago y autorizar el cargo en cuenta de importes relacionados con impuestos, tributos, tasas y todo tipo de conceptos de naturaleza fiscal

GZ9323411

06/2022



a las administraciones tributarias, tanto españolas como extranjeras, que sean consecuencia de la presentación de las correspondientes liquidaciones a través de los medios telemáticos que dichas administraciones ponen a disposición de las personas obligadas.-----

Practicar, respecto de los negocios, actividades y bienes muebles o inmuebles de la Sociedad, incluidos sus derechos y obligaciones, cuantos actos de administración estimen convenientes o necesarios, con las más amplias facultades; en este ámbito, formalizar convenios y acuerdos con cualquier tercero, incluidas las Entidades; percibir cantidades, libramientos y rentas, así como cobrar lo que se adeude a la Sociedad por cualquier concepto y frente a cualquier tercero, incluidas las Entidades; emitir los correspondientes recibos o cartas de pago y efectuar toda clase de cobros y pagos, sin excepción alguna en cumplimiento de las

obligaciones previamente asumidas por la Sociedad; satisfacer o percibir indemnizaciones, subvenciones, primas, dividendos, intereses, bonificaciones, descuentos y cualesquiera cantidades análogas a favor de la Sociedad, así como reconocerlos, otorgarlos y satisfacerlos a terceros; reclamar la devolución de lo pagado indebidamente.-----

Suscribir contratos o acuerdos de confidencialidad, cartas y acuerdos de intenciones ("*term sheets*", "*letter of intent*" o "*memorandum of understanding*") y de exclusividad, o precontratos.

2. Representar a la Sociedad en la defensa de sus derechos en toda clase de procedimientos judiciales y comparecer ante los juzgados y tribunales competentes de cualquier grado, orden y jurisdicción (incluyendo, sin limitación, jueces de paz, juzgados de primera instancia e instrucción, juzgados de lo social, juzgados de lo mercantil, juzgados de lo contencioso-administrativo, tribunales económico-administrativos, audiencias provinciales, tribunales superiores de justicia, Audiencia Nacional, Tribunal Supremo, Tribunal

GZ9323410

06/2022



Constitucional, Tribunal de Cuentas y el Tribunal de Justicia de la Unión Europea u otros internacionales), organismos oficiales, funcionarios públicos, autoridades estatales, autonómicas, forales, provinciales o locales (en particular, ante los organismos y servicios competentes para la mediación, arbitraje y conciliación en materia laboral -los Servicios de Mediación, Arbitraje y Conciliación-), oficinas, registros, personas y corporaciones, nacionales o extranjeras, y para toda clase de pleitos (incluyendo, sin limitación, los constitucionales, civiles, mercantiles, de jurisdicción voluntaria o contenciosa, penales, administrativos, económico-administrativos, contencioso-administrativos, laborales y de cualquier otra naturaleza) o actuaciones, sin reserva o limitación alguna, como demandante, demandado, coadyuvante, denunciante, querellante, testigo, tercero o en cualquier otra

posición procesal.-----

En relación con lo anterior:-----

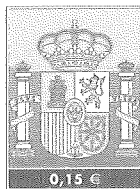
· Intervenir en toda clase de actos de conciliación, con avenencia o sin ella, como parte promotora o demandada; interponer recursos de alzada y cualquier otro acto previo al proceso; comparecer, renunciar, allanarse o transigir en la audiencia previa del juicio ordinario.-----

En el orden jurisdiccional civil podrá intervenir en cualquier medio de solución de controversias que sea preceptivo para la admisibilidad de la demanda, contestación o reconvencción.-----

A los efectos anteriores, podrá intervenir en cualquier proceso de mediación, conciliación o de opinión neutral de un experto independiente y, en particular, someterse a la mediación y aceptar su resultado, intervenir en conciliación, con avenencia o sin ella, y formular oferta vinculante confidencial, o si emplea cualquier otro tipo de actividad negocial no tipificada legalmente pero que cumpla lo previsto en el apartado anterior, dejar

GZ9323409

06/2022



constancia de la recepción por la parte requerida de la propuesta de negociación, así como de su fecha, contenido e identidad de la parte proponente.-----

· Formular toda clase de demandas, denuncias o querellas y proseguirlas, continuándolas por sus trámites e instancias hasta que recaiga sentencia o resolución definitiva; interponer acciones y excepciones.-----

· Declarar en juicio y absolver posiciones; responder al interrogatorio de parte, así como, en su caso, causar la ratificación personal; recusar y tachar testigos o peritos; recusar funcionarios, jueces y magistrados; designar vocales para la constitución del tribunal en los juicios en los que según la ley proceda; instar reconvenciones; proponer y practicar pruebas; presentar escritos y ratificarlos; pedir requerimientos, citaciones y emplazamientos; solicitar libranzas de copias y demás actuaciones a que tuviere derecho la Sociedad;

asistir a juntas y careos; prestar confesión judicial o extrajudicial.

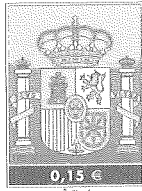
· Solicitar la adopción de diligencias preliminares, medidas cautelares, secuestros, depósitos, anotaciones preventivas, embargos u otras medidas de seguridad o conservación, así como el alzamiento, modificación y la cancelación de estos.

· Allanarse, conciliar, renunciar, transigir y desistir de cualesquiera acciones, recursos y procedimientos o derechos, con facultades especiales para ratificarse y para recusar y para las actuaciones previstas en los artículos 414.2 y 25 de la *Ley 1/2000, de 7 de enero, de Enjuiciamiento Civil* (o los preceptos que en cada momento los sustituyan); transigir los créditos, derechos, acciones y deudas de la Sociedad.-----

· Promover conflictos de jurisdicción y de competencia, solicitar la práctica de cuantas diligencias exija el respectivo procedimiento o considere convenientes, tales como, a efectos enunciativos, diligencias preliminares preparatorias y previas, así como otras cuestiones

GZ9323408

06/2022



incidentales, siguiéndolas hasta que se dicte el
acto o resolución pertinente.-----

· Constituir y retirar depósitos judiciales y
avales prestados; prestar cauciones.-----

· Desistir y separarse de los pleitos y
actuaciones en cualquier estado del procedimiento,
allanándose o transigiendo en los respectivos
asuntos; pedir la suspensión de los procedimientos
o actuaciones; solicitar la suspensión y desistir de
procedimientos, formular manifestaciones que
comporten el sobreseimiento por acuerdo
extraprocesal o por carencia sobrevenida de objeto,
así como realizar todas aquellas actuaciones
procesales en los casos en los que las leyes exijan
poder especial.-----

· Interponer, seguir y desistir de recursos
gubernativos y contencioso-administrativos, de
reposición, reforma, apelación, suplicación, queja,
casación, revisión, amparo, audiencia en rebeldía,

nulidad de arbitraje de Derecho o de equidad o injusticia notoria, unificación de doctrina, interés de ley y demás que correspondan, sean ordinarios o extraordinarios.-----

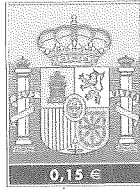
· Someter cualquier cuestión que afecte a la Sociedad al juicio de árbitros de Derecho o de equidad, otorgando, a estos efectos, la escritura de compromiso, fijando los aspectos controvertidos, multas, plazos y cuantos requisitos estime oportunos o requiera la ley, así como suscribir los convenios de arbitraje, nombrar los árbitros que vayan a decidir en los asuntos que interesen a la Sociedad y representarla a lo largo del procedimiento arbitral.-----

· Representar a la Sociedad como parte en los juicios de testamentaría y de ab-intestato, hasta su resolución; designar contadores; otorgar su conformidad a los proyectos de participación y a los nuevos avalúos, o presentar ambos.-----

· Instar actas notariales y copias de testamentos, declaraciones de herederos, expedientes de dominio, autorizaciones y aprobaciones judiciales

GZ9323407

06/2022



y demás actos de jurisdicción voluntaria; dirigir, recibir y contestar requerimientos y notificaciones.

· Tramitar, gestionar, recibir resoluciones, incluso para el cobro de indemnizaciones y salarios del Fondo de Garantía Salarial, así como de cualquier cantidad ante la jurisdicción social.-----

· En general, practicar cuanto permitan las respectivas leyes de procedimiento, sin limitación alguna y hacer cuanto a su juicio proceda en la defensa de los derechos e intereses de la Sociedad.

3. Reclamar, cobrar y percibir cuanto por cualquier concepto deba ser satisfecho a la Sociedad, en metálico o en especie, por cualquier tercero, incluyendo, sin limitación, los particulares, entidades de crédito y de otra clase, el Estado, comunidades autónomas, territorios históricos, provincias, municipios y, en general, cualquier otro ente público o privado, nacional o extranjero; reclamar y recuperar avales prestados

ante cualesquiera entidades públicas o privadas, incluidos órganos administrativos y judiciales; emitir y exigir recibos y cartas de pago; fijar y finiquitar saldos; determinar la forma de pago de las cantidades debidas a la Sociedad, conceder prórrogas, fijar plazos y su importe; aceptar de los deudores toda clase de garantías personales y reales (como hipotecas mobiliarias e inmobiliarias, o prendas con o sin desplazamiento, entre otras) con los pactos, cláusulas y condiciones que estime oportuno, y cancelarlas una vez extinguidas las obligaciones garantizadas; aceptar de los deudores adjudicaciones de bienes muebles o inmuebles en pago de las deudas o de parte de ellas y valorar dichos bienes; solicitar la adopción o adoptar, según corresponda, sobre los bienes de los deudores, cuantas medidas judiciales o extrajudiciales considere necesarias o convenientes para la defensa de los derechos o intereses de la Sociedad.-----

4. Solicitar y emplear el "Certificado electrónico de Representante de Persona Jurídica" o cualquier otro certificado equivalente del que

GZ9323406

06/2022



disponga en todas las relaciones telemáticas y/o telefónicas que la Sociedad mantenga, en el ejercicio de las facultades contenidas en los apartados anteriores.-----

5. Practicar y recibir notificaciones, comunicaciones y requerimientos de cualquier clase, retirar de las administraciones de correos cartas, certificados, giros postales o telegráficos y valores declarados, así como cualquier otro género de envíos; recibir y enviar correspondencia en nombre de la Sociedad, incluso la certificada y la que contenga valores declarados; tramitar documentación de toda índole de la Sociedad y publicar anuncios en los boletines oficiales de cualquier Administración Pública estatal, autonómica, foral, provincial o local, extranjera o internacional, incluida de la Unión Europea.-----

En general, llevar a cabo cuantas actividades complementarias estimen necesarias o convenientes

para el más completo cumplimiento de las facultades
otorgadas en este poder.-----

===== OTORGAMIENTO Y AUTORIZACIÓN: =====

Así lo dicen y otorgan los comparecientes, según
intervienen, a quienes después de haber identificado
por sus documentos reseñados en la comparecencia
hago de palabra, las reservas y advertencias legales
y fiscales.-----

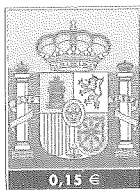
Yo, el Notario hago constar que las
circunstancias de los señores comparecientes
relativas a su estado civil y domicilio resultan de
las manifestaciones realizadas por ellos mismos al
efecto.-----

En relación con la Ley 10/2010 de 28 de abril de
Prevención del Blanqueo de Capitales y de la
Financiación del Terrorismo y el reglamento que la
desarrolla RD 304/2014 de 5 de mayo; yo el Notario
en mi condición de sujeto obligado conforme al
artículo 2.1.n de dicha ley hago constar:-----

a) Que he cumplido con el deber de identificación
formal de los otorgantes del presente documento
mediante la comprobación del documento de identidad
reflejado en la comparecencia de esta escritura, del
que he obtenido fotocopia, de conformidad con lo

GZ9323405

06/2022



establecido en la Ley Orgánica 3/2018, de 5 de diciembre, de Protección de Datos Personales y garantía de los derechos digitales y su normativa de desarrollo y demás legislación de aplicación.-----

b) Que he cumplido con las obligaciones de identificación del titular real en los términos establecidos en el artículo 4 de la Ley 10/2010 en relación con el artículo 7 de la misma y con las excepciones contempladas en el artículo 9.-----

En cumplimiento de lo establecido en la Disposición adicional tercera de la Ley 8/1989 de 13 de abril de Tasas y Precios Públicos, la liquidación del arancel correspondiente al presente instrumento público quedará incorporada mediante la unión a esta matriz de la procedente minuta donde constan los números de arancel y honorarios conforme al Real Decreto 1426/1989 y disposiciones complementarias, sin devengo del número 7 de dicho Real Decreto por tal incorporación. La citada minuta de honorarios se acompañará a cuantas copias de la presente se

expidan.-----

Protección de datos de carácter personal.

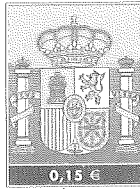
Los comparecientes quedan informados de lo siguiente: Los datos personales de los intervinientes serán tratados por el Notario autorizante, cuyos datos de contacto son los siguientes: MIGUEL RUIZ-GALLARDON GARCIA DE LA RASILLA, en Madrid, calle Núñez de Balboa número 54.

Si se facilitan datos de personas distintas de los intervinientes, dichos intervinientes son responsables de haberles informado previamente de todo lo previsto en el artículo 14 del Reglamento General de Protección de Datos (RGPD).-----

La finalidad del tratamiento es realizar las actividades propias de la función pública notarial, de las que puede derivarse la existencia de decisiones automatizadas, autorizadas por la Ley, llevadas a cabo por las Administraciones Públicas competentes, incluida la elaboración de perfiles para la prevención e investigación en materia de prevención del blanqueo de capitales y de la financiación del terrorismo. Asimismo, los datos serán tratados por la Notaría para la facturación y gestión de clientes.-----

GZ9323404

06/2022



A los efectos indicados, se realizarán las comunicaciones de datos previstas en la Ley a las Administraciones Públicas competentes.-----

Los datos se conservarán durante los plazos previstos en la normativa aplicable y, en cualquier caso, mientras se mantenga la relación con el interesado. Los intervinientes tienen derecho a solicitar el acceso a sus datos personales, su rectificación, su supresión, su portabilidad y la limitación de su tratamiento, así como oponerse a este. Frente a cualquier eventual vulneración de derechos, puede presentarse una reclamación ante la Agencia Española de Protección de Datos, cuyos datos de contacto son accesibles en www.aepd.es."-----

Leo íntegramente esta escritura a los comparecientes, por su elección y enterados de su contenido se ratifican y firman conmigo, el Notario, que doy fe de todo cuanto queda consignado en el presente instrumento público, de la identidad de los otorgantes, de haber comprobado el documento de

identidad reflejado en la comparecencia, de su capacidad y legitimación, de que su consentimiento ha sido libremente prestado y de que el presente otorgamiento se adecua a la legalidad y a la voluntad del interviniente, debidamente informado, por mí el Notario, así como de que el presente instrumento público va extendido en setenta y ocho folios de papel timbrado del Estado, números el del presente, y los setenta y siete posteriores en orden. Yo el Notario, DOY FE.-----

Están las firmas de los señores comparecientes.

Signado: M. R. Gallardón; rubricado y sellado.----

ES COPIA de su matriz, que expido habiendo tenido en cuenta la diligencia puesta en la matriz, para la sociedad otorgante, en setenta y cinco folios de la serie GZ , números: el presente y los setenta y cuatro posteriores en orden correlativo. En Madrid, a dos de junio de dos mil veintitrés. DOY FE.-



DILL./...



06/2022



GZ9321943

3436 copia

..GENCIA; Para hacer constar que en la escritura matriz figura una diligencia, que copiada literalmente es como sigue: -----

DILIGENCIA: para hacer constar que, el día 13 de junio de 2023, comparecen ante mí DON LUIS FELIPE CASTRESANA LÓPEZ y DON JOSÉ GONZÁLEZ BUJANDA, según intervienen en la escritura que precede con facultades por tanto para el presente otorgamiento, y declaran que en la escritura que motiva la presente, se ha detectado un error en el OTORGAN II, respecto a la forma de ejercicio de las facultades, aclarándose los siguientes puntos: -----

(i) Que en el apartado A.1. (página 6 de la escritura que precede) donde consta: -----

"A.1. Facultades mancomunadas. -----

Se confiere PODER MANCOMUNADO, tan amplio y bastante como en derecho se requiera, a favor de las personas apoderadas bajo la calificación de

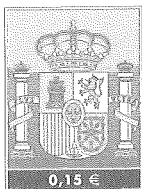
apoderados del Grupo A1.1 o A1.2 (estos últimos, hasta el límite cuantitativo de UN MILLÓN DE EUROS (1.000.000,00 €) y de los también aquí apoderados del Grupo A1.3 que más adelante se señalarán, para que una persona cualquiera de las calificadas como apoderados del Grupo A1 o A2, actuando de forma mancomunada con otra persona cualquiera de los apoderados del Grupo A3 puedan representar a la Sociedad y sus sucursales así como a aquellas personas jurídicas que hubieran apoderado o apoderen a la Sociedad (en adelante, las "Sociedades Representadas")...", debería constar como sigue:

"A.1. Facultades mancomunadas. -----

Se confiere PODER MANCOMUNADO, tan amplio y bastante como en derecho se requiera, a favor de las personas apoderadas bajo la calificación de apoderados del Grupo A1.1 o A1.2 (estos últimos, hasta el límite cuantitativo de UN MILLÓN DE EUROS (1.000.000,00 €) y de los también aquí apoderados del Grupo A1.3 que más adelante se señalarán, para que una persona cualquiera de las calificadas como apoderados del Grupo **A1.1** o **A1.2**, actuando de forma



06/2022



GZ9321944

mancomunada con otra persona cualquiera de los apoderados del Grupo **A1. 3** puedan representar a la Sociedad y sus sucursales así como a aquellas personas jurídicas que hubieran apoderado o apoderen a la Sociedad (en adelante, las "Sociedades Representadas") "...-----

(ii) Que el apartado "A.1. Facultades solidarias generales de representación" (página 27 de la escritura que precede), debería constar correctamente referido como sigue:-----

"**A.2. Facultades solidarias generales de representación.**-----

Se confiere poder solidario, tan amplio y bastante como en derecho se requiera, a favor de las personas apoderadas que más adelante se señalarán como integrantes del **Grupo A.2.**, para que cualquiera de ellos indistintamente, esto es, de forma solidaria, pueda representar a la Sociedad y sus sucursales así....".-----

Todo lo que por medio de la presente dejan
subsanoado.-----

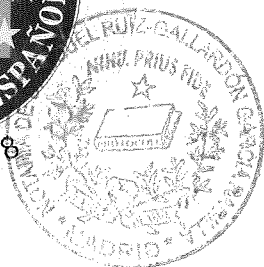
Y, enterados del contenido de la presente,
después de haberles identificado por su documento de
identidad, firman conmigo.-----

Del contenido de esta diligencia, comenzada a
extender en el último folio de la escritura que la
motiva, en Madrid el trece de junio de dos mil
veintitrés. Yo, el Notario, DOY FE.-----

Signado M.R. Gallardon Rubricado y Sellado".--

Del contenido de esta diligencia, comenzada a
extender en el último folio de la copia que la
motiva, en Madrid el trece de junio de dos mil
veintitrés. Yo, el Notario, DOY FE.-----

[Handwritten signature]



REGISTRO MERCANTIL DE BIZKAIA

TLFNO: FAX:

AVENIDA DE MADARIAGA, 24 - 48014 BILBAO

Entrada: 1/2023/8.189,0

Fecha Entrada: 08/06/23

Asiento: 1/421/285

Sociedad: IBERDROLA RENOVABLES ENERGIA SOCIEDAD ANONIMA

Notario/Protocolo: MIGUEL RUIZ-GALLARDON GARCIA DE LA RASILLA 2023/3436

EL/LA REGISTRADOR/A MERCANTIL que suscribe previo examen y calificación del documento precedente de conformidad con los artículos 18-2 del Código de Comercio y 6 del Reglamento del Registro Mercantil ha resuelto no practicar la inscripción solicitada por haber observado el/los siguiente/s defecto/s que impiden su práctica:

1.- La forma de ejercicio de facultades mancomunadas establecida en el OTORGAN.II. "A.1 Facultades mancomunadas" es incoherente porque en dicho apartado se relacionan apoderados de los Grupos A1.1, A1.2, y A1.3, pero no de los Grupos A1, A2 y A3. También es incoherente el apartado "A.1 Facultades Solidarias generales de representación", pues estas se atribuyen a apoderados del Grupo B pero lo que se relaciona en dicho apartado son apoderados del Grupo A.2. ✓

La nota de calificación ha sido practicada de conformidad con los demás titulares registrales de conformidad con lo dispuesto en el art. 15.2 del Reglamento del Registro Mercantil. La precedente nota de calificación podrá ser revisada o aclarada, previa manifestación de las alegaciones oportunas, por cualquiera de los Registradores Mercantiles de Bizkaia. Asimismo puede instarse la aplicación del cuadro de sustituciones conforme a lo establecido en los artículos 19 bis, y 275 bis de la L.H. y al R.D. 1039/2003, en el plazo de quince días a contar desde dicha notificación. Podrán recurrir ante el Juzgado de lo Mercantil con competencia en su circunscripción en el plazo de 2 meses contados de la notificación de la calificación siendo de aplicación las normas del Juicio verbal previstas en los artículos 437 y ss. de la Ley 1/2000, de 7 de enero de Enjuiciamiento Civil y, en la medida en que le sean aplicables, las disposiciones contenidas en el artículo 328 de la L.H.. También podrán presentar recurso gubernativo, ante la D.G.S.J.F.P. en los términos previstos en el artículo 66, 324, 327 y 328 de la L.H.

BILBAO, 9 de Junio de 2023

El/La Registrador/a Mercantil de Bizkaia



REGISTRO MERCANTIL DE BIZKAIA
AVENIDA DE MADARIAGA, 24 - 48014 BILBAO

IBERDROLA RENOVABLES ENERGIA SOCIEDAD ANONIMA

DOCUMENTO: 1/2023/8.698,0 **ASIENTO:** 421/285 **DE FECHA:** 08/06/2023

EL/LA REGISTRADOR/A MERCANTIL que suscribe, previo examen y calificación del documento precedente de conformidad con los artículos 18-2 del Código de Comercio y 6 del Reglamento del Registro Mercantil, ha procedido a su inscripción en la fecha de la presente nota, en el:

TOMO : 5946

LIBRO : 0

FOLIO : 156

HOJA : BI-75391

INSCRIP.: 55

En unión de diligencias de fecha 13 de junio y 19 de junio de 2023.

Haciéndose constar expresamente la no inclusión de la persona/s nombrada/s a que se refieren las inscripciones practicadas en este Registro en virtud de este documento, en el Índice Centralizado de Incapacitados ni en el REGISTRO PÚBLICO CONCURSAL, conforme a lo dispuesto en el artículo 61 bis del Reglamento del Registro Mercantil.

FACTURA: 6451

BILBAO, 19 de Junio de 2023

EL/LA REGISTRADOR/A MERCANTIL



A los efectos del Reglamento General de Protección de Datos 2016/679 del Parlamento Europeo y del Consejo, de 27 de abril de 2016, relativo a la protección de las personas físicas en lo que respecta al tratamiento de datos personales y a la libre circulación de estos datos (en adelante, "RGPD"), queda informado:

- De conformidad con la instancia de presentación, los datos personales expresados en la misma y en los documentos presentados han sido y serán objeto de tratamiento e incorporados a los Libros y archivos del Registro, cuyo responsable es el Registrador, siendo el uso y fin del tratamiento los recogidos y previstos expresamente en la normativa registral, la cual sirve de base legitimadora de este tratamiento. La información en ellos contenida sólo será tratada en los supuestos previstos legalmente, o con objeto de satisfacer y facilitar las solicitudes de publicidad formal que se formulen de acuerdo con la normativa registral.
- El período de conservación de los datos se determinará de acuerdo a los criterios establecidos en la legislación registral, resoluciones de la Dirección General de Seguridad Jurídica y Fe Pública e Instrucciones colegiales. En el caso de la facturación de servicios, dichos períodos de conservación se determinarán de acuerdo a la normativa fiscal y tributaria aplicable en cada momento. En todo caso, el Registro podrá conservar los datos por un tiempo superior a los indicados conforme a dichos criterios normativos en aquellos supuestos en que sea necesario por la existencia de responsabilidades derivadas de la prestación servicio.
- En cuanto resulte compatible con la normativa específica y aplicable al Registro, se reconoce a los interesados los derechos de acceso, rectificación, supresión, oposición, limitación y portabilidad establecidos en el RGPD citado, pudiendo ejercitarlos dirigiendo un escrito a la dirección del Registro. Del mismo modo, el usuario podrá reclamar ante la Agencia Española de Protección de Datos (AEPD): www.agpd.es. Sin perjuicio de ello, el interesado podrá ponerse en contacto con el delegado de protección de datos del Registro, dirigiendo un escrito a la dirección dpo@corpme.es

LISTADO DE ACTOS INSCRITOS

(Entrada 1/2023/8.698,0)

FECHA : 23/06/2023 HORA : 09:35

**IBERDROLA RENOVABLES ENERGIA SOCIEDAD ANONIMA -
A81428476**

Otorgamiento de poderes

Sujeto Nombrado : ADANERO LOPEZ, JOSE LUIS

Cargo o Función : Apoderado

Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028

NIF/CIF: 47027953Z

Sujeto Nombrado : ALDEA CORRALES, LUIS

Cargo o Función : Apoderado

Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028

NIF/CIF: 30639914G

Sujeto Nombrado : ALVAREZ IBAÑEZ, GORKA

Cargo o Función : Apoderado

Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028

NIF/CIF: 72312275E

Sujeto Nombrado : ANTON GARCIA, NICOLAS

Cargo o Función : Apoderado

Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028

NIF/CIF: 05425598J

Sujeto Nombrado : ASTIZ BARRENECHEA, UNAI

Cargo o Función : Apoderado

Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028

NIF/CIF: 30663735C

Sujeto Nombrado : BARQUERO SIMANCAS, ADELA

Cargo o Función : Apoderado

Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028

NIF/CIF: 79306692R

Sujeto Nombrado : CAMIRUAGA LARTATEGUI, KOLDOBIKA

Cargo o Función : Apoderado

Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028

NIF/CIF: 14246867T

Sujeto Nombrado : CARRACEDO DE LUIS, CONCEPCION

Cargo o Función : Apoderado

Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028

NIF/CIF: 10204202E



LISTADO DE ACTOS INSCRITOS

(Entrada 1/2023/8.698,0)

FECHA : 23/06/2023 HORA : 09:35

Sujeto Nombrado : CASTRESANA LOPEZ, LUIS FELIPE
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 04848310W

Sujeto Nombrado : CASTRO GONZALEZ, JULIO RAMON
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 30587552J

Sujeto Nombrado : CHACON LLORENTE, RAFAEL
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 04848252J

Sujeto Nombrado : CORRAL GARCIA, JORGE
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 53435524S

Sujeto Nombrado : DE LA FUENTE GAULI, AMAIA
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 45624510P

Sujeto Nombrado : DE LA PEÑA CARRETON, JORGE
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 00410722B

Sujeto Nombrado : DELPUY GARCIA, RAMON
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 18020388A

Sujeto Nombrado : DOMINGUEZ MAESTRO, JAVIER
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 05282682L

Sujeto Nombrado : EGUINOA GARELLY, MARIA
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 04843707E



LISTADO DE ACTOS INSCRITOS

(Entrada 1/2023/8.698,0)

FECHA : 23/06/2023 HORA : 09:35

Sujeto Nombrado : FERNANDEZ FERNANDEZ, YAIZA
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 09446245F

Sujeto Nombrado : FERNANDEZ VARELA, ENRIQUE MANUEL
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 44831843J

Sujeto Nombrado : GARAY IBARRECHE, BORJA
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 30637752G

Sujeto Nombrado : GARCIA CALVO, ISABEL
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 02909612C

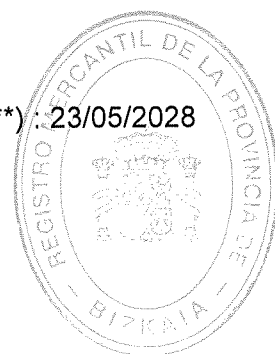
Sujeto Nombrado : GARCIA SEGURA, PEDRO PABLO
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 28821985H

Sujeto Nombrado : GARCIA-CUENCA RODRIGUEZ, JUAN ANTONIO
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 03863860K

Sujeto Nombrado : GARCIA-MERAS CAPOTE, SANDRA
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 70059425E

Sujeto Nombrado : GARCIA-MONGE GONZALEZ, HELGA
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 52098331L

Sujeto Nombrado : GONZALEZ BUJANDA, JOSE
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 53530681K



LISTADO DE ACTOS INSCRITOS

(Entrada 1/2023/8.698,0)

FECHA : 23/06/2023 HORA : 09:35

Sujeto Nombrado : GONZALEZ COLLADO, BORJA
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 44977695E

Sujeto Nombrado : ICAZA DE LA SOTA, RAFAEL
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 16035858M

Sujeto Nombrado : IZAGA LOPEZ DE ARROYABE, ROBERTO
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 16278234F

Sujeto Nombrado : LAGUNA FERNANDEZ, REBECA
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 85084507D

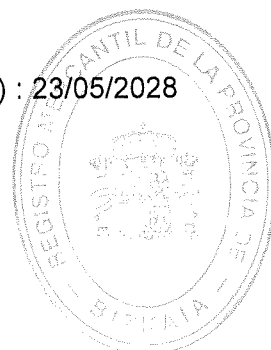
Sujeto Nombrado : LARA ALVAREZ, JACOBO
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 52336198C

Sujeto Nombrado : LAZARO EUSA, MIGUEL
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 15999283T

Sujeto Nombrado : LOPEZ DIAZ, JUAN
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 51076539W

Sujeto Nombrado : LOPEZ GARCIA, MIGUEL ANGEL
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 76712338R

Sujeto Nombrado : LOPEZ LEZA, NATALIA
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 33526275A



LISTADO DE ACTOS INSCRITOS

(Entrada 1/2023/8.698,0)

FECHA : 23/06/2023 HORA : 09:35

Sujeto Nombrado : LOPEZ MARTINEZ, FRANCISCO-JOSE
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 17725863Q

Sujeto Nombrado : LOPEZ NIETO, JAVIER
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 53020588E

Sujeto Nombrado : LUCAS ROMERO, JUAN LUIS
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 01934063Q

Sujeto Nombrado : MACHIRAN CASTRO, MARIA SANDRA
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 53052927T

Sujeto Nombrado : MARRA RODRIGUEZ, JOSE ANGEL
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 34956352D

Sujeto Nombrado : MARTIN ERCILLA, LUIS
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 21503531A

Sujeto Nombrado : MARTIN MARTINEZ, RAQUEL
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 33524734A

Sujeto Nombrado : MARTINEZ RIAZA, FERNANDO
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 05167308J

Sujeto Nombrado : MORENO REDONDO, ALBERTO
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 16807630N



LISTADO DE ACTOS INSCRITOS

(Entrada 1/2023/8.698,0)

FECHA : 23/06/2023 HORA : 09:35

Sujeto Nombrado : OTERO ZARAUZA, JOSE MARIA
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 31253356J

Sujeto Nombrado : PALACIOS SAIZ, JAVIER
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 51371877C

Sujeto Nombrado : PELEGRI SOUVIRON, JUAN
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 50763805E

Sujeto Nombrado : PEREZ IGUALADOR, ENCARNACION
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 07492729L

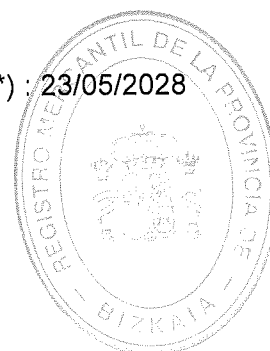
Sujeto Nombrado : RODRIGUEZ MARTIN, AMELIA
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 76015655B

Sujeto Nombrado : ROJO MARTINEZ, EDUARDO
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 13163536S

Sujeto Nombrado : ROMAN ARROYO, ALEJANDRO
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 07960550C

Sujeto Nombrado : SAENZ MANCEBO, JOSE RAMON
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 45675763V

Sujeto Nombrado : SERRANO VAZQUEZ, MIGUEL
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 44285919V



LISTADO DE ACTOS INSCRITOS

(Entrada 1/2023/8.698,0)

FECHA : 23/06/2023 HORA : 09:35

Sujeto Nombrado : SERRANO YDIGORAS, EDUARDO
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 33510554Z

Sujeto Nombrado : SOLA ALVAREZ, ENRIQUE
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 09404610W

Sujeto Nombrado : TAMAYO ARRANZ, NORA
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 72400512P

Sujeto Nombrado : TARANCO ZABALA, ENEKO
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 14257361Y

Sujeto Nombrado : VOZMEDIANO SERRANO, CARMEN
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 05920349B

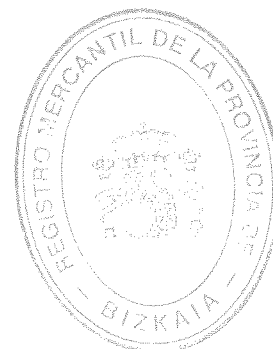
Sujeto Nombrado : ZABALZA ESTEVEZ, MERCEDES
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 30557356Q

Sujeto Nombrado : ZOTES GARCIA, ANA ARANZAZU
Cargo o Función : Apoderado
Fecha de nombramiento: 23/05/2023 - Fecha de terminación (**): 23/05/2028
NIF/CIF: 02891856C

Revocación de poderes

Sujeto Revocado : GARCIA GALAN, ROBERTO
Cargo o Función : Apoderado Mancomunado
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 51413668C

Sujeto Revocado : MARTIN PEDRAZA, RICARDO
Cargo o Función : Apoderado Mancomunado
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 51447855Y



LISTADO DE ACTOS INSCRITOS

(Entrada 1/2023/8.698,0)

FECHA : 23/06/2023 HORA : 09:35

Sujeto Revocado : MURGA TOME, ALVARO
Cargo o Función : Apoderado Mancomunado
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 05387249M

Sujeto Revocado : ANTON GARCIA, NICOLAS
Cargo o Función : Apoderado Solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 05425598J

Sujeto Revocado : CARDENAL PEREZ, JOSE-JORGE
Cargo o Función : Apoderado Solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 09323743A

Sujeto Revocado : CASTELOS REY, FRANCISCO-PELAYO
Cargo o Función : Apoderado Solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 32660760R

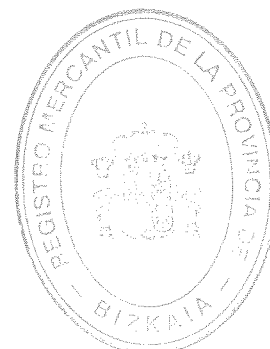
Sujeto Revocado : EGUINOA GARELLY, MARIA
Cargo o Función : Apoderado Solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 04843707E

Sujeto Revocado : GARCIA CALVO, ISABEL
Cargo o Función : Apoderado Solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 02909612C

Sujeto Revocado : GOMEZ DE OLEA ALCAÑIZ, IGNACIO
Cargo o Función : Apoderado Solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 51403132H

Sujeto Revocado : HERRERA FERNANDEZ, JESUS
Cargo o Función : Apoderado Solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 05429367X

Sujeto Revocado : LOPEZ MARTINEZ, FRANCISCO-JOSE
Cargo o Función : Apoderado Solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 17725863Q



LISTADO DE ACTOS INSCRITOS**(Entrada 1/2023/8.698,0)**

FECHA : 23/06/2023 HORA : 09:35

Sujeto Revocado : MARTIN RIVIER DE ABBAD, JUAN
Cargo o Función : Apoderado Solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 02529395Q

Sujeto Revocado : MORENO GUTIERREZ, GUSTAVO
Cargo o Función : Apoderado Solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 08842182Q

Sujeto Revocado : PELEGRI SOUVIRON, JUAN
Cargo o Función : Apoderado Solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 50763805E

Sujeto Revocado : PEREZ PORTELA, LUIS
Cargo o Función : Apoderado Solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 16073173Z

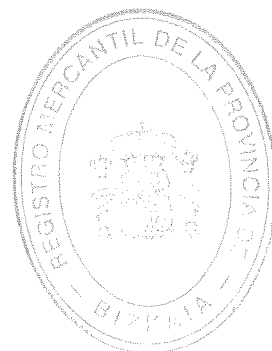
Sujeto Revocado : RICA ESCUDER, ANA MARIA
Cargo o Función : Apoderado Solidario
Fecha de revocación : 16/06/2023
NIF/CIF: 02904651G

Sujeto Revocado : ASTIZ BARRENECHEA, UNAI
Cargo o Función : Apoderado Mancom. y solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 30663735C

Sujeto Revocado : BASSY IZA, ALVARO
Cargo o Función : Apoderado Mancom. y solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 02610643M

Sujeto Revocado : BRONTE GUTIERREZ, RUBEN
Cargo o Función : Apoderado Mancom. y solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 16067063E

Sujeto Revocado : COLLADO ALONSO, PABLO
Cargo o Función : Apoderado Mancom. y solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 47053005L



LISTADO DE ACTOS INSCRITOS**(Entrada 1/2023/8.698,0)**

FECHA : 23/06/2023 HORA : 09:35

Sujeto Revocado : DE ICAZA DE LA SOTA, RAFAEL
Cargo o Función : Apoderado Mancom. y solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 16035858M

Sujeto Revocado : DE LA PEÑA CARRETON, JORGE
Cargo o Función : Apoderado Mancom. y solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 00410722B

Sujeto Revocado : DIAZ GONZALEZ, JOSE-MANUEL
Cargo o Función : Apoderado Mancom. y solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 50729856K

Sujeto Revocado : FACCENDA, VALERIO
Cargo o Función : Apoderado Mancom. y solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: AA2229916

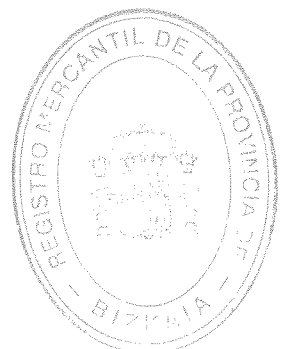
Sujeto Revocado : GARCIA DE FUENTES CHURRUCA, JAVIER
Cargo o Función : Apoderado Mancom. y solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 16272348D

Sujeto Revocado : GARCIA GALAN, ROBERTO
Cargo o Función : Apoderado Mancom. y solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 51413668C

Sujeto Revocado : GARCIA GONZALEZ-QUIJANO, JAVIER
Cargo o Función : Apoderado Mancom. y solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 51077096F

Sujeto Revocado : GONZALEZ BUJANDA, JOSE
Cargo o Función : Apoderado Mancom. y solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 53530681K

Sujeto Revocado : IZAGA LOPEZ DE ARROYABE, ROBERTO
Cargo o Función : Apoderado Mancom. y solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 16278234F



LISTADO DE ACTOS INSCRITOS**(Entrada 1/2023/8.698,0)**

FECHA : 23/06/2023 HORA : 09:35

Sujeto Revocado : MARTINEZ RIAZA, FERNANDO
Cargo o Función : Apoderado Mancom. y solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 05167308J

Sujeto Revocado : PALACIOS SAIZ, JAVIER
Cargo o Función : Apoderado Mancom. y solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 51371877C

Sujeto Revocado : ROMAN ARROYO, ALEJANDRO
Cargo o Función : Apoderado Mancom. y solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 07960550C

Sujeto Revocado : SERRANO YDIGORAS EDUARDO
Cargo o Función : Apoderado Mancom. y solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 33510554Z

Sujeto Revocado : TARANCO ZABALA, ENEKO
Cargo o Función : Apoderado Mancom. y solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 14257361Y

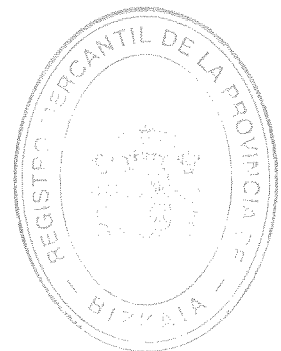
Sujeto Revocado : VITERI SOLAUN XAVIER
Cargo o Función : Apoderado Mancom. y solidario
Fecha de revocación : 23/05/2023
NIF/CIF: 14956974M

Datos Registrales:

Tomo: 5946 , Libro: 0 , Folio: 156 , Sección: 8 , Hoja : BI 75391
Inscripción o anotación : 55 / Fecha: 19/06/2023 Año Pre.: 2023

Importe de publicación en BORME : 59,11

La presente información se comunica a los efectos previstos en el apartado 2 del artículo 25 (rectificación de errores) de la Orden del Ministerio de Justicia de 30 de diciembre de 1991.



REINO DE ESPAÑA
DOCUMENTO NACIONAL DE IDENTIDAD

79306692R

DNI 79306692R

CDG162608

APellidos
BARQUERO
SIMANCAS

Nombre
ADELA MARIA

SEXO
F

NACIONALIDAD
ESP

EMISION
16 09 2022

VALIDEZ
13 06 2026

NUM SOPORTE
CDG162608

NACIMIENTO
12 11 1974

160922

781184

NATIONAL IDENTITY CARD / DOCUMENTO NACIONAL IDENTIDAD

DOMICILIO
C. ISLA DE TENERIFE 16 PBJ B
CÁCERES
CÁCERES

DNI

LUGAR DE NACIMIENTO
BADAJOZ
BADAJOZ

HIJO/A DE
VICENTE / MARIA

EQUIPO
10153A6D1

160922

IDESPCDG162608679306692R<<<<<<
7411124F2606130ESP<<<<<<<<<<3
BARQUERO<SIMANCAS<<ADELA<MARIA

Galería subterránea CH a ET

Alimentación eléctrica bombas

Estación de bombeo

Tubería agua bruta y manguera eléctrica señal boyas

PORTUGAL

Rio Sever

PORTUGAL

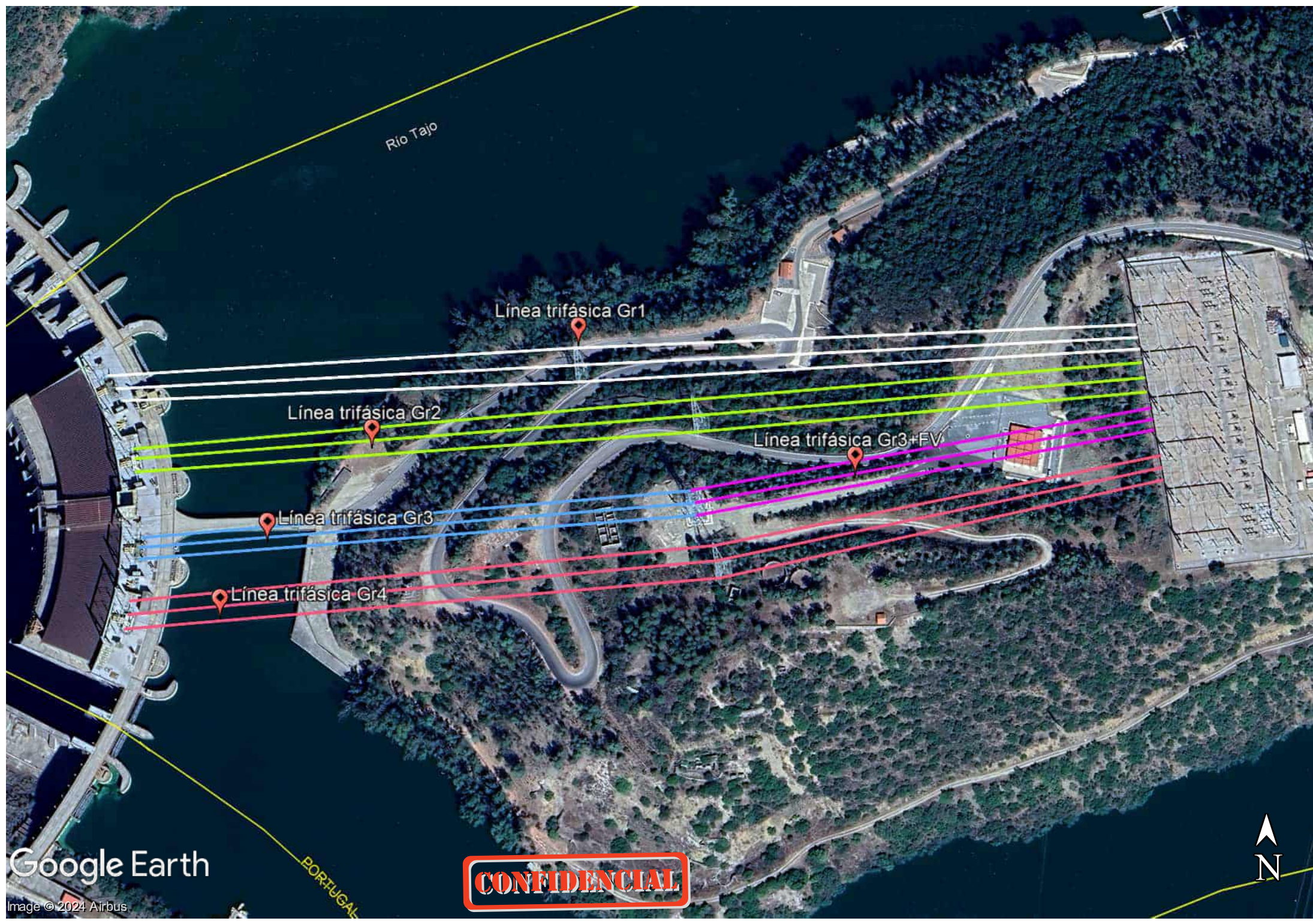
PORTUGAL

Google Earth

Image © 2024 Airbus

CONFIDENCIAL





Río Tajo

Línea trifásica Gr1

Línea trifásica Gr2

Línea trifásica Gr3+FV

Línea trifásica Gr3

Línea trifásica Gr4

Google Earth

Image © 2024 Airbus

CONFIDENTIAL



Río Tajo

Línea subterránea

GIS

Google Earth

Image © 2024 Airbus

CONFIDENTIAL

Rio Sever





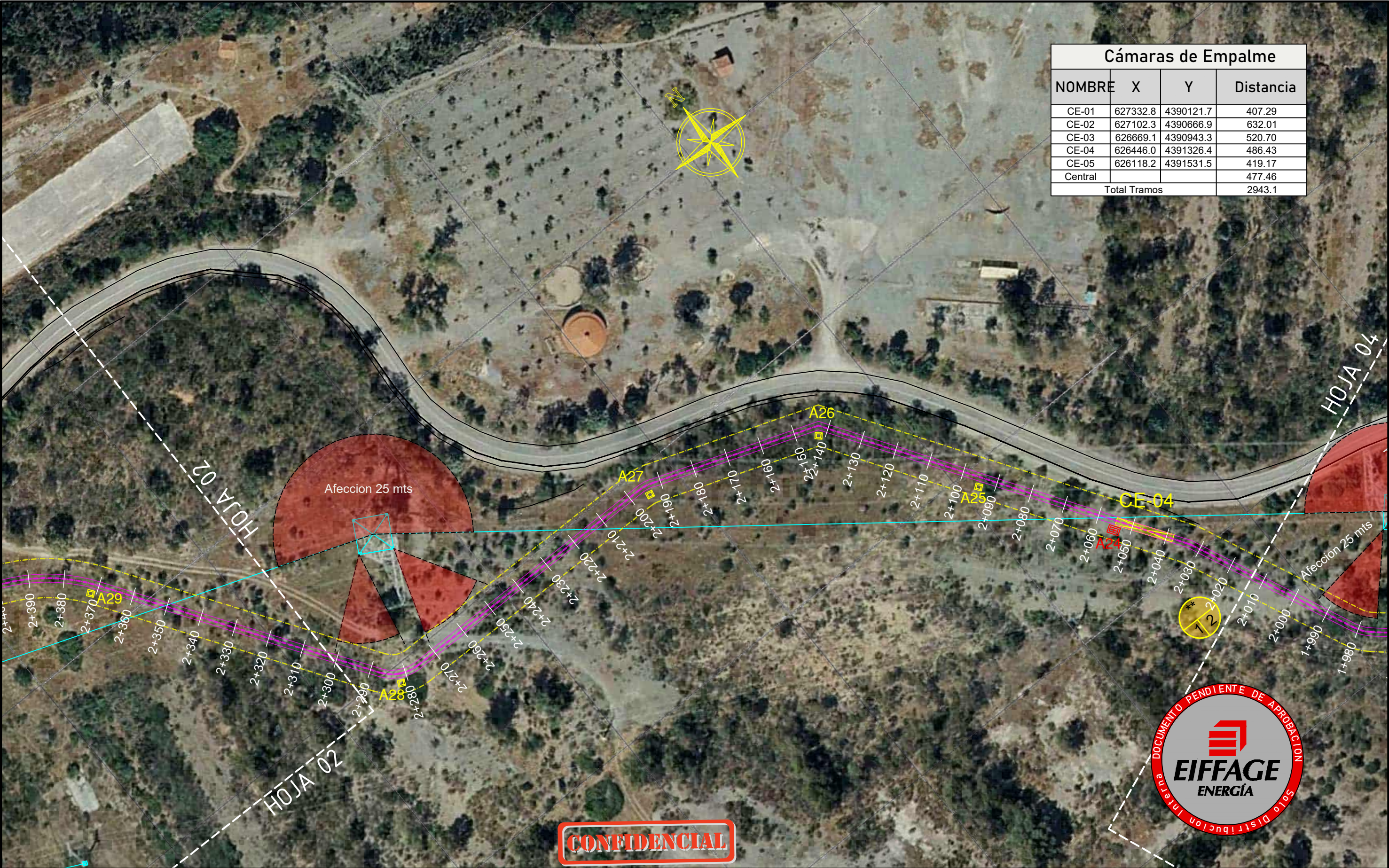
Camaras de Empalme			
NOMBRE	X	Y	Distancia
CE-01	627332.8	4390121.7	407.29
CE-02	627102.3	4390666.9	632.01
CE-03	626669.1	4390943.3	520.70
CE-04	626446.0	4391326.4	486.43
CE-05	626118.2	4391531.5	419.17
Central			477.46
Total Tramos			2943.1

NOTAS GENERALES: (Amarillo) Camara Empalme (Amarillo) (Amarillo) Arqueta Modelo AAG 1.46x0.90x1.00 (Amarillo) Arqueta Simple AAG 0.80x0.90x1.20 Circuito nº 01 (Subestación Apoyo nº02) Circuito nº 02 (Subestación Apoyo nº02) Circuito (Subestación Apoyo nº16)			EMITIDO PARA: ☐ INFORMACION ☐ PRESUPUESTO ☐ APROBACION ☐ CONSTRUCCION ☐ AS BUILT		PROMOTOR: EIFFAGE ENERGÍA	PROYECTO: PASO DE LÍNEA ELÉCTRICA SUBT. A.T. POR ZONA DE AFECCIÓN DE LA CTRA. EX-375			
			PLANO: Planta Trazado L.S.A.T.		N° PLANO: 01		PROYECTADO: *** DIBUJADO: Eiffage APROBADO: ****		
01 10/02/21 Nuevo Trazado Circuito REV. FECHA DESCRIPCIÓN FIRMA			N° HOJA: 01 de 08 REV: 01		ESCALA: 1/1.000				

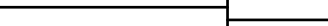


Camaras de Empalme			
NOMBRE	X	Y	Distancia
CE-01	627332.8	4390121.7	407.29
CE-02	627102.3	4390666.9	632.01
CE-03	626669.1	4390943.3	520.70
CE-04	626446.0	4391326.4	486.43
CE-05	626118.2	4391531.5	419.17
Central			477.46
Total Tramos			2943.1

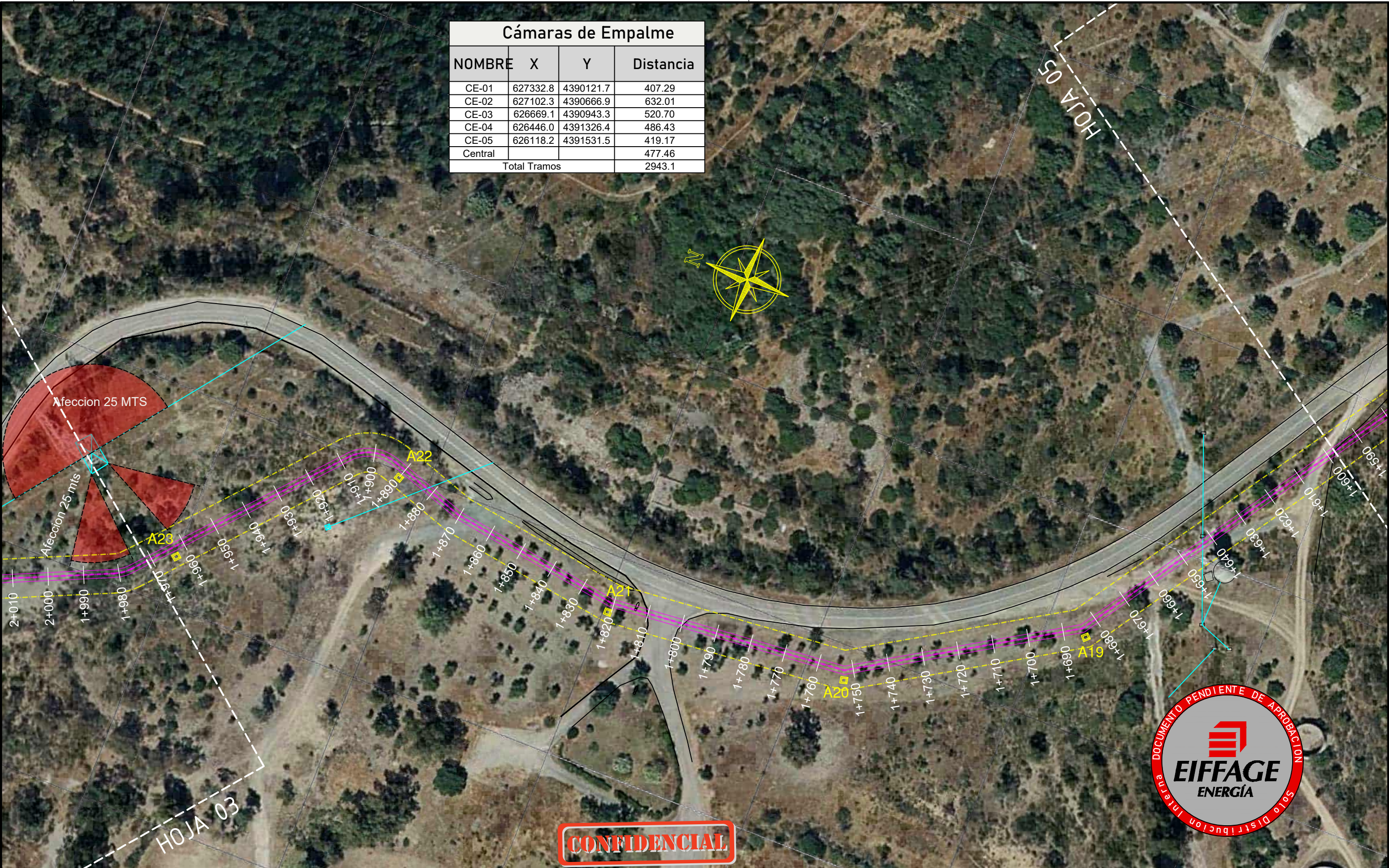
NOTAS GENERALES:								EMITIDO PARA:		PROMOTOR:	PROYECTO: PASO DE LÍNEA ELÉCTRICA SUBT. A.T. POR ZONA DE AFECCIÓN DE LA CTRA. EX-375				
	Camara Empalme (Amarillo)							☒ INFORMACION			PLANO: Planta Trazado L.S.A.T.			Nº. PLANOS: 01	
	Arqueta Modelo AAG 1.46x0.90x1.00							☐ PRESUPUESTO			PROYECTADO	***	**/**/**	Nº HOJA: 02 de 08	ESCALA: 1/1.000
	Arqueta Simple AAG 0.80x0.90x1.20							☐ APROBACION			DIBUJADO	Eiffage	30/11/2020	REV: 01	
	Circuito nº 01 (Subestación Apoyo nº02)							☐ CONSTRUCCION			APROBADO	****	**/**/**		
	Circuito nº 02 (Subestación Apoyo nº02)							☐ AS BUILT							
	Circuito (Subestación Apoyo nº16)														
	01	10/02/21	Nuevo Trazado Circuito				EIF								
	REV.	FECHA	DESCRIPCIÓN				FIRMA								



Cámaras de Empalme			
NOMBRE	X	Y	Distancia
CE-01	627332.8	4390121.7	407.29
CE-02	627102.3	4390666.9	632.01
CE-03	626669.1	4390943.3	520.70
CE-04	626446.0	4391326.4	486.43
CE-05	626118.2	4391531.5	419.17
Central			477.46
Total Tramos			2943.1

NOTAS GENERALES:								EMITIDO PARA:		PROMOTOR:	PROYECTO: PASO DE LÍNEA ELÉCTRICA SUBT. A.T. POR ZONA DE AFECCIÓN DE LA CTRA. EX-375				
	Camara Empalme (Amarillo)							☐ INFORMACION			PLANO: Planta Trazado L.S.A.T.			Nº. PLANO: 01	
	Arqueta Modelo AAG 1.46x0.90x1.00							☐ PRESUPUESTO							
	Arqueta Simple AAG 0.80x0.90x1.20							☐ APROBACION							
	Circuito nº 01 (Subestación Apoyo nº02)							☐ CONSTRUCCION							
	Circuito nº 02 (Subestación Apoyo nº02)							☐ AS BUILT							
	Circuito (Subestación Apoyo nº16)			01	10/02/21	Nuevo Trazado Circuito		EIF		PROYECTADO *** **/**/2020		Nº HOJA: 03 de 08	ESCALA: 1/1.000		
REV.	FECHA	DESCRIPCIÓN		FIRMA					DIBUJADO Eiffage 30/11/2020		REV: 01				

Cámaras de Empalme			
NOMBRE	X	Y	Distancia
CE-01	627332.8	4390121.7	407.29
CE-02	627102.3	4390666.9	632.01
CE-03	626669.1	4390943.3	520.70
CE-04	626446.0	4391326.4	486.43
CE-05	626118.2	4391531.5	419.17
Central			477.46
Total Tramos			2943.1



CONFIDENCIAL

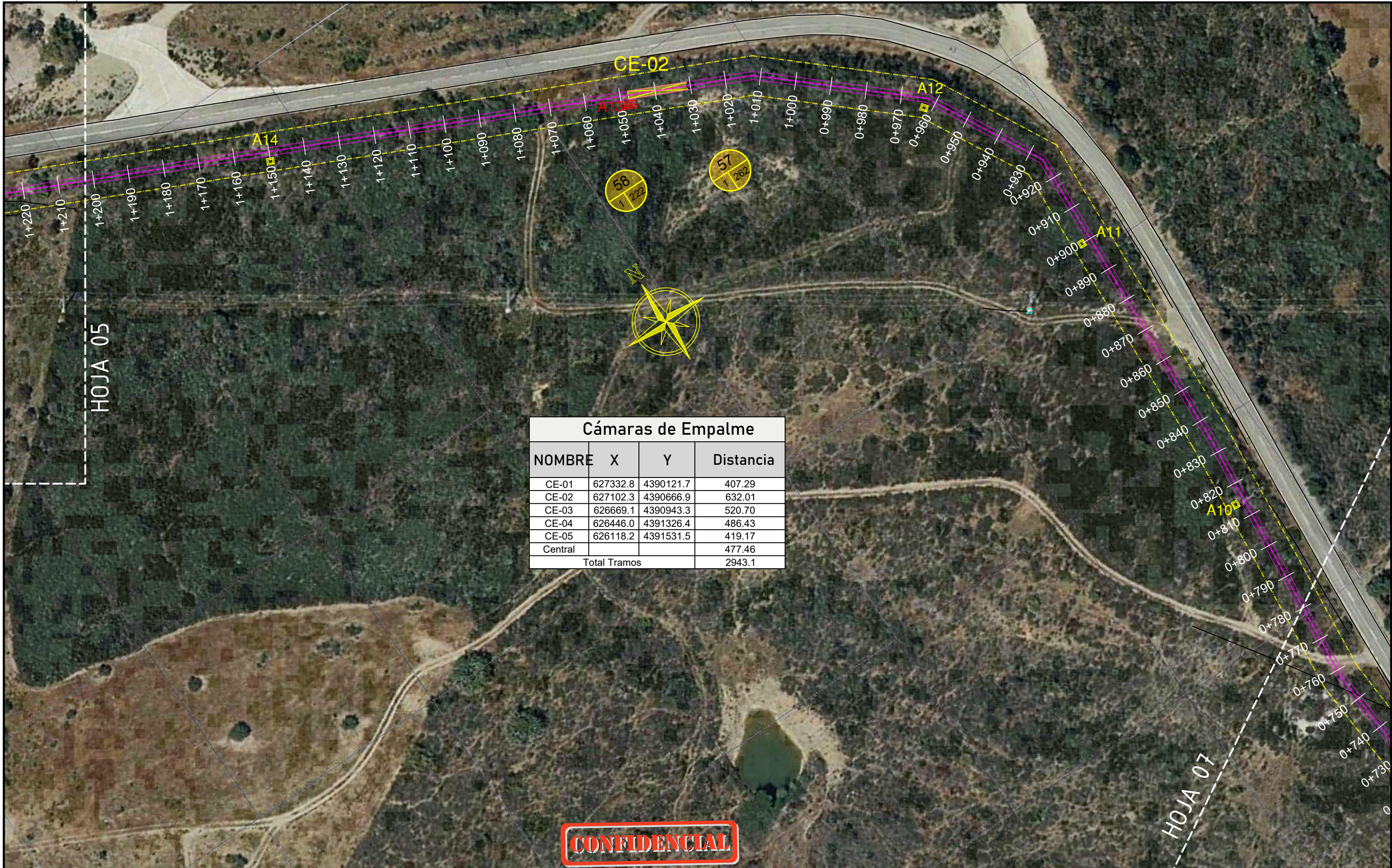


NOTAS GENERALES:			EMITIDO PARA:		PROMOTOR:	PROYECTO: PASO DE LÍNEA ELÉCTRICA SUBT. A.T. POR ZONA DE AFECCIÓN DE LA CTRA. EX-375			
(Amarillo)	Camara Empalme (Amarillo)		☐ INFORMACION			PLANO: Planta Trazado L.S.A.T.			
(Amarillo)	Arqueta Modelo AAG 1.46x0.90x1.00		☐ PRESUPUESTO			Nº. PLANO: 01			
(Amarillo)	Arqueta Simple AAG 0.80x0.90x1.20		☐ APROBACION			PROYECTADO: *** **/**/			
	Circuito nº 01 (Subestación Apoyo nº02)		☐ CONSTRUCCION			DIBUJADO: Eiffage 30/11/2020			
	Circuito nº 02 (Subestación Apoyo nº02)		☐ AS BUILT			APROBADO: **** **/**/			
	Circuito (Subestación Apoyo nº16)					Nº HOJA: 04 de 08			
						REV: 01			
						ESCALA: 1/1.000			
01	10/02/21	Nuevo Trazado Circuito	EIF						
REV.	FECHA	DESCRIPCIÓN	FIRMA						



Cámaras de Empalme			
NOMBRE	X	Y	Distancia
CE-01	627332.8	4390121.7	407.29
CE-02	627102.3	4390666.9	632.01
CE-03	626669.1	4390943.3	520.70
CE-04	626446.0	4391326.4	486.43
CE-05	626118.2	4391531.5	419.17
Central			477.46
Total Tramos			2943.1

NOTAS GENERALES:								EMITIDO PARA:		PROMOTOR:	PROYECTO: PASO DE LÍNEA ELÉCTRICA SUBT. A.T. POR ZONA DE AFECCIÓN DE LA CTRA. EX-375						
(Amarillo) Camara Empalme (Amarillo) Arqueta Modelo AAG 1.46x0.90x1.00 (Amarillo) Arqueta Simple AAG 0.80x0.90x1.20 Circuito nº 01 (Subestación Apoyo nº02) Circuito nº 02 (Subestación Apoyo nº02) Circuito (Subestación Apoyo nº16)												INFORMACION PRESUPUESTO APROBACION CONSTRUCCION AS BUILT			PLANO: Planta Trazado L.S.A.T. N° PLANO: 01		
									EIFFAGE ENERGÍA	PROYECTADO	***	**/**/**	Nº HOJA:	ESCALA:			
										DIBUJADO	Eiffage	30/11/2020	05 de 08	1/1.000			
										APROBADO	****	**/**/**	REV: 01				
	01	10/02/21	Nuevo Trazado Circuito			EIF											
	REV.	FECHA	DESCRIPCIÓN			FIRMA											



Cámaras de Empalme			
NOMBRE	X	Y	Distancia
CE-01	627332.8	4390121.7	407.29
CE-02	627102.3	4390666.9	632.01
CE-03	626669.1	4390943.3	520.70
CE-04	626446.0	4391326.4	486.43
CE-05	626118.2	4391531.5	419.17
Central			477.46
Total Tramos			2943.1

CONFIDENCIAL

NOTAS GENERALES:

- (Amarillo) Camara Empalme (Amarillo)
- (Amarillo) Arqueta Modelo AAG 1.46x0.90x1.00
- (Amarillo) Arqueta Simple AAG 0.80x0.90x1.20
- Circuito nº 01 (Subestación Apoyo nº02)
- Circuito nº 02 (Subestación Apoyo nº02)
- Circuito (Subestación Apoyo nº16)

REV.	FECHA	DESCRIPCIÓN	FIRMA
01	10/02/21	Nuevo Trazado Circuito	EIF

EMITIDO PARA:

- ☐ INFORMACION
- ☐ PRESUPUESTO
- ☐ APROBACION
- ☐ CONSTRUCCION
- ☐ AS BUILT

PROMOTOR:



PROYECTO:

PASO DE LÍNEA ELÉCTRICA SUBT. A.T.
 POR ZONA DE AFECCIÓN DE LA CTRA. EX-375

PLANO:

Planta Trazado L.S.A.T.

N°. PLANO:

01

PROYECTADO

//

N° HOJA:

06 de 08

ESCALA:

1/1.000

DIBUJADO

Eiffage

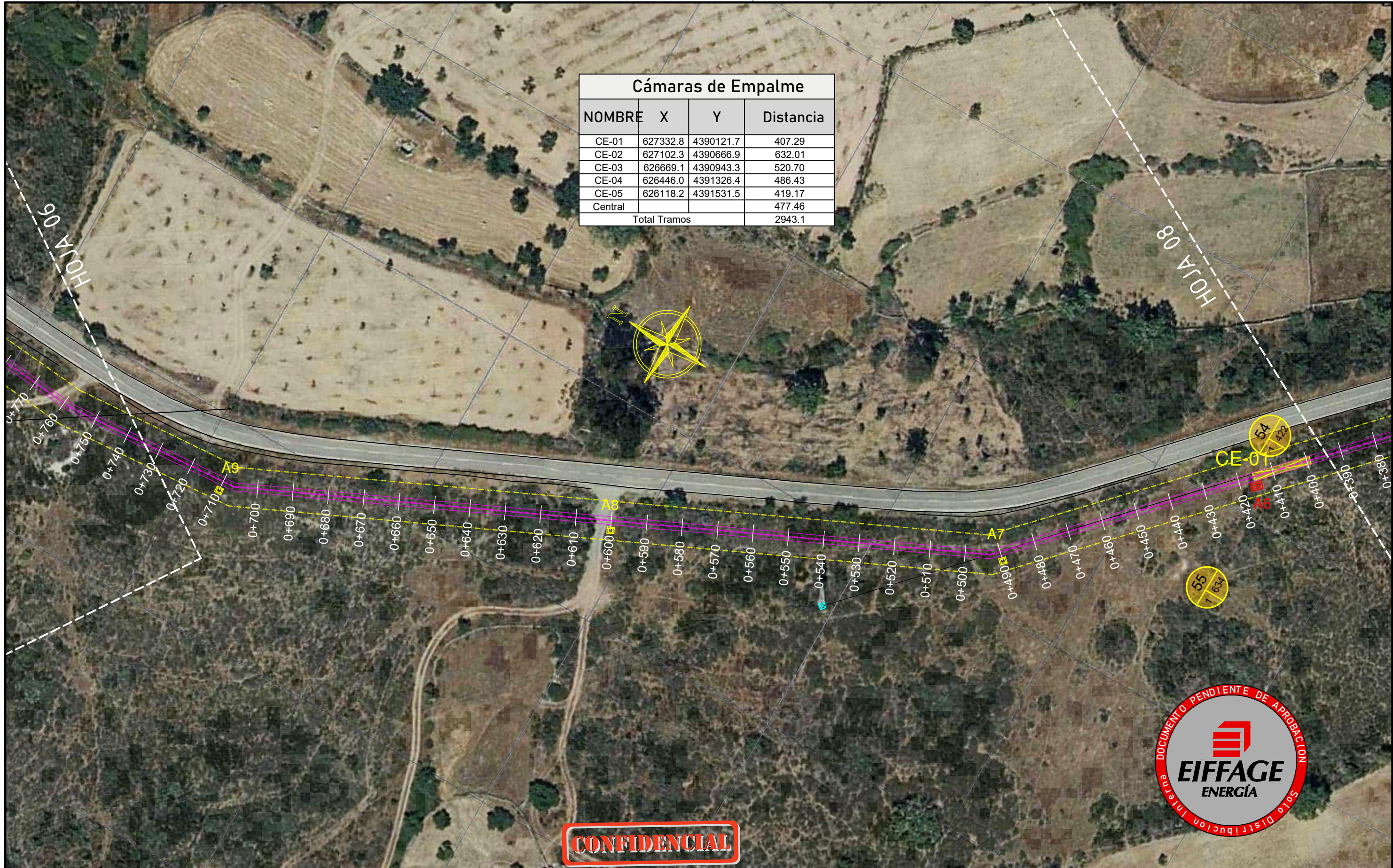
30/11/2020

APROBADO

//

01

Cámaras de Empalme			
NOMBRE	X	Y	Distancia
CE-01	627332.8	4390121.7	407.29
CE-02	627102.3	4390666.9	632.01
CE-03	626669.1	4390943.3	520.70
CE-04	626446.0	4391326.4	486.43
CE-05	626118.2	4391531.5	419.17
Central			477.46
Total Tramos			2943.1



NOTAS GENERALES:

- (Amarillo) Camara Empalme (Amarillo)
- (Amarillo) Arqueta Modelo AAG 1.46x0.90x1.00
- (Amarillo) Arqueta Simple AAG 0.80x0.90x1.20
- Circuito nº 01 (Subestación Apoyo nº02)
- Circuito nº 02 (Subestación Apoyo nº02)
- Circuito (Subestación Apoyo nº16)

REV.	FECHA	DESCRIPCIÓN	FIRMA
01	10/02/21	Nuevo Trazado Circuito	EIF

EMITIDO PARA:

- ☐ INFORMACION
- ☐ PRESUPUESTO
- ☐ APROBACION
- ☐ CONSTRUCCION
- ☐ AS BUILT

PROMOTOR:



PROYECTO:

PASO DE LÍNEA ELÉCTRICA SUBT. A.T.
 POR ZONA DE AFECCIÓN DE LA CTRA. EX-375

PLANO:

Planta Trazado L.S.A.T.

Nº. PLANO:

01

PROYECTADO

//**

Nº HOJA:

07

de 08

ESCALA:

1/1.000

DIBUJADO

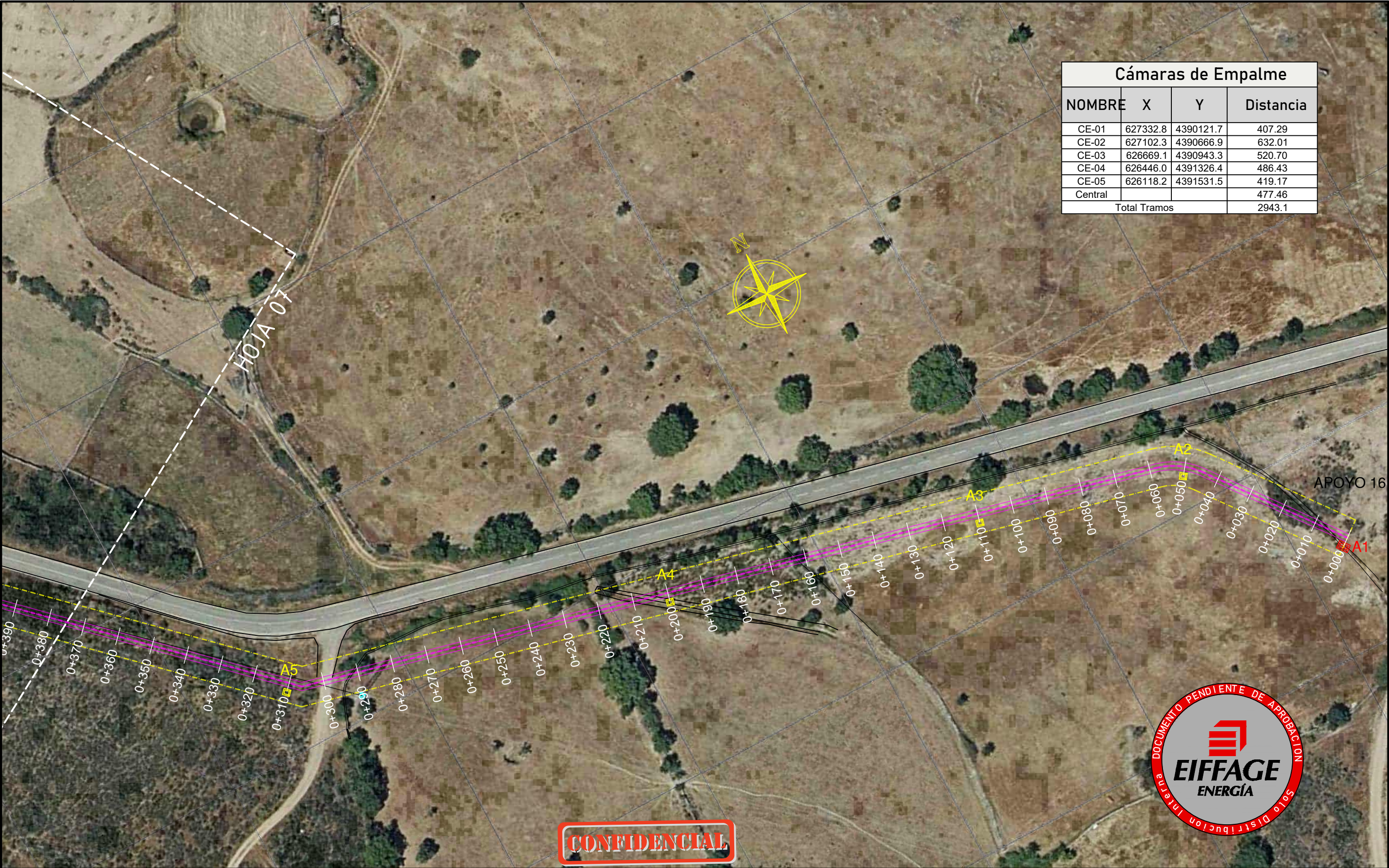
Eiffage

30/11/2020

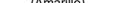
APROBADO

//**

REV: 01



Cámaras de Empalme			
NOMBRE	X	Y	Distancia
CE-01	627332.8	4390121.7	407.29
CE-02	627102.3	4390666.9	632.01
CE-03	626669.1	4390943.3	520.70
CE-04	626446.0	4391326.4	486.43
CE-05	626118.2	4391531.5	419.17
Central			477.46
Total Tramos			2943.1

NOTAS GENERALES:										EMITIDO PARA:		PROMOTOR:		PROYECTO: PASO DE LÍNEA ELÉCTRICA SUBT. A.T. POR ZONA DE AFECCIÓN DE LA CTRA. EX-375					
		Camara Empalme (Amarillo)								☐ INFORMACION				PLANO: Planta Trazado L.S.A.T.				Nº. PLANO: 01	
		Arqueta Modelo AAG 1.46x0.90x1.00								☐ PRESUPUESTO									
		Arqueta Simple AAG 0.80x0.90x1.20								☐ APROBACION									
		Circuito n° 01 (Subestación Apoyo n°02)								☐ CONSTRUCCION									
		Circuito n° 02 (Subestación Apoyo n°02)								☐ AS BUILT									
		Circuito (Subestación Apoyo n°16)																	
01		10/02/21		Nuevo Trazado Circuito				EIF											
REV.		FECHA		DESCRIPCIÓN				FIRMA											



Google Earth

Image © 2024 Airbus

CONFIDENTIAL

